

Universidade do Porto

Faculdade de Letras

A Elipse Nominal
em Português e em Francês

Fernando Jorge Dos Santos Martinho

Dissertação de Mestrado em Linguística
Portuguesa Descritiva, apresentada à Faculdade
de Letras da Universidade do Porto.

PORTO
Abril de 1998

Universidade do Porto

Faculdade de Letras

A Elipse Nominal
em Português e em Francês

Fernando Jorge Dos Santos Martinho

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA
N.º 57310
Ex. 2
Data 09 / 07 / 19 98

Dissertação de Mestrado em Linguística
Portuguesa Descritiva, apresentada à Faculdade
de Letras da Universidade do Porto.

043M

M 3382

ex. 2

PORTO

Abril de 1998

À minha mulher
Aos meus filhos
Aos meus pais

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos aqueles que, de perto ou de longe, contribuíram para tornar possível esta investigação.

Aos colegas do Departamento de Línguas que me manifestaram regularmente o seu interesse e o seu apoio ao longo da investigação; ao Conselho Directivo do Departamento de Línguas da Universidade de Aveiro; ao Centro de Investigação do Departamento de Línguas da Universidade de Aveiro, que disponibilizou os seus recursos informáticos e forneceu apoio material;

À Professora Elisabeth Lazcano, da Universidade de Paris VII-*Denis Diderot*, que me ofereceu material sobre a elipse e a gramática clássica; à Professora Petra Sleeman, da Universidade de Amsterdão, que se disponibilizou para me fazer chegar a sua própria investigação; à Professora Ellen-Petra Kester, da Universidade de Utrecht, pelo material amavelmente cedido e pelos valiosos e-mails de comentário e apoio regularmente enviados;

Ao Professor Óscar Lopes e à Professora Fátima Oliveira, da Universidade do Porto, pelas preciosas lições de Linguística portuguesa;

Ao Professor Telmo Verdelho, da Universidade de Aveiro, pelas sugestões e referências, pelos incentivos manifestados, o material cedido, e o apoio constante;

À Professora Ana Maria Brito, a minha orientadora, a quem devo o tema da investigação e o meu interesse pelo vazio linguístico em geral, e que sempre se mostrou disponível para orientar com eficácia este trabalho, sem nunca deixar de o valorizar nos momentos cruciais.

Por fim, agradeço em especial ao Francisco e ao Filipe, que me deram tanto do tempo a que têm direito, e à Fátima, que soube sempre estar presente.

Porto, Abril de 1998

Fernando Martinho

Índice

Agradecimentos.....	I..
Índice.....	II..
Glossário e convenções.....	IV..
 0 Introdução.....	 1..
1. A elipse e a gramática.....	3..
1.1 A concepção clássica da elipse	3..
1.1.1 O vazio e o imperceptível.....	3..
1.1.2 A elipse na tradição gramatical.....	4..
1.1.3 A noção de opacidade	7..
1.1.4 O subentendido.....	8..
1.2 O vazio na Gramática Generativa.....	10
1.2.1 A noção de vestígio	10
1.2.2 A Tipologia das Categorias Vazias.....	11
1.2.3 O Princípio da Categoria Vazia.....	15
1.3 Algumas perspectivas sobre o tratamento formal da elipse.....	19
1.3.1 Elipse e redundância.....	19
1.3.2 Legitimação e identificação de <i>pro</i> : Rizzi (1986).....	21
1.3.3 Legitimação e identificação das categorias elípticas: Lobeck (1995).....	24
1.4 Conclusão	25..
2. Algumas propostas sobre a elipse nominal	26
2.1 Ronat (1977).....	26
2.2 Bernstein (1993).....	27..
2.3 Lobeck (1995).....	29
2.3.1 Traços fortes, legitimação e identificação das elipses	29
2.3.2 A elipse do nome em Inglês.....	31
2.3.3 A elipse do nome em Alemão e em Francês.....	34
2.4 Kester (1996)	41..
2.4.1 O estatuto sintáctico da flexão adjectival	41
2.4.2 Flexão adjectival, legitimação e identificação de <i>pro</i>	44
2.4.2.1 Construções envolvendo <i>pro</i> elíptico.....	45
2.4.2.2 Construções envolvendo <i>pro</i> humano e abstracto.....	48
2.4.3 <i>pro</i> e os traços [+contável] e [+massivo].....	52
2.5 Sleeman (1996).....	58
2.5.1 Quadro teórico.....	59
2.5.1.1 A análise do DP.....	59
2.5.1.2 A legitimação dos pronomes NP	62
2.5.2 A elipse do nome.....	63
2.5.2.1 Partitividade.....	63
2.5.2.2 Especificidade.....	66
2.5.3 Explicação dos dados	67

3. Nomes nulos em Português e em Francês	70
3.1 Contextos de elipse nominal	70
3.1.1 Nomes vazios introduzidos por quantificadores	70
3.1.2 Nomes vazios introduzidos por possessivos e demonstrativos	71
3.1.2.1 Elipse do nome com possessivos	71
3.1.2.2 Elipse do nome com demonstrativos	72
3.1.3 Nomes vazios introduzidos por adjectivos	73
3.1.4 Nomes vazios introduzidos por artigos definidos	75
3.2 A análise do DP e a elipse do nome	79
3.2.1 O estatuto sintáctico da elipse do nome	79
3.2.2 A estrutura interna do DP	81
3.3 Legitimação e identificação de nomes nulos em Português e em Francês	85
3.3.1 A construção [Q+ <i>pro</i>]	85
3.3.1.1 O traço [+partitivo] e a elipse nominal	85
3.3.1.2 A elipse do nome e os adjectivos <i>quantitativos</i>	87
3.3.1.3 Legitimação de <i>pro</i> na construção [Q+ <i>pro</i>]	89
3.3.1.4 Identificação de <i>pro</i> em [Q+ <i>pro</i>]: quantificação e especificidade	91
3.3.2 As construções [Dem+ <i>pro</i>] e [Poss+ <i>pro</i>]	95
3.3.2.1 [Dem+ <i>pro</i>]	95
3.3.2.2 [Poss+ <i>pro</i>]	100
3.3.2.3 Legitimação e identificação de <i>pro</i> em [Dem+ <i>pro</i>] e [Poss+ <i>pro</i>]	105
3.3.2.4 A construção [Def+ <i>pro</i> +genitivo]	110
3.3.3 A construção [D+AP+ <i>pro</i>]	114
3.3.3.1 A elipse do nome e a sintaxe do AP	114
3.3.3.2 A legitimação de <i>pro</i> em [D+AP+ <i>pro</i>]	120
3.3.3.3 A identificação de <i>pro</i> em [D+AP+ <i>pro</i>]	132
3.3.3.3.1 Elipse e simetria	132
3.3.3.3.2 Elipse e léxico	139
4. Conclusão	143
5. Bibliografia	146
Resumo	149
Résumé	150

Glossário e convenções

Expõe-se a seguir a lista de abreviaturas e conceitos usados nesta dissertação. A lista refere, por um lado, o termo ou expressão e a sua abreviatura em Inglês, e, por outro, a tradução em Português. Note-se que, neste trabalho, se optou por traduzir sistematicamente os termos originais, mas não as abreviaturas —é o caso de *Concordância Especificador-Núcleo* e *NP*, respectivamente:

INGLÊS		PORTUGUÊS	
NOUN PHRASE	NP	SINTAGMA NOMINAL	SN
VERB PHRASE	VP	SINTAGMA VERBAL	SV
ADJECTIVAL PHRASE	AP	SINTAGMA ADJECTIVAL	SA
INFLECTIONAL PHRASE	IP	SINTAGMA FLEXÃO	SFLEX
COMPLEMENTIZER PHRASE	CP	SINTAGMA COMPLEMENTADOR	SCOMP
PREPOSITIONAL PHRASE	PP	SINTAGMA PREPOSICIONAL	SPREP
QUANTIFIER PHRASE	QP	SINTAGMA QUANTIFICADOR	SQ
DETERMINER PHRASE	DP	SINTAGMA DETERMINANTE	SDET
EMPTY CATEGORY PRINCIPLE	ECP	PRINCÍPIO DA CATEGORIA VAZIA	PCV
AGREEMENT	AGR	CONCORDÂNCIA	
LICENSING		LEGITIMAÇÃO	
SPEC-HEAD AGREEMENT		CONCORDÂNCIA ESPECIFICADOR-NÚCLEO	
HEAD-HEAD AGREEMENT		CONCORDÂNCIA NÚCLEO-NÚCLEO	

0. Introdução

«Uma das preocupações centrais da actual investigação sintáctica é a caracterização do mapa de relações entre significado lexical e forma sintáctica. Um aspecto importante desse vasto assunto é o estatuto sintáctico dos argumentos “subentendidos” ou “implícitos”: será que um papel temático “subentendido”, inerente no significado lexical de um verbo, corresponde sempre a uma posição estrutural na representação sintáctica? Se não, sob que condições pode o desajuste entre significado e forma ser tolerado?»

Luigi Rizzi (1986)

Um dos domínios mais interessantes da Sintaxe é a análise das categorias vazias, consideradas habitualmente como sendo de dois tipos: vestígios de movimento e posições vazias basicamente engendradas; o primeiro tipo é exemplificado em (1a) e (1b), e o segundo em (2a) e (2b):

- (1) a. Que_i é que ele comprou [v]_i ?
 b. Os livros_i foram lidos [v]_i
- (2) a. O João_i prometeu [v]_i ir-se embora
 b. [v]_i Abriu_i a porta.

Derivar a distribuição de estes tipos de elementos vazios de princípios da gramática é uma das metas da Teoria da Regência e da Ligação edificada nos anos 80. Um dos princípios universais para isso desenvolvido é o Princípio da Categoria Vazia (Inglês *Empty Category Principle* —ECP) —Chomsky (1981, 1982). Este princípio define à partida as condições de legitimação das categorias vazias, isto é, as restrições da sua distribuição. Quanto à identificação dessas categorias, ou seja, o seu conteúdo semântico, é admitido que o ECP define a identificação dos vestígios em (1a) e (1b) e dos pronominais em (2a) —embora não seja claro se também o faz para o a posição vazia em (2b).

Outro tipo de construção para a qual a ideia de categoria vazia tem sido evocada é aquela que aparece em frases como (3):

- (3) A Joana tem um carro verde e o Paulo tem um [-] branco

O tipo de construção apresentado em (3) é conhecido na gramática como *elipse do nome*, uma construção caracterizada pela falta do elemento nominal, aparentemente autorizada pelo contexto redundante do enunciado. Na frase em (3), a elipse do nome *carro* representa um desafio importante para identificar a natureza sintáctica do nó vazio correspondente. Este tipo de construção levanta algumas dificuldades teóricas para a gramática generativa, nomeadamente o problema da relação entre construções elípticas e categorias vazias, como as anteriormente apresentadas. Será a elipse uma categoria vazia? Será a elipse nominal um nome vazio legitimado pelo ECP? A relação de co-referência que

intuitivamente atribuímos a *carro* e à elipse em (3), é a prova de que existem, nas línguas naturais, processos anafóricos não relacionados com movimento de constituintes. A elipse do nome aparece assim como um constituinte sintático vazio, basicamente engendrado, identificado por um antecedente contextual, como se ilustra em (4):

- (4) a. O projecto de lei socialista foi aprovado, mas o [e] comunista foi chumbado
 b. L'attentat a fait six blessés, mais deux [e] n'ont pas survécu.

Põe-se a questão de saber a que princípios obedecem a legitimação e a identificação da categoria vazia elíptica. A análise sistemática destes casos leva à conclusão que a elipse forma uma classe sintáctica distinta, formalmente caracterizada por determinadas condições gramaticais. Parte-se do princípio que todas as categorias não fonéticas — vazias e elípticas — são sujeitos a princípios universais de legitimação e de identificação. Como veremos, a elipse do nome levar-nos-á crucialmente a considerar a sintaxe numa perspectiva configuracional, isto é, a defender que os constituintes elípticos são basicamente engendrados na posição que ocupam superficialmente, sendo as posições na estrutura em que estão inseridos assinaladas por uma categoria vazia.

Para responder às perguntas levantadas, tentar-se-á nesta dissertação seguir o quadro geral da tipologia das categorias vazias. O trabalho baseia-se em hipóteses teóricas já clássicas —o ECP e Rizzi (1986)—, e em investigações mais recentes sobre elipses estruturais e legitimação de nomes nulos (Lobeck 1995, Kester 1996 e Sleeman 1996).

A dissertação divide-se em três capítulos, organizados da seguinte forma: no primeiro capítulo, a noção de vazio linguístico, no qual se inclui a elipse, é discutida numa perspectiva clássica, e depois na sua integração no ECP; no capítulo 2, são propostos alguns tratamentos sobre a elipse, mais particularmente sobre os *nomes nulos*; no capítulo 3, é analisado em pormenor o mecanismo de elipse nominal em Português e em Francês, em diversas construções envolvendo nomes vazios. Por fim, formulam-se algumas conclusões e indicam-se as referências bibliográficas.

1. A elipse e a gramática

Uma breve perspectiva do vazio na linguagem

«Rien n'est ellipse, les signes restant toujours adéquats à ce qu'ils expriment.»

F. de Saussure, *Cours de Linguistique générale*

Neste capítulo, começa-se por uma breve perspectiva da evolução do conceito de elipse (secção 1.1), da gramática clássica à Teoria da Regência e da Ligação (TRL), e da maneira como a TRL tem recuperado parte das intuições deixadas pelos clássicos sobre a relação entre a língua e o vazio, para definir o conceito de *categoria vazia* (secção 1.2). Tentar-se-á depois sugerir que a noção de elipse pode ser integrada no Princípio da Categoria Vazia (ECP), embora seja de referir a sua especificidade (secção 1.3).

1.1 A concepção clássica da elipse

1.1.1 O vazio e o imperceptível

A ideia de que o vazio pode ter uma importância significativa é uma ideia recente no domínio do saber. A evidência concreta de dados mensuráveis e observáveis sempre foi considerada prioritária. No conhecimento moderno, onde impera o princípio de objectividade, considerar que podem existir dados caracterizados pela sua própria ausência é no mínimo contraditório e especulativo, e equivale a introduzir um princípio de incerteza ou indeterminação insustentáveis¹. O próprio Pascal afirma convictamente que “a natureza tem horror do vazio”².

Algumas áreas do conhecimento têm no entanto desenvolvido a ideia de que, longe de ser insignificante, o vazio pode criar sentido. Talvez em nenhum outro domínio como o das ciências da linguagem essa ideia se tenha revelado tão fecunda. A hipótese da existência de entidades linguísticas desprovidas de forma, de elementos zero, ou formas vazias, remonta aliás ao início da própria análise das línguas. Os tratados clássicos sobre a elipse, por exemplo, defendem um princípio geral de economia, característico da linguagem humana, bem visível no estilo vivo e rápido (*elíptico*) dos grandes autores³. Se a diferença constatada entre as ideias a expressar e o discurso produzido sempre mostrou

¹ Cf Pica (1985:7).

² Afirmação habitualmente atribuída a Aristóteles, e retomada por Pascal, para quem, no entanto, esta expressão tem um sentido bem definido: “Je travaille maintenant à examiner la vérité de la première (opinion); savoir, que la nature abhorre le vide (...) pour vous ouvrir franchement ma pensée, j'ai peine à croire que la nature, qui n'est point animée, ni sensible, soit susceptible d'horreur, puisque les passions présupposent une âme capable de les ressentir (...)”. PASCAL, Lettre à M. Périer, 15 nov. 1647. (Citado por Marc Séassau, e-mail, from: mm.Seassau@wanado.fr, to: fmart@mail.ua.pt, *La nature a horreur du vide* 25/8/1997)

³ A tradição vê na elipse mais do que um princípio de economia: o poeta Horácio sugere que a elipse é uma maneira obrigatória de aliviar o discurso, uma forma de não *cansar o ouvido*. Horácio, *Sátiras*, I, 10: “Est brevitate opus, ut currat sententia, neu se impediatur verbis lassas onerantibus aures”. (citado por Clerico 1983)

aos gramáticos clássicos que a língua fica aquém —não diz tudo—, isso deve-se ao facto de ela conter entidades linguísticas não expressas, mas relevantes, cuja ausência permite acompanhar o ritmo das ideias⁴ —ou não *cansar os ouvidos*, como diz Horácio.

Desde a sua origem, a gramática tem especulado sobre o entendido e o subentendido, o dito e o não-dito, dando a entender que existe uma forma linguística *imperceptível* (Milner 1985) paralela à forma expressa, e que essa forma imperceptível deve ser reconhecida como um ser positivo, identificado por propriedades gramaticais características. A natureza e a identificação desses seres tem levantado uma série de questões retórico-gramaticais às quais a gramática clássica teve que responder e que explicam o espaço amplo que dedica regularmente ao tema da elipse. A conclusão é que os seres linguísticos imperceptíveis que estão na origem da elipse e de fenómenos associados —silepse, zeugma, etc—, embora não tenham propriedades fonéticas, têm com certeza propriedades gramaticais.⁵

A formalização rigorosa introduzida pela gramática generativa permite “apertar o cerco” ao imperceptível linguístico. A partir dela, vai-se formalizar aquilo que não tem forma perceptível, dar forma e conteúdo ao vazio. A ideia é que há uma *falha* na percepção porque o vazio é resultante de um fenómeno essencial, situado *a montante* do nível perceptivo. A gramática generativa considera que é possível postular a existência de categorias linguísticas especiais, providas de papel linguístico, mas desprovidas de matriz fonética. Essas *categorias vazias* combinam as propriedades linguísticas das categorias plenas com o vazio fonético.

1.1.2 A elipse na tradição gramatical

A elipse é uma herança da gramática clássica, pelo que, embora o espaço aqui reservado a este tema seja limitado⁶, convém lembrar o que os clássicos vêem nele. O termo é tão velho quanto a própria gramática, o que mostra que a sua ligação é primordial, provavelmente ligada às suas origens.

4 Jerónimo Soares Barbosa (1822): “De resto as ellipses são naturaes a todos os homens. Porque todos procurão dar ás suas expressões a mesma rapidez do pensamento, que em huma ideia vê muitas ao mesmo tempo. As ellipses reduzem á menor expressão possível as frases inteiras, do mesmo modo, que os nomes appellativos são humas reduções dos nomes próprios, que seriam infinitos; [...] As mesmas ellipses são uteis no estylo simples para lhe dar mais luz e clareza; porque quanto menos palavras se empregão em huma frase, mas se chegão as ideias humas ás outras, e melhor se percebem assim as suas relações.” (p.409). Note-se que neste trabalho, optou-se por deixar a ortografia original dos autores clássicos citados.

5 Também a linguística estrutural considera a existência de seres linguísticos imperceptíveis, ou pelo menos de elementos nulos indirectamente perceptíveis. Para atestar a sua existência —embora não haja forma fonológica associada—, opõe por exemplo a realização de um fonema à sua própria ausência. Em termos funcionais, o critério de pertinência permite postular a presença de formas *não-marcadas*, juntamente a formas *marcadas*, definidas como formas *zero* —significante ou morfema zero— em distribuição complementar com as formas plenas ou marcadas. Em línguas morfológicamente ricas e providas de flexões binárias —do tipo masc/fem—, é possível considerar que a ausência de uma flexão tenha só por si algum valor gramatical: dir-se-á que a forma zero corresponde a uma flexão e a forma plena a outra. A linguística funcional recusa-se no entanto a considerar de igual para igual a existência de unidades linguísticas plenas e vazias, dizendo que uma unidade linguística deve ser perceptível e discreta ou não é unidade linguística. A noção de subentendido é completamente estranha ao estruturalismo.

6 Note-se que os estudos sobre as figuras de retórica em geral, e a elipse em particular, ocupam na gramática histórica um espaço significativo. Como veremos, a importância dada à elipse pela tradição gramatical é proporcional ao papel que supostamente desempenha na descrição dos mecanismos gramaticais.

O que é uma elipse, na gramática clássica? O termo tem duas acepções, uma geométrica e outra propriamente linguística, ambas derivadas do latim *ellipsis* trazido do grego *elleipsis*, que significa *falta*. O sentido geométrico aparece no século XVII, graças ao astrónomo Kepler, para designar um círculo imperfeito —o da órbita dos planetas—, mas o sentido gramatical está presente já no século XVI, em especial na obra do gramático Espanhol Sanctius, *Minerva seu de causis linguae latinae*. O que há de comum entre estes dois sentidos é a ideia de imperfeição, num caso de uma figura geométrica provida de eixos de simetria desiguais, e no outro de uma frase desprovida (de parte) da sua estrutura canónica⁷. A tradição gramatical é unânime em reconhecer a dificuldade em definir um termo paradoxalmente tão usual, mas está de acordo em admitir que se trata sempre de um desvio relativamente à *oratio perfecta*, de uma construção por defeito⁸, face a uma construção legítima. Eis algumas definições da elipse, tiradas de tratados de gramática tradicional do Francês e do Português :

- (1) a. "Il est incontestable que dans un certain nombre de phrases où manque un élément, le verbe par exemple, on se trouve en présence de phrases incomplètes que volontairement on a abrégées. Il y a alors ellipse, une ellipse que l'esprit supplée."
Brunot (1936), p.18
- b. "A la limite, le représentant peut disparaître; on a alors affaire à l'ellipse, c'est-à-dire à l'omission d'un terme qu'il serait aisé de suppléer, grâce à la construction de la phrase."
Chevalier, Blanche-Benvéniste, Arrivé & Peytard (1964) p.99
- c. "l'ellipse est [...] l'omission d'un ou plusieurs mots que requerrait la régularité de la construction grammaticale, et que l'on considère comme faciles à suppléer."
Grevisse (1986), p.169
- d. "On appelle ellipse l'absence d'un ou plusieurs mots qui seraient nécessaires pour la construction régulière de la phrase. La véritable ellipse se réalise quand l'auditeur ou le lecteur doivent chercher dans le contexte ou la situation les éléments qui manquent et sans lesquels le message serait incompréhensible. [...] Mais dans d'autres cas, le message est clair et complet et il n'y a ellipse que par comparaison avec la phrase que l'on considère comme normale."
Grevisse & Goosse (1988), p.68
- e. Ellipse he quando na oração falta alguma parte, que necessariamente se deve suprir para ficar o sentido completo."
Pereira de Figueiredo (1816), p.2
- f. "Elipse é a omissão de um termo que o contexto ou a situação permitem facilmente suprir."
Cunha & Lindley Cintra (1984) , p.613

⁷ Para Magalhães (1805), a elipse está à partida associada à ideia de imperfeição: "Ellipse he, quando se supprime de fora da Oração aquilo, que nella falta, para que o seu sentido seja perfeito, e completo". (p.14)

⁸ A palavra *defeito* é aqui usada no seu sentido próprio (cf. *defeituoso*), e não como tradução do Inglês *by default*. Quando se sugere que a elipse é um defeito da oração, é porque essa oração de algum modo não está completa (foi objecto de *detractio*), e convém remediá-la devolvendo-lhe o que está em falta. O adjectivo *defectus* significa ao mesmo tempo *desprovido de* e *enfraquecido*, enquanto o substantivo *defectio* (a palavra latina correspondente ao grego *elleipsis*) tem o duplo sentido de *falta* e *defeito*. Note-se também a palavra próxima *defecção* (Francês *defection*), cujo sentido aponta ao mesmo tempo para a ausência e o abandono (como *abandonar um ideal*). A elipse é pois um *defectus* nos dois sentidos da palavra.

Comum a estas definições parece ser a preocupação em definir a elipse pela *falta* ou *omissão* de um elemento habitualmente presente (1b.c.f), elemento cuja ausência é caracterizada, por um lado, por uma atitude premeditada ou ponderada por parte do autor (1a.d), e, por outro, pelo apelo à inteligência do leitor para a resolver (1e).

No seu sentido mais amplo, a elipse cobre uma variedade de dados cuja heterogeneidade implica problemas metodológicos e teóricos diferentes. O próprio termo *elipse* é abstracto e genérico —cobre os fenómenos de falta de elementos na oração em geral—, mas serve também para designar exemplos concretos —em latim, a elipse do nominativo, do genitivo, da preposição, etc. A elipse é pois ao mesmo tempo um conceito e um conjunto de ocorrências⁹: todas as gramáticas clássicas que abordam a elipse começam por explicar o que é, antes de dar exemplos sob forma de provas tiradas dos “bons autores”.

Tratando-se de ocorrências, a tradição gramatical distingue entre duas classes dificilmente diferenciadas, a elipse retórica e a elipse gramatical, sendo ambas ilustrativas da *sintaxe figurada*, por oposição a um uso menos nobre da língua, a *sintaxe natural*. Esta distinção permite assim a elaboração de um conjunto de sub-tipos, usados para classificar os infindáveis tipos constatados: zeugma, silepse, enálage, helenismo, hipérbato, etc.¹⁰ Essa taxinomia complexa tem como finalidade tanto classificar e categorizar os próprios elementos do discurso ao distribuí-los por classes, como elaborar uma pedagogia da língua e da análise de textos.¹¹ Assim, Rodrigues Maya (1790) começa por referir que “A Ellypse he quando na Oração falta alguma parte, que deixa o seu sentido incompleto”, para depois salientar as “muitas sortes” de elipses, constituindo a lista de exemplos anexos uma verdadeira introdução à sintaxe latina.

O conceito genérico de elipse, por seu lado, deu origem à ideia de que se trata de uma manifestação linguística caracterizada pela unicidade —independentemente da sua variedade retórica ou gramatical—, que pode ser objecto de sistematização. Tanto a gramática clássica —por exemplo Sanctius— como a linguística admitem que a elipse tem muito a dizer sobre a línguas em geral e sobre a sua estrutura em particular.¹² Uma teoria da elipse implica sempre uma teoria linguística. De modo geral, a elipse permite postular a existência de uma estrutura racional na língua, de uma *ratio grammatices* (Clerico 1983). A racionalidade da elipse e o seu uso fortemente analógico facilitam a construção da

⁹ Levanta-se também a questão clássica de saber se o conceito de elipse existe independentemente das ocorrências encontradas nas línguas. O facto de o termo ser usado em áreas diferentes das da gramática (no cinema, por exemplo, fala-se da elipse de uma cena), mostra que assim é.

¹⁰ Matos (1992:89) cita em nota Zribi-Hertz (1986), para quem a etimologia do termo permite reunir sob a *etiqueta* de elipse “todos os tipos de fenómenos linguísticos, desde os enunciados fragmentários [...] à pressuposição, passando pela gama, mais ou menos vasta segundo as teorias, das formas consideradas como reduzidas, truncadas ou lacunares (sinédoques, metonímias, *apagamentos* de todos os tipos)” (tradução da autora).

¹¹ Rodrigues Maya (1790): “A syntaxe ou he natural, ou figurada. A natural he a que ensina a compôr a oração conforme as regras geraes da Grammatica. A figurada he a que ensina a compô-la conforme o uso das figuras. Figura he hum modo de fallar apartado do vulgar, e comum. As figuras principais da Syntaxe são oito, que se chamam: Enallage, Pleonasmio, Ellypse, Zeugma, Syllepse, Hyperbato, Hellenismo, e Arcaismo”. (p.9.)

¹² Sanctius (p.165): “La rationalité de la grammaire nous oblige à comprendre beaucoup de mots qui, s'ils étaient exprimés, ruineraient l'élégance de la latinité ou rendraient le sens douteux.” (tradução de Clerico 1983:48)

própria gramática ao reduzir as exceções aparentes e dar conta da organização da oração independentemente dos seus avatares. Põe-se no entanto a questão de saber se a diversidade manifestada por aquilo que se designa por elipse pode ser reduzida a um só fenómeno linguístico, e também se os mesmos processos que descrevem outro tipo de fenómenos linguísticos podem servir para descrever as elipses.

Comum às diversas versões do conceito de elipse parece ser a sua função teleológica (Bartlett 1983). A tradição gramatical sempre insistiu sobre essa função: o principal papel da elipse consiste em (saber) usar o código de modo económico, criando condições de brevidade.¹³ Essa brevidade tem por finalidade melhorar a mensagem do ponto de vista comunicativo, estético, estilístico, e até afectivo¹⁴. Os *fundamentos* da elipse levam a um princípio de economia, baseado tanto em critérios psicológicos — unidade do discurso, expressão da emoção¹⁵, rejeição de repetições deselegantes, etc— como em critérios linguísticos —redundância contextual.

Como distinção básica fica pois a elipse como conceito (substância) e como ocorrência (acidente). Neste duplo sentido, a gramática clássica acaba por captar todas as ocorrências possíveis de elipses nas línguas, já que, na pior das hipóteses, poderá sempre rotular de *retórica* uma forma elíptica particularmente rebelde aos modelos canónicos da oração. Não é o caso para os conceitos linguísticos de categoria vazia e elipse, cuja validade, como veremos, é muito restrita e está longe de poder dar conta da infinita variedade dos fenómenos de ocultação e apagamento das línguas naturais —ver parágrafos 1.2 e 1.3. Em gramática generativa, a elipse não pode, por consequência, ser tratada senão de modo formal, limitando-a ao que é classicamente designado como elipse gramatical —falta de um constituinte.

1.1.3 A noção de opacidade

Os clássicos desaconselham de maneira mais ou menos unânime o uso sistemático das formas elípticas, particularmente pelo risco de cair em frases de tal modo reduzidas que se tornem ambíguas. A maioria dos gramáticos clássicos insiste na *prudência* com

¹³ Sobre o conceito de economia, veja-se a citação seguinte: "É a elipse figura de muitíssima aplicação em Português e que outra cousa não é que a economia da linguagem", Mário Barreto, *Novos Estudos*, capítulo.12, p.125, citado in Morais Silva vol IV, p.238

¹⁴ Soares Barbosa (1822): "[As elipses] por outra parte são necessárias ao estylo patético e vehemente para dar mais fogo e vivacidade ao discurso, e assim imitar melhor a marcha precipitada das paixões. O ponto todo está em que as ideias, que se supprimem, sejam facéis de supprir ou pelo raciocínio, ou pela associação, que o uso tem feito de humas com outras, ou pelo estado de agitação, em que se acha tanto quem fala, como quem ouve." (p.409-410)

¹⁵ Bernard Lamy (1675) nota a faculdade única da elipse de poder acompanhar a marcha brusca dos sentimentos. Sem elipse, como seria possível dizer a violência das emoções? "Une passion violente ne permet jamais de dire tout ce que l'on voudroit dire. La langue est trop lente pour suivre la vitesse de ses mouvements ; ainsi l'on ne trouve dans le discours d'un homme que la colere anime qu'autant de mots que la langue en a pû prononcer dans la promptitude de la passion. Quand le mouvement de cette passion est interrompu, ou tourné d'un autre costé, la langue qui le suit, profere d'autres paroles qui n'ont plus de liaison avec celles qui precedent. [...]". "Ellipse" dit la même chose qu'"Omission". Bernard Lamy, "Art de parler" (1675), Munich, 1980 (Ed. Wilhelm Fink), lib. II, cap. III. (Citado por Olivier Bettens, e-mail from: obettens@worldcom.ch), to: fmart@mail.ua.pt, *Sanctius et les Imperceptibles*, 29/5/1997)

que se deve usar tal figura¹⁶ —em especial quando se trata de elipse gramatical—, face aos abusos por vezes verificados. Os autores da “Grammaire Larousse”, por exemplo, referem as *insanidades* que por vezes os gramáticos das Luzes formularam com base na elipse¹⁷. Para medir a pertinência desse uso, a gramática clássica prevê uma série de modelos prescritivos capazes de avaliar e ordenar sob forma de escala de valores os diversos tipos de elipses.

A ideia da existência de uma *escala de opacidade* da elipse (Bartlett 1983), do transparente ao opaco, traduz esse cuidado prescritivo. As elipses transparentes seriam aquelas nas quais o termo elíptico tem uma distribuição perfeitamente identificável, e comuta de maneira óbvia com determinado elemento lexical. Esse tipo de distribuição transparente entre elementos alternadamente saturados e vazios corresponde *grosso modo* à elipse gramatical e assemelha-se à ocultação de um constituinte facilmente suprível, como em construções comparativas ou superlativas (“Ele é maior do que tu [és]”).

Existem no entanto elipses opacas, caracterizadas por uma combinação de traços manifestos que assinalam uma operação de *ocultação*, a intuição de um vazio não localizado, como nas frases sentidas como completas embora canonicamente deficientes, orações ou construções fragmentárias, par pergunta/resposta, etc, do tipo “Rua!”, “Parabéns!”, “Quanto?”. Neste segundo caso, a tradição gramatical tende a falar de elipse retórica¹⁸. Neste tipo de frases, existe opacidade na medida em que não é explícita parte da sua estrutura: há falta do sujeito, do verbo, ou até redução a uma simples forma pronominal. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (2) a. Quem comeu o bolo que aqui estava ?
 b. Eu não [=não comi o bolo que aqui estava].
 c. Eu!

1.1.4 O subentendido

Para a gramática clássica, qualquer elemento é elipsável se puder ser sub-entendido pelo locutor, pelo que elipse e não-elipse não passam afinal de variantes estilísticas, caracterizando-se a elipse no quadro clássico pela ideia de variação livre: a falta de um elemento é resolvida no seu contexto, por referência a material lexical, sendo as formas lexical e elíptica equivalentes para o locutor. Esta noção de variação livre encontra-se presente por exemplo em Sanctius. Segundo Clerico (1983:49), a concepção da elipse de Sanctius baseia-se na ideia de que o sentido permanece idêntico entre a construção integral

16 Cunha & Cintra (1984): “Em gramática, a elipse de um termo deve ser invocada apenas quando manifesta. E, ainda assim, com extrema prudência.” p.614.

17 Chevalier, Blanche-Benvéniste, Arrivé & Peytard (1964): “En grammaire, [l'ellipse] doit être invoquée avec une extrême prudence. Elle conduit aux pires insanités, comme le montre l'exemple des grammairiens philosophes du XVIII^e siècle, acharnés à tout aligner sur certaines constructions de pensée. [...] Même utilisé avec tact, le recours à l'ellipse, en grammaire, est souvent inutile et, plus généralement, nuisible” (p.99)

18 Para Noël & Chapsal (1823), citados por Haroche & Maingueneau (1983), põe-se a questão de saber se a ideia da falta de um elemento, vulgarmente conhecida como *elipse*, não passará afinal de uma preocupação exclusiva dos gramáticos zelosos das construções canónicas. Para o usuário, ao contrário do gramático, raramente haverá intuição de uma falta, ou de uma incompletude, já que o subentendido é só por si do domínio da evidência. “L'ellipse supprime les mots nécessaires à la construction de la phrase pour la rendre pleine et entière, mais inutiles au sens, parce que ceux qui sont énoncés les font aisément suppléer.” (p.144)

e a construção elíptica. Não há diferença de sentido entre forma elíptica e forma lexical, há pelo contrário paralelismo entre as duas —a quantidade de informação é a mesma—, e existe portanto redundância no caso de a elipse ser restituída. Sendo assim, a operação de resolução da elipse é um pleonasmo.

Na medida em que o sub-entendido implica o escondido, o uso dos termos *oculto* para referir a palavra objecto de elipse e *ocultação* para designar a operação correspondente, relaciona-se claramente com a preocupação dos autores clássicos em calar o óbvio e o não-dito. Acerca da elipse do nominativo, por exemplo, Magalhães (1805:14) diz: “Não póde haver Oração sem nominativo, e verbo; ou cada hum destes esteja claro, ou occulto. Nominativo claro he quando está posto na Oração; Nominativo occulto he quando não está na Oração, mas se deve entender: o mesmo se diz verbo claro, ou occulto.” De facto, de que serve expressar aquilo que é óbvio, para quê *cansar os ouvidos*? Neste ponto, fica claro que o oculto é sempre o evidente: só a evidência autoriza a elipse. O oculto só não é ambíguo na medida em que aquilo que é esperado é do domínio da evidência e não precisa de ser mencionado. Pelo contrário, o incerto nunca pode ser ocultado: só se pode economizar aquilo que é manifesto.¹⁹

No domínio da terminologia da elipse e da expressão do sub-entendido, convém referir o conjunto de termos usados para designar os vários aspectos do processo de ocultação, como *omissão*, *subtracção*, *supressão*, *apagamento*, *encurtamento*, etc, e os verbos escolhidos para descrever a sua clarificação: *suprir*, *restituir*, *reformular*, etc. A escolha entre esses termos parece depender do grau de ocultação ou de opacidade: quanto mais claro for o processo de resolução —é o caso das elipses gramaticais—, menos o contexto tem importância. Assim, a supressão de um termo da oração pode ser resolvida por uma restituição correspondente a um elemento manifesto. Segundo Soares Barbosa (1822), por exemplo, para quem esta figura é uma maneira de *regularizar* aquilo que qualifica de “syntaxe de regencia irregular”, a elipse é uma figura “pela qual se cala alguma palavra, ou palavras necessarias para a integridade grammatical da frase, mas não para a sua intelligencia”²⁰. Distinguindo entre elipse por “Rasão” e elipse por “Uso”, Barbosa acrescenta que “[...] toda a elipse que não he viciosa, anda sempre juncta com os supplementos, que ou a Rasão, ou o Uso subministrão ao Espirito de quem ouve, ou lê para completar o sentido.” Crucialmente, Soares Barbosa classifica como “ellipse que tem por fundamento a Rasão” uma frase como:

- (3) O caminho da verdade he o unico e simples; e o da falsidade he vario e infinito

¹⁹ Haroche & Maingueneau (1983) citam a seguinte observação de Jacques Lacan: “[...] n'est caché que ce qui manque à sa place.” Embora os excessos do Lacanismo nos convidem a uma certa prudência, esta citação pode talvez sugerir que, pelo menos para alguns autores, o uso e abuso da elipse tem algo a ver com o afectivo, ou com uma preocupação lúdica de cumplicidade com o leitor.

²⁰ Todas as citações estão nas páginas 404-406

Acerca deste tipo de construção diz o autor que “tem a razão por fundamento todas as ellipses, que se supprem com alguma palavra, declarada ja em alguma parte analoga da mesma oração, ou periodo, e que não se repete nas outras por causa de brevidade e por ser facil de entender.” Soares Barbosa conclui que “nestas e semelhantes ellipses a razão mesma e a analogia das orações entre si, mostram logo a palavra, que se lhes deve entender sem ser necessario repeti la.”

Quanto às “ellipses que tem por fundamento o uso”, o autor explica que “so são auctorizadas pelo uso de cada lingua”, e que “he preciso supprir de fóra as palavras, que faltão.” Para exemplificar, cita expressões como “os (Homens) mortaes”, “os (Homens) Christãos”, “o (Poeta) Camões”, etc . Este tipo de elipse de uso parece típico dos “abusos” apontados anteriormente.²¹

1.2 O vazio na Gramática Generativa

1.2.1 A noção de vestígio

No quadro da Teoria da Regência e da Ligação (TRL) —a teoria dominante nos anos 80 em Gramática Generativa—, as noções anteriormente referidas mantêm uma certa importância. Tal filiação poderá ser vista como baseada nas intuições deixadas pela gramática clássica sobre o vazio elíptico, embora não haja obviamente nenhuma continuidade metodológica a concluir.

Note-se que a terminologia clássica desenvolvida à volta do sub-entendido contribui para o actual quadro formal. Embora não haja em termos descritivos qualquer continuidade entre os pressupostos dos modelos respectivos, as abordagens, no quadro da TRL, do problema da elipse, mencionam de facto dois momentos básicos semelhantes aos tradicionalmente referidos: a elipse implica sempre um duplo processo, sendo o primeiro o *autorizar* um vazio, e o segundo o *restituir* esse vazio. Quer seja motivado por uma operação de apagamento, quer seja basicamente engendrado, esse vazio implica pois a existência de condições de *legitimação* especificamente definidas no âmbito da gramática, e a sua restituição implica a possibilidade de atribuir *identificação* ao termo elíptico, isto é, de “remediar” o que está em falta²². A diferença entre a configuração observável e a estrutura subjacente permite concluir que existem sempre na oração final indícios suficientes para permitir restituir a estrutura linguística de base. Sendo assim, quer os movimentos efectuados, quer os constituintes lacunares devem poder ser recuperados.²³

²¹ Ver notas 16 e 17, p.8

²² A binaridade do fenómeno elíptico, reafirmada pela análise generativa, está bem patente na oposição clássica entre as duas operações complementares *subintelligere* e *supplere*: “On trouve véritablement à foison dans la “Minerve”, à côté du terme «ellipse» proprement dit, ceux de *intelligere*, *intellectum*, *subintelligere*, *subintellectum*, qui s’opposent à *expressum*; *supplere*, *suppletio*; *restituere*, *restitutio*.” (Clerico 1983:46)

²³ Resta saber se as condições a que obedecem legitimação e identificação de conteúdo são as mesmas para todas as categorias vazias.

Do ponto de vista filosófico, o conceito de categoria vazia não é pacífico: parece introduzir uma solução de facilidade para reduzir a complexidade no domínio das línguas. A afirmação da existência de um vazio categorial pode soar a alguns como *escandalosa*²⁴, porque constitui uma fonte de indeterminação num modelo em princípio caracterizado pelo seu rigor formal. O próprio Chomsky apercebe-se da necessidade de reafirmar a existência de categorias vazias quando refere, por exemplo, que “se o movimento não deixasse uma categoria vazia (vestígio), então estes fenómenos continuariam a ser um mistério”, e que “a hipótese de que o movimento deixa um vestígio é, pois, empírica e é apoiada por evidência do tipo da que apresentámos.” (Chomsky, 1986b:124). De modo geral, Chomsky qualifica as categorias vazias de *assunção*, e as provas da sua existência de *evidência*.²⁵ Raposo (1992:336) cita o seguinte texto de Chomsky: “[as] propriedades [destas categorias] dificilmente podem ser determinadas indutivamente a partir de fenómenos visíveis observados, e portanto reflectem presumivelmente recursos internos da mente.”

Até que ponto a elipse corresponde a uma categoria vazia?

Esta questão deve ser posta na medida em que o modelo de categoria vazia desenvolvido por Chomsky na TRL, visa essencialmente os *vestígios*, cópias nulas de constituintes movidos, e que alguns testes permitem ver como certo tipo de **anáforas nulas**, como em:

- | | | | |
|-----|----|--|------------------|
| (4) | a. | Eu não sei o que a Maria comprou [-] na loja | (vestígio de Wh) |
| | b | Quem é que a Maria viu [-] ontem? | (vestígio de Wh) |
| | C. | O livro foi lido [-] pelo autor | (vestígio de NP) |

A posição vazia assinalada em (4a.b) corresponde a um vestígio de Wh, também referido como variável, e em (4c) representa um vestígio de NP. São vestígios na medida em que ambos resultam de um movimento. O antecedente de um vestígio de NP move-se para uma posição argumental, sendo o movimento geralmente motivado por uma atribuição de caso. O antecedente de um vestígio de Wh move-se para uma posição não argumental, em princípio para [Spec,CP], onde desempenha o papel de *operador* da variável assim criada, função relevante na FL .

1.2.2 A Tipologia das Categorias Vazias

Na medida em que se assumem elementos zero como fazendo parte activa da gramática das línguas naturais, deve também assumir-se a capacidade do locutor em saber distinguir e posicionar esses elementos nas representações que constrói, isto é, em dispor de princípios e parâmetros para legitimá-los e identificá-los. Como veremos, do mesmo

24 “L’hypothèse d’une catégorie vide (notée (e)), qui n’est pas plus scandaleuse que celle des nombres imaginaires en mathématiques, est étayée par un certain nombre de considérations empiriques.” (Pierre Pica (1985:8).

25 Cf. este outro comentário: “A questão da existência e das propriedades das categorias vazias, que não têm forma fonética, é particularmente interessante, visto que o aprendiz da língua não encontra evidência directa sobre elas.” (Chomsky 1986a:162).

modo que os elementos plenos, os elementos nulos em questão não podem aparecer em quaisquer configurações, ocupar quaisquer posições. Assim como as categorias plenas, também as categorias vazias devem ser legitimadas e identificadas, isto é, obedecer a restrições distribucionais e receber conteúdo semântico.

Embora o conceito de categoria vazia esteja, como vimos, parcialmente ligado ao subentendido da gramática clássica, só faz verdadeiramente sentido numa teoria como a gramática generativa. De facto, em Chomsky (1973), aparece a ideia de que qualquer elemento deslocado deixa um vestígio de si próprio na posição de origem, que fica regido pelo elemento deslocado e é com ele co-indexado. Esse vestígio é uma cópia do original, tendo em princípio todas as suas propriedades, menos a forma fonética.

No âmbito da TRL, vários módulos da Teoria exigem a presença desse vestígio na representação sintáctica. Sendo a categoria vazia de natureza imperceptível, o seu princípio deve ser completado por meios que permitem atestar a sua existência. Dois desses meios são o Princípio de Projecção e a Teoria X-barras. No primeiro caso, assume-se que as estruturas sintácticas são determinadas à partida pela estrutura de subcategorização dos itens lexicais, isto é, tal estrutura é projectada em sintaxe, onde, em conjunto com os requisitos da Teoria X-barras, corresponde a determinada configuração, e implica a presença de determinados nós. Se acontece que, durante a derivação, um argumento está em falta, e que a estrutura se revela incompleta, então, de maneira a preservar a referida estrutura, deve supor-se a sua presença, imperceptível na Forma Fonética, sob forma de categoria vazia. A teoria dos vestígios é uma consequência do Princípio de Projecção, na medida em que as propriedades de subcategorização dos itens lexicais têm de ser verificadas em todos os níveis da representação, pelo que, no caso de haver movimento, um vestígio tem necessariamente de ocorrer na posição de origem. A configuração sintáctica na qual um item lexical é inserido é pois directamente determinada pelas suas propriedades temáticas. Do Princípio de Projecção, Chomsky (1981) dá a seguinte formulação:

- (5) Princípiodeprojecção
As propriedades de marcação temática de cada item lexical devem ser representadas em cada nível sintáctico: em FL, Estrutura-S e Estrutura-P.

Chomsky (1986b:97) refere que “uma consequência do Princípio de Projecção é, em termos informais, o facto de, se um elemento for «interpretado» como ocupando uma dada posição, esse elemento ter de estar *aí* na representação sintáctica, quer como uma categoria evidente que está foneticamente realizada, quer como uma categoria vazia, à qual não é atribuída forma fonética.” Vejamos o exemplo seguinte, caso de movimento do objecto para [Spec,IP] na passiva: a posição de objecto directo do verbo *roubar*, que exige um argumento interno, é agora ocupada por um vestígio, já que o NP objecto se elevou na estrutura até [Spec,IP] onde recebe Caso Nominativo:

(6) [IP [O carro]_i foi roubado v_i esta noite]

No quadro da TRL afirma-se um princípio geral e propõe-se uma tipologia para as categorias vazias. Em Chomsky (1981), sugere-se que uma categoria vazia é um nó desprovido de conteúdo fonético, e que existem vários tipos de categorias vazias, dependendo das suas propriedades sintáticas e da sua sensibilidade aos vários módulos da teoria, em particular aos princípios da Teoria da Ligação (TL). A TL (Chomsky 1981, 1982), estipula três tipos de NPs plenos, isto é, foneticamente realizados: anáforas, pronomes e expressões referenciais. Esses NPs podem eles próprios ser vistos como a combinação de dois traços primitivos, [± anafórico] e [± pronominal], combinação essa que dá origem a quatro tipos de NPs caracterizados por associações de traços diferentes:

- (7) a. [+anafórico] [-pronominal] (anáforas)
- b. [-anafórico] [+pronominal] (pronomes)
- c. [-anafórico] [-pronominal] (expressões referenciais)
- d. [+anafórico] [+pronominal]

Assim, os constituintes que têm os traços em (7a) são conhecidos como *anáforas*, e são por exemplos os reflexos simples. A combinação em (7b) refere por seu lado os *pronomes* em geral, como *ele*, *tu*, etc. Quanto à combinação em (7c), podemos aplica-la às expressões referenciais em geral, aos NPs, como *o gato*, ou *o João*. Se as combinações (7a.b.c) são facilmente associadas aos três tipos de NPs anteriormente referidos, a quarta levanta sérios problemas, já que a associação desses dois traços marcados positivamente parece à partida contraditória. Embora não haja NP pleno que satisfaça a combinação (7d), há, como veremos, um NP vazio que o faz, e que será identificado como o pronome anafórico nulo PRO.

Põe-se também a questão de saber se o mesmo tipo de combinações de traços é relevante para descrever os elemento nulos, o que seria desejável em termos de simplicidade da teoria gramatical. Além disso, há que determinar se as categorias vazias são simplesmente variantes vazias das categorias plenas, e, em especial, se uma categoria vazia também é possível onde o é uma categoria plena, e vice-versa. Com base nos traços [± anafórico] e [± pronominal], as categorias não foneticamente realizadas podem ser integradas numa *tipologia*. Chomsky (1986b:169) elabora um paralelo entre as combinações relevantes para categorias vazias e categorias lexicalmente realizadas. Esse paralelo é resumido no quadro em (8), e para a sua completa justificação, remete-se para Chomsky (1982, 1986b), Duarte (1987), Brito (1988) e Raposo (1992):

(8) Tipologia dos NPs

Combinação de traços	Categorias plenas	Categorias vazias
[+anafórico] [-pronominal]	anáforas	Vestígio de NP
[-anafórico] [+pronominal]	pronomes	<i>pro</i>
[-anafórico] [-pronominal]	expressões referenciais	vestígios de Wh
[+anafórico] [+pronominal]		PRO

Interessam-nos aqui em particular as categorias vazias *pro* e PRO. A primeira em tudo se assemelha a um pronome pessoal —pode substituir um NP referencial—, sendo simplesmente não pronunciável. Desde Rizzi (1986), assume-se que em algumas línguas —chamadas *pro-drop*—, como o Italiano, onde os pronomes plenos são opcionais em frases flexionadas, a posição sujeito é ocupada por um pronome nulo de tipo *pro*. Também se refere *pro* para ocupar a posição de objecto opcional (Rizzi 1986), e em alguns casos, que não vale a pena aqui desenvolver, para justificar o sujeito das formas imperativas do verbo.

Além disso, *pro* é apontado nesse tipo de línguas como sujeito dos verbos meteorológicos, sendo neste caso um pronome não argumental. Esses verbos não têm papel temático a atribuir. Se nas línguas sem sujeito nulo, esses verbos devem sempre manifestar um sujeito pleno, embora meramente expletivo —Francês *il*, Inglês *it*, Alemão *es*—, nas línguas *pro-drop* pode supor-se que essa posição é ocupada por *pro*.²⁶ Nos exemplos seguintes, encontramos alguns dos usos de *pro* anteriormente referidos:²⁷

- | | | | |
|-----|----|---|--|
| (9) | a. | <i>pro</i> Procuro o João | (<i>pro</i> sujeito argumental) |
| | b. | <i>pro</i> Choveu toda a noite | (<i>pro</i> não argumental expletivo) |
| | c. | Questo conduce <i>pro</i> alla seguente conclusione | (<i>pro</i> objecto arbitrário) |

A combinação de traços, [+anafórico] [+pronominal], que não equivale a nenhum NP lexicalmente realizado, é habitualmente associada na TRL a PRO. Este elemento é ao mesmo tempo uma anáfora e um pronome, obedece portanto ao mesmo tempo ao Princípio A e ao Princípio B da TL, sendo pois ao mesmo tempo livre e ligado na sua categoria de regência, o que é obviamente contraditório. A maneira de resolver este dilema é de postular que PRO não é regido nem pode sê-lo e não tem portanto nenhuma categoria de regência, o que é resumido no Teorema de PRO, em Chomsky (1981): PRO não pode ser regido. Na representação seguinte, vemos PRO, no seu uso típico de sujeito de uma oração infinitiva, como categoria vazia [+pronominal] e [+anafórica]:

- (10) [O João]₁ quer [PRO₁ comprar o livro do Chomsky]

A relação que intuitivamente assumimos entre *o João* e o sujeito de *comprar* em (10) é a de co-referência, ou controlo, assinalada por co-indexação, entre o pronome PRO e o NP sujeito principal.

Em síntese, a TRL aceita quatro tipos de categorias vazias: vestígios de NP, vestígios de Wh, *pro* e PRO. Vemos assim que a noção de categoria vazia de Chomsky (1981,1982) não contempla ainda a existência —atestada— de vários tipos de relações anafóricas —no sentido mais amplo da palavra— na ausência de qualquer movimento, típicas da elipse. Põe-se por isso a questão de saber se, nas frases seguintes, haverá que

²⁶ Cf Huang (1995), para uma síntese sobre sujeitos nulos e objectos nulos.
²⁷ O exemplo (9c) é de Rizzi (1986)

referir os constituintes vazios presentes em termos de elipse ou em termos de categoria vazia anafórica:

- (11) a. Eu tenho lido muito, e tu também tens [-]
 b. O João leu a poesia camoniana e a [-] camiliana
 c. O livro do João é interessante, mas o [-] da Maria não é [-]

A observação destes exemplos permite concluir que existe uma relação formal entre alguns dos constituintes presentes e o constituinte vazio. Será o caso, por exemplo, em (11c), em que podem ser restituídos *livro* e *interessante*, a partir dos elementos anteriores lexicalmente realizados. Crucialmente, o constituinte elíptico revela as duas características seguintes: em primeiro lugar, não corresponde a qualquer tipo de movimento de constituintes —pelo que não é um vestígio—, e, em segundo, pode ser recuperado a partir dos elementos efectivamente realizados.

1.2.3 O Princípio da Categoria Vazia

Os exemplos seguintes de extracção de constituintes Wh em Inglês mostram que os vestígios resultantes de uma extracção devem obedecer a requisitos de um tipo particular:

- (12) a. What_i do [_{IP} you think [_{CP} t'_i that [_{IP} Paul will say t_i]]]?
 b. What_i do [_{IP} you think [_{CP} t'_i [_{IP} Paul will say t_i]]]?
 (13) a. *Who_i do [_{IP} you think [_{CP} t'_i that [_{IP} t_i will bring flowers]]]?
 b. Who_i do [_{IP} you think [_{CP} t'_i [_{IP} t_i will bring flowers]]]?

Em (12), vemos que no caso de extracção longa *cíclica* de um objecto, por Mover wh, o vestígio t_i em posição argumental, independentemente da presença ou não de um COMP lexical, é regido pelo verbo, sendo por isso tematicamente regido. Quanto ao vestígio intermédio t', podemos ver que é regido pelo constituinte “what” co-indexado.

Em (13), caso de extracção de sujeito, existe uma assimetria relacionada com a realização ou a não realização do COMP lexical *that*. A diferença de gramaticalidade entre (13a) e (13b) tem sido explicada de várias maneiras na Gramática Generativa: na primeira representação, *that* intervém entre a posição sujeito e o vestígio intermédio em [Spec,CP]. Sendo assim, *that* é um regente potencial, e tem a capacidade de reger IP e os seus constituintes, incluindo a posição sujeito, o que é indesejável. Claramente, o regente para o vestígio do sujeito deveria ser o vestígio intermédio em [Spec,CP], co-indexado com ele. Temos pois uma situação com dois regentes potenciais, COMP e t', e a frase é má, visto que *that*, regente mais próximo do vestígio a reger, não rege tematicamente —não tem papel temático a atribuir— nem rege por antecedente o vestígio do sujeito —não estão co-indexados. Pelo contrário, na frase (13b), não havendo COMP lexical, nada impede o vestígio intermédio de reger a posição do sujeito. Note-se também que em (13), o vestígio

intermédio em [Spec,CP] é em ambos os casos regido pelo constituinte *Who* com ele co-indexado.²⁸

Pode-se portanto formular o ECP como um princípio de legitimação dos vestígios: para serem legitimados —isto é, para ocorrerem em determinada posição—, os vestígios devem ser regidos de um modo particular, devem ser estritamente regidos.²⁹ Em Chomsky (1986a), a **Regência Estrita** —em Inglês *Proper Government*³⁰— é definida no quadro das *Barreiras* como **Regência Temática** —um núcleo marca tematicamente o vestígio— ou como **Regência por Antecedente** —uma projecção máxima co-indexada rege o vestígio:

- (14) Princípio da Categoria Vazia
Os vestígios devem ser estritamente regidos
- (15) Regência Estrita
A rege estritamente B sse A rege tematicamente B ou A rege por antecedente B
A rege tematicamente B sse A rege B e A marca tematicamente B
A rege por antecedente B sse A rege B e A está co-indexado com B

Em (15), a regência estrita pode ser traduzida sintacticamente de duas maneiras, a regência temática e a regência por antecedente. A primeira é uma relação entre uma categoria lexical e o seu complemento subcategorizado³¹, e é relevante para os vestígios que podem estar separados por uma grande distância do seu antecedente, no caso de extracções longas, bastando para isso serem regidos localmente por um núcleo lexical —capaz de atribuir papel temático. Vejamos os exemplos seguintes, casos de extracção do objecto curta e longa, respectivamente:

- (16) a. Eu não sei [_{CP} [que livro]_i] é que [_{IP} o João comprou v_i]]
b. Eu não sei [_{CP2} [que livro]_i] é que [_{IP2} o Pedro acha [_{CP1} v'_i que [_{IP1} o João comprou v_i]]

Em (16a), o vestígio v_i encontra-se estritamente regido, sendo regido tematicamente pelo verbo —é o seu argumento interno—, pelo que o ECP é satisfeito e a frase é boa. Note-se que mesmo em casos de extracção longa —como em (16b)—, a frase continuaria a ser boa, na medida em que o vestígio v seria sempre regido tematicamente. Põe-se no entanto a questão do estatuto do vestígio intermédio relativamente ao ECP. Assim, para o vestígio v' em [Spec,CP1], assume-se que é regido por antecedente pelo constituinte Q em [Spec, CP2], na medida em que nem CP1 nem IP2 são barreiras: CP1 é marcado lexicalmente pelo verbo *achar*, pelo que é um CP transparente à regência, e IP2 é nó irmão de C.

²⁸Cf Chomsky (1986a), Raposo (1992), capítulo 14

²⁹O ECP tem sido definido de várias maneiras (ou a formulação do ECP deu origem a teorias diversas). Cf entre outros: Chomsky (1981, 1986a, 1986b), Lasnik & Saito (1984, 1991), Jaeggli & Safir (1989), Rizzi (1990), Raposo (1992). A formulação aqui dada é a de Chomsky (1986a).

³⁰Note-se que a tradução de *proper* em Português é *estrito* em Matos (1992:41) e *próprio* em Raposo (1992:422). Adota-se aqui a tradução *regência estrita* para *proper government*.

³¹O que implica que as categorias funcionais estão excluídas da regência temática. Mais precisamente, as categorias funcionais podem reger, mas não podem reger estritamente, determinados vestígios. Este é um resultado indesejável para o ECP, já que limita a ocorrência de categorias vazias.

A Regência por Antecedente, por seu lado, impõe condições de minimalidade. No exemplo seguinte, temos um caso de NP sujeito submetido a Mover wh:

- (17) Eu não sei [_{CP} quem_i [_{IP} v_i comprou este livro]]

Em (17), o vestígio *v* encontra-se devidamente regido por antecedente pelo constituinte Q em [Spec,CP], não sendo aqui IP uma barreira para a regência, já que é irmã de C, e CP é marcada lexicalmente³².

Formalizam-se a seguir as noções de Regência Temática e Regência por Antecedente (Chomsky 1986a):

- (18) Regência Temática:
 α rege tematicamente β sse α for uma categoria de nível zero que marca tematicamente β , e α e β forem irmãos.
- (19) Regência por Antecedente
 A rege por antecedente B sse
 (i) A e B são categorias co-indexadas.
 (ii) A c-comanda B
 (iii) Não existe nenhuma categoria τ , τ uma barreira, tal que τ exclui A e domina B.

O ECP é retomado por Rizzi (1990), no âmbito da *Minimalidade Relativizada*. De acordo com este modelo, o regente efectivo de um constituinte deve ser definido em função do tipo de regência a considerar: só uma categoria máxima pode ser barreira para uma categoria máxima, e só um núcleo pode ser barreira para um núcleo. Rizzi (1990:7) dá a seguinte definição:

- (20) Minimalidade Relativizada
 X α -rege Y se não houver nenhum Z tal que
 (i) Z é um α -regente potencial para Y e
 (ii) Z c-comanda Y e não c-comanda X
 em que α =núcleo/antecedente

A condição de minimalidade, assim definida, permite considerar outras estratégias para satisfazer a regência estrita das categorias vazias, como ilustra o exemplo em (21):³³

- (21) ? [_{CP2} Que estudante_i não sabes [_{CP1} que livros de linguística_k [_{IP} tem [_{SV} v_i lido v_k]]]]?

Em (21), o vestígio do sujeito não é estritamente regido —regido por antecedente— devido a (20), já que o constituinte em [Spec,CP1], que é o antecedente do objecto directo, é um regente potencial mais próximo. No entanto, a frase é relativamente aceitável, pelo que, se lembrarmos que uma violação do ECP implica sempre resultados fortemente degradados, concluímos que outra maneira de recuperar a categoria vazia *v_i* deve existir nesta frase. Segundo Matos (1992:42-43), a aceitabilidade relativa de (21)

32 Note-se que os vestígios de sujeito e de objecto satisfazem o ECP de maneira diferente, o sujeito por regência por antecedente e o objecto por regência temática: na ausência de barreiras, podemos prever que tanto sujeitos como objectos podem ser facilmente extraídos localmente desde que legitimados pelo ECP, mas cada vestígio obedece a determinado tipo de regência: em (i), o vestígio do sujeito é regido por antecedente pelo constituinte Q, não sendo IP uma barreira, já que é irmã de C, e em (ii), o vestígio do objecto é regido tematicamente por V, pelo que ambos os vestígios são estritamente regidos e as extracções são gramaticais:

(i) Eu não sei [_{CP} quem_i [_{IP} v_i roubou o carro]]
 (ii) Eu não sei [_{CP} o que_i [_{IP} o João roubou v_i]]

33 Exemplo de Matos (1992:42)

mostra que v_i é regido por algum núcleo próximo. A estrutura de (21) sugere que a Regência Estrita pode ser reformulada mais precisamente do que em (15), nomeadamente em termos de Regência Estrita por Núcleo, já que, crucialmente, “o vestígio do sujeito deslocado é estritamente regido por FLEX”.

A Regência Estrita por Núcleo, que reduz a regência de um vestígio ao domínio de c-comando do núcleo regente, é formulada em (22), e o ECP é em consequência redefinido em (23):³⁴

- (22) Regência Estrita por Núcleo
Um núcleo X^α rege estritamente uma categoria α , se X^α reger α no interior de X' .
- (23) Princípio da categoria vazia
Uma categoria vazia não pronominal deve ser estritamente regida por núcleo

(23) implica assim que o ECP deve ser doravante considerado a dois níveis: o nível de legitimação formal das categorias vazias, processada por meio da Regência Estrita por Núcleo, e o nível da identificação do conteúdo das categorias vazias, realizada por Regência Temática ou Regência por Antecedente³⁵.

Concluimos, pois, que o princípio (14) e posterior reformulação em (23), limita as categorias vazias a um determinado tipo de configuração. Esta definição contribui substancialmente para compreender a natureza das categorias vazias: a regência estrita impõe-se pelo facto de as categorias em questão serem de algum modo incompletas, e precisarem de receber do seu contexto imediato —definido justamente pela regência estrita— as propriedades que lhes faltam. Para as categorias vazias, que devem ser interpretadas localmente, a noção de regência define esse domínio mínimo e atribui-lhe a identidade lexical que falta —por marcação temática ou por co-indexação com uma categoria plenamente identificada.

A noção de categoria vazia, definida em (14) e (23), vem mostrar que faz todo o sentido falar de vazio num quadro em que as categorias são identificadas em função das suas propriedades linguísticas e não da sua percepção directa: a ausência perceptiva não equivale à ausência linguística (Milner 1985). Para Raposo (1992:336), a *identidade real* dessas categorias vazias não permite confundi-las com uma *ausência*: “A conclusão de que existem *tipos diferentes* de categorias vazias, com propriedades distintas e restrições distribucionais diferentes, mostra claramente que estamos face a entidades linguísticas reais, que fazem parte da representação da linguagem na mente do falante/ouvinte. [...] Uma categoria vazia não é uma simples «ausência», porque uma ausência não pode possuir propriedades diferenciadas. Pelo contrário, uma categoria vazia é uma categoria linguística real com uma matriz gramatical, embora sem matriz fonológica.”

³⁴Rizzi (1990), p.31 e 87

³⁵ Uma das conclusões mais interessantes desta reformulação é a afirmação da existência do Acordo Núcleo - Especificador, em que núcleos providos de traços fortes partilham esses traços com o seu especificador.

A noção de categoria vazia reintroduz assim a antiga relação entre a gramática e o vazio, mas agora bastante distante da posição clássica, na medida em que o elemento em causa não aparece mais como uma ausência a suprir, um defeito a remediar, mas uma condição de boa formação das orações. Tanto a teoria dos vestígios —Chomsky (1973)— como a introdução do ECP em Chomsky (1981), sucessivamente reformulado por vários autores, que postulam a existência de elementos vazios, nulos do ponto de vista fonético mas activos do ponto de vista sintáctico, mostram a evolução do estatuto do imperceptível linguístico. A importância que a noção de categoria vazia introduz na análise da Sintaxe é a da própria relação entre a linguagem e o vazio: este deixa de ser uma lacuna, uma falta, a intuição de uma ausência, um acontecimento exterior à própria língua, para se tornar numa propriedade intrínseca da estrutura sintáctica.

Mas como a exposição tem vindo a mostrar, no quadro chomskyano continua a não haver um tratamento das categorias vazias para além das aqui referidas: vestígios de NP, vestígio de Wh, *pro* e PRO. Ora o problema crucial que se coloca é saber se a teoria está preparada para dar conta de categorias vazias como as que encontramos nos exemplos (11), entre outros. É o que vamos tentar perceber nos parágrafos seguintes.

1.3 Algumas perspectivas sobre o tratamento formal da elipse

A questão central que se levanta nesta secção é de saber se a elipse em geral, que corresponde a determinado nó estrutural desprovido de material fonético, pode ser reduzida a uma das categorias vazias apresentadas na tipologia (8). Por outro lado, se se optar por integrar as categorias elípticas no conjunto das categorias vazias, devemos então perguntar se o ECP, tal como é formulado em (14), é capaz de legitimar outras categorias vazias que presumivelmente não resultam de nenhum movimento

1.3.1 Elipse e redundância

Zribi-Hertz (1985), ao analisar o exemplo seguinte (p.58):

(24) Je choisais toujours Cuckor, car Marie adore [-].

considera que tal frase levanta alguns problemas para a identificação da posição vazia como elipse ou como categoria vazia: esta posição, representando o objecto, é uma posição argumental, regida tematicamente pelo verbo, pelo que o vestígio satisfaz as condições de legitimação do ECP. No entanto, o seu conteúdo referencial —aqui assinalado por co-indexação— levanta dúvidas, na medida em que o antecedente lexical se situa fora do CP local, encontrando-se na oração principal como argumento do verbo *choisir*. Existe intuitivamente uma relação de co-referência entre a posição vazia e determinado constituinte anterior, mas essa relação não é o resultado de um movimento. Não há qualquer cadeia argumental, de que a posição vazia seria a origem. A posição

vazia em (24) parece antes ser uma posição basicamente engendrada, e é plausível assumir que não é preenchida em Sintaxe de maneira a evitar alguma redundância. Sendo assim, a ausência de objecto do verbo *adorer* é uma elipse, e não uma categoria vazia, se por *categoria vazia* se entender as que são contempladas no módulo de Chomsky (1982,1986) em (8). Observe-se que a frase é boa, uma vez que o locutor de alguma maneira consegue restituir ao complemento subcategorizado a identidade que lhe falta³⁶.

O exemplo (24) sugere que a elipse de alguma forma seria independente do conceito de categoria vazia, princípio sintáctico aparentemente incapaz de dar conta de frases como (24). Zribi-Hertz (1985:60) propõe em alternativa um modelo funcional, onde a elipse é tida como uma *busca funcional de economia*, aquilo que chama o *princípio de recuperabilidade das elipses*:

(25) Numa posição estrutural P, aberta à elipse, só se pode *elipsar* material redundante.

Como (25) sugere, poder suprimir, dos enunciados realizados, determinado elemento, parece característico da tendência do locutor em evitar redundância. A noção de redundância aqui presente tem a ver com a teoria da informação, e resume-se à ideia de que, numa posição estrutural determinada, o grau de redundância de um elemento é proporcional à sua probabilidade de ocorrência. Proponho como ilustração os exemplos seguintes:

- (26) a. O João comprou o livro verde e o [-] vermelho
b. ?O João comprou o livro verde e o [-] antigo

Nestes exemplos de elipse do nome *livro*, a frase (26b), que me parece marginal, permite distinguir redundância e repetição: em (26b) a repetição da palavra *livro* é possível mas não provável. Faz pouco sentido considerar que é a palavra *livro* que é obrigatoriamente retomada, já que o adjectivo *antigo* implica informação nova e portanto ausência de redundância, pelo que *livro* aqui não é mais provável que *retrato* ou *vaso*. No entanto, na primeira frase, existe simetria perfeita e portanto material redundante, sendo o nome *livro* fácil de restituir.³⁷

Baseando-se na distinção funcional entre elipse, que implica redundância, e categoria vazia, que não implica, Zribi-Hertz (1985) sugere que a elipse escapa parcialmente à sintaxe das categorias vazias —embora tenha uma base configuracional parecida—, já que a possibilidade de alternar livremente forma lexical e forma vazia depende de factores não-formais, como a redundância discursiva. Nenhum dos vestígios previstos pelo ECP —cf. formulação (14)— parece corresponder à elipse tal como é definida em (25), na medida em que, ao contrário das elipses, as categorias vazias não

36 Repare-se no entanto que (24) é ambígua: ou a *Maria adora Cuckor*, ou a *Maria adora que seja eu a escolher Cuckor*. No primeiro caso, o antecedente lexical é o NP *Cuckor*, mas no segundo caso é toda a primeira parte da frase ("a Maria adora [que eu escolha sempre Cuckor]"). A primeira interpretação parece preferencial, mas o verbo *adorer* poderia perfeitamente marcar lexicalmente um CP e tomá-lo como argumento interno foneticamente vazio.

37 Como veremos no capítulo 3, a marginalidade de (26b) deve ser atribuída a factores de ordem lexical.

alternam livremente com material lexical —pelo contrário, vestígio e antecedente lexical excluem-se mutuamente na mesma posição estrutural. Sendo assim, a expressão *categoria vazia* —em Zribi-Hertz identificada como vestígio— não deveria ser vista como sinónimo de *nó vazio*, passando antes a designar uma sub-classe de nó vazio, caracterizada pela impossibilidade de ser livremente preenchida por material lexical, ao contrário da elipse, nó vazio lexicalmente *preenchível*. A possibilidade de recuperar informação não tem pois o mesmo alcance para a elipse e para a categoria vazia (vestígio), já que, no primeiro caso, essa recuperação depende das condições de enunciação —trata-se de recuperar material lexical redundante—, e no segunda depende da sintaxe.

As frases em (27), contêm um caso de categoria vazia —um vestígio de NP— e de elipse respectivamente:

- (27) a. Eu não sei [quelivros]_i o João comprou v_i na livraria.
b. O João comprou [o livro_i do Chomsky] e [o e_i do Kayne]

Como vemos em (27a), o ECP permite dar conta do conteúdo do vestígio v_i, visto que o constituinte movido *que livros* rege por antecedente, e portanto identifica o vestígio v_i, e é legitimado —regido tematicamente— pelo verbo *comprar* como seu argumento interno. No entanto, em (27b), em que o verbo aparece com dois argumentos coordenados, não existe nenhum movimento, pelo que a posição e_i em (27b) não é ocupada por nenhum vestígio.³⁸

Note-se que na sua conclusão, Zribi-Hertz (1985) sugere uma aproximação entre a elipse e a pronominalização: as elipses seriam pro-formas nulas, que alternam livremente com pro-formas lexicalmente realizadas, quando disponíveis. O princípio (28) tenta captar o paralelo entre elipse e pronome nulo:³⁹

- (28) Todas as elipses estruturais zeugmáticas são pro-formas nulas

1.3.2 Legitimação e identificação de *pro*: Rizzi (1986)

O ECP, concebido para dar conta da legitimação de vestígios providos do traço [+anafórico], deixa aparentemente de fora as categorias vazias pronominais de tipo *pro* e PRO, basicamente engendradas. Para se poder considerar uma teoria geral que descreva todas as instanciações das categorias vazias, inclusive as categorias vazias providas do traço [+pronominal], haverá que reformular a distinção entre legitimação e identificação.

Até Rizzi (1986), a TRL assume que as condições de boa formação da estrutura de constituintes são sempre condições de identificação suficientes. No caso das categorias

³⁸ No entanto, como é assinalado pelos índices introduzidos, pode pelo menos sugerir-se um certo tipo de regência para e_i, já que existe co-indexação entre a posição vazia e uma posição que a precede — lembramos que a Regência por Antecedente, definida anteriormente em (19), implica co-indexação —, pelo que se afigura que uma relação estrutural existe entre a primeira ocorrência de *livro* e a segunda.

³⁹ Zribi-Hertz (1985:68) O uso do conceito clássico *zeugma* em (28) não deixa de ter importância neste contexto, já que o seu significado está muito próximo de certo tipo de elipses caracterizadas pelo paralelismo das orações envolvidas. A expressão *elipse zeugmática* é pois particularmente rica do ponto de vista descritivo, já que conjuga a ideia de elipse com a de simetria, ideia que, como veremos no capítulo 3, considero central na teoria da elipse nominal.

vazias (vestígios), no entanto, deve distinguir-se entre legitimação⁴⁰ formal, verificada por meio da regência estrita definida no ECP, e identificação, verificada por intermédio da formação de uma cadeia de co-indexação entre vestígio e antecedente, ou variável e operador. Rizzi admite, por um lado, que vestígios e variáveis são ambos legitimados pelo ECP, princípio que estipula que a legitimação de um vestígio implica condições de regência estrita, e por outro lado, que o seu conteúdo —nomeadamente os seus traços morfológicos— é recuperado através de uma cadeia de ligação com o respectivo antecedente —ou operador.

Mas as propostas de Rizzi vão mais longe e apontam para a possibilidade de *pro* ocorrer numa configuração implicando condições de legitimação e de identificação que autorizem a sua distribuição e determinem como o seu conteúdo é recuperado. Assim, a legitimação de *pro* não arbitrário faz-se sob regência por um conjunto de núcleos especiais, que varia de língua para língua. A sua identificação requer por seu lado co-indexação com traços *fortes*. Neste caso, a regência é que satisfaz o ECP. Partindo de observações empíricas sobre o Inglês e o Italiano, que mostram que a segunda língua admite objectos nulos com interpretação arbitrária, em contraste com a primeira, que não admite, Rizzi sugere que esses elementos nulos são pronomes vazios, sujeitos às referidas condições de legitimação e identificação. Neste exemplo de objecto nulo em Italiano, Rizzi associa a presença de *pro* a uma interpretação arbitrária no objecto directo:⁴¹

- (29) *pro* Infi vengono fotografati *pro*_{arb} nudi
Fotografaram-se nus

Rizzi sugere que se reformule e alargue a noção de *pro*, de maneira a que seja possível especificar as suas condições de legitimação formal e também as condições nas quais o seu conteúdo é recuperado do contexto foneticamente realizado. Para o pronome vazio correspondente ao objecto nulo, propõe que se deve distinguir entre legitimação e identificação. Baseando-se numa analogia entre PRO e *pro*, Rizzi sugere que, como no caso de PRO, que é legitimado pelo Teorema de PRO e identificado pela Teoria do Controlo, se pode, do mesmo modo, especificar princípios formais e condições de identificação distintos para *pro*. O princípio em (30), onde o núcleo X^o pertence a qualquer tipo _y, pode ser considerado como um modelo de legitimação formal para *pro*:⁴²

- (30) *pro* é regido por X^o_y

40 O termo *licensing* é traduzido em Português por *legitimação* na versão portuguesa de Chomsky (1986a) e em Matos (1992), enquanto Raposo (1992) mantém o anglicismo *licenciamento*. A ideia é que as condições de boa formação das estruturas sintácticas devem ser vistas como condições de legitimação: a presença de determinado elemento em determinada posição é autorizada ou não por um certo número de condições —por exemplo, um argumento só é legitimado se está numa cadeia que contém uma posição temática visível. Para Chomsky (1986a:105), "Cada elemento que aparece numa estrutura bem formada tem de ser legitimado de um dos poucos modos disponíveis." Quanto a *pro*, Rizzi (1986) define a sua legitimação como "as condições que permitem que [o elemento nulo] ocorra em determinado contexto" (p.518).

41 Exemplos de Rizzi (1986:524). Note-se que nesta frase a posição de sujeito é ocupada por um *pro* expletivo.

42 A classe X_y pode variar. É o caso de l, que é em determinadas línguas capaz de legitimar *pro* e de lhe atribuir caso nominativo.

Relativamente à identificação de *pro*, Rizzi propõe que o seu conteúdo seja recuperado pela presença de traços de acordo fortes —Inglês *rich agreement specification*—, o que é resumido na convenção seguinte:

- (31) X é o núcleo legitimador de uma ocorrência de *pro*: então *pro* tem a especificação gramatical dos traços em X co-indexados com ele

O princípio (31) aplica-se em particular ao sujeito nulo, que é recuperado pela co-indexação entre os traços fortes de I e *pro*. De modo geral, o conteúdo de *pro* é recuperado por meio da formação de uma cadeia com o seu antecedente, havendo em consequência várias possibilidades de identificar *pro*: quer por meio de I, no caso do sujeito nulo referencial, quer por meio de V, no caso do objecto nulo em Italiano, quer por interpretação arbitrária, no caso de sujeitos impessoais, quer ainda por defeito, no caso de as condições precedentes falharem, sendo então *pro* um mero pronome expletivo.

A identificação de *pro* fica assim sujeita a parametrização, sendo por exemplo conhecido que o Inglês e o Francês não admitem nem *pro* sujeito nulo nem *pro* expletivo. Vejamos os exemplos seguintes, em que se prova a ausência de paralelismo entre o Português e o Francês quanto à ocorrência de *pro* sujeito nulo (32.a.b) e à existência de *pro* expletivo (33a.b):

- (32) a. Acho que *pro* é simpático
b. * Je pense que *pro* est sympathique
- (33) a. (*pro*) É pena teres vindo
b. *(Il) est bon que tu sois venu

A ideia de legitimação é distinta da de identificação e resume portanto as condições sob as quais *pro* satisfaz o ECP.

De modo geral, o modelo desenvolvido em Rizzi (1986), ao incluir a possibilidade de distinguir entre legitimação e identificação, alarga de maneira significativa o leque das categorias vazias sujeitas ao ECP. Esta distinção entre legitimação e identificação é particularmente forte, já que permite fazer predições: não haverá, por exemplo, *pro* referencial —isto é, com interpretação pessoal— nas línguas sem traços fortes, já que, em tal caso, *pro* não seria identificável. Poderá também haver línguas em que *pro* não-referencial (expletivo) exista, bastando para isso que seja legitimado por um núcleo —como I—, e que não existam traços fortes suficientes para identificar o seu referente. Esta parametrização de *pro* é particularmente importante para a abordagem da elipse nominal, já que em muitos casos, como veremos, haverá que distinguir entre várias instanciações referenciais ou não referenciais de *pro* elíptico.

Notemos que o modelo introduzido por Rizzi no sentido de distinguir entre legitimação e identificação dos elementos nulos, não deixa de lembrar as condições da gramática clássica sobre os mecanismos da elipse, como vimos anteriormente. Aprecie-se o paralelismo entre, por um lado, as duas operações clássicas de supressão e posterior

restituição dos elementos elípticos, e, por outro, a distinção entre legitimação e identificação desenvolvida por Rizzi. Em termos clássicos, aquilo que foi ocultado tem que ser clarificado, e só que é clarificável pode ser ocultado, isto é, a legitimação de um elemento vazio depende da sua identificação. Em termos informais, a ocultação eventual de um constituinte tem a ver com a possibilidade de um núcleo regente o legitimar, e a identificação desse mesmo constituinte é uma operação de reinterpretação da frase por co-indexação entre elementos logicamente ligados.

1.3.3 Legitimação e identificação das categorias elípticas: Lobeck (1995)

Como veremos no capítulo 3, é a ideia de legitimação e identificação de categorias nulas pronominais que vai servir de base ao tratamento de Lobeck (1995) de vários casos de elipse, em particular da elipse do nome. Para Lobeck, o constituinte vazio característico da elipse relaciona-se com *pro*, sendo ambos de tipo [+pronominal] e estando ambos sujeitos a princípios de legitimação e identificação. Se a elipse não é o resultado de um movimento, fica em contrapartida a ideia de que partilha propriedades com os pronomes. No caso da elipse do nome, como no exemplo seguinte (Lobeck 1995:23), o elemento vazio aponta claramente para uma categoria nominal anteriormente realizada, propriedade típica dos pronomes:

- (34) John calls on these students because he is irritated with [those [e]]

O problema ilustrado neste tipo de frase seria resolvido se a elipse fosse considerada uma forma de pronome vazio: de facto, tem pelo menos em comum com os pronomes o traço [-anafórico], e aplica-se-lhe pois o Princípio B, tal como aos pronomes —*um pronome é livre no seu domínio de ligação*. Também como os pronomes, a elipse pode prescindir de antecedentes sintácticos, e contentar-se com antecedentes pragmáticos ou discursivos. A elipse não é nem derivada por um movimento, nem A'-ligada, por exemplo por um operador vazio, nem A-ligada a um antecedente na sua própria oração. A elipse não é pois, segundo o modelo estabelecido, nem uma variável nem uma anáfora. No entanto pode ocorrer em enunciados coordenados ou subordinados e obedece à *restrição da anáfora para trás*, propriedades dos pronomes. As elipses são pois pronomes vazios.

A identidade suposta entre pronomes vazios e elipses deve permitir concluir que são legitimados do mesmo modo, embora seja também de prever que difiram no modo como o seu conteúdo semântico é recuperado. No modelo de Lobeck, é assim proposto que as elipses são pronomes vazios basicamente engendrados, e que a sua identificação depende de determinadas condições de reconstrução lógica. Lobeck pretende dar conta não só das categorias vazias definidas no âmbito do ECP, mas também dos pronomes vazios

resultantes de construção elíptica⁴³. De modo geral, as categorias elípticas são legitimadas e identificadas segundo as condições em (35):⁴⁴

- (35) Legitimação e identificação de *pro*
Um pronominal vazio não arbitrário deve ser estritamente regido por núcleo, e regido por um X^0 especificado por traços fortes.

Esta (con)fusão entre categorias vazias e categorias elípticas marca uma importante mudança de perspectiva relativamente ao ECP. Neste último, como vimos, traços co-indexados são o meio pelo qual o conteúdo referencial de um NP nulo é recuperado. Para Lobeck, pelo contrário, um princípio como (35) aplica-se de maneira uniforme a todo o tipo de categoria vazia —referencial ou não referencial—, e define em especial o modo como os nós *ocultos* elípticos são tornados visíveis a nível interpretativo. Sendo assim, o ECP evolui de forma a poder dar conta indistintamente, por um lado, das anáforas nulas —os vestígios—, e, por outro, dos pronominais nulos de tipo *pro*.

1.4 Conclusão

Do que antecede, podemos concluir que houve uma evolução nítida do conceito de categoria vazia. Se, nas primeiras versões —Chomsky (1981)—, o ECP inclui os vestígios e PRO, no modelo das *Barreiras*, Chomsky (1986a) impõe que este princípio se reduza aos vestígios e às variáveis, excluindo os pronomes nulos de tipo *pro*. A distinção entre legitimação e identificação de categorias vazias —Rizzi (1986)— permite no entanto reconsiderar a existência de categorias vazias pronominais e alargar o ECP aos casos de elipse, presumivelmente nós pronominais vazios.

Podemos considerar que uma definição da elipse é possível. Trata-se de uma categoria vazia —não foneticamente realizada— que crucialmente implica as duas características seguintes: ocorre directamente na representação sintáctica —é basicamente engendrada e não o resultado de um movimento em Estrutura-S—, e o seu conteúdo é determinado a nível da FL. Destas observações, conclui-se que a elipse está presente em todos os níveis de representação. Do ponto de vista da estrutura dos constituintes elípticos, devemos inferir que uma categoria elíptica deve ser a projecção em termos de X-barra de um constituinte sem realização fonética. Do ponto de vista descritivo, as observações permitem a seguinte generalização: a elipse só pode ser convenientemente integrada no modelo das categorias vazias se for assimilada a um constituinte pronominal.

⁴³ Note-se desde já que o modelo geral desenvolvido por Lobeck (1995) aplica-se a todos os tipos de categorias elípticas: elipse de VP, elipse de IP (sluicing), stripping (em Português *Despojamento* cf Matos 1992), e elipse do nome. Neste trabalho, o modelo de Lobeck será reduzido às considerações que faz sobre a elipse do nome.

⁴⁴ Lobeck (1995:20)

2. Algumas propostas sobre a elipse nominal

Neste capítulo, apresentam-se algumas propostas de tratamento da elipse do nome. No parágrafo (2.1), resume-se Ronat (1977), uma das primeiras propostas sobre a sintaxe da elipse do nome. Em (2.2), apresenta-se o modelo de DP elíptico sugerido em Bernstein (1993). Em (2.3), expõe-se o Princípio de Legitimação da Elipse, desenvolvido em Lobeck (1995). Em (2.4), resumem-se as propostas de Kester (1996) sobre a legitimação das categorias elípticas por meio de flexão adjectival. Por fim, apresenta-se em (2.5) a tese de Sleeman (1996) sobre a legitimação de *nomes nulos* por partitivos.

2.1 Ronat (1977)

Um dos primeiros trabalhos que tenta explicar por que razão em Francês só um certo tipo de adjectivos permite a elipse do nome é o de Ronat (1977), um trabalho elaborado no quadro da Teoria Standard Alargada, e por isso muito desactualizado, uma vez que parte de uma estrutura não binária para o NP. Ronat começa por notar que o Francês geralmente não admite “sintagmas nominais sem nome” (1a), embora em certos casos se constate a ausência do nome (1b.c):¹

- (1) a. * Les [e] qui parlent les ont vus
- b. J’ai choisi les deux [e] qui m’avaient été présentés
- c. Lui a préféré les [e] rouges

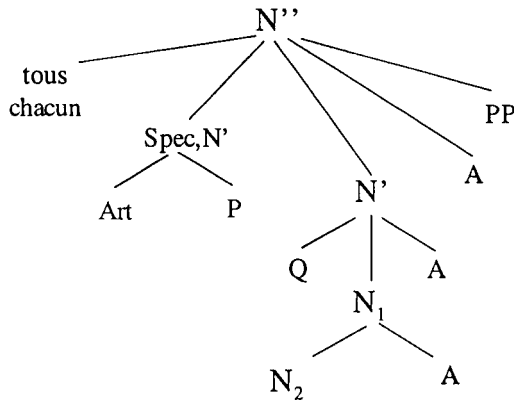
Ronat propõe a existência em Francês, a nível da estrutura do NP, de uma restrição sintáctica que autorize ou proíba a ausência do nome. Para isso, sugere uma configuração do NP que lhe permite avaliar o nível categorial da elipse do nome.

Na sua opinião, os **pseudo-adjectivos** (os relacionais, como *postal*), são gerados como adjuntos de N°. Quantificadores e adjectivos **simples** (intransitivos, como *rouge*), são dominados por N’. Adjectivos **complexos** (transitivos, isto é, seguidos de complemento, como *susceptible de*), e adjectivos **não-classificadores** (como *formidable*), são dominados por N’’. Finalmente, determinantes e relativas restritivas são gerados em [Spec,N’’], o que origina a representação seguinte:²

¹ Exemplos de Ronat (1977). O sinal [e] é meu.

² As relativas restritivas aparecem em Estrutura-S à direita de N” sob forma de PP, por regras de transformação. Quanto aos quantificador *tous* e *chacun* dominados por N”, Ronat baseia-se em Kayne (1975).

(2)



Como mostram os exemplos (1b.c), a elipse do nome parece aceitável quando o nome elíptico é adjacente a um quantificador ou um adjetivo intransitivo. Esses constituintes são estruturalmente irmãos de N . Para tentar explicar por que razão só quantificadores e alguns adjetivos permitem a elipse do nome, Ronat propõe a seguinte restrição estrutural (Ronat 1977, p.156):

(3) N' deve dominar alguma coisa em Estrutura-S

Quando há elipse —ou ausência do nome—, N' deve conter ou um quantificador ou um adjetivo, ambos irmãos de N em (2). A ideia de Ronat de que só os quantificadores e os adjetivos que são dominados por N' permitem elipse do nome justifica os casos em (4a.b). Nos casos em (4c.d.e), a elipse do nome não é possível porque N' não domina nada:

- (4)
- a. Les [N' trois [e]]
 - b. La [N' [e] rouge]
 - c. * [NP le [N' [e]]]
 - d. * le [N' [e]] (qui est) capable de trahir
 - e. * le [N' [e]] formidable

A restrição (3) levanta no entanto dificuldades, como a agramaticalidade do caso seguinte, em que N' domina no entanto o adjetivo *trois*:

- (5) * Samson a reçu les [N' trois e]formidables

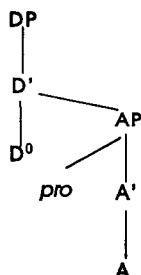
Se a agramaticalidade deste caso não pode ser atribuída a (3), devemos concluir que o modelo de Ronat é insuficiente, e que outras restrições, estruturais ou não, estão na origem da elipse do nome.

2.2 Bernstein (1993)

No seu trabalho sobre a sintaxe do DP, Bernstein aborda a problemática dos nomes nulos. A autora examina nomeadamente uma série de frases com nomes vazios em várias línguas, em que o artigo definido tem uma função crucial. Para explicar a variedade de construções elípticas nas Línguas Românicas, Bernstein sugere uma parametrização das propriedades do artigo definido. A sua proposta para a elipse nominal é que o D definido

é o **subordinador** de um constituinte diferente de NP. O artigo definido nas Línguas Românicas é capaz de **ligar** uma posição aberta —no sentido de Higginbotham (1985)— e transformar um predicado em argumento. Esse predicado pode ser um A, um PP ou uma oração relativa. A estrutura geral é a seguinte, e é baseada na proposta de Chomsky (1992) sobre adjectivos predicativos:

(6)



Para explicar a variedade de construções elípticas, Bernstein analisa as propriedades subordinadoras de D: em italiano, o artigo definido liga NPs, mas não APs, PPs e CPs, o que explica os casos seguintes:

(7)

- a. * Il grande
- b. * La decisione del preside e la del ministro
- c. * Il panino che ho mangiato e il che mi anno dato

Em Espanhol, o artigo definido liga APs, PPs, CPs, além de NPs, o que explica a existência, nesta língua, de várias formas de elipse do nome. Bernstein não justifica esta parametrização, e limita-se por exemplo a constatar que, em Espanhol, o artigo definido subordina uma oração relativa, ao contrário do Francês:

(8)

- a. El grande
- b. El de las Meninas
- c. Hablé com el que estaba

Em Francês, poderá admitir-se que o artigo definido liga APs, mas não é o caso com PPs e CPs:

(9)

- a. [Le [e] grand]
- b. * [Les [e] qui sont rouges]
- c. * [Le [e] de Durer]

Observe-se que, pelos exemplos seguintes, também em Português o artigo definido legitima um nome vazio seguido de um complemento PP ou CP:

(10)

- a. Das canções do José Afonso, prefiro [as [e] que escreveu antes do 25 de Abril]
- b. Embora já lesse [os [e] do Camões], a Maria nunca leu os sonetos do Bocage

Embora descreva línguas como o Italiano e o Português, na verdade, parece-me que o modelo de Bernstein não dá conta de todas as formas de elipse do nome, nomeadamente do tipo [D+AP] em Francês. De facto, o modelo de Bernstein, em que o artigo definido transforma o adjectivo ou o constituinte correspondente em argumento, implica que o artigo nominaliza um AP, um PP ou um CP, e exclui a presença de uma

categoria vazia de tipo *pro* na posição básica do nome. Considero que o principal obstáculo levantado pelo modelo de Bernstein é a posição sintáctica que propõe para os adjectivos, que segundo ela seriam núcleos adjuntos. Afigura-se-me por isso que as propostas de Bernstein sobre a sintaxe dos adjectivos devem ser reconsideradas. Admito também que a presença de *pro* em especificador de AP é contestável —ver (6). Na verdade, este modelo está em ruptura com a análise da elipse do nome como uma projecção NP com núcleo N vazio, o que impede que *pro* esteja em [Spec,AP].

2.3 Lobeck (1995)

Lobeck propõe que as categorias elípticas em geral, elementos pronominais vazios, satisfazem o ECP, do mesmo modo que os pronomes vazios do tipo sujeito nulo. Assim como os pronomes vazios, também as elipses devem ser identificadas por acordo com um constituinte caracterizado por traços fortes. Como é geralmente assumido, traços de acordo nominal são o meio habitual pelo qual o conteúdo referencial de um pronome vazio não arbitrário é recuperado, mas Lobeck mostra que o mesmo se aplica às categorias elípticas. Embora as elipses sejam categorias vazias não referenciais, Lobeck mostra que é possível analisar uniformemente pronomes vazios referenciais e não referenciais, e o meio habitual pelo qual um elemento elíptico é tornado **visível** para a interpretação.

2.3.1 Traços fortes, legitimação e identificação das elipses

Embora postule identidade formal entre pronomes e elipses, Lobeck introduz uma distinção que reside nas condições de recuperação lógica das elipses: ambos estão identificados por um antecedente, mas os pronomes, categorias vazias não arbitrárias, são idênticos em referência ao seu antecedente —são referenciais, e denotam indivíduos—, enquanto as elipses são desprovidas de capacidade referencial, e devem procurar conteúdo no seu antecedente. O exemplo seguinte mostra que o constituinte elíptico não é idêntico em referência ao seu antecedente. Lobeck propõe que o conteúdo de uma elipse é recuperado com base noutro tipo de relação de identidade, a que chama **reconstrução**.³

(11) O livro branco e o [-] verde são caros

Lobeck conclui que a elipse é tipologicamente um pronome vazio identificado por reconstrução, e difere dos pronomes vazios referenciais, que são identificados por referência. Às elipses, Lobeck atribui o rótulo **pronominais não-arbitrários não-NP vazios**, e aos pronomes referenciais **pronominais não-arbitrários NP vazios**. As categorias vazias presentes na elipse são melhor analisadas como um *pro* não arbitrário

³ Os exemplos citados neste capítulo são de Lobeck (1995). Os exemplos e glosas em Português são meus.

não-NP, identificado por reconstrução, mas são legitimadas por regência estrita por núcleo, do mesmo modo que NP *pro*. No entanto, as categorias elípticas só podem ser analisadas como estritamente regidas por núcleo se se optar por incluir as categorias funcionais C, I e D na configuração sintática⁴. *pro* não-NP não arbitrário é um complemento dessas categorias funcionais, e deve ser identificado por traços fortes nelas realizados. Lobeck assume que este é o meio pelo qual pronomes vazios referenciais e não referenciais são tornados visíveis a nível do processo interpretativo, respectivamente, de referência e de reconstrução. Haverá pois um princípio geral que legitima *pro*, pelo que as condições de legitimação e identificação da elipse decorrem de princípios independentes.

Na procura de uma configuração básica para as construções elípticas, algumas questões levantam-se, como, por exemplo, a incapacidade dos núcleos lexicais introduzirem elipses, ou a identidade dos membros do conjunto de categorias funcionais que autorizam complementos elípticos. A posição de Lobeck relativamente a estas questões é que a elipse só é legitimada e identificada por núcleos funcionais marcados por **Concordância Forte**, e que, portanto, as elipses estão sujeitas às mesmas condições de identificação que os pronomes referenciais vazios. Lobeck propõe para Concordância e Concordância Forte as seguintes definições:⁵

- (12) Concordância
Um X^o é marcado por concordância sse os seus traços devem ser *partilhados* com os de outro X^o ou XP sob regência.
- (13) Concordância Forte
Um X^o é marcado por concordância forte sse X^o, ou o constituinte ou o núcleo com o qual X^o concorda, realiza morfologicamente acordo num número produtivo de casos.

Segundo (12), núcleos regem e portanto concordam com os seus Especificadores —por Concordância Especificador-Núcleo—, ou com os seus complementos, e também com os núcleos dos seus complementos. Segundo (13), um núcleo é marcado por traços fortes se o próprio núcleo realiza estes traços, ou se os traços de acordo são realizados no elemento com qual o núcleo se acorda, nomeadamente um Especificador, complemento, ou o núcleo desse complemento. Traços nominais fortes de acordo são o meio pelo qual *pro* não arbitrário é identificado, resumido no princípio em (14):

- (14) Legitimação e identificação de *pro*
Um pronome vazio não arbitrário deve ser estritamente regido por núcleo, e regido por um X^o marcado por Concordância Forte.

Dado que núcleos funcionais só regem estritamente por núcleo quando marcados por traços, tais núcleos também identificam potencialmente um pronome vazio quando o

⁴ Lembramos que o trabalho de Lobeck não se limita à elipse do nome, mas contempla também a elipse a nível da oração, nomeadamente elipse de VP e de IP. Nesse quadro, as categorias funcionais C e I têm, relativamente a IP e VP, o mesmo papel que tem D relativamente à elipse do nome.

⁵(Lobeck 1995:51)

legitimam sob (14). Se se verificar que os traços que marcam um núcleo funcional são traços de acordo morfológicamente realizados, conclui-se que esse X° funcional é marcado por Concordância Forte sob (13).

Para Lobeck, os constituintes elípticos são complementos vazios de um núcleo funcional X°, e devem ser legitimados por X° sob (14), do mesmo modo que *pro* referencial. Propõe que (14) justifica as elipses pelas mesmas razões que o faz para *pro* referencial, isto é, os traços de acordo designam um pronome vazio como visível ao processo através do qual o seu conteúdo é recuperado. Traços em X° apontam para um *pro* referencial e tornam-no visível para o processo que o liga ao seu antecedente —um pronome vazio não associado a esses traços é arbitrário em referência—, do mesmo modo que traços em D tornam visível para a reconstrução o pronome vazio não referencial que corresponde à elipse do nome. A Concordância Forte identifica pois ao mesmo tempo pronomes referenciais e não referenciais. Uma vez o modelo teórico (14) definido, Lobeck propõe-se aplicá-lo a algumas línguas naturais.

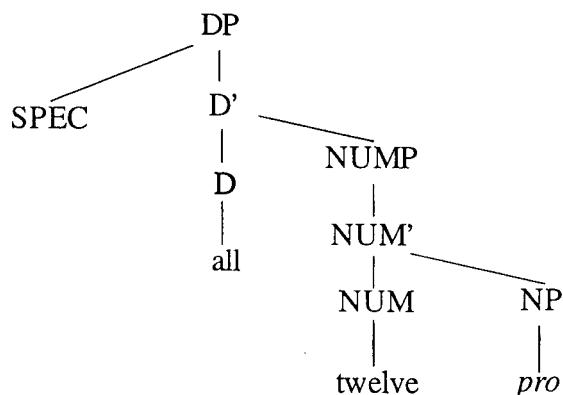
2.3.2 A elipse do nome em Inglês

Lobeck opta no seu trabalho pela hipótese DP, segundo a qual a categoria lexical N é ela própria complemento da categoria funcional D. A estrutura X-barra do DP, associada ao princípio (14), sobre legitimação e identificação de *pro*, permite dar conta de muitos factos ligados à elipse do nome em Inglês. No entanto, de modo a dar conta de DPs em que duas posições D estão envolvidas em frases elípticas bem formadas, como (15), Lobeck propõe-se reavaliar a estrutura interna do DP:⁶

- (15) Although [_{DP} all twelve [e]] did well in the class, only two students got As.

Para justificar estes dados, Lobeck opta por Ritter (1991), para quem o NP tem de facto duas posições para determinantes, e alarga ao Inglês a análise de Ritter sobre o Hebreu, na qual DP domina D e NUM. A proposta (16) permite assim dar conta da distribuição de NP elíptico com dois Ds, exemplificada em (15):

(16)



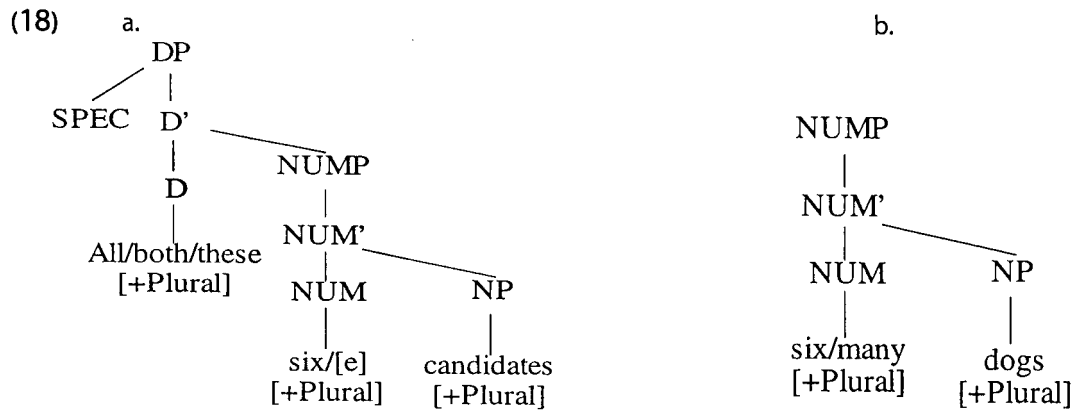
⁶ Neste parágrafo, todos os exemplos de línguas diferentes do Português serão os dados pela própria autora. A glosas para o Português são minhas.

(15), que mostra que N pode ser precedido por uma sequência de Ds, implica que os elementos definidos —artigo *the*, demonstrativos, quantificadores definidos (*all, both, each, etc*)—, preenchem D, e que a posição NUM, por seu lado, é preenchida por elementos indefinidos, numerais, quantificadores indefinidos —*few, several, some, many, etc*⁷. Em consequência, se todos os DPs dominam NUMP, nem todos os NUMPs são dominados por DP: segundo a autora, as expressões nominais definidas são DPs, mas as indefinidas são NUMP.

De modo a explicar por que razão D pode expressar o traço $[\pm\text{Plural}]$, já que NUM é assumidamente a posição do traço $[\pm\text{Plural}]$, Lobeck refere Chomsky (1992), e admite que D, NUM e N são todos marcados por $[\pm\text{Plural}]$, sendo esse traço verificado em PF. Essa verificação ocorre sob regência entre elementos co-indexados, e não envolve necessariamente movimento. D está co-indexado com NUM e N, e todos devem ter a mesma especificação de número para o DP ser gramatical. Eis alguns exemplos de acordo em número no DP em Inglês:

(17)	D	NUM	N
a.	These/all	[e]	candidate*(s)
b.	This/that	[e]	candidate(*s)
c.	[e]	Many/few/six	book*(s)
d.	These/all	six	candidate*(s)

Em suma, NUM nos DPs preenchidos com *the* —que não tem traço de número— é marcado por traços que devem ser verificados com os de N. Eis em (18a) a estrutura de uma expressão nominal definida. D, NUM e N são co-indexados e concordam em $[\text{+Plural}]$. Quanto às expressões nominais indefinidas, a sua estrutura é (18b). Neste caso, NUM pode ser preenchido com um quantificador indefinido ou um numeral marcado por $[\text{+Plural}]$. Os traços de NUM e N são verificados e determinam a especificação da projecção máxima NUMP.



As propostas anteriores levantam no entanto uma dificuldade. No exemplo seguinte de elipse bem formada em (19), há um DP definido, mas NUM vazio não é

7 Neste quadro, os adjectivos pré-nominais estão em [Spec,NP]

morfologicamente realizado, como se vê. D é marcado por traços fortes, já que realiza o traço morfológico [+Plural], e NUM não é lexicalmente realizado:

- (19) Mary likes those books but I like [_{DP} these [e]]

Segundo Lobeck, esta configuração levanta um problema: só D está em condições de legitimar e identificar ao mesmo tempo o NP vazio, segundo (14); no entanto, para tal, D deveria ser adjacente, isto é, reger estritamente por núcleo o NP, o que não se verifica, já que NUMP é uma categoria intermédia, pelo que a regência de NP por D fica bloqueada pela Minimalidade Relativizada⁸. Para resolver este problema, e considerar que de facto D pode legitimar e identificar um NP vazio, Lobeck integra na teoria da elipse o princípio de Baker (1988), chamado *Government Transparency Corollary* (GTC), resumido a seguir:

- (20) "Government Transparency Corollary" (GTC) (Baker (1988:64)
Uma categoria lexical que contém um item incorporado rege tudo o que era regido pelo item incorporado na sua posição estrutural original.

O GTC serve para dar conta do facto de, em algumas línguas, haver casos de incorporação, em que um X^o se move para o núcleo que o rege e se incorpora com ele, deixando um vestígio co-indexado. O GTC permite pois a um núcleo X^o reger o complemento de um núcleo vazio Y^o regido e co-indexado com X^o. A possibilidade de alargar o GTC aos casos de elipse do nome permitiria assim concluir que D rege o complemento de um NUM vazio, como em (19). D rege estritamente por núcleo ao mesmo tempo NUM e o seu complemento vazio, já que D e NP estão na mesma projecção máxima, pelo que o princípio (14) é respeitado. Eis a versão alargada do GTC:⁹

- (21) "Generalized Government Transparency Corollary"
Um X^o que está co-indexado e rege um núcleo vazio rege tudo aquilo que seria regido por aquele núcleo.

Consideremos agora um exemplo de elipse numa expressão nominal definida, em que, segundo Lobeck, NUM é lexicalmente realizado. Neste caso, NUM está marcado por traços fortes, e nessas condições legitima e identifica o NP vazio:

- (22) Mary bought some new books, and I like [_{DP} these six [e]] the best.

Do mesmo modo, o caso do DP em que D não realiza traços, como no singular, leva à impossibilidade da elipse. Em (23a), D é [-Plural] e NUM vazio também. NUM não pode legitimar e identificar, já que não tem traços fortes. D é lexicalmente realizado, mas considera-se que não tem traços fortes —tem traços negativos—, e portanto o NP não pode ser identificado e a elipse é má. O mesmo se passa com o D *the*, que não tem

⁸ Lobeck sugere que uma maneira de resolver este problema seria de assumir que a elipse em (19) envolve NUMP vazio e não NP vazio. D poderia legitimar directamente um NUMP vazio. Esta alternativa levanta no entanto problemas, já que implica que haveria dois tipos de configurações com elipses nominais, uma quando NUM é lexicalmente realizado, que corresponde a NP vazio, e outra em que NUMP é directamente vazio.

⁹ Lobeck (1995:87)

traços, e que falha em legitimar e identificar o NP vazio em (23b). No entanto, em (23c), onde NUM é realizado e tem traço [+Plural], a elipse é boa:

- (23) a. * Although John doesn't like [_{DP} this [e]], he likes that new air conditioner
 b. * A single protester attended the rally because [_{DP} the [e]] apparently felt it was important
 c. Both students attended the rally, and [_{DP} the two [e]] felt it was important.

Quanto às elipses em DPs indefinidos, o NP vazio é sempre bom quando NUM [+Plural] é lexicalmente preenchido:

- (24) The students attended the play, but [_{DP} many/few/six/ [_{NP} e]] left disappointed

No entanto, o modelo falha em dar conta de alguns dados. Permite, por exemplo, prever que numa frase como (25), em que NUM é preenchido, mas [-Plural], a elipse é má quando NUM é preenchido com *a*, mas não prevê por que razão (25) é boa quando NUM é preenchido com *one*. Em (25), NUM e D não manifestam traços fortes, pelo que a elipse não deveria poder ser legitimada:

- (25) Though [_{NUMP} * a/one [e]] would certainly be nice, a vacation at this time is unthinkable.

Em consequência, Lobeck supõe que [+partitivo] é um traço que marca os quantificadores, e que *one*, mas não *a*, tem esse traço. Supõe ainda que [+partitivo] é um traço forte quando é lexicalizado por um quantificador, mesmo um quantificador [-plural]. Sendo assim, *one*, mas não *a*, pode legitimar e identificar um NP vazio, como em (25). Segundo esta análise, o traço [+partitivo] parece ser também um traço de acordo forte, partilhado por dois núcleos ou por um núcleo e um constituinte máximo.

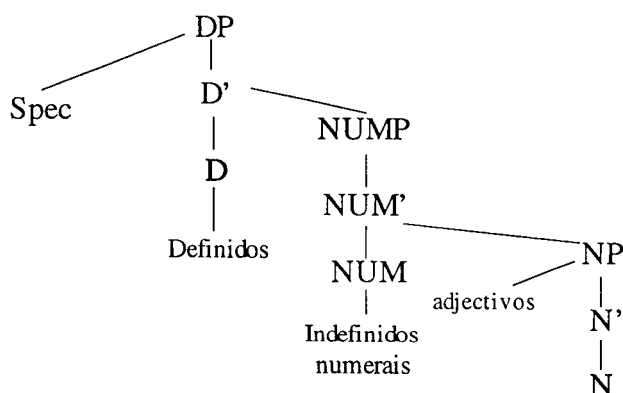
2.3.3 A elipse do nome em Alemão e em Francês

Segundo Lobeck, as condições de legitimação e identificação anteriormente definidas para a elipse em Inglês podem ser alargadas a outras línguas, como o Alemão e o Francês. Embora estas línguas tenham um sistema de traços de acordo diferente dos do Inglês, também aqui D e NUM regem complementos vazios. Além disso, o Alemão suporta a ideia de que outros X^o, desde que providos de traços fortes, podem legitimar e identificar elipses nominais: é o caso de adjetivos pré-nominais, marcados por Caso, número e género. Quanto ao Francês, a distribuição dos complementos vazios de D e NUM é mais restritiva que em Alemão e em Inglês. Embora haja em Francês Ds e NUMs marcados por traços fortes, nem sempre estes legitimam e identificam NP vazios. Essas diferenças dão origem a um parâmetro de identificação da elipse, segundo o qual o número de traços requeridos por um núcleo legitimador de elipse é proporcional ao número máximo de traços nominais possíveis.

Referindo-se ao Alemão, Lobeck demonstra que no DP nessa língua também existem as duas categorias funcionais anteriormente evidenciadas para o Inglês, D e NUM. Para tal, Lobeck faz notar que em Alemão, os quantificadores definidos não

podem ser antecidos de outros determinantes, o que é óbvio se se admitir que ocupam a posição D. Como em Inglês, estes quantificadores estão em distribuição complementar com o demonstrativo e o artigo definido, que também ocupam D.¹⁰ Todos estes elementos podem também ser seguidos de numerais ou de adjetivos pré-nominais. Por outro lado, os numerais e os quantificadores indefinidos podem em Alemão ser antecidos de elementos definidos, e seguidos de adjetivos pré-nominais. Relativamente aos adjetivos pré-nominais, Lobeck observa que são flexionados em função do elemento antecedente, e que seguem sempre todos os elementos determinantes, definidos e indefinidos, tal como em Inglês, pelo que assume que o adjetivo pré-nominal está em [Spec,NP], e só se distingue do Inglês na medida em que expressa traços de acordo como D e NUM. Estas observações são ilustradas em (26a.b), e representadas em (26c):

- (26) a. Die fuenf schoenen Madchen
as cinco bonitas raparigas
b. Diese zwei guten Buecher
estes dois bons livros
c.

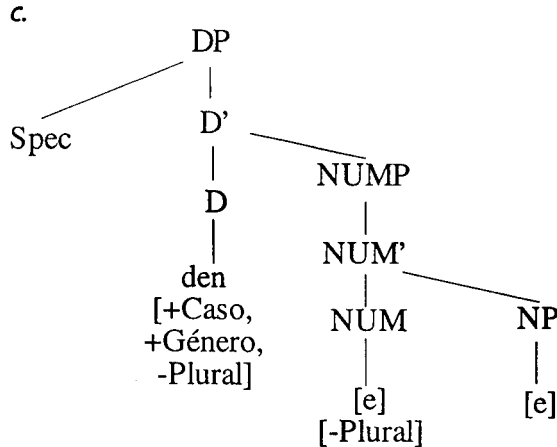


Vejamos agora os casos habituais das elipses do nome. Os exemplos em (27) ilustram que elementos com terminações fortes legitimam e identificam um complemento vazio no DP. O exemplo (27a) é ilustrado em (27c):

¹⁰ Quanto ao DP possessivo em Alemão, é idêntico ao do Inglês, em que D [+Possessivo] é realizado pelo afixo [-s]. Os determinantes possessivos, marcados por traços inerentes de pessoa, género e número, podem anteceder N e são incompatíveis com determinantes definidos, pelo que também devem ocupar D. Note-se que tanto D [+Possessivo] como determinantes possessivos podem ser seguidos de quantificadores indefinidos e numerais, o que vem confirmar que ocupam D em distribuição complementar:

(i) Marias wenige gute Buecher os poucos bons livros de Maria
(ii) Seine wenigen guten Buecher os seus poucos bons livros.

- (27) a. Hans sagt der Mann war gestern nicht hier, aber den [e] habe ich gestern gesehen
Hans disse o homem foi ontem não aqui, mas o [e] tenho eu ontem visto
Hans disse que o homem não esteve aqui ontem, mas eu vi-o
b. Peter und ich haben die Maenner gesehen, und ich habe einen [e] sogar fotografiert
Peter e eu temos os homens visto, e eu tenho um [e] até fotografado
Peter e eu vimos os homens, e eu até fotografei um.



Como se vê em (27c), D preenchido com *den* legitima e identifica o NP vazio sob GTC, o que está em contradição com o que foi assumido em Inglês para o artigo correspondente *the*. No entanto, em Alemão, *den* é marcado por traços morfologicamente realizados de Caso e género, pelo que está marcado por Concordância Forte e rege estritamente por núcleo o complemento vazio de NUM¹¹. Lobeck faz notar que quando D não tem traços fortes, como no caso de elementos de tipo *ein*, com terminações fracas, a elipse não é boa:¹²

- (28) Peter hat ein altes Auto gekauft. * Hat Maria auch ein [e] gekauft?
Peter tem um velho carro comprado. Tem Maria também um [e] comprado?
O Peter comprou um carro velho. A Maria também comprou um?

Vejamos agora os quantificadores indefinidos em NUM. Estes quantificadores são [+plural] e também têm Caso, pelo que a elipse também é aqui esperada, já que NUM está marcado por Concordância Forte. A mesma conclusão pode ser tirada para os numerais, que realizam morfologicamente [+plural], e que também admitem complementos vazios. Ilustram-se estes dois tipos a seguir:

11 No exemplo (27b), é o núcleo NUM, também marcado por traços fortes, que rege estritamente o complemento vazio.

12 No caso dos DPs possessivos, ao contrário do Inglês, os determinantes possessivos em Alemão admitem complementos vazios, já que estão marcados morfologicamente por Caso, Género e Número assim como N, e podem pois legitimar e identificar NP vazios:

(i) Marias Autos und Peters Autos sind in der Werkstatt. Der Mechaniker hat ihre [e] schon repariert

O carro da Maria e o carro do Peter estão na oficina. O mecânico tem o seu [e] já pronto

O carro da Maria e o do Peter estão na oficina. O mecânico já arranjou o da Maria

Quanto aos DPs possessivos, a configuração é idêntica ao Inglês. O exemplo seguinte mostra que D [+Possessivo] é marcado por traços morfologicamente realizados, e é pois capaz de legitimar e identificar um NP vazio sob GTC:

(ii) Er las Marias Artikel, und ich will Johannis [e] lesen

Ele leu o artigo da Maria, e eu terei João [e] lido

Ele leu o artigo da Maria, e eu lerei o do João

- (29) Er hat zwei/wenige Artikel gelesen heute, und ich will morgen drei/viele [e] lesen
 Ele tem dois/poucos artigos lido hoje, e eu terei amanhã três/muitos [e] lido
Ele leu dois/poucos artigos hoje, e eu lerei três/muitos amanhã.

Assim como os elementos com terminações fortes, também os elementos com terminações fracas podem em Alemão admitir complementos vazios:

- (30) a. Die Buecher hier sind sortiet, aber die vielen [e] dort drueben sind durcheinander
 os livros aqui estão arrumados, mas os vários por ali estão misturados
estes livros estão arrumados, mas aqueles estão todos misturados
 b. Ich traf einige Studenten, und die jungen [e] wollen mit mir sprechen
eu encontrei alguns estudantes, e os novos queriam falar comigo

A gramaticalidade de (30a) justifica-se plenamente, já que NUM é preenchido com um quantificador indefinido que realiza os traços [+Plural] e [+Caso]. Quanto a (30b), a sua gramaticalidade é surpreendente, já que implica que o adjectivo pré-nominal *jungen*, que se assumiu anteriormente estar em [Spec,NP], é capaz de legitimar e identificar um complemento vazio —o adjectivo realiza traços fortes de [+Plural] e [+Caso]. Na medida em que o adjectivo não é visto como um X°, não deveria ser considerado como um regente estrito potencial, pelo que esta frase levanta um obstáculo. Lobeck resolve-o optando pela teoria de Travis (1988), segundo a qual o adjectivo pré-nominal é um núcleo X° adjunto a uma projecção de N. Nesta hipótese, um adjectivo X° que realiza traços morfológicos pode ser considerado como capaz de identificar e legitimar um NP vazio.

Conclui-se portanto que em Alemão D, NUM, e A pré-nominal podem realizar os traços fortes [+Possessivo], [+Plural], [+Caso] e [+Género]. A distribuição da elipse de NP em Alemão é pois a esperada, numa análise em que os pronomes vazios devem ser identificados por Concordância Forte para serem visíveis para a reconstrução. Tal como em Inglês, um único traço forte chega para identificar um NP vazio.

Também como em Inglês, o traço [+Partitivo] pode ser morfológicamente realizado em Alemão nos quantificadores indefinidos e definidos, e nos numerais. No entanto, esses mesmos elementos distinguem-se do Inglês na medida em que realizam ainda Caso—no plural—, e género. É pois de concluir que o núcleo elíptico será regido por núcleo por quaisquer destes elementos, já que D ou NUM preenchidos com um quantificador realizam sempre no mínimo o traço forte [+Partitivo]:

- (31) Ich sah viele ihrer Buecher, and zwei/wenige/viele/einige/mehrere [e] waren sehr teuer
Eu vi muitos dos seus livros, e dois/poucos/muitos/alguns/vários eram muito caros

Relativamente às expressões nominais quantificadas, podemos pois concluir que têm uma distribuição idêntica ao Inglês. No entanto, os quantificadores estão em Alemão marcados por vários traços, nomeadamente o Caso, o partitivo, o número e o género. Sendo assim, os quantificadores plurais em Alemão podem ser analisados como marcados pelo menos por [+Partitivo], [+Plural] e [+Caso], numerais e quantificadores

singulares por [+Partitivo], [+Caso] e [+Género], enquanto numerais plurais têm obviamente os traços [+Partitivo] e [+Plural].

O caso do Francês permite à autora assumir que esta língua se situa entre o Inglês e o Alemão relativamente aos traços de acordo morfológico realizados no domínio do nome. Se [+Plural] é em Francês um traço muito produtivo nos determinantes, o traço [+Género] só aparece no singular¹³, e não existe qualquer traço [+Caso]. Mais precisamente, os determinantes podem realizar as combinações de traços [-Plural, +Género] (le/la), ou [+Plural] (le/la/les), de acordo com N, mas, ao contrário do Alemão, não realizam [+Caso]. Os quantificadores, por seu lado, também concordam com N em género e número, e também não têm qualquer traço [+Caso]. Quanto aos numerais, têm em comum o traço [+Plural] —excepto *un*—, e excluem os traços [+Género] e [+Caso]. Por fim, os adjectivos, ao contrário do Inglês, são flexionados por género e número, de acordo com N, e seguem sempre os determinantes e os quantificadores.

Outra diferença no sistema de traços separa o Francês do Inglês e do Alemão. Vimos que, nestas duas línguas, os quantificadores definidos, indefinidos e numerais podem todos ser [+Partitivo] —excepto *every*. Em Francês, no entanto, este traço parece opcional, já que existem quantificadores [-Partitivo], outros [+Partitivo] e ainda outros [±Partitivo], casos, respectivamente de *chaque*, *beaucoup* e de *plusieurs*:

- (32) a. Chaque (*de mes) fille(s)
b. Beaucoup *(de) mes amis
c. Plusieurs/trois/un (de mes) amis

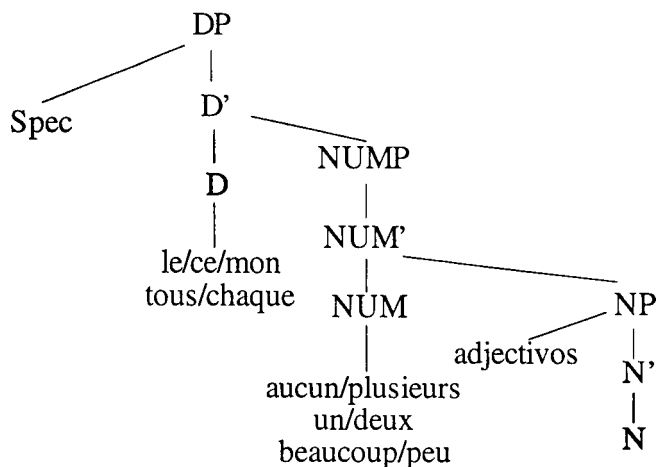
Relativamente à estrutura interna do DP em Francês, dois factos sugerem que os elementos definidos ocupam D: o artigo definido, o possessivo e o demonstrativo podem ser seguidos por numerais e adjectivos; demais, quantificadores definidos estão em distribuição complementar com os determinantes definidos —ver (33a.b.c).

- (33) a. Les/mes/ces cinq belles filles
b. Toutes les cinq belles filles
c. *les toutes cinq belles filles

Estes dados sugerem pois que, também em Francês, os elementos definidos ocupam D, a posição mais elevada no DP. Se além disso se optar por situar os quantificadores indefinidos —*plusieurs*, *beaucoup*, *peu*, etc— e os numerais, na posição NUM, e também se assumir que os adjectivos pré-nominais estão em [Spec,NP], obtemos a representação de um DP em Francês em (34):

¹³ Os dados relativos ao Francês apontam para o facto de os traços em questão estarem em distribuição complementar: no caso de D, por exemplo, a presença de [+Plural] exclui [+Género], o que leva à inexistência, em Francês moderno, de Ds simultaneamente marcados por [+Plural] e [+Género], como se vê pelos paradigmas do artigo definido: - le [-Plural] [+Género]; la [-Plural] [-Género]; les [+Plural] [-Género].

(34)



Lobeck conclui da observação do sistema de traços nominais, que, em Francês, a legitimação da elipse é bastante restrita, em contradição com a relativa riqueza morfológica dos elementos D e NUM. Lobeck observa, por exemplo, que o traço [+Plural] é em Francês tão produtivo quanto em Alemão. Como o traço [-Plural] não é morfológicamente realizado, então [+Plural] é um traço forte em Francês, em princípio capaz de identificar um NP vazio. Também no caso do género a mesma conclusão pode ser tirada: [+Género] é um traço forte, morfológicamente realizado.

No entanto, os dados do Francês, com DPs em que D ou NUM são ocupados por elementos [+Plural] e/ou [+Género], não confirmam a capacidade de legitimação desses núcleos. O primeiro caso prende-se com D [-Plural] e [+Género], que, por ter um traço forte, deveria poder reger por núcleo um complemento vazio. No entanto, (35a) indica que D [+Género] não legitima um NP vazio. Para Lobeck, estes exemplos são surpreendentes, já que assumiu anteriormente que um único traço forte pode identificar um NP vazio.¹⁴ No caso de Ds com o traço [+Plural], estes deveriam ser também considerados como marcados por Concordância Forte, e portanto, identificar elipses, mas (35b) mostra que não é assim:

- (35) a. * J'ai acheté un livre hier, mais le/ ce/ son [e] n'est pas intéressant
 b. * J'ai acheté deux livres hier, mais les/ ces/ ses [e] ne sont pas intéressants

Os adjetivos, porém, podem, em Francês, ser marcados por traços fortes, e —em certos casos— reger por núcleo a elipse do nome. É o caso para os adjetivos [+Plural] [+Género] em (36):

- (36) J'ai vu les garçons dans la cour. Les grands [e] jouaient avec les petits [e]

¹⁴ Além disso, Lobeck faz notar que o indefinido *un* admite um complemento elíptico (*seulement un [e] est intéressant*), mas é também [-Plural] e [+Género]

Quanto às expressões nominais quantificadas, deveríamos ter em Francês elipses boas nos casos em que D ou NUM são ocupados por quantificadores ou numerais [+Partitivo], já que este é um traço forte (37a), e pelo contrário, a elipse deveria ser má com um elemento [-Partitivo] (37b). No caso dos quantificadores indefinidos e dos numerais, também se espera que a elipse seja boa, já que estes elementos são [+Partitivo] [+Plural], e devem ser considerados como marcados por Concordância Forte. No entanto, o quantificador *quelques*, marcado unicamente por [+Plural], traço em princípio forte, não admite um complemento NP vazio (37c).

- (37)
- | | |
|----|------------------------------------|
| | J'ai acheté beaucoup de livres, et |
| a. | Tous [e] sont intéressants |
| b. | * chaque [e] est intéressant |
| c. | * quelques [e] sont intéressants |

Põe-se assim a questão de saber por que razão (35) e (37c) são agramaticais, apesar de D e NUM serem aparentemente marcados por Concordância Forte. Estes dados sugerem que as três línguas analisadas —Inglês, Alemão e Francês— têm sistemas de acordo nominal distintos, com combinações de traços características. Em Francês, os determinantes marcados por um único traço de acordo não são marcados por Concordância Forte, enquanto os quantificadores marcados pelo menos por dois traços o são. Em Alemão, por outro lado, os determinantes marcados por dois traços realizam Concordância Forte, e os quantificadores com Concordância Forte têm pelo menos três traços fortes marcados. Quanto ao Inglês, um único traço chega para que um determinante ou um quantificador seja marcado por Concordância Forte. De modo a relacionar estas combinações de traços à legitimação de complementos elípticos, Lobeck reúne as observações anteriores no princípio seguinte (p.135):

- (38) Parâmetro de Identificação da Elipse
O número de traços fortes em D ou NUM requeridos para identificar um pronome NP vazio é proporcional ao número de traços fortes possíveis no sistema de acordo nominal na língua considerada.

(38) generaliza a ideia de que em Inglês, língua morfologicamente pobre, um único traço determina a Concordância Forte, enquanto em Alemão, língua rica, são precisos dois traços —nos determinantes— ou três —nos quantificadores— para haver Concordância Forte. Em Francês, língua intermédia, os elementos de D ou NUM devem ter dois traços fortes para haver Concordância Forte, o que explica por que razão, nesta língua, determinantes com um único traço forte —caso (35)— falham em identificar complementos vazios.

O modelo apresentado em (38) levanta algumas dificuldades. Marginalizando o traço [+Possessivo], que escapa ao modelo —em Alemão, este único traço parece poder determinar Concordância Forte—, (38) falha em justificar determinadas elipses nominais, como, por exemplo, o facto de os quantificadores que legitimam pronomes vazios, serem marcados nas três línguas pelos dois traços fortes [+Partitivo] e [+Plural].

Para o tratamento da elipse nominal em Português e em Francês, como se verá no capítulo 3, serão tomadas em consideração algumas propostas de Lobeck (1995), nomeadamente a identificação da elipse do nome como um pronome vazio. No entanto, rejeita-se a ideia de gerar quantificadores e numerais em núcleos funcionais, e adjetivos como adjuntos. Como vimos, Lobeck assume que o adjetivo —nomeadamente o adjetivo pré-nominal— é um núcleo X^o adjunto de N, que pode identificar e legitimar um nome vazio quando realiza traços morfológicos. Note-se também que a autora não integra no seu modelo a ideia segundo a qual N^o se move para verificar a sua flexão. Estas posições demarcam-se claramente das propostas de Cinque (1993), Brito (1993), Kester (1996) e Sleeman (1996), e não serão integradas na análise do DP que proporei, na medida em que, como veremos, a verificação de traços em configurações de Concordância Especificador-Núcleo deve ser considerada um mecanismo crucial para apreender a estrutura interna do DP. Na verdade, independentemente dos princípios sintácticos que elabora, a ideia crucial de Lobeck parece-me residir no paralelismo que estabelece entre elipses e pronomes, isto é, na inclusão das elipses no conjunto dos constituintes anafóricos —no sentido clássico do termo—, cujo significado está dependente de outro.

2.4 Kester (1996)

O modelo de Kester é aqui apresentado da seguinte forma: discute-se primeiro a distinção entre acordo e concordância; insiste-se a seguir sobre a importância das projecções funcionais nominais para a legitimação dos nomes nulos; por fim, analisa-se a relevância dos traços [+contável] e [+massivo] na resolução das elipses nominais¹⁵.

2.4.1 O estatuto sintáctico da flexão adjectival

A existência de acordo —em Inglês **agreement**— é uma observação comum em morfologia. Para a sua definição, Kester adianta que dois elementos A e B estão numa relação de acordo se têm pelo menos um traço em comum. Esses elementos só têm uma relação de acordo se concordarem obrigatoriamente. A **controla** o acordo e B é o **alvo** do acordo. No caso concreto do adjetivo, este é o alvo, e é controlado por um núcleo, em princípio uma categoria funcional.¹⁶

A análise do sistema flexional do adjetivo feita por Kester baseia-se na hipótese DP —isto é, na distinção entre categorias lexicais e categorias funcionais—, e na hipótese de Cinque (1993) de colocar os adjetivos na posição de Especificador de uma categoria funcional. Basicamente, existe, no DP, uma categoria funcional cujo núcleo está numa

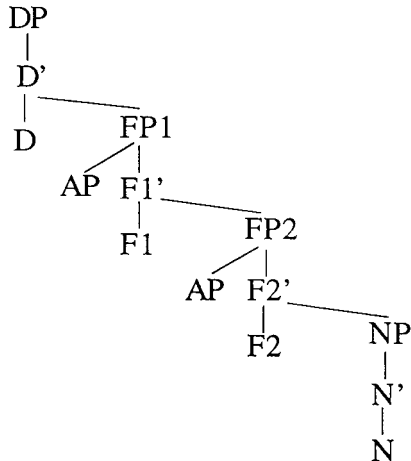
¹⁵ Neste parágrafo, todos os exemplos de línguas diferentes do Português serão os dados pela própria autora. As glosas para o Português são minhas.

¹⁶ Cf. a definição da concordância dada por Lobeck (1995), em (12), p.30.

relação de Concordância Núcleo-Núcleo com o núcleo N e, e numa relação de Concordância Especificador-Núcleo com os adjetivos.¹⁷

Apresentamos a seguir a estrutura com dois adjetivos atributivos proposta por Kester para o DP, em que FP representa **Functional Projection**:

(39)



O modelo de Kester levanta a questão da identidade das categorias funcionais, que a autora designa genericamente por FP, e que se recusa a rotular mais precisamente. Kester rejeita por exemplo a proposta feita por vários autores¹⁸ de considerar que o traço [$\pm$ número] determina a existência de uma categoria funcional NumP, associada ao lugar de poiso de N, e rejeita também a proposta de Picallo (1991) e Bernstein (1993) sobre a existência de uma projecção funcional GenP, ou WordMarkerP, associada ao traço [$\pm$ género]. Para Kester, o traço [$\pm$ número] é um dos vários traços codificados em sintaxe a nível dos núcleos funcionais que dominam N, e não deve ser singularizado. Quanto ao género, Kester assume que não tem o estatuto de núcleo sintáctico.

Kester distingue dois casos distintos de flexão adjectival: a relação de *concordância* —Inglês **concord**—, que existe entre um adjetivo pré-nominal e o núcleo de um NP, e a relação de *acordo* —Inglês **agreement**—, existente em construções predicativas. A autora nota estruturas diferentes envolvidas: na concordância, o AP é interno ao DP, havendo relação de Concordância Especificador-Núcleo entre AP e um núcleo, enquanto, no acordo, o AP é exterior ao DP, pelo que há relação entre um AP e uma projecção máxima de tipo DP, por meio de uma relação de predicação. Os adjetivos internos têm uma relação de concordância em número e género em todas as Línguas Germânicas, Escandinavas e Românicas —excepção notável do Inglês. Nestes casos, existem marcas

¹⁷ No espírito do Programa Minimalista, a noção de acordo implica uma projecção funcional para cada um dos traços específicos que entram em acordo com itens lexicais. A verificação desses traços tem lugar nos núcleos funcionais ocupados pelos traços associados à morfologia flexional, baseando-se na ideia que os traços associados aos núcleos lexicais devem corresponder aos traços associados aos núcleos funcionais. A verificação de traços é efectuada em configurações estritamente locais, sendo por Concordância Núcleo-Núcleo —movimento de núcleo lexical para núcleo funcional— ou por Concordância Especificador-Núcleo —XP Especificador para núcleo de categoria funcional.

¹⁸ Entre eles Ritter (1991), Valois (1991), Bernstein (1993), Cinque (1993), Brito (1993), Lobeck (1995), Sleeman (1996)

explícitas para o conjunto de traços —número, género, caso, etc—partilhado pelo núcleo N. Existe um controlador com o estatuto sintáctico correspondente a um núcleo, e vários alvos —adjectivos.

Relativamente à concordância, nas Línguas Românicas, os nomes são marcados em número —por morfologia flexional—, e em género —por inerência lexical ou morfologia flexional. A maioria dos elementos do DP estão em relação de concordância, e têm flexão explícita. O adjectivo interno ao DP —pré-nominal ou pós-nominal— também tem flexão explícita, de acordo com o N. Nos outros grupos de línguas, os paradigmas de concordância são variáveis. Em Escandinavo, todos os elementos clíticos —determinante, demonstrativo, possessivo, quantificador— são marcados em número e género com N, podendo variar na variedade de géneros admitidos, ou na existência de morfologia casual. Quanto aos adjectivos, também admitem flexão explícita de concordância, mas esta flexão é ainda condicionada por traços de definitude, que os divide em **fortes** ou **fracos**.

O Neerlandês, língua analisada por Kester, é uma língua com morfologia pobre: os adjectivos só dispõem da flexão [-e], que geralmente distingue [+número]. Demais como se vê em (40), a posição sintáctica determina a flexão: os adjectivos pré-nominais têm a flexão adjectival [-e], mas os adjectivos pós-nominais não têm flexão¹⁹.

- (40) a. een ruime en zonnige kamer
um grande e soalheiro quarto
um quarto grande e soalheiro
b. een roojsereed
uma rosa vermelha

Por seu lado, o acordo entre predicado e argumento, traduz-se também por uma flexão explícita, comum ao controlador e ao alvo. Nas Línguas Românicas e Escandinavas, existe flexão para os adjectivos predicativos, havendo partilha de traços entre o sujeito e o adjectivo na construção predicativa. No entanto, nas Línguas Germânicas, os adjectivos predicativos não têm qualquer flexão e não manifestam acordo com o sujeito. Contrariamente às Línguas Românicas, o grupo das Línguas Germânicas não tem, portanto, flexão adjectival de acordo, mas unicamente flexões de concordância

As línguas referidas permitem assim a Kester concluir que a posição sintáctica do adjectivo condiciona o tipo de flexão realizada, isto é, que a distinção entre acordo e concordância tem consequências importantes sobre a distribuição das flexões. Proponho a seguir uma síntese da distribuição da flexão adjectival nos vários grupos de línguas referidos por Kester:

19 Em Alemão também, só os adjectivos pré-nominais flexionam, os pós-nominais não têm flexão:
(i) der schöne neue rote Wagen o lindo carro vermelho novo
(ii) eine Katze so gross um gato mesmo grande

(41)

	Línguas Escandinavas		Línguas Românicas		Línguas Germânicas	
adjectivo predicativo	flexiona em número e género e caso		flexiona em número e género		não flexiona	
adjectivo atributivo	pré-nominal	pós-nominal	pré-nominal	pós-nominal	pré-nominal	pós-nominal
	flexiona em número e género e caso	flexiona em número e género e caso	flexiona em número e género	flexiona em número e género	flexiona em número e género e caso	não flexiona

Globalmente, podemos observar a existência de uma relação entre a ocorrência de flexão e o tipo de configuração sintáctica do adjectivo. Esta relação entre flexão adjectival e posição sintáctica levanta algumas questões, às quais Kester não dá resposta, como por exemplo: por que razão serão em Neerlandês e em Alemão os adjectivos predicativos desprovidos de flexão, enquanto, nas Línguas Românicas, os mesmos são flexionados?²⁰ Outra pergunta prende-se com o facto de os adjectivos atributivos pós-nominais terem flexão de concordância nas Línguas Românicas e nas Línguas Escandinavas, mas não nas Línguas Germânicas.²¹

2.4.2 Flexão adjectival, legitimação e identificação de *pro*

A reflexão sobre as condições de ocorrência de nomes nulos em contexto adjectival leva a autora a assumir, por um lado, que estes são submetidos a condições de legitimação e identificação, e, por outro, que a morfologia flexional adjectival tem um papel de relevo na sua resolução.

Kester distingue os casos em que o conteúdo do nome nulo é recuperado por um antecedente lexical no contexto —aquilo a que se costuma chamar **elipse**—, e os casos em que o nome nulo é permitido por traços inerentes. Segundo Kester, a morfologia flexional tem sempre um papel em todas estas construções por razões de legitimação. Quanto à identificação do nome nulo, o seu conteúdo semântico é recuperado por um antecedente lexical, no caso de construções elípticas, e em casos de nome nulo com traços inerentes, o seu conteúdo semântico é tornado visível ao nível interpretativo por meio de morfologia adjectival especial ou por traços de género gramatical expressos pelo

20 Embora não explique a diferença apontada, Kester apresenta uma justificação de ordem semântica para a existência de flexões adjectivais. Baseando-se em Higginbotham (1985), Kester propõe que a flexão adjectival é o *spell-out* de traços nominais do adjectivo, correspondendo a dois tipos de relações semânticas: ou uma relação de predicação entre um adjectivo e uma expressão nominal fechada, como no caso dos adjectivos predicativos e pós-nominais, ou uma relação de identificação temática entre um adjectivo pré-nominal e N°. A flexão adjectival é pois realizada por razões de interpretação semântica: a única maneira de o predicado adjectival ter traços nominais é por meio de uma flexão de concordância ou acordo com o nome. Apesar desta explicação, Kester falha em justificar as diferenças detectadas, pois limita-se a constatar, por exemplo, que a predicação é manifestada por morfologia flexional explícita nas Línguas Românicas e nas Língua Escandinavas, mas não nas Línguas Germânicas, sem dar para tal diferença qualquer razão, pois supõe-se que, em todas estas línguas, os mesmos imperativos semânticos condicionam os adjectivos.

21 Esta distinção sugere diferenças na estrutura interna do DP, talvez relacionadas com a presença/ausência de categorias funcionais distintas.

D. Sendo assim, a morfologia adjectival implicada corresponde ou à flexão habitual típica do adjectivo, ou a flexão adjectival especial realizada por razões de identificação.

2.4.2.1 Construções envolvendo *pro* elíptico

O quadro geral sobre categorias vazias adoptado por Kester, é Rizzi (1986), por um lado, e por outro, Lobeck (1995). Kester observa que em Inglês não há elipse —ver (42a)—, ao contrário das outras Línguas Germânicas e das Línguas Românicas. Para estas últimas línguas, Kester retoma a tese de Lobeck (1995) segundo a qual a categoria vazia associada a este tipo de frases é um pronome vazio não-lexical, correspondente a *pro*, que partilha várias propriedades com os pronomes (ver parágrafo 2.3.1). Kester observa que a distribuição de *pro* pode ser significativamente estendida de modo a contemplar *pro* elíptico, como em (42b).

- (42) a. * John bought the red car and [the green]
 b. Jan kock de rode auto en [de groene pro]
O João comprou o carro vermelho e o verde

Relativamente às condições de legitimação e identificação de *pro* elíptico, a legitimação formal corresponde à sua distribuição num contexto determinado, e a identificação envolve o meio pelo qual o conteúdo do elemento nulo é determinado. O pronome não-lexical *pro* envolve legitimação formal por um núcleo regente especificado por certos traços *fortes*, e o seu conteúdo semântico é recuperado contextualmente. A definição do tipo de traços legitimadores de *pro* é crucial. Kester retoma as reflexões de Lobeck (1995) segundo a qual núcleos funcionais marcados por traços fortes [+Possessivo], [+Plural] e [+Partitivo] podem reger estritamente os seus complementos apagados. Kester considera também os traços- ϕ —número, género, pessoa—, e traços como definido, humano, massivo, que podem servir para justificar a presença de propriedades semânticas codificadas em sintaxe. Sendo assim, o conjunto de traços legitimadores inclui traços morfologicamente realizados, como [+Plural], mas também traços semânticos, como [+humano].

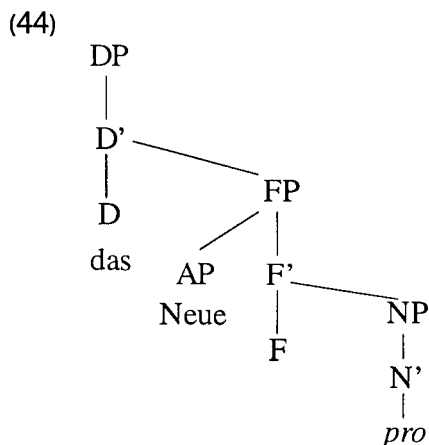
No caso de legitimação e identificação de *pro* em contextos adjectivais, *pro* elíptico envolve legitimação formal por um núcleo regente, mas o seu conteúdo semântico é forçosamente recuperado por um antecedente contextual. Nestes casos de elipses contendo *pro* não referencial, os traços fortes não conseguem fornecer a totalidade do conteúdo semântico de *pro*, só parecem servir para tornar *pro* interpretável.²² É assim possível justificar por que *pro* elíptico é excluído em línguas como o Inglês: o adjectivo

²² A análise de Kester retoma as conclusões de Lobeck (1995): *pro* referencial e *pro* elíptico têm mecanismos de legitimação formal idênticos, mas diferem em termos de identificação.

em (42a) não tem traços de acordo fortes, e falha portanto em legitimar *pro*.²³ Mas as mesmas elipses são boas em línguas em que o adjetivo está marcado por traços fortes: é o caso do Neerlandês em (42b), e também do Alemão, na frase seguinte:

- (43) Ich möchte das alte Buch kaufen aber Sie möchten das Neue [e]
 Eu queria o velho livro comprar mas tu querias o novo
Eu queria comprar o livro velho mas tu querias o novo.

Kester vai no entanto alterar substancialmente as propostas de Lobeck. A primeira alteração prende-se com a configuração sintáctica exigida pelos nomes nulos. Outra alteração significativa tem a ver com o abandono da ideia de traços fortes. Contrariamente a Lobeck, Kester opta pelo modelo de Cinque (1993), que coloca os adjetivos em [Spec,XP] entre NP e D. Neste caso, os adjetivos não têm condições estruturais para reger *pro*, mesmo marcados por traços fortes²⁴. Kester propõe, em alternativa, que a legitimação e identificação de *pro* em contextos adjetivais envolve regência estrita por um núcleo funcional determinado, que recebe do adjetivo por Concordância Especificador-Núcleo os traços requeridos. O indicador (44) retoma a construção elíptica *das Neue* da frase em (43). Nesta análise, o adjetivo atribui traços por Concordância Especificador-Núcleo ao núcleo da projecção funcional (F°), transformando-o num regente estrito de *pro*:



Este quadro teórico também questiona a importância dos traços específicos legitimadores de *pro*. Referindo o caso do Neerlandês, Kester nota que o morfema *schwa* não parece associado ao conjunto específico de ϕ -features, legitimadores de *pro* no quadro de Lobeck, pelo que, em Neerlandês, tal como em Inglês, não deveria haver elipses, e frases como (42c) deveriam ser agramaticais. Em alternativa, Kester admite que é a própria flexão *schwa* em Neerlandês que é crucial por razões de legitimação formal: a

²³ Como vimos, Lobeck (1995) propõe que as categorias lexicais em Inglês são automaticamente excluídas da legitimação de elipses porque não têm traços fortes.

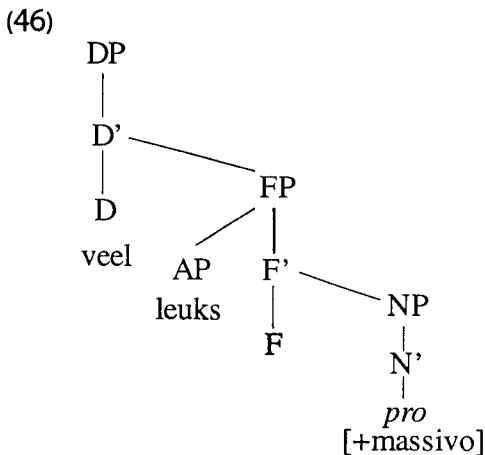
²⁴ Note-se que o mesmo problema se colocou a Lobeck (1995), que sugeriu primeiro para os adjetivos pré-nominais a posição [Spec,NP], e depois se viu forçada a admitir que, na medida em que podiam legitimar nomes nulos quando flexionados, estes adjetivos não podiam ser Especificadores de NP.

flexão transforma o núcleo F^o num regente estrito por núcleo, sendo o conteúdo semântico de *pro* recuperado por um antecedente sintáctico. A presença da própria flexão adjectival, e não a presença de determinado traço, é que teria um papel central na distribuição dos nomes nulos. Kester associa assim explicitamente a presença da flexão adjectival com a ausência do nome.

Baseando-se nos dados da elipse em Neerlandês, a autora estabelece uma distinção clara entre legitimação formal e identificação do nome nulo *pro*. Nalguns casos, *pro* é legitimado por flexão adjectival, cabendo a uma estratégia alternativa identificar o nome nulo. Noutros casos, *pro* é ao mesmo tempo legitimado e identificado pela flexão. Desta última ocorrência, Kester dá como exemplo aquilo a que chama construção partitiva genitiva²⁵ (CPG), caracterizada pela flexão *[-s]*, exemplificada na frase seguinte:

- (45) Er is [its verschrikkelijks] gebeurd
Há qualquer coisa terrível acontecido
Aconteceu alguma coisa terrível

Duas das questões levantadas por este tipo de construção são as da estrutura sintáctica da CPG e do estatuto do morfema *[-s]*. A proposta de Kester para a CPG em Neerlandês, é que o adjectivo está numa posição pré-nominal, o que implica que a CPG inclui um nome nulo *pro*. A configuração sugerida é a seguinte, tendo como exemplo a CPG *veel leuks* (lit. *muito de linda*):



Na estrutura apresentada, vê-se que *pro* é caracterizado pelo traço *[+massivo]*. Esta hipótese é apoiada, por um lado, pelo conjunto de Ds iniciais —só Ds compatíveis com *[+massivo]* se encontram na CPG—, e, por outro, pelo facto de o verbo na oração em que a expressão nominal pode ser sujeito estar sempre no singular. Kester considera que o morfema *[-s]* é um exemplo de morfologia casual especial, relacionada com a presença do nome nulo *pro* caracterizado como *[+massivo]*.

²⁵ A CPG corresponde a uma relação parte/todo: o 1º constituinte, de tipo Q, tem escopo sobre o domínio denotado pelo adjectivo: algo terrível denota algo entre as coisas terríveis. Sendo assim, parece-se com a construção partitiva, em que há domínio e sub-domínio de quantificação: a CPG também é referida como genitiva porque o adjectivo tem caso, é o *[-s]* de *iets*, igual ao morfema genitivo do tipo *Jans auto*:

No espírito de Rizzi (1986), Kester propõe pois que *pro* está sujeito a condições de legitimação e identificação, neste caso verificadas pela morfologia flexional presente no adjectivo. A morfologia adjectival transforma o núcleo funcional F^o num regente estrito, possibilitando as condições de legitimação formal de *pro*. Demais, o morfema casual [-s] torna *pro*, especificado por [+massivo], visível a nível da interpretação, pelo que o pronome não-lexical *pro* é ao mesmo tempo legitimado e identificado por morfologia adjectival especial²⁶.

2.4.2.2 Construções envolvendo *pro* humano e abstracto

No mesmo capítulo, Kester aborda as construções envolvendo nomes nulos marcados por traços [+humano] ou [+abstracto], e defende que este tipo de *pro* é formalmente legitimado pela morfologia adjectival, mas que a sua identificação se processa de maneira diversa. Relativamente àquilo que rotula de **construção humana**, Kester nota que, se o Inglês não admite *pro* elíptico em construções como (47a), exigindo sempre a forma plena *one*, admite no entanto algumas construções do tipo: *the poor, the rich, the French*, etc, como em (47c):

- (47) a. * the red car and [the green *pro*]
 b. the red car and [the green one]
 c. [The rich *pro*] are lonely

Exemplos como (47c) são muito limitados, já que só se referem a humanos²⁷ e têm uma interpretação marcadamente genérica. Demais, levantam a questão de saber se correspondem a uma verdadeira construção adjectival, ou se serão antes o resultado de uma nominalização, hipótese clássica contra a qual Kester argumenta. Depois de demonstrar que a hipótese da nominalização é inviável —os adjectivos envolvidos na construção humana não verificam as características dos *verdadeiros* nomes²⁸—, Kester assume que também a construção humana consiste num adjectivo seguido do nome nulo *pro*. Os exemplos estudados mostram que *pro* é de facto [+humano], [+genérico] e [+plural], pelo que Kester conclui que, nas construções humanas, esses são traços por defeito —inerentes— de *pro*. Isto parece corresponder à única instância de *pro* legitimada em Inglês: traços diferentes dos referidos levam à proibição de *pro*, como em (47a), em que *pro* não é nem [+humano] nem [+genérico].

Estabelecendo um paralelismo com a análise de Rizzi (1986) sobre *pro* objecto nulo em italiano, Kester observa que a interpretação por defeito —arbitrária, na terminologia de Rizzi— é obtida na ausência de morfologia flexional. Relativamente às construções

26 Note-se também que a presença dessa FP de traço [+massivo] está na origem da proibição de adjectivos múltiplos nesta construção em Neerlandês. Para Kester, o D [+massivo] é que selecciona essa categoria funcional especial FP, de tipo [+massivo]. Obviamente, essa selecção bloqueia a presença de outros adjectivos, já que só uma projecção funcional pode ser seleccionada por D.

27 Dai o rótulo atribuído.

28 Características citadas são a possibilidade de os nomes serem usados no singular, de terem morfologia plural, e de serem usados sem D (como bare plurals)

adjectivais do tipo (47c), Kester nota que, como para o *pro* objecto nulo arbitrário, também aqui não há morfologia flexional nem antecedente lexical dos quais o seu conteúdo semântico possa ser recuperado: nestas construções adjectivais, a interpretação por defeito é assumida.

Outra observação relevante de Kester é a de que os adjectivos envolvidos na construção humana têm um plural irregular, que é o morfema *[-n]* em vez de *[-s]*²⁹. Crucialmente, o morfema *[-n]*, quando escolhido, induz uma interpretação arbitrária de tipo [+humano, +genérico, +plural]. Para Kester, este morfema é uma flexão adjectival cuja utilidade é legitimar e identificar *pro* marcado por traços inerentes³⁰.

- (48) a. De blinden / * blindes (*os cegos*)
b. De ziecken (*os doentes*)

Os factos anteriormente expostos permitem concluir que o contraste inicialmente denunciado em (47) se pode explicar em termos de ausência / presença de morfologia flexional³¹. Os adjectivos em Neerlandês são flexionados por *[-e]* em todos os casos de *pro*, humano ou elíptico —ver (42b) e (48)—, enquanto em Inglês os adjectivos não manifestam nenhuma flexão. En Neerlandês, *[-e]* é realizado nas construções humanas em todos os adjectivos, mesmo os que não flexionam habitualmente na presença de um nome pleno. Claramente, *[-e]* não corresponde ao padrão da flexão adjectival e deve ser realizado por outros motivos. Kester assume que o é por razões de legitimação formal: *[-e]* é um legitimador formal de *pro*, embora não o consiga identificar.

A seguinte tendência desenha-se no modelo de Kester: no caso da elipse do nome, a presença de um antecedente lexical contextual torna possível a recuperação semântica, sendo *pro* formalmente legitimado pelo núcleo F°. Quando não há antecedente lexical —quando há traços inerentes—, várias estratégias surgem: ou há uma flexão adjectival especial *[-n]* quando *pro* tem os traços [+humano, +plural, +genérico], e nesse caso *[-n]* é suficiente marcado para tornar *pro* visível na LF; ou, nos casos de construção inerente não-humana, assume-se que o conteúdo de *pro* é legitimado por *[-e]* e é identificado sob Concordância Núcleo-Núcleo pelo traço gramatical de género de D. Neste último caso, Kester propõe que existem —em Neerlandês— regras de redundância lexical segundo as quais *pro* com traços inerentes humanos é identificado pelo artigo definido não-neutro *de*. Estas mesmas regras implicam um *pro* com traços inerentes não humanos, identificado pelo artigo definido neutro *het*, construção que Kester rotula de **abstracta**. D

29 *[-s]* representa o morfema plural habitual dos nomes em Neerlandês.

30 É importante salientar que este morfema só é realizado em adjectivos quando *pro* tem traços inerentes: se *pro* não os tem, por exemplo em caso de elipse, então o morfema *[-n]* é agramatical, como mostra (i) (obviamente, (i) só seria gramatical no caso de não haver elipse: *groenen* representaria os verdes (ecologistas))

(i)* *De rode boeken liggen naast de groenen pro* *Os livros vermelhos estão ao lado dos verdes*

31 Kester adianta que esta explicação é interessante por razões empíricas (em muitas línguas há morfologia flexional e nomes nulos) e teóricas (esta hipótese é suportada pela explicação dada habitualmente para os sujeitos nulos das línguas *pro-drop*). Morfologia rica parece ser de crucial importância para a legitimação e identificação de ambos sujeitos nulos e nomes nulos.

com traço gramatical [± neutro] pode pois seleccionar por Concordância Núcleo-Núcleo uma projecção funcional específica ligada à interpretação abstracta, e ela própria regente de *pro*. Os casos de construção humana e abstracta referidos são exemplificados a seguir:

- (49)
- a.

blinden *pro* (os cegos)
- b.

de besprokene *pro* (a pessoa de que se falou)
- c.

het besprokene *pro* (aquilo de que se falou)

Proponho no quadro (50) uma síntese dos casos de *pro* em construção adjectival analisados por Kester para o Neerlandês. A observação do quadro leva a concluir que a flexão adjectival em Neerlandês, habitualmente considerada como pobre, possibilita no entanto uma variedade de construções com *pro*.

(50)

		legitimação	identificação
<i>pro</i> elíptico		flexão [-e]	antecedente lexical
<i>pro</i> inerente	construção partitiva [+massivo]	flexão [-s]	flexão [-s]
	construção humana genérica [+humano, +plural, +genérico]	flexão [-e]	flexão [-n]
	construção humana [+humano, -plural]	flexão [-e]	Género em D (de[-neutro])
	construção abstracta [-humano, -plural]	flexão [-e]	Género em D (het[+neutro])

Além do Neerlandês, põe-se a questão da relação entre morfologia flexional e nomes nulos nas outras Línguas Germânicas, e também nas Línguas Escandinavas e Românicas, conhecidas pelo seu sistema flexional variado. A análise apresentada por Kester indica que, em todos os casos citados, a morfologia flexional do adjectivo tem um papel relevante na legitimação do *pro* elíptico ou inerente.

Em Alemão de acordo com o que foi assumido, existem também construções humana e abstracta, já que os adjectivos são flexionados e *pro* pode ser formalmente legitimado pela flexão do adjectivo. Em elipses, *pro* tem um antecedente lexical e na ausência de antecedente lexical, isto é, em construções humanas, são os traços inerentes que tornam *pro* visível em LF, pelo género de D que pode levar a distinguir [+neutro] e [-neutro] —ver (51).³² Além disso, como o Alemão distingue entre masculino, feminino e neutro, encontra-se não só a construção abstracta com género neutro, mas também dois tipos de construções humanas, masculina e feminina —ver (52):

32 Em Sueco, existem os mesmos casos referidos:
(i) ett rött hus och [ett vitt] uma casa vermelha e uma branca
(ii) du är [den ende] jag älskar Es o único que eu amo
(iii) [D enda] du kan göra är att vänta. A única coisa a fazer é esperar

- (51) a. der Blinde *pro* überquerte die Strasse
 O cego atravessou a rua
 b. das Gute *pro* an der sache ist, dass er immer rechtzeitig ist
 O bom neste caso, é que chega sempre a horas
 c. er hat den roten Wagen und [den grünen *pro*] gekauft
 Ele comprou o carro vermelho e o verde
- (52) der / die / das Alte *pro* (*o homem / a mulher / a coisa velho(a)*)

Para as Línguas Românicas, Kester cita o caso do Espanhol, que segue o mesmo tipo de padrão relativamente às construções humana, abstracta e elíptica:³³

- (53) a. los extremamente ricos *pro*
 b. lo verdaderamente interesante *pro*
 c. los libros verdes y los rojos *pro*

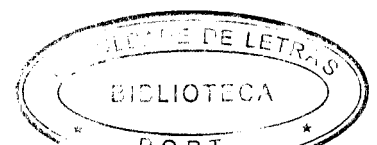
É interessante notar que a forma do artigo definido *lo* aparece na construção abstracta. A tradição gramatical distingue entre masculino e feminino para nomes, correspondendo aos artigos *el* e *la*, mas no caso de *pro* legitimado por um adjectivo, existe uma terceira distinção associada à interpretação abstracta³⁴. Estas construções são iguais às referidas para o Alemão em (52): existem duas construções humanas, masculina e feminina, e existe uma construção abstracta, neutra. Esta distinção não parece existir nem em Português nem em Francês, línguas em que as flexões de masculino e neutro se confundem.

- (54) a. el bueno *pro* y el malo *pro* de la película
 O bom (herói) e o mau da fita
 b. la buena *pro* y la mala *pro*
 A boa (heroína) e a má
 c. lo bueno *pro* y lo malo *pro*
 O bom (aspecto) e o mau

Em suma, Kester assume, ao contrário de Lobeck, que a legitimação de *pro* implica regência por um núcleo funcional com um Especificador marcado por flexão explícita. Isto baseia-se em factos segundo os quais é a presença da flexão adjectival, e não a presença de determinado traço, que legitima *pro*. Adjectivos flexionados tornam, sob Concordância Especificador-Núcleo, um núcleo funcional F° num regente estrito de *pro*. Embora os dois *pro* distinguidos por Kester sejam sempre legitimados pela flexão, diferem contudo na sua identificação. Se a elipse é sempre identificada contextualmente por um antecedente lexical, existem estratégias variadas para *pro* com traços inerentes: o uso de morfologia adjectival especial, como [-s] ou [-n], ou o uso de traços de género gramatical realizados no D.

³³ Sobre o adjectivo *interessante* cf. Sleeman (1996:14), em que *je n'ai pas entendu l'intéressante* é dado como não gramatical.

³⁴ Tudo isto confirma, aliás, que em *los ricos*, *ricos* é um adjectivo e não um nome, já que *lo* nunca é encontrado com nomes.



2.4.3 *pro* e os traços [+contável] e [+massivo]

Tal como é resumido no parágrafo anterior, o modelo de Kester não consegue todavia explicar alguns dados relativos ao Inglês. De maneira a melhorar o seu modelo, Kester vai alargar o leque de construções com *pro*, baseando-se em Longobardi (1994), e reconhecer a relevância dos traços [+contável] e [+massivo] na resolução de *pro*. O ponto de partida para Kester é que os traços por defeito de *pro* são [+humano, + genérico, +plural], enquanto, de acordo com Longobardi (1994), os traços por defeito de D pleno correspondem a [+genérico]. Em consequência, qualquer valor não inerente de *pro* é **manipulado** por morfologia adjectival especial ou traços de género em D, enquanto a interpretação inerente de D —que corresponde a um D não-lexical— pode ser manipulada também por morfologia adjectival especial ou inserção de artigo.

Embora o modelo de Kester preveja em Inglês, língua sem flexão adjectival de número nem de género, uma única instância de nome nulo com traços por defeito, do tipo *the rich*, deve admitir-se todavia que existem várias formas de *pro* elíptico. O primeiro caso envolve adjectivos superlativos, seguidos de um nome nulo, como se exemplifica em (55a). Estes exemplos confirmam a hipótese de que é a morfologia adjectival —aqui o superlativo [-*est*]— que legitima *pro*, pelo que Kester assume, como anteriormente, que a legitimação formal requiere regência estrita por um núcleo funcional, que os adjectivos são especificadores de uma projecção funcional, e que afectam o estatuto do núcleo correspondente. Em (55b), a flexão adjectival torna o núcleo funcional num regente estrito: os traços do adjectivo são transmitidos ao núcleo funcional por Concordância Especificador-Núcleo, e ao núcleo N por Concordância Núcleo-Núcleo:

- (55) a. they claim that Danish butter is the finest *pro*
 b. [DP the [FP [AP finest] F°] [NP *pro*]]

Existe no entanto em Inglês outro tipo de elipse com *pro*, que corresponde às construções que requerem a inserção de *one*:

- (56) a. *I bought a red car and a green *pro*
 b. I bought a red car and a green one

Neste tipo de frase, *one* é geralmente visto como uma forma pronominal equivalente a um nome lexical. No entanto, a ideia de que *one* corresponde a um nome levanta problemas, principalmente porque não pode ser antecedido de um quantificador —**many ones*. Estabelecendo um paralelo entre o *one* Inglês e a flexão adjectival em Neerlandês, Kester assume que *one* corresponde a um núcleo funcional presente para legitimar *pro* nas construções elípticas: ambos são inseridos por razões de legitimação formal. A legitimação formal de *pro* requiere regência por um núcleo funcional, que é tornado visível pela inserção de *one* para o Inglês ou de flexão adjectival para as línguas flexionadas.

Vejamos os casos em (57), representados em (58). Em Neerlandês, o núcleo funcional F° é tornado visível pela morfologia flexional do adjectivo, neste caso o morfema *[-e]*, e funciona como regente estrito de *pro*. Esta estratégia não existe em Inglês, devido à ausência de flexão adjectival, e o núcleo funcional é preenchido com o elemento lexical *one*³⁵. O conteúdo semântico de *pro* é em ambos os casos recuperado pelo contexto.

- (57) a. de groene *pro*
 b. the green one *pro*
- (58) a. [DP de [FP [AP groene] F°] [NP *pro*]]
 b. [DP the [FP [AP green] one] [NP *pro*]]

Uma característica importante de *one* é estar associado ao traço [+contável], marcado pela oposição formal *one / ones*, o que o torna incompatível com nomes massivos —ver (59a). Sendo assim, embora seja obrigatório em construções elípticas adjectivais como (57b), *one* é excluído quando aparece um nome massivo como antecedente de *pro*, mesmo na presença de um adjectivo não flexionado, como mostra (59b), em que *mustard* é [+massivo]:

- (59) a. Shall I pass the butter? Or have you got *one/some already?
 Queres manteiga? Ou já tens?
 b. Which mustard would you prefer? English or French?
 Que mostarda preferes? A Inglesa ou a Francesa?

Estes exemplos levam Kester a concluir que o traço [+contável] deve ser morfologicamente expresso na elipse —pela oposição *one / ones*—, não sendo o caso para o traço [+massivo], que não requiere nenhum elemento flexional. Esta última diferença explica por que razão *one* é incompatível com quantificadores —**many ones*: como estes são morfologicamente marcados por [+contável], a inserção de *one* é inútil e equivale a uma violação do princípio de Economia. Em contrapartida, estas observações permitem a Kester concluir que, em Inglês, as construções elípticas sem *one* são boas se houver, em vez de um adjectivo atributivo não flexionado, um quantificador [+contável], como em (60):

- (60) The students attended the play, but few/many/six left disappointed.
 Os estudantes assistiram à peça, mas alguns/ muitos/ seis saíram desiludidos

A gramaticalidade de (60) explica-se pelo facto de os quantificadores —*few*, *many*— e os numerais, todos marcados pelo traço [+contável], serem núcleos de uma projecção funcional —talvez QP— capaz de reger estritamente *pro*. Sendo assim, o *pro*

³⁵ Uma confirmação desta hipótese é dada pelo Afrikaans, língua em que as duas possibilidades ainda existem, em distribuição complementar, para a sintaxe de *pro*: ou flexão adjectival ou *een* (que corresponde ao *one* Inglês). Relativamente ao Inglês, Kester refere também que, historicamente, a ligação entre os dois fenómenos (legitimação por flexão ou por *one*) é confirmada pelo desenvolvimento do Inglês, já que o uso de *one* tornou-se obrigatório depois da perda de flexão adjectival.

elíptico em Inglês é estritamente regido pelo Q —um núcleo funcional— e identificado pelo seu traço [+contável], que parece ser condição de elipse em Inglês.³⁶

En resumo, Kester nota que, além de *pro* inerente, há em Inglês várias instâncias de *pro*, nomeadamente *pro* elíptico com superlativo, com adjectivo seguido de *one*, com adjectivo seguido de *pro* [+massivo], e com quantificador³⁷. Exemplificam-se a seguir os casos anteriormente referidos:

- (61)
- a. the rich *pro* are lonely [+humano, +genérico, +plural]
os ricos são solitários
 - b. although Helen is the oldest girl in the class, Julie is the tallest *pro* (superlativo)
Embora a Helena seja a rapariga mais velha da turma, a Júlia é a mais alta.
 - c. I bought a red car and a green one *pro* [+contável]
Comprei um carro vermelho e um verde
 - d. This recipe requires plain flour, not self-raising *pro* [+massivo]
A receita necessita farinha normal, não especial
 - e. We tasted many wines, and some *pro* were extremely dry [+contável]
Provamos vários vinhos, e alguns eram muito secos.

Como se vê, justifica-se nos casos (61b,c,e) a análise inicialmente proposta, já que existe ou morfologia flexional ou um núcleo funcional com traço [+contável]. Nos casos (61a,d), no entanto, não existe nenhum elemento identificador de *pro* —nenhuma flexão—, o que leva a perguntar como é que, nesses casos, *pro* pode ser identificado.

Vimos que os traços de *pro* na construção humana (61a) são [+humano, +genérico, +plural] por inerência. A comparação com formas providas de um nome pleno com os mesmos traços (62b) mostra que a construção humana também se caracteriza pela presença do artigo definido. No entanto, como *the rich* e *Germans* têm os mesmos traços, a agramaticalidade de (62a) permanece enigmática. Tal como o nome *Germans*, também *rich* seguido de *pro* com traços por defeito deveria ser compatível com o contexto genérico das frases:³⁸

- (62)
- a. *Rich *pro* are lonely
 - b. Germans are tall

A solução avançada por Kester inspira-se em Longobardi (1994). A ideia crucial de Longobardi consiste em assumir que uma interpretação existencial é atribuída por defeito à posição D quando D não é lexicalmente realizado, enquanto um D pleno equivale a uma interpretação genérica. Nos exemplos seguintes, o contraste entre (63a) e (63b) mostra que o singular exige um D pleno para evitar uma interpretação existencial — que é incompatível com um predicado genérico—, e o contraste entre (63c) e (63d) mostra que

36 Esta explicação justifica também a incompatibilidade entre quantificador e adjectivo para legitimar *pro* elíptico, como em (i). Quando o quantificador é seguido de um adjectivo, a relação de regência fica bloqueada pelo núcleo da projecção funcional que contem o adjectivo, o que leva a agramaticalidade. A solução consiste em inserir *one* em F⁰, de maneira a que o núcleo funcional seja estritamente *pro*, como em (ii).

(i) * many green *pro* (ii) many green ones *pro*

37 Kester não chega a referir a existência de *pro* elíptico legitimado pelo caso possessivo Inglês, do tipo "John's book is red, and Mary's *pro* is green".

38 Cf. Longobardi (1994:632):

(i) *(the) rich are becoming even richer

a presença de D leva a uma interpretação genérica —incompatível com um nome massivo³⁹:

- (63) a. The lion has four legs
 O leão tem quatro pernas
 b. *Lion has four legs
 c. Lion is not good to eat
 O leão não se come
 d. *The lion is not good to eat

Estes exemplos levam Longobardi a concluir que o artigo *the* é um elemento expletivo inserido para evitar a interpretação existencial, o que pode ser formulado do seguinte modo:⁴⁰

- (64) [e] = interpretação existencial por defeito

(64) implica crucialmente que qualquer expressão genérica requiere a posição D lexicalmente preenchida, em última instância na interface com a LF, pelo que as expressões genéricas implicam, em caso de um D não lexical, a subida de N para D. Como (65) sugere, o nível a que a subida de N tem lugar é uma propriedade parametrizada das línguas naturais: em Inglês, a subida de N para D só se dá na LF. Como mostram as representações da LF em (66), N sobe para D, deixando um vestígio e preenchendo a posição D, anulando a interpretação existencial inerente⁴¹. Mas nas Línguas Românicas, N genérico não pode sobreviver sem artigo —ver (66c)—, pelo menos nas línguas sem *bare plurals* genéricos, como o Italiano:⁴²

- (65) Parâmetro: N sobe para D (por substituição) em sintaxe em Italiano mas não em Inglês
- (66) a. [beavers [big [e]] build dams
 b. [Water [fresh [e]] is often drinkable
 c. *Castori costruisceno dighe

No caso de construções como (61a) e (62), Kester pode agora justificar a obrigatoriedade do artigo. Baseando-se em (64) e (65), Kester assume que, em (61a), não há subida de N para D⁴³, e que o artigo definido é inserido para bloquear a interpretação por defeito —existencial— da posição D vazia. Neste cenário, o artigo não passa de um elemento expletivo, requerido pela sintaxe das expressões genéricas. A construção humana, do tipo *the rich*, passa assim a caracterizar-se por um *pro* com traços por defeito e a presença de um artigo pleno. A presença do artigo na construção humana justifica-se por razões de boa formação das expressões genéricas: se uma posição D vazia

39Longobardi(1994:650)

40Longobardi(1994:641)

41Longobardi(1994:641)

42 Note-se que a argumentação de Longobardi (1994) se centra nos nomes próprios. O autor refere uma estrutura LF para os nomes próprios singulares, que depois aplica aos genéricos. Exemplo de subida do nome próprio para DET em LF (p.642):

(i) [John [old e]] came in.

43 Primeiro porque não há nome lexical, só *pro*; depois porque, se o adjectivo ocupa uma posição intermédia entre N e D, a subida de N violaria o "Head Movement Constraint" de Travis (1984)

leva a interpretação existencial, uma interpretação genérica requer uma posição D lexicalmente preenchida.

Kester observa no entanto que alguns factos em Neerlandês e noutras línguas desafiam a tese de Longobardi (1994). Em Neerlandês, *pro* inerente pode ser usado no singular e até com valor existencial, como se vê a seguir. Foi dada conta da gramaticalidade deste tipo de exemplo em termos de legitimação e identificação de *pro*: a presença de flexão adjectival [-en] faz com que *pro* com traços não-inerentes seja legitimado por flexão adjectival e o seu conteúdo semântico é recuperado por flexão especial ou género gramatical em D.

- (67) Ik zag [twee blinden *pro*] de straat oversteken
Vi dois cegos atravessar a rua

A presença de um D pleno expletivo destinado a bloquear a interpretação existencial por defeito também não parece aplicar-se sem dificuldades, como se vê a seguir:

- (68) a. [Rijken] worden alleen maar rijker
Os ricos são sempre mais ricos
b. [Reiche] werden immer nur reicher (ALEMÃO)
c. [Rika] blir bara rikare (SUECO)

Estes casos mostram que o modelo desenvolvido por Longobardi (1994) não se aplica universalmente, e não se adapta como tal ao quadro desenvolvido por Kester. Para justificar a gramaticalidade de casos como (68), Kester propõe alterar (64) nos seguintes termos:

- (69) A posição D de um argumento deve ser especificada por [+massivo] ou [+contável]

Segundo (69), se a posição D contém um nome singular, como em (63c), é interpretada como [+massivo], e se contém um nome plural ou um artigo **expletivo** deve ser interpretada como [+contável]. Estes casos resumem-se em (70) e exemplificam-se em (71):

- (70) a. D singular -> [+massivo]
b. D (N) plural -> [+contável]
c. D Expletivo -> [+contável]

- (71) a. Fresh water is often drinkable
b. Big beavers build dams
c. The lion has four legs

No que respeita as construções humanas em análise, o artigo definido marca a posição D como [+contável], como acontece para a frase genérica, em (71c). Eis a estrutura de *the rich*, proposta por Kester:

- (72) [_{DP} the [_{FP} [_{AP} rich] F^o] [_{NP} *pro*]]

A diferença entre o Inglês e as outras Línguas Germânicas pode agora ser justificada em termos de morfologia flexional. Nas Línguas Germânicas, os adjectivos estão sempre marcados pelo traço [+plural] —na sua flexão—, e portanto também por

[+contável]. Kester formula a hipótese que a posição vazia D deve ser interpretada como [+massivo] por defeito⁴⁴, e que a subida do nome ou a inserção de um artigo leva a uma interpretação [+contável]. Nesse caso, nas construções adjectivais em análise, os adjectivos plurais especificam o núcleo funcional F° como [+contável] sob Concordância Especificador-Núcleo, e depois F° marca a posição D como [+contável] sob Concordância Núcleo-Núcleo. No entanto, como os adjectivos em Inglês não têm traço [+plural], a posição D não pode ser marcada por [+contável] —desde F°— e o definido é inserido como alternativa, anulando a interpretação existencial por defeito.

Esta posição justifica os exemplos em (61a,d). No primeiro caso, a posição D é marcada como [+contável] pela inserção do definido. Obviamente, o definido não pode ser dispensado já que a interpretação por defeito de *pro* —[+humano, +genérico, +plural]— é incompatível com a posição D vazia. No segundo caso, a posição D vazia recebe a interpretação [+massivo], que é compatível com o *pro* que tem um antecedente massivo —*farinha*⁴⁵. O exemplo em (61a) envolve a interpretação por defeito de *pro*, enquanto o exemplo (61d) envolve a interpretação por defeito de uma posição D vazia.

Voltando ao Neerlandês, Kester aplica-lhe a mesma análise. Em ambos os casos em (73), *pro* é formalmente legitimado pela morfologia adjectival. (73a) no entanto é mau porque há incompatibilidade de traços entre a posição D e *pro*. A posição D é [+massivo] por defeito, o que não é compatível com o [+humano] de *pro*. Como a flexão adjectival não tem aqui [+contável] —é o caso do *schwa* em Neerlandês—, a única maneira de salvar a derivação é a inserção de um artigo, já que este tem o traço [+contável].

- (73) a. *Zieke heeft recht op een goede verzorging
 b. Een / de zieke heeft recht op een goede verzorging
um doente tem o direito de ser bem tratado

A última questão posta por Kester diz respeito aos vários traços realizados pelas flexões adjectivais nas Línguas Germânicas. Se as construções adjectivais podem ser morfologicamente especificadas por [+contável], põe-se a questão de saber se também haverá flexão para [+massivo]. Kester propõe que é o caso da Construção Partitiva Genitiva, em que o adjectivo tem uma flexão especial [-s] relacionada com a interpretação massiva de *pro*. É o caso de (45), aqui repetido:

- (74) Er is [its verschrikkelijks] gebeurd
 Há qualquer coisa terrível acontecido
Aconteceu alguma coisa terrível

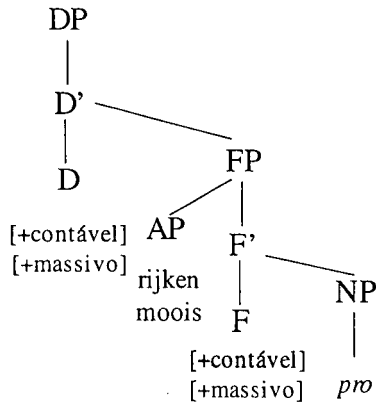
Há pois dois morfemas adjectivais em Neerlandês, associados a dois tipos de traços, distinguidos em (75) e representados em (76):

⁴⁴ Lembremos que Longobardi assume para D vazio uma interpretação existencial.

⁴⁵ Um antecedente contável teria que ser marcado explicitamente pela inserção do elemento [+contável] *one*

- (75) [-n] -> [+contável]
 [-s] -> [+massivo]

(76)



Em síntese, a observação segundo a qual a ocorrência de flexão adjectival varia de língua para língua é de crucial importância para o trabalho de Kester, visto que, se se postular uma relação entre flexão e nomes nulos, será possível prever em que línguas há ou não nomes elípticos, e o seu tipo de distribuição. A parametrização da ocorrência das flexões leva Kester a postular uma parametrização da distribuição de nomes nulos.

Para o tratamento da elipse nominal, penso que devem ser tomadas em consideração algumas das propostas de Kester, nomeadamente o papel da flexão e a importância de traços como [+humano] ou [+massivo]. No entanto, apesar do seu poder descritivo, este quadro deve muito às línguas analisadas pela autora, nomeadamente as Línguas Germânicas. Podemos pois perguntar se o modelo apresentado poderá ser alargado às Línguas Românicas, e em particular ao Português e ao Francês. Nestas línguas, a existência de um sistema flexional global e sistemático dificilmente poderá servir de critério distintivo na distribuição da elipse do nome. Outra limitação associada ao modelo de Kester prende-se com a indefinição da estrutura interna do DP, nomeadamente a natureza das projecções funcionais que dominam o NP. Na verdade, a variabilidade da ordem de constituintes do DP Românico em nada pode ser resolvida num quadro teórico limitado a uma categoria funcional genérica FP.

2.5 Sleeman (1996)

O tema da dissertação de Sleeman é a legitimação em Francês de construções envolvendo nomes nulos, nomeadamente as construções de elipse envolvendo um adjectivo seguido de um nome nulo basicamente engendrado:

- (77) Je n'ai lu que le troisième *pro*

Este tipo de construção levanta dificuldades pelo facto de não ser uniforme nas línguas analisadas. Em Espanhol e nas Línguas Germânicas, a elipse do nome é possível com qualquer adjectivo. Em Francês, a elipse do nome é possível com alguns adjectivos

mas não com outros. Em Italiano e em Inglês, a elipse do nome associada a adjetivos não é produtiva, ou muito pouco produtiva.

- (78)
- a. El fácil está en la página cuarenta
 - b. De makkelijke staat op bladzijde veertig
 - c. Je prendrai la grande
 - d. *le facile se trouve à la page quarante
 - e. *Prenderò la grande
 - f. *I will take the big

A tese de Sleeman é aqui apresentada da seguinte maneira: resume-se primeiro o quadro teórico proposto para o sistema DP e a legitimação de nomes nulos. Apresentam-se a seguir respectivamente as noções de partitividade e de especificidade como traços de legitimação e identificação dos nomes vazios. Por fim, analisa-se a maneira como Sleeman aplica este modelo a várias línguas.⁴⁶

2.5.1 Quadro teórico

2.5.1.1 A análise do DP

Como Lobeck (1995) e Kester (1996), Sleeman (1996) defende a hipótese DP de Abney (1987). Adota também Valois (1991) segundo o qual adjetivos pré-nominais e pós-nominais são basicamente engendrados no sistema funcional acima de NP. Assume a ideia de um DP com múltiplos núcleos funcionais, em que o NP é dominado por várias projecções funcionais, e também, com base em Ritter (1991), a existência de um NumP entre DP e NP, e a subida do núcleo N°, sobe para Num°, para verificar a sua flexão. NumP é uma projecção funcional dominada por DP, que contem traços morfológicos que devem ser verificados pelo nome. Quanto ao AP, Sleeman opta por Cinque (1993), segundo o qual todos os adjetivos, pré-nominais ou pós-nominais, são gerados em especificador das várias projecções funcionais de NP. Uma outra projecção funcional de NP é QP, cujo especificador recebe os quantificadores. Essas projecções funcionais podem ser chamadas QP e AP, de acordo com o especificador que têm, e em qualquer caso, o seu núcleo é fonologicamente vazio.

Sleeman divide os adjetivos intransitivos atributivos em dois grupos —os pré-nominais e os pós-nominais—⁴⁷, sendo todos gerados nas projecções funcionais de NP. Para determinar a posição e a ordem dos constituintes nominais, Sleeman refere Valois (1991), Bernstein (1993) e Cinque (1993). Valois propõe que todos os adjetivos intransitivos são gerados em posição pré-nominal, como adjuntos de NP ou das suas projecções funcionais. A posição pós-nominal em Estrutura-S de alguns adjetivos nas Línguas Românicas seria o resultado de movimento de N para o núcleo Num°. Bernstein propõe que numerais e adjetivos pré-nominais são gerados em projecções funcionais

⁴⁶ Sleeman aborda também outro tipo de nome vazio envolvendo o pronome partitivo *en*, que não será aqui abordado directamente.

⁴⁷ Os quantificadores são só pré-nominais.

dominando NumP, enquanto os adjetivos que aparecem em posição pós-nominal em Estrutura-S, são gerados entre NumP e NP. Cinque assume que todos os adjetivos são gerados em posição de especificador.⁴⁸ A análise da elipse do nome motiva a adoção de Cinque (1993): os adjetivos devem estar em condições de reger estritamente o nome vazio, e isto só é possível se o fizerem via concordância Especificador-Núcleo e concordância Núcleo-Núcleo. Demais, adota também a distinção de Bernstein (1993) entre projecções funcionais pré-NumP e pós-NumP: a posição pós-nominal de superfície de alguns adjetivos é o resultado do movimento de N para o núcleo de NumP.

No entanto, para Sleeman, os adjetivos relacionais —por exemplo, os adjetivos temáticos— são núcleos no sistema de projecções funcionais de NP, e devem ser gerados como núcleos de uma projecção funcional que domina imediatamente NP. O nome move-se primeiro para essa projecção funcional e incorpora com o adjetivo, e depois é que o complexo formado pelo nome e o adjetivo relacional se move para Num°. Os adjetivos relacionais não se podem combinar com nomes vazios, provavelmente porque têm que incorporar com um nome lexicalmente realizado.

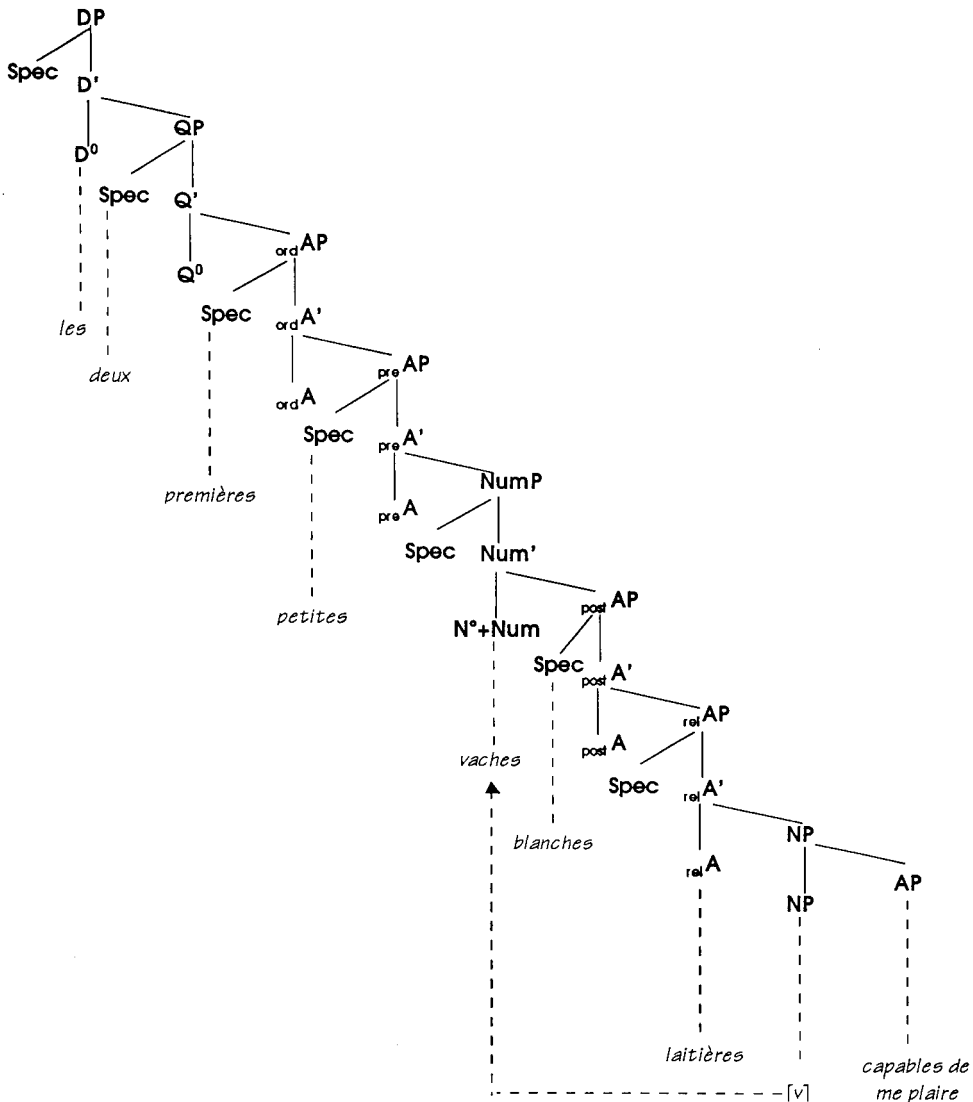
Em síntese, Sleeman, distingue, além de DP, pelo menos três projecções funcionais pré-NumP: QP para os numerais; _{ord}AP para os ordinais⁴⁹ e adjetivos como *seul, autre, même, prochain, précédent, suivant*; _{pre}AP para os adjetivos pré-nominais e superlativos pré-nominais. Também distingue duas posições pós-NumP: _{post}AP para os adjetivos intransitivos pós-nominais —entre os quais os adjetivos de cor—, e superlativos pós-nominais; _{rel}AP para os adjetivos relacionais. Relativamente aos adjetivos transitivos, Sleeman assume, retomando conclusões de Ronat (1977) sobre a semelhança entre certos adjetivos e relativas restritivas, que, tal como as relativas, são legitimados por predicação, como adjuntos à direita de NP.

Combinando estas propostas, o DP tem a seguinte estrutura:

⁴⁸ Já que o nome se deve mover para além desses adjetivos para o núcleo Num°, eles não podem ser gerados num núcleo, porque o "Head Movement Constraint" de Travis (1984) bloquearia o movimento de N

⁴⁹ _{ord}AP significa "Ordering Adjectival Phrase".

(79)



Depois da incorporação do nome com o adjetivo relacional, o nome move-se para Num°, o que corresponde à Estrutura-S seguinte:

(80) les deux premières petites vaches laitières blanches capables de me plaire

(79) permite concluir que, no que respeita à elipse do nome, os adjetivos basicamente engendrados à direita do nome —os transitivos— nunca autorizam elipse do nome, enquanto alguns dos que estão à sua esquerda autorizam. A possibilidade da elipse do nome depende pois parcialmente do facto de o adjetivo ser gerado à esquerda do nome. Uma pergunta surge: por que razão só alguns dos adjetivos gerados à esquerda do nome —além dos quantificadores— podem legitimar a elipse do nome ? Uma resposta possível é que esses adjetivos têm propriedades semânticas diferentes dos outros.

2.5.1.2 A legitimação dos pronomes NP

Sleeman refere a assunção de Lobeck (1995) segundo a qual o nome elíptico é também do tipo *pro* e obedece a determinadas condições de legitimação e identificação, definidas em Rizzi (1986). Para explicar a elipse do nome, evoca também Kester (1996), para quem a flexão adjectival pode legitimar nomes elípticos, em especial nas Línguas Germânicas. A elipse do nome por flexão nas Línguas Germânicas é geralmente justificada porque a flexão adjectival é de algum modo capaz de identificar o nome vazio *pro*. Mas para Sleeman, nas Línguas Românicas e em Inglês, a elipse do nome não é legitimada por flexão adjectival. A autora distancia-se da hipótese de Kester segundo a qual a flexão é que legitimaria um nome vazio —ver parágrafo 2.4. A autora observa que há casos explícitos em que o nome vazio não é legitimado pela flexão. No exemplo seguinte, *intelligente* é flexionado mas a elipse do nome não é boa:

(81) * Je préfère l'intelligente

(81) sugere pois que, além da flexão do adjectivo, outro dispositivo gramatical deve existir nas Línguas Românicas para legitimar a elipse do nome. Em Francês, os adjectivos que permitem elipse do nome —que nem sempre são flexionados— são adjectivos com determinada propriedade semântica: são *classificadores*, superlativos, ordinais, de cor, etc, o que sugere que a sua propriedade semântica e não a sua morfologia é que tem um papel crucial na legitimação de nomes vazios:

(82) a. De ces filles, Marie est la plus intelligente
b. De ces robes, je préfère la bleue

Também é referido o modelo de legitimação de nomes vazios por Concordância Forte de Lobeck (1995), para quem, como vimos, a elipse do nome em Inglês seria legitimada por *traços fortes*, como [+possessivo], [+partitivo] ou [+plural]. Para Sleeman, o traço [+partitivo] tem sempre um papel crucial na legitimação de nomes vazios, o que implica que todos os traços propostos anteriormente são preteridos a favor do único traço [+partitivo]. Como este é um traço semântico, a morfologia não tem, nas Línguas Românicas e em Inglês, nenhum papel na legitimação de nomes vazios. Relativamente à distinção entre legitimação formal e identificação de *pro* sugerida por Rizzi (1986), Sleeman assume que os nomes vazios devem ser formalmente legitimados por um regente estrito com significado partitivo, e identificados por um legitimador com uma interpretação *específica*.

Sleeman refere também a observação de Lobeck (1995) segundo a qual o nome vazio é basicamente engendrado e corresponde a um pronome vazio de nível categorial NP, isto é, o nome vazio é uma projecção máxima. Se, em propostas como Ronat (1977), o nome vazio era apresentado como uma lacuna sintagmática de tipo N', para Sleeman, os constituintes elípticos têm que ser projecções máximas, não só no caso da

elipse do nome mas também em outros casos de elipses. A autora propõe o princípio de legitimação seguinte para NP *pro*:

- (83) Legitimação de NPs pronominais
 NPs pronominais são (formalmente) legitimados ao serem estritamente regidos por um elemento marcado por [+partitivo]

2.5.2 A elipse do nome

2.5.2.1 Partitividade

Na estrutura do DP proposta em (79), as várias projecções funcionais acima de NP podem todas conter no seu especificador elementos que permitem a elipse do nome. A capacidade de um elemento legitimar a elipse do nome não parece pois relacionada com a projecção funcional na qual é projectado, nem com a sua posição na estrutura. Por outro lado, os adjectivos que não legitimam a elipse do nome também são gerados em algumas dessas projecções funcionais. O adjectivo *intelligente* em (81), por exemplo, é gerado em [Spec,_{post}AP], tal como os adjectivos de cor, mas não legitima, segundo Sleeman, a elipse do nome.

Já que a possibilidade de um elemento legitimar a elipse do nome não está relacionada com a projecção funcional que o recebe, Sleeman propõe em alternativa que os elementos que legitimam a elipse do nome devem ter em comum um significado partitivo. Isto é claro no caso dos elementos que se podem combinar com um PP partitivo (84a), como por exemplo os ordinais em [Spec,_{ord}AP]. Mas mesmo sem PP partitivo, estes elementos ainda expressam um significado partitivo (84b):

- (84) a. Je préfère le troisième de vos livres
 b. Tu as lu tous ses livres? Non, je n'ai lu que le troisième

Para a autora, *partitivo* não significa necessariamente *combinado com um PP partitivo*, como em (84a). Sleeman refere a proposta de Enç (1991), que associa partitividade e especificidade. Segundo Enç, os DPs partitivos incluídos num conjunto estabelecido no domínio do discurso, como é o caso em (84), são sempre específicos. Em ambos os casos em (84), existe um conjunto no domínio do discurso, do qual o DP que contem o ordinal *troisième* é um sub-conjunto. Em (84a), o PP partitivo denota o conjunto de referência, e em (84b), o mesmo é denotado pelo DP *tous ses livres*, situado na oração anterior. Enç associa a partitividade a uma leitura familiar (específica). Se o DP contem informação que é mencionada no domínio de discurso, não é pois informação nova, mas antes familiar. Se o DP contem informação nova, não há leitura específica. Um exemplo é dado em (85): o DP *duas meninas* tem uma interpretação específica, já que há inclusão de um conjunto (*duas meninas*) num conjunto presente no domínio de discurso (*várias crianças*), pelo que o sub-conjunto contem informação familiar.

- (85) Várias crianças entraram na sala. Duas (meninas) começaram a falar para mim

Sleeman assume que a legitimação de nomes vazios —pelo menos em Francês e línguas afins— só é possível se o nome vazio ocorre num DP com interpretação partitiva/específica. DPs com nome vazio devem ser associados a outro DP no contexto, porque o nome vazio tem que receber interpretação. Sleeman usa o termo *partitivo* de um modo informal: *partitivo* significa *propriamente* ou *impropriamente* incluído em, isto é, *potencialmente mas não necessariamente* específico.⁵⁰

A partitividade assim vista implica a inclusão própria ou imprópria num conjunto, e tem um papel importante na legitimação dos nomes vazios. Sleeman distingue entre elementos que implicam a inclusão num conjunto —inclusão própria— e elementos que não implicam.⁵¹ Os primeiros são os quantificadores, superlativos, ordinais, adjectivos como *seul*, *autre*, etc, todos eles elementos que não denotam por si próprios propriedades e portanto só podem ser usados como atributos para formar um sub-conjunto. Sleeman usa a noção de D-partitividade para referir este grupo de elementos. Os *D-partitivos* —inerentemente partitivos— permitem elipse do nome em todas as Línguas Românicas e em Inglês.

D-partitivos distinguem-se de *N-partitivos*. Estes são elementos que denotam eles próprios uma propriedade e podem ser usados como predicados. Já que N-partitivos denotam uma propriedade, o seu uso atributivo implica a intersecção da propriedade denotada pelo adjectivo com a propriedade denotada pelo nome. Essa intersecção forma um sub-conjunto do tipo —Inglês *kind*— denotado pelo nome. Para Sleeman, os N-partitivos legitimam os nomes vazios em Francês, embora o façam marginalmente em outras das línguas abordadas —ver exemplos (78), p.59.

Uma parte substancial dos adjectivos são N-partitivos e podem legitimar a elipse do nome: é o caso dos adjectivos de cor e outros adjectivos *classificadores* de qualidade. Sleeman propõe que estes elementos são *partitivos* num sentido mais vasto: os adjectivos de qualidade que legitimam nomes vazios devem expressar noções distintivas, como as cores, e distinções do tipo *bom/mau*, *velho/novo*, etc. Estes adjectivos de qualidade servem universalmente para criar sub-conjuntos, e o seu uso é quase naturalmente associado à existência de um conjunto de referência. Neste aspecto, são próximos dos D-partitivos, mas os adjectivos de qualidade não formam necessariamente sub-conjuntos —também podem ser usados predicativamente—, enquanto os D-partitivos formam necessariamente sub-conjuntos. Para Sleeman, adjectivos de qualidade que expressam noções distintivas, são *suficientemente partitivos* para legitimar nomes vazios. Estes adjectivos, que podem criar um sub-conjunto de um conjunto denotado pelo nome, mas

⁵⁰ Mesmo se o DP contem informação nova (e portanto não específica), um sub-conjunto pode ser formado dentro de um conjunto denotando o tipo. É o caso com adjectivos como *autre*.

⁵¹ É o caso dos pronomes com significado partitivo *quelques-uns* e *tous*. A diferença entre eles é que o primeiro denota um conjunto que é propriamente incluído noutro conjunto, enquanto *tous* denota um conjunto que é idêntico ao conjunto de referência. Neste último caso, há inclusão imprópria.

que não têm forçosamente essa função, são pois N-partitivos, isto é, acidentalmente partitivos. Um pequeno número de adjectivos de qualidade são N-partitivos, mas os restantes não são nem D-partitivos nem N-partitivos, e não podem legitimar a elipse do nome.

Embora esta proposta permita explicar casos salientes em línguas como o Francês, Sleeman nota que a presença de um elemento partitivo —N-partitivo ou D-partitivo— no DP não chega no entanto para legitimar a elipse do nome:

(86) *c'est la troisième intéressante.

Este exemplo mostra claramente que o partitivo deve ser adjacente ao nome vazio⁵², e não separado dele, o que leva Sleeman a acrescentar ao requisito de traço [+partitivo] para legitimar a elipse do nome, a noção de **regência estrita**.⁵³ Como os quantificadores e adjectivos intransitivos são gerados em especificador de projecções funcionais de NP, não podem estruturalmente reger estritamente o NP da sua posição. A Concordância Especificador-Núcleo —entre o adjectivo e o núcleo funcional— faz no entanto com que o núcleo vazio da projecção funcional seja capaz de reger estritamente o NP vazio.⁵⁴ Nestes casos, o núcleo funcional torna-se no regente estrito por Concordância Especificador-Núcleo.⁵⁵ Em suma, a elipse do nome é legitimada por um elemento [+partitivo] que rege estritamente o nome vazio. Esses requisitos são formulados a seguir (Sleeman 1996:39):

(87) Regência estrita de nomes elípticos em Francês
[e] deve ser canonicamente regido por um núcleo funcional (ou o seu especificador) marcado por [+partitivo].

Embora o traço [+partitivo] possa ser morfológico —*forte*— em algumas línguas, para Sleeman, a partitividade é um traço semântico e não morfológico, e tem um papel importante na legitimação dos nomes vazios, já que indica como um antecedente pode ser recuperado do contexto. Embora não seja um traço morfológico, Sleeman propõe que [+partitivo] legitima todos os casos de elipse do nome, incluindo os casos em que Lobeck atribui um papel central aos traços [+plural] (*these*) ou [+possessivo] (*Mary's*). Se para Lobeck, os nomes vazios são ao mesmo tempo formalmente legitimados e identificados por um núcleo regente marcado por Concordância Forte, para Sleeman, elementos com

52 Mais precisamente, a agramaticalidade de (86) é o resultado da Minimalidade Relativizada: a regência estrita de *pro* pelo quantificador, ou antes pelo núcleo vazio da projecção funcional que tem o quantificador no seu especificador, via concordância Especificador-Núcleo, é bloqueada pela presença de uma projecção funcional intermediária que contém o adjectivo intransitivo *intéressante* no seu especificador: o núcleo funcional intermediário é um regente por núcleo potencial, mas o seu especificador não o marca com [+partitivo], pelo que a frase é má.

53 Ver a definição p.16

54 Não é assim preciso assumir que quantificadores e adjectivos sejam núcleos de projecções funcionais de NP, como faz Lobeck (1995)

55 Sleeman nota que os legitimadores de NPs podem ser o especificador de praticamente qualquer projecção funcional de NP, o que levanta a questão de saber por que é que os núcleos funcionais intermédios vazios não bloqueiam a regência estrita. Sleeman sugere que, além da Concordância Especificador-Núcleo, há a Concordância Núcleo-Núcleo, de maneira que o especificador de uma projecção funcional superior possa legitimar o NP vazio, embora haja projecções funcionais intermédias. Outra hipótese é que as projecções funcionais intermédias não têm efeito bloqueador quando (e só quando) são vazias, ou que as projecções funcionais só são projectadas se são precisas para abrigar material lexical (ou traços lexicais).

um significado partitivo podem formalmente legitimar a elipse do nome. Esses elementos não identificam no entanto necessariamente o conteúdo do nome vazio.

2.5.2.2 Especificidade.

Sleeman refere Rizzi (1986), para quem *pro* não só deve ser formalmente legitimado, mas também deve ser identificado, e o legitimador formal de *pro* é também o seu identificador —ver capítulo 1, p.21. O exemplo padrão é o sujeito *pro*, que deve ser identificado por I por meio dos traços de pessoa e número, que também permitem a recuperabilidade do contexto. Assim, a diferença de gramaticalidade em (88) seria devida ao facto de em (88a) o nome elíptico poder ser identificado por I, enquanto em (88b), I não pode identificar *pro* —o DP está em posição objecto. Demarcando-se da análise anterior, Sleeman propõe, de acordo com o que foi já sugerido, que NP *pro* é formalmente legitimado por um elemento com significado partitivo que o rege estritamente, mas deve ser identificado por um elemento partitivo com um significado *específico*.

- (88) a. Trois *pro* arriveront demain
 b. *j'ai lu trois *pro*
 c. j'ai lu trois *pro* de ses livres.

A diferença de gramaticalidade entre (88a.c) e (88b) terá a ver com a atribuição de interpretação específica ou não específica ao DP sem nome. Sleeman sugere que, do mesmo modo que *pro* sujeito nulo é a contrapartida vazia dos pronomes nominativos da 3ª pessoa do sing, NP *pro* é a contrapartida vazia de um **pronome quantitativo**, que é *en* em Francês. Propõe que NP *pro*, além de ser legitimado pelo traço [+partitivo], é também identificado como um **pronome partitivo**. A legitimação formal e identificação de NP *pro* consiste pois em fornecer o traço [+partitivo] ao pronome vazio. Esta legitimação sintáctica de NP *pro* deve no entanto ser distinguida da sua interpretação: um elemento local —um regente estrito— legitima NP *pro* como um pronome partitivo vazio, mas um antecedente discursivo deve fornecer-lhe conteúdo semântico.

Sleeman assume que, do mesmo modo que os pronomes explícitos, os pronomes vazios também referem um nome no contexto. Sendo um pronome vazio, NP *pro* deve referir também um nome no contexto, mas tal só é possível se o DP que contem NP *pro* tiver um significado *específico*. Uma leitura específica é necessária para o DP sem nome ser ligado ao seu antecedente. Partitivos como *três dos seus livros* em (88c) referem conjuntos que são sub-conjuntos do referente do DP contido no PP partitivo (*livros*), o que implica que, retomando Enç (1991), os partitivos são necessariamente específicos. Um PP partitivo fornece necessariamente a um elemento partitivo uma leitura específica.⁵⁶

⁵⁶ Sleeman assume, com Enç (1991), que os DPs definidos e os DPs sujeitos têm necessariamente uma interpretação específica.

Nesse caso, o conteúdo do nome vazio é naturalmente recuperado do referente discursivo —o PP partitivo. A especificidade assegura que o referente do DP denotador está ligado a um referente discursivo anteriormente estabelecido.

Objectos DP indefinidos, por seu lado, têm em princípio uma interpretação não específica, o que explica por que razão (88b) é agramatical: o DP sem nome *trois* não tem interpretação específica, pelo que NP *pro* não pode ser ligado a um antecedente. Uma maneira de salvar esta construção seria inserir o pronome explícito *en*, o que torna o DP específico —*en* é inerentemente específico. A especificidade pode tornar possível a associação a um antecedente. Sleeman conclui que a elipse do nome implica sempre a inclusão de um sub-conjunto num conjunto denotador específico previamente estabelecido. Elementos com um significado partitivo legitimam formalmente NP *pro*, e a especificidade do elemento antecedente identifica NP *pro*.

As frases seguintes ilustram este princípio geral: o adjetivo, de tipo semântico adequado, legitima o nome vazio, e a leitura contextual identifica-o.⁵⁷

- (89) a. Je préfère les deux premiers [e]
b. Ce sont les deux seules vertes [e] que nous ayons

2.5.3 Explicação dos dados

A tese geral de Sleeman é pois que, em Francês, a elipse do nome é legitimada por um elemento [+partitivo] que rege estritamente o nome vazio. Põe-se a questão de alargar esta proposta a outras línguas. Em Inglês, a elipse do nome é possível com D-partitivos (90a), mas não com N-partitivos (90b):⁵⁸

- (90) a. This is the third (one)
b. I will take the small *(one)

Estes factos mostram que a elipse do nome em Inglês confirma a análise para o Francês. Em Inglês o significado partitivo do adjectivo tem um papel crucial na legitimação dos nomes vazios, ainda mais claramente que em Francês: em Inglês só os D-partitivos e (marginalmente) alguns adjectivos claramente opostos admitem a elipse do nome.⁵⁹

Em Italiano, os D-partitivos também legitimam a elipse do nome. Os adjectivos de cor e os adjectivos de qualidade são no entanto marginais (91c):

⁵⁷ Relativamente a (89b), Sleeman assume que as relativas restritivas são legitimadas como predicados, e são adjuntos à direita de NP. Como tal a Minimalidade Relativizada não impede a regência estrita da categoria elíptica, o que explica a gramaticalidade de (89b).

⁵⁸ Sleeman nota que os adjectivos de cor são uma excepção: *one* pode ser deixado de fora. Por isso o exemplo a seguir é aceitável, mesmo sem *one*:

(i) the green (one) suits you very well

⁵⁹ Existem no entanto algumas divergências entre as duas línguas. O NP *pro* não só deve ser formalmente legitimado mas também tem que ser ligado a um antecedente, o que só é possível se o DP sem nome tem uma leitura específica. Por isso, o facto de o DP indefinido não ter geralmente leitura específica justifica que (i) é mau. No entanto, (ii) é bom em Inglês:

(i) *j'ai lu trois *pro* (ii) i have read three *pro*

Para explicar este contraste, Sleeman sugere que o requerimento de identificação para NP *pro* tem a ver com o facto de o Francês ter *en*, uma variante explícita do pronome vazio que é usado no caso do DP sem nome ter uma leitura não específica. Já que o pronome vazio NP em Inglês não tem uma variante explícita, Sleeman conclui que a especificidade não é exigida para a sua legitimação.

- (91) a. Tre sono sulla tavola
 b. Preferisco il primo
 c. ??Ho preso il piccolo

Em Espanhol, a elipse do nome é possível com D-partitivos e N-partitivos, como em Francês. No entanto, adjectivos de qualidade não N-partitivos também legitimam a elipse do nome (92c). Neste aspecto, o Espanhol parece-se com as Línguas Germânicas, em que a elipse do nome é possível com praticamente todos os tipos de adjectivos flexionados:

- (92) a. Juan ha visto dos libros, y Maria ha visto tres
 b. De estos vestidos, yo prefiero el azul
 c. Se casó com la inteligente

Sleeman conclui no entanto que, como em Inglês, Francês e italiano, a elipse do nome em Espanhol não tem nada a ver com a flexão adjectival. Como o Espanhol tem o mesmo tipo de flexão adjectival que as outras Línguas Românicas, é provável que a elipse do nome em Espanhol também não seja legitimada pela flexão adjectival, mas por partitividade. O facto de NP *pro* ser possível num DP indefinido (92a) explica-se propondo que a especificidade não é exigida, tal como em Inglês, porque também o Espanhol não tem pronome quantitativo explícito —ver nota 59, p.67. Por seu lado, a gramaticalidade de (92c) é surpreendente, já que invalida a ideia de legitimação por um partitivo. O adjectivo *inteligente* não é de facto N-partitivo, e não deveria legitimar a elipse do nome. A resposta de Sleeman consiste em aproximar (92c) de casos de elipse do nome com relativas restritivas ou PPs genitivos:

- (93) a. Los *pro* que enviaron al hospital estaban muy graves
 b. Prefiero los *pro* de Maria

Sleeman analisa estes casos como sendo uma categoria vazia —elíptica— legitimada pelo artigo. Para Sleeman, o artigo definido pode —em Espanhol— legitimar a elipse do nome, exactamente do mesmo modo que os elementos com um significado partitivo. Sleeman sugere que, neste tipo de caso, o artigo definido é precisamente um pronome, que pode ser comparado ao Italiano *quello* e ao Francês *celui*, seguido de um adjectivo ou uma relativa. Em (92c) e (93), o artigo é de facto um pronome seguido de um nome vazio e legitima o próprio nome vazio, porque tem um significado específico, e tem pois uma função partitiva: forma um sub-conjunto de um conjunto maior. Tal como na elipse do nome com elementos partitivos, o pronome/artigo tem um significado discriminativo que legitima o nome vazio, mas precisa de uma relativa ou um PP genitivo —ou um adjectivo, em (92c)— para referir o seu antecedente. Sendo assim, este material de identificação pode ser interpretado como um predicado, e Sleeman considera-o basicamente engendrado à direita do nome vazio. Se o adjectivo em (92c) é predicativo, não pode

legitimar o nome vazio.⁶⁰ Em suma, qualquer adjectivo de qualidade é possível neste tipo de elipse do nome com artigo definido e adjectivo predicativo interno.⁶¹ Sendo assim, todos os casos de elipse do nome em Espanhol são legitimados por partitividade, tal como nas línguas já vistas.

Mais geralmente, a discussão mostra que, em todas as línguas analisadas, a elipse do nome é legitimada por D-partitivos, mas nem sempre por N-partitivos. A delimitação do conjunto de N-partitivos sugere que os elementos legitimadores podem ser hierarquicamente ordenados, com a sua posição na hierarquia relacionada com a legitimação de *pro*. O nível *um* da escala é ocupado por D-partitivos, que universalmente legitimam nomes vazios. Os níveis seguintes são ocupados por N-partitivos (Sleeman 1996:152):

- (94)
1. D-partitivos (quantificadores, pronomes, superlativos, ordinais, etc)
 2. Adjectivos de cor
 3. Adjectivos como bom/mau, pequeno/grande, novo/velho
 4. Todos os outros adjectivos de qualidade

Concluindo, a análise proposta por Sleeman sugere que, ao contrário das Línguas Germânicas e Escandinavas, em que o nome vazio *pro* é legitimado pela flexão adjectival, nas Línguas Românicas, uma parte significativa dos adjectivos não legitima a elipse do nome, mesmo quando flexionam. Uma estratégia alternativa é a elipse do nome ser legitimada por regência estrita por elementos com um significado partitivo. Esses elementos são D-partitivos —inerentemente partitivos— ou N-partitivos —alguns adjectivos de qualidade com força discriminativa, que só são partitivos a nível cognitivo, envolvendo familiaridade com um conjunto expressando um tipo. Esta estratégia implica que o nome vazio é identificado por interpretação específica, requerida para a ligação do DP sem nome ao seu antecedente.⁶²

Sendo baseado em traços semânticos realizados nos constituintes do DP, o modelo de Sleeman difere dos de Lobeck e Kester. Na verdade, o seu sistema assenta essencialmente numa solução semântica da elipse nominal, em que o traço [+partitivo] assume um papel preponderante. Do ponto de vista formal, Sleeman reduz a configuração elíptica a uma situação de regência estrita, que podemos interpretar como derivada do modelo geral do ECP. A questão que se nos coloca é de saber se a construção elíptica pode ser reduzida a uma construção partitiva, e se os mecanismos sintácticos subjacentes devem ser limitados ao princípio da categoria vazia.

60 Os adjectivos transitivos portam-se como relativas reduzidas, e são legitimados como predicados dentro do DP. Como estes AP predicados não são gerados nas projecções funcionais de NP, não podem legitimar a elipse do nome, porque não podem reger estritamente o NP. Isto também explica porque os demonstrativos só se podem combinar com adjectivos transitivos —e relativas— e não com atributivos. Se o pronome *ceux* deve necessariamente seleccionar um nome vazio, não o pode fazer se tiver um adjectivo atributivo intermediário:

(i) **ceux capables pro* (ii) *ceux pro capables de me plaire*

61 Esta última análise poderia ser alargada ao caso geral, em que aparece um elemento partitivo legitimador. Mas para Sleeman, é então o adjectivo e não o artigo que legitima a elipse, porque estes adjectivos —cardinais, ordinais e adjectivos N-partitivos— são adjectivos inerentemente atributivos que podem legitimar a elipse do nome. Também é verdade para os adjectivos de cor, e adjectivos de qualidade com significado claramente discriminativo como *grande*.

62 Acrescente-se que as configurações referidas também devem respeitar a Minimalidade Relativizada.

3. Nomes nulos em Português e em Francês

Proponho-me, nesta terceira parte, descrever os mecanismos de legitimação e identificação da elipse do nome em Português e em Francês. Veremos que alguns dos mecanismos referidos são diferentes, havendo em Português uma diversidade e uma sistematicidade notáveis em termos de construções elípticas. Em vários casos, as restrições que imperam em Francês sobre a elipse do nome não são aplicáveis ao Português, pelo que podemos sugerir que, nesta última língua, os nomes são facilmente suprimidos.

3.1 Contextos de elipse nominal

As línguas portuguesa e francesa oferecem muitos casos de elipses do nome, em vários tipos de contextos. Vamos a seguir ilustrar a elipse do nome com quantificadores, adjectivos, determinantes demonstrativos e possessivos e com artigos.

3.1.1 Nomes vazios introduzidos por quantificadores

Os quantificadores têm um papel de relevo na supressão do nome, quer sejam de quantificação universal, como *todos* (“tous”) e *ambos*, quer sejam existenciais, como *alguns* (“quelques”), quer sejam discretos¹, como *vários* (“plusieurs”), *muitos* (“beaucoup”), ou os numerais, como *cinco* (“cinq”) ou *quinto* (“cinquième”).

Vejamos os seguintes exemplos, em que aparece um DP que contém um quantificador, e cujo nome foi suprimido, com resultado gramatical:²

- (1) a. Os estudantes vieram ver o filme, mas [todos/ambos [e]] saíram desiludidos
 b. Les étudiants sont venus voir le film, mais [tous [e]] sont partis déçus

Também com quantificadores discretos, a elipse do nome é possível em Português e em Francês:

- (2) a. Os convidados estavam animados, mas [alguns / vários / muitos [e]] não tinham mesa.
 b. Les invités étaient de bonne humeur, mais [certains / plusieurs / beaucoup [e]] n’avaient pas de table.

O uso de numerais ordinais e cardinais é também atestado nas línguas em análise:

- (3) a. Embora todos os estudantes estivessem presentes, só [quatro / dez [e]] notaram alguma coisa
 b. Dos concorrentes finalistas, [o terceiro [e]] e [o quinto [e]] eram portugueses
 c. Bien que tous les étudiants fussent présents, [quatre/dix [e]] seulement ont noté quelque chose
 d. De tous les concurrents, [le deuxième [e]] et [le cinquième [e]] sont français

A elipse não é contudo possível com o quantificador *cada / chaque*; para *alguns /*

¹ A expressão *quantificadores discretos* é de O. Lopes (comunicação pessoal)

² Todos os exemplos neste capítulo são meus, a não ser quando assinalados em contrário.

quelques, observe-se que a elipse do nome é boa em Português mas não em Francês:

- (4)
- a. * Os estudantes vieram ver o filme, mas [cada [e]] saiu desiludido
 - b. * Les étudiants sont venus voir le film, mais [chaque [e]] est parti déçu
 - c. Os estudantes vieram ver o filme, mas [alguns [e]] saíram desiludidos
 - d. * Les étudiants sont venus voir le film, mais [quelques [e]] sont partis déçus

Estes exemplos permitem concluir que, exceptuando o caso de *cadal/chaque* e de *quelques*, a legitimação de nomes vazios por quantificadores tem um carácter sistemático. Esta relação entre o quantificador e a elipse do nome é também visível nas construções partitivas em Português, quer seja na *construção de medição*, em que o nome usado para referir a medição efectuada sobre um termo massivo pode ser objecto de elipse, quer na *construções de contagem*, em que um nome é usado para referir a contagem sobre um conjunto de entidades (Peres 1992). A mesma conclusão é válida para o Francês:

- (5)
- a. A Joana comprou dois litros de vinho e [três [e] de azeite]
 - b. A Joana trouxe dois ramos de cravos e [três [e] de rosas]
 - c. Marie a acheté deux litres de vin et [trois [e] d'huile]
 - d. Jeanne a acheté trois bouquets d'oeillets et [deux [e] de roses]

Sobre este tipo de exemplo observemos ainda o seguinte: o quantificador não pode, nestas frases, *sobreviver* sem o nome que denota o conjunto de referência expresso pelo PP *de N*—o termo massivo, ou o nome contável—, ao contrário dos exemplos vistos anteriormente, em que um quantificador pode livremente anteceder um nome vazio. Este tipo de construção bloqueia a capacidade do quantificador em legitimar só por si nomes vazios, se os conjuntos de referência forem disjuntos e o segundo não for por isso recuperável. Mas se os conjuntos de referência forem idênticos, a elipse do elemento que denota a medição já é possível:

- (6)
- a. * A Joana trouxe dois ramos de cravos e [três [e]]
 - b. A Joana trouxe dois ramos e o Paulo [três [e]]
 - c. A Joana comprou dois litros e o Paulo [três [e]]

A sistematicidade de elipse do nome com quantificadores permite-nos concluir, pelo menos provisoriamente, que existe uma relação estreita entre a quantificação e a elipse do nome. Esta relação será analisada no parágrafo 3.3.1

3.1.2 Nomes vazios introduzidos por possessivos e demonstrativos

3.1.2.1 Elipse do nome com possessivos

No caso das construções com possessivo, a elipse do nome é em Português sistemática, mas é em Francês muito limitada. O Português permite livremente apagar o nome, mas, como mostra o exemplo (7a), o determinante possessivo francês não permite a ausência do nome. Note-se contudo que o Francês têm meios próprios para contornar esta restrição, já que dispõe de uma forma pronominal alternativa, como em (7c):

- (7)
- a. * Jean aime ton style, mais Marie n'aime que [son [e]]
 - b. O João gosta do teu estilo, mas a Maria só aprecia [o seu [e]]
 - c. Jean aime ton style, mais Marie n'aime que [le sien [e]]

A capacidade legitimadora do possessivo em Português não está relacionada com a sua morfologia, ou seja, com a realização de traços [+número] e [+género], ou a variação de pessoa. Em qualquer destes casos, a tendência verificada em (7) fica confirmada: os possessivos não podem em Francês legitimar nomes vazios a não ser como formas pronominais, mas podem fazê-lo livremente em Português:

- (8)
- a. Comprei livros muito caros ontem, mas [os teus / os vossos / [e]] são mais caros
 - b. Comprei muitas revistas interessantes ontem, mas [as tuas / as vossas [e]] são mais interessantes
 - c. * J'ai acheté des livres chers hier, mais [tes / vos / leurs [e]] sont plus chers
 - d. J'ai acheté des livres chers hier, mais [les tiens / les vôtres / les leurs [e]] sont plus chers

3.1.2.2 Elipse do nome com demonstrativos

No caso dos demonstrativos, aparece o mesmo tipo de contraste entre o Português e o Francês: só em Português pode este constituinte legitimar a ausência do nome. O exemplo (9d) mostra ainda que, como no caso dos possessivos, o Francês só permite que formas pronominais, e não determinantes, sejam associadas a um nome vazio:

- (9)
- a. Embora não tenha comprado [estes [e]], a Maria comprou os livros em saldo.
 - b. Aprecio aqueles livros, mas não [estes [e]]
 - c. * Bien qu'elle n'ait pas acheté [ces [e]], Marie a emporté les livres au rabais
 - d. J'aime ces livres-là, mais pas [ceux-ci]

Ainda em Português, a legitimação dos nomes vazios por demonstrativos não parece condicionada por factores ligados à flexão de [+número] ou à pessoa. A variação do traço [+género] condiciona contudo crucialmente a supressão do nome (10c):

- (10)
- a. Os livros que tens na mão são caros, mas [este / estes [e]] ainda é mais
 - b. A revista que tenho na mão é interessante, mas [essa / aquela [e]] ainda é mais
 - c. * O livro que tens na mão é caro, mas [esta [e]] ainda é mais

Conclui-se destes dados que o Português é uma língua extremamente flexível em termos de elipse do nome com possessivos ou demonstrativos: o nome pode ser facilmente apagado quando introduzido por qualquer um destes constituintes. Pelo contrário, o Francês manifesta uma proibição constante da elipse do nome, e só admite uma construção com forma pronominal forte que só parcialmente corresponde a uma construção elíptica. Voltaremos a esta construção no capítulo 3.3.2.

3.1.3 Nomes vazios introduzidos por adjektivos

Um tipo frequente de elipse do nome associa um adjektivo a um nome vazio. Neste caso, parece ser possível relacionar a ausência do nome com a presença de um adjektivo. Ao contrário do Inglês, língua na qual os adjektivos não permitem um nome vazio³, a construção elíptica adjectival parece ser, em Português e em Francês, plenamente gramatical. Nestas línguas os adjektivos intransitivos —sem complemento— parecem ter capacidade para autorizar nomes nulos:

- (11) a. Comprei o carro azul e tu compraste [o [e] branco]
 b. J'ai acheté la voiture bleue et tu as acheté [la [e] blanche]
 c. O João gosta da manteiga francesa, mas a Rita prefere [a [e] dinamarquesa]
 d. Jean aime le beurre français, mais Marie préfère [le [e] danois].

Embora este tipo de caso pareça ser muito frequente, devemos observar todavia que, nestas duas línguas, algumas restrições operam: nem todos adjektivos permitem sistematicamente a ausência do nome lexical, como é o caso, por exemplo, dos adjektivos em (12a,b), se comparados com os adjektivos atributivos com (12c):

- (12) a. *Dos carros em exposição, prefiro [o [e] económico / moderno / barato / seguro]⁴
 b. *? Comprei o carro pequeno e tu compraste [o [e] económico]⁵
 c. Dos carros em exposição, prefiro [o [e] azul / pequeno]

A mesma ausência de sistematicidade existe em Francês, com o mesmo tipo de construção adjectival:

- (13) a. *Des voitures exposées, je préfère [(a) [e] économique / moderne / sûre]
 b. *? J'ai acheté la petite voiture et tu as acheté [la [e] sûre]
 c. Des voitures exposées, je préfère [la [e] bleue / petite]

Esta construção levanta assim a questão dos tipos de adjektivos aptos a seleccionar nomes vazios: adjektivos de qualidade, como *económico*, e de cor, como *azul*, parecem ter um comportamento oposto relativamente à elipse.

A posição relativamente ao nome é também um factor importante para caracterizar os adjektivos. No caso da elipse do nome, contudo, as observações mostram que tanto adjektivos pré-nominais como adjektivos pós-nominais podem ser associados ao nome vazio:⁶

3 Sobre este tipo de exemplo, comentando frases como "John bought the red car and the green" Larson (1997) observa: "In fact these constructions seem fine to my ear", o que dá a entender que para alguns falantes de Inglês, estas frases podem ser aceitáveis, em contradição com o que é geralmente assumido. Ver também a nota 58 p. 67.

4 Note-se que a frase deixa de ser má com um adjektivo superlativo:

(i) Destes carros, prefiro o mais económico.

5 Provavelmente, exemplos como (12b) poderão ser considerados marginais num contexto muito favorável. Como veremos adiante, a marginalidade deste exemplo poderia ser melhorada com dois adjektivos claramente opostos:

(i) Compras o carro antigo e eu compro o moderno.

6 Note-se que nestes exemplos a posição do símbolo [e] usado para representar o nome vazio deve ser entendido relativamente a uma ordem em superfície. A ordem adjektivo/nome é, como veremos, básica.

- (14) a. Eu prefiro [a outra [e]]
 b. Eu prefiro [a [e] vermelha]
 c. Je préfère [l'autre [e]]
 d. Je préfère [la [e] rouge]

Este facto não deixa de ser surpreendente se se considerar que a posição de precedência do adjectivo —assim como de qualquer elemento relacionado com a elipse do nome— poderia de alguma forma ser crucial para permitir a ausência do elemento que se segue.

Em Português e em Francês os adjectivos associados à ausência do nome realizam os traços [$\pm$ plural] e [$\pm$ masculino]:

- (15) a. Vi os meninos no pátio. [Os [e] grandes] brincavam com [os [e] pequenos]
 b. Comprei muitas revistas, mas [as [e] novas / recentes não têm interesse.
 c. J'ai vu les enfants dans la cour. [Les grands [e]] jouaient avec [les petits [e]]
 d. J'ai acheté beaucoup de livres, mais les [e] nouveaux / récents sont sans intérêt

Este facto mostra que nas Línguas Românicas, os adjectivos relacionados com nomes vazios podem exhibir diferentes formas de flexão, de acordo com o modelo de concordância geralmente admitido nestas línguas, do mesmo modo que os adjectivos acompanhados do seu nome lexical. A sistematicidade da flexão adjectival nas Línguas Românicas torna difícil avaliar uma eventual ligação entre a flexão e a elipse. É possível, contudo, encontrar adjectivos não flexionados com um nome lexicalmente vazio, como é o caso dos adjectivos de cor; estes não são flexionados quando são compostos:⁷

- (16) a. De ces robes, je préfère la [e] rose bonbon [-género, -num]
 b. Destas camisas, qual gostas mais? Gosto muito da [e] verde azeitona [-género, -num]
 c. Les [e] bleu clair sont les yeux qui me séduisent le plus [-género, -num]
 d. Des lumières orange et des [e] rouge et or éclairent la nuit parisienne [-género, -num]

Como se vê, estes adjectivos estão em princípio habilitados a legitimar a elipse do nome, apesar de não serem flexionados. É também o caso com exemplos de adjectivos de origem estrangeira, em princípio não flexionados em (17). Podemos estender esta observação a casos de elipse do nome modificado por nomes próprios, em (18):⁸

- (17) a. Tanto aprecio a música clássica como a [e] pop
 b. O estilo cool e o [e] snob são opostos
- (18) a. A [e] persa e a [e] angora são raças de gatos em vias de extinção
 b. A minha casa de alta costura favorita é a [e] Dior
 c. O meu perfume preferido é o [e] Guerlain
 d. O relatório sobre sexualidade feminina mais conhecido é o [e] Hite
 e. J'ai acheté des fauteuils Empire et des [e] Richelieu

⁷ A razão invocada geralmente para este tipo de excepção consiste em associar a ausência de flexão ao facto de o segundo elemento do adjectivo de cor ser um nome.

⁸ O caso (18d) é notável na medida em que corresponde a um fenómeno metonímico frequente em grupos linguísticos característicos: em Francês, por *Le Larousse*, deve entender-se *Le dictionnaire Larousse*. Em Português, o último *Saramago* refere intuitivamente um romance, etc.

Podemos também referir que existem meios sintácticos alternativos aos casos apontados. O mais frequente consiste em coordenar directamente os dois adjectivos sem flexão e flexionar o nome em consequência:

- (19) a. As músicas clássica e pop
b. As raças persa e angora

Esta estrutura distingue-se contudo da anterior pelo facto de ser uma coordenação de adjectivos enquanto em (17) a coordenação é de DPs, o que é comprovado pela presença no segundo membro coordenado do artigo.

Seguindo a distinção entre adjectivos transitivos —aqueles que seleccionam um complemento— e intransitivos —aqueles que não seleccionam—, verificamos que os adjectivos transitivos não permitem a elipse do nome com artigo definido, como os exemplos seguintes mostram. Essa elipse é contudo melhorada com um indefinido, como no exemplo (20d), ou com o uso de um adjectivo sem complemento —comportando-se neste caso como um adjectivo intransitivo—, como em (20e):

- (20) a. * Que filme vais ver? Vou ver [o [e] capaz de me distrair]
b. * Relativamente aos pais, compreendo [os [e] orgulhosos dos seus filhos]
c. * Não tenho nada contra as pessoas, mas detesto [as [e] cheias de preconceitos]
d. Que filme vais ver? Vou ver [um [e] capaz de me distrair]
e. Relativamente aos pais, compreendo [os [e] orgulhosos]

Este conjunto de exemplos com adjectivos permite concluir o seguinte: (i) os adjectivos que em Português e em Francês permitem a elipse do nome podem ser ou não flexionados e podem ser ou não pré-nominais. Os dados mostram que a flexão —excepção notável do [+género]— e a posição do adjectivo atributivo não condicionam a presença de nomes vazios; (ii) existe um contraste entre adjectivos intransitivos e transitivos, já que estes últimos não permitem nomes vazios (ver no entanto o parágrafo 3.1.4); (iii) outro contraste existe entre adjectivos como *económico* e adjectivos como *grande*: os primeiros bloqueiam a possibilidade de apagamento do nome (cf (12) e (13)).

Numa primeira aproximação, parece pois que o mecanismo da elipse do nome com adjectivos é de ordem sintáctica —são os adjectivos intransitivos que permitem a elipse do nome—, mas também de ordem semântica, uma vez que certos adjectivos intransitivos como *moderno*, *económico*, etc., mostram que o seu significado condiciona a elipse do nome. Voltaremos a esta problemática no capítulo 3.3.3.

3.1.4 Nomes vazios introduzidos por artigos definidos

Este tipo de construção elíptica é o mais diversificado em Português, mas, de novo, é muito pobre ou inexistente em Francês. No entanto, é em Português muito restritivo, uma vez que a construção só é legitimada se um artigo definido for seguido de um complemento de tipo restritivo, oracional ou adjectival, ou de genitivo. Esta construção complexa mostra que, contrariamente aos casos anteriores com quantificadores, adjectivos e determinantes possessivos e demonstrativos, o elemento antecedente —neste

caso o artigo definido— nunca pode só por si ser seguido de uma construção elíptica:

- (21) a. *Todos os estudantes assistiram ao filme porque [os [e]] estavam interessados
 b. Todos os estudantes assistiram ao filme mas [alguns / vários / quatro [e]] não estavam interessados
 c. O Paulo leu dois livros do Saramago e a Maria leu [três [e]]
 d. *O Paulo leu os livros do Saramago e a Maria leu [os [e]]

Devemos notar também que a construção elíptica com artigo definido está totalmente ausente em Francês, independentemente dos complementos do nome vazio, como mostram (22a) e (22b). Como para os determinantes demonstrativos e possessivos, a estratégia do Francês consiste em substituir a forma do artigo definido por uma forma pronominal alternativa (22c):

- (22) a. * Quelques étudiants de physique étaient absents, mais [tous les [e]] de chimie étaient présents.
 b. * Bien que l'analyse de Jean ait été peu appréciée, [la [e] de Marie] a été bien reçue
 c. Bien que la Bourse de Paris soit bien orientée, [celle de Londres] a baissé

Em Português, o artigo definido pode dominar um nome vazio acompanhado de um PP genitivo ou de um adjectivo de qualidade:⁹

- (23) a. Embora já lesse [os [e] do Camões], a Maria nunca leu os sonetos do Bocage
 b. Durante as férias, o Paulo leu os livros interessantes e [os [e] aborrecidos]
 c. Durante as férias, o Paulo leu os livros de linguística e [os [e] de lógica]

Vejam também alguns exemplos de construção elíptica com artigo definido e relativa restritiva: nestas construções, o modificador do constituinte nominal —de natureza CP— legitima a elipse do nome:

- (24) a. Pensa nos livros que já compraste e n[os [e] que ainda falta comprar]
 b. Na obra do Saramago, há os livros que aprecio e há [os [e] que detesto]
 c. Das canções do José Afonso, prefiro [as [e] que escreveu antes do 25 de Abril]

Se bem que neste tipo de frase, a forma *os* seja por vezes considerada em gramática tradicional como um *pronome pessoal*, devemos no entanto notar a diferença de comportamento que separa o constituinte *os* dos pronomes (clíticos), que se ilustra a seguir:

- (25) a. Dos filmes do Visconti, só conheço os * (que filmou nos anos 50)
 b. Os filmes do Visconti, conheço-os (* que filmou nos anos 50)

Em (25a), o artigo exige a presença do modificador do nome vazio para identificar o seu antecedente, enquanto, em (25b), o pronome fornece essa informação sem o auxílio de um complemento. Em todo o caso, o artigo não sobrevive sem a presença do complemento do nome vazio, como se verifica em (25a). Com um determinante demonstrativo ou possessivo, a relativa deixa no entanto de ser necessária; deixa de ser restritiva (passa a ser apositiva):

⁹ Este último caso é também possível em Francês: *les livres ennuyants et les [e] intéressants*

- (26) a. Embora os livros que comprou em França sejam bonitos, a Maria prefere os [e]
*(que o pai lhe ofereceu)
b. Embora os livros que comprou em França sejam bonitos, a Maria prefere estes [e]
(que o pai lhe ofereceu)

Devemos também notar o paralelismo do artigo definido e de outros constituintes. Os exemplos seguintes parecem indicar que *os* tem uma distribuição idêntica aos quantificadores e aos demonstrativos. Esta identidade confirma que não estamos perante pronomes pessoais, o que não significa que artigos, demonstrativos e quantificadores ocupem exactamente a mesma posição, como veremos adiante:

- (27) a. Na obra do Saramago, há dois / os livros que admiro e [três / os [e] que detesto]
b. Em casa da Maria, vi as / algumas pessoas que foram convidadas, e [as / muitas [e] que não foram]

Há no entanto uma diferença entre o definido *os* e os quantificadores: o artigo definido não pode, como já vimos, legitimar e identificar isoladamente o nome vazio, enquanto os outros constituintes —quantificadores, demonstrativos, possessivos— podem (ver (21)).

Relativamente à elipse do nome com artigos e adjectivos de qualidade¹⁰, os adjectivos podem também acompanhar a construção com artigo definido:

- (28) a. Para a sua apresentação, o Paulo leu os livros interessantes mas também teve que ler [os [e] aborrecidos]
b. O Paulo casou com aquela rapariga do Porto que era muito pobre, ou casou com [a [e] rica]?
c. Pierre s'est-il marié avec cette pauvre fille de Paris, ou avec la [e] riche?

Note-se também que os adjectivos transitivos —que seleccionam os seus complementos—, anteriormente caracterizados por excluir a elipse do nome¹¹, produzem também resultados gramaticais quando combinados com artigos definidos. Se as frases coordenadas seguintes são boas, é porque o adjectivo transitivo pode de alguma forma contribuir para recuperar o conteúdo da elipse junto do antecedente coordenado:¹²

- (29) a. Na vida, há os homens habituados a fazer poucos sacrifícios e há os [e] capazes de searriscar
b. Admiro os pais orgulhosos dos seus filhos, mas detesto os [e] cheios de preconceitos

Vejamos agora o caso mais frequente: a elipse do nome com artigo definido e complemento PP, em particular genitivos. Nas frases a seguir, o nome pode ser livremente apagado sem originar agramaticalidade, desde que seguido de um genitivo:

- (30) a. Os alunos de física não gostaram, mas os [e] de química adoraram a ideia.
b. Alguns alunos de Lisboa estiveram ausentes, mas os [e] do Porto compareceram todos

¹⁰ A expressão *adjectivo de qualidade* é usada por Bosque & Picallo (1996). Note-se que Sleeman (1996) usa para referir estes adjectivos o qualificativo *predicativo*. A minha opção por Bosque & Picallo será justificada adiante.

¹¹ Veja-se os exemplos em (20), p.75

¹² A comparação destas frases com as frases dadas em (20) mostra que estas últimas não são frases coordenadas. Veremos que este pormenor terá a sua importância.

No caso de nomes providos de argumentos subcategorizados, como os nomes *eventivos* ou nomes *icónicos* como *retrato*, a observação mostra que a ausência destes nomes é também permitida pela construção com artigo e complemento. Esta possibilidade verifica-se independentemente do número de complementos subcategorizados:

- (31) a. Embora a análise do João do primeiro capítulo fosse pouco convincente, [a [e] da Maria do segundo capítulo] foi bastante apreciada
 b. Embora o quadro de Picasso do Sr. Lopes seja muito apreciado, o [e] do Sr. Leonardo é mais valioso
 c. A ocupação de Timor pela Indonésia só se compara em brutalidade [à [e] da França pela Alemanha nazi]

A elipse do nome com artigo definido e PPs é de uma regularidade e de uma diversidade notáveis, já que praticamente nunca é excluída se o genitivo der ao nome vazio a identificação que lhe falta. Com outros tipos de construções preposicionais não subcategorizadas, os exemplos são agramaticais:¹³

- (32) a. Os livros do João e [os [e] da Maria]
 c. Os livros sobre pintura e [os [e] sobre música]
 d. ?? O livro com capas vermelhas e [o [e] com capas verdes]
 e. * O livro em cima da mesa e [o [e] em cima da cadeira]
 f. * A conferência sobre a camada do ozono e [a [e] sobre os oceanos]

Por fim, deve ser notado que a presença do artigo definido neste tipo de construção assume um carácter obrigatório, o que explica que é totalmente impossível em Português a elipse de nomes sem artigo, como os *meros plurais* e os massivos.

- (33) a. * O João gosta de livros que sejam interessantes e de [[e] que sejam breves]
 b. * O João gosta de vinho do Porto e de [e] da Madeira.

Estes casos mostram que o artigo é de alguma forma indispensável ao processo de legitimação do nome vazio, e que nos casos em que não é usado —por razões independentes— a elipse é impossível.

Fica patente em todos os casos apresentados que o artigo definido só pode surgir numa construção de nome nulo quando este tem ele próprio um complemento ou um modificador, em contraste com demonstrativos, possessivos e quantificadores, que têm a capacidade de *anteceder* nomes vazios independentemente da presença dos complementos ou modificadores. No parágrafo 3.3.2.4, vou analisar em pormenor as construções aqui referidas, com excepção da elipse do nome do nome seguida de relativa restritiva, que não será abordada.

¹³ Como os exemplos mostram, são na realidade os genitivos —como *de* + DP— que legitimam mais facilmente a elipse do nome.

3.2 A análise do DP e a elipse do nome

Depois de no parágrafo 3.1 ter apresentado os dados que considero mais representativos da elipse do nome em Português e em Francês, torna-se agora pertinente uma reflexão acerca da estrutura de constituintes em que tal fenómeno ocorre. Uma primeira questão a colocar é a própria legitimidade em se falar de *elipse do nome*.

3.2.1 O estatuto sintáctico da elipse do nome

De acordo com a intuição dos clássicos, a elipse é uma falta, uma ausência. Sendo assim, deve-se pôr a questão da própria existência do fenómeno de *elipse* do nome em termos de representação formal. Esta questão faz sentido na medida em que uma representação formal da língua baseada na estrutura de constituintes pressupõe que, se a estrutura do DP é projectada integralmente em Sintaxe, também a categoria N deve ser projectada no interior de NP.

Se por *elipse nominal* se entendesse **ausência da categoria nominal** na estrutura interna do DP, deveríamos então concluir que não existe elipse. De facto, a categoria NP é obrigatoriamente projectada, como complemento das projecções funcionais que a dominam. Razões de ordem estrutural obrigam pois a considerar em alternativa a elipse do nome como uma categoria nominal basicamente engendrada, que, por razões a definir, é gerada sem matriz fonética.

Por outro lado, a recuperação do conteúdo da elipse do nome pressupõe uma identidade categorial com o seu antecedente. Repare-se que a elipse ocorre frequentemente em construções de coordenação, em que se considera em geral que há uma simetria de configuração. Veremos que essa simetria pode ser considerada essencial em muitas construções elípticas envolvendo nomes.

Pelos motivos expostos, uma reflexão sobre a elipse do nome leva-nos a propor um modelo de projecção alargada para a categoria nominal em Português e em Francês, uma vez que o mecanismo da elipse do nome parece ser desencadeado a nível da estrutura interna do DP, pela presença de algum constituinte capaz de a legitimar. Neste quadro, a elipse pode ser reanalisada como complemento de uma categoria funcional que a domina estruturalmente. Devemos também reflectir sobre mecanismos de identificação de conteúdo da elipse que, como veremos, podem não ser circunscritos à estrutura da categoria DP em que o N vazio é projectado.

A outra questão preliminar levantada pela noção de *elipse do nome* tem a ver com a identidade categorial ou o estatuto sintáctico do nome *suprimido*. Deve ser em particular posta a questão da identidade e da representatividade do constituinte elíptico. A ideia de

considerar a elipse como um constituinte pronominal, proposta por Lobeck (1995), parece-me corresponder aos dados apurados. Vejamos os seguintes exemplos, onde o paralelismo entre pronomes referenciais e pronomes elípticos é desenvolvido —nos exemplos seguintes, [v] assinala uma posição vazia:

- (34) a. O Pedro leu o livro
 b. O Pedro_i sentou-se e [v]_i leu o livro
 c. O rapaz alto lia um livro, e o outro [v] lia uma revista

Em (34a), o verbo *ler* atribui papel temático externo a *Pedro*. Podemos, por analogia com esta frase, assumir que também assim é para (34b), onde *ler* deve ser capaz de marcar tematicamente o seu argumento externo. Com base no Princípio de Projecção, podemos postular que existe uma posição sujeito, que é [Spec,IP], nas duas frases. A posição sujeito de *ler* projectada em (34b) é no entanto uma posição DP não foneticamente realizada.¹⁴ A posição sujeito [Spec,IP], ocupada por um pronome vazio, levanta a questão das propriedades desse elemento zero, capaz de ocupar uma posição argumental, e que não é obviamente um vestígio, já que não tem antecedente. Note-se que a posição em (34b) corresponde a um elemento vazio com referência definida: é interpretado do mesmo modo que um pronome pleno —fonticamente realizado—, com o qual é co-indexado. Em (34b), o sujeito de *ler* é idêntico — co-referencial— ao de *sentar-se*, podendo ser ambos co-indexados. O elemento zero identificado é um pronome não-fonético, caracterizado pelos traços [-anafórico, +pronominal], e é habitualmente representado por *pro*. Em (34c), podemos postular que a segunda ocorrência de *rapaz*, caso de elipse do nome, pode corresponder ao mesmo tipo de constituinte pronominal.

Observe-se no entanto que a falta do nome não se pode confundir com a ocorrência de um sujeito nulo. Se, em Português, língua de sujeito nulo, as duas construções poderiam ser numa primeira análise confundidas —ambas implicam categorias não-fonéticas—, em Francês, no entanto, língua conhecida por não autorizar sujeitos nulos, a elipse do nome é perfeitamente possível, se obedecer a determinadas condições. Compare-se as frases seguintes, nas duas línguas referidas, em que o exemplo (a) ilustra *pro* sujeito nulo e (b) a elipse do nome:

- (35) a. Os estudantes vieram ver a peça. No entanto, [e] saíram desiludidos
 b. Os estudantes vieram ver a peça. No entanto, [alguns [e]] saíram desiludidos
- (36) a. * Les étudiants sont venus voir la pièce. Très vite, [e] sont partis d'êçus
 c. Les étudiants sont venus voir la pièce. Très vite, [certains [e]] sont partis d'êçus

Estes exemplos sugerem que a possibilidade de ocorrência da elipse do nome deve ser distinguida das condições formuladas para o parâmetro do sujeito nulo. Neste caso, o Francês distingue estas duas categorias vazias, já que autoriza a categoria elíptica,

¹⁴ Como o verbo *ler* atribui θ -role externo, *pro* deve ser projectado em Estrutura-D, já que o θ -role externo está previsto na grelha argumental do verbo.

aparentemente com base na presença do quantificador *certain*s. No caso do Português, o sujeito nulo é legitimado e identificado pela flexão, mas no caso da elipse, este papel caberá ao elemento quantificador *alguns*, que, de alguma forma, actua como legitimador do nome suprimido, num papel parecido com o da flexão para o sujeito nulo.

Estes casos permitem sugerir que a elipse nominal partilha propriedades com os **pronomes nulos**. O que se observou mostra que a elipse não é derivada por qualquer tipo de movimento, e sugere que a elipse nominal não é pois, segundo o modelo estabelecido pela Teoria da Ligação —Chomsky (1981, 1982)—, nem uma variável nem uma anáfora. Tem propriedades típicas dos pronomes, como a propriedade de obedecer ao princípio B da TL, no que se assemelha ao pronome não fonético *pro*. Sendo assim, tal como o pronome nulo sujeito referencial, a elipse pode pois ser considerada tipologicamente um caso de *pro* [-anáfora, +pronome], com base na tipologia das categorias vazias, em Chomsky (1982). De acordo com esta análise, vou adoptar na sequência deste capítulo a ideia de que aquilo que é tradicionalmente designado *elipse do nome* é na verdade uma categoria vazia de natureza pronominal *pro*, e como tal, o que é crucial é perceber que mecanismo identifica e legitima o conteúdo de tal categoria vazia em Português e em Francês.

3.2.2 A estrutura interna do DP

A *hipótese DP* permite separar o DP em duas partes, uma **funcional** e a outra **lexical**. Para a estrutura de DP delineada nesta dissertação, baseio-me na *hipótese DP* de Abney (1987). Baseando-se em fenómenos de várias línguas, Abney propõe que os nomes são na realidade dominados por determinantes, e que uma expressão nominal deve ser encarada como um DP. Para incorporar o DP na Teoria X-barra, Abney sugere que o D é um núcleo funcional —por oposição ao núcleo temático N^o— que projecta, tomando o NP como complemento. O DP pode ter também um Especificador que, em Inglês, parece ser ocupado por um NP no caso possessivo. Esta ideia tem sido geralmente adoptada para várias línguas, com uma ou outra alteração, em especial quanto ao número de projecções funcionais que existem entre D e o seu complemento NP.¹⁵

O modelo de DP para o Português e o Francês que vou seguir baseia-se em Brito (1993), Cinque (1993) e Sleeman (1996). Basicamente, estas propostas indicam que no DP existe um conjunto não definido de projecções funcionais acima de NP e sugerem a ideia de um movimento do nome para o núcleo Num^o (Número), como forma de este verificar o seu traço de número. Por outro lado, Cinque (1993), Sleeman (1996) e implicitamente Brito (1993) sugerem que certos adjectivos são especificadores de

¹⁵ Ver por exemplo, Valois (1991), Cinque (1993), Brito (1993). Uma das consequências mais úteis desta estrutura é que com as posições de especificador de DP e NP, existem mais posições estruturais para dar conta de vários tipos de constituintes que podem ocorrer no interior do DP. Ver no entanto os desenvolvimentos apontados a seguir neste capítulo.

categorias funcionais. Neste pressuposto, fica desde já afastada a proposta de Lobeck para o DP —ver capítulo 2, parágrafo 2.1—, na medida em que esta autora não prevê nenhum tipo de movimento do nome¹⁶, e considera os adjectivos como meros adjuntos do núcleo N°, e não como especificadores de categorias funcionais.¹⁷ Embora Lobeck opte pela presença de projecções funcionais como NumP, o seu modelo de DP parece-me no entanto desadequado para o Português e o Francês, tanto a nível da ordem dos constituintes do complexo nominal como a nível dos mecanismos de supressão do nome. Em alternativa, considero que a proposta de Lobeck sobre o paralelismo entre as elipses e os pronomes nulos deve ser conservada (ver parágrafo anterior).

Além de D°, outros núcleos funcionais devem ser considerados. Para Brito (1993), um desses núcleos funcionais é NumP, isto é, uma categoria funcional capaz de inserir na estrutura de constituintes o traço morfológico [$\pm$ plural].¹⁸ A possibilidade de tratar o número como uma categoria sintáctica funcional é baseada na ideia de que certas propriedades flexionais podem ser tidas em conta através de mecanismos sintácticos. Também outros autores (Valois 1991, Ritter 1991) propõem o Número como uma categoria que selecciona um NP como complemento.¹⁹ Na proposta de Brito (1993), a posição D° é ocupada por determinantes demonstrativos e artigos definidos e indefinidos.²⁰ Quanto aos quantificadores indefinidos e discretos, assume-se que podem ser distribuídos complementarmente entre o núcleo D°, quando são [-def], e como especificadores da projecção funcional NumP ou QP.

Para Abney (1987:323), os adjectivos atributivos são núcleos que tomam NP como complemento.²¹ Esta análise levanta no entanto dúvidas, já que, se os adjectivos são núcleos no DP, o movimento de N para NumP faz com que o N seja incapaz de reger estritamente o seu próprio vestígio, violando o ECP²². Para os adjectivos atributivos, é assumido, em alternativa, por Cinque (1993), que são especificadores de núcleos funcionais que dominam o NP, sendo eles próprios complementos de D°. Este modelo é válido para os adjectivos intransitivos, podendo assumir-se que estão sempre em posição [Spec,XP], em que X' domina NP. Esta proposta explica-se, em primeiro lugar, pelas

16 Para Lobeck (1995), como vimos, o nome é basicamente engendrado como núcleo de NP, e desta posição pode, no decurso da derivação, ser regido por um núcleo funcional. A ideia de subida do nome para o sistema funcional é estranha ao modelo de Lobeck.

17 Embora muitos modelos sugiram que os adjectivos podem ser adjuntos de NP ou de algumas das suas projecções funcionais (Valois 1991, Ritter 1991, Bernstein 1993 entre outros), esta proposta levanta inúmeras questões, nomeadamente em termos de concordância e de ordem de palavras.

18 A existência desta projecção funcional é um dos factores que sugerem que existe um paralelismo entre o DP e a frase (CP) (é a tese central de Valois 1991, e uma sugestão do próprio Abney 1987). É referida esta simetria com evidência tanto em semelhanças estruturais (D corresponde a C, e há em ambos DP e CP uma categoria funcional de flexão: IP e NumP), como em processos sintácticos (movimento de núcleos N e V para ganhar flexão junto de um núcleo funcional).

19 Outras propostas existem no sentido de considerar como projecções funcionais determinadas características dos nomes. É o caso, por exemplo, de Sánchez (1995), que propõe a projecção PredP em DPs com adjectivos restritivos, e de Brito & Oliveira (1995), que nos DPs com nomes eventivos sugerem a existência de AspP. Para Crisma (1995), todas estas projecções funcionais são genericamente designadas NomIP.

20 Mas alguns destes constituintes legitimam nomes vazios, e outros não, sinal de que nem todos estarão em D°. Ver adiante.

21 No exemplo *an alleged communist*, o significado do adjectivo altera o do NP de modo não intersectivo, e parece corresponder a uma estrutura em que NP é complemento do núcleo A.

22 Bernstein (1993) chega a apresentar adjectivos considerados como núcleos (como *mero* p.51) que de facto bloqueiam o movimento de N. Sobre o ECP, cf. p.16

fortes restrições que existem sobre a ordem relativa dos adjectivos dentro do DP, que sugerem que existe uma hierarquia de categorias funcionais onde os adjectivos são gerados, e em segundo lugar, porque existe um limite ao número de adjectivos, que pode ser atribuído ao limite máximo de categorias funcionais existentes. Para os adjectivos transitivos, isto é, aqueles capazes de ter complementos, Sleeman (1996) propõe que sejam gerados como adjuntos à direita de NP.

Outras propostas sobre a hierarquia nome/adjectivo existem. Para Kayne (1994), existe uma projecção intermédia entre nomes e modificadores —possessivos, adjectivos e relativas—, que pode explicar a ordem interna no DP. Kayne propõe que essa projecção é de tipo CP e é complemento de D°. Nesse caso, Kayne explica a ordem nome/adjectivo por um mecanismo de subida: em Inglês, o NP modificado está em [Spec,IP], e o adjectivo está em I°, de onde sobe para [Spec,CP], o que explica a ordem final adjectivo/nome. No caso do Francês, Kayne sugere que, além da subida do adjectivo para [Spec,CP], o próprio nome também sobe, primeiro para C°, e depois para uma projecção funcional superior, situada entre D° e CP, que corresponde talvez a NumP, de modo a que a ordem nome/adjectivo no DP Francês se verifique.

Para Sánchez (1995), as projecções funcionais cruciais são PredP (Sintagma Predicado) e AgrP, sendo a primeira complemento de D°. Neste sistema, o NP é complemento de AgrP, e o adjectivo está em [Spec,AgrP]. A ordem relativa entre nome e adjectivos restritivos —neste caso em Espanhol— pode ser explicada por um mecanismo de subida do NP da sua posição básica para [Spec,PredP]²³. Quer em Kayne (1994), quer em Sánchez (1995), os adjectivos considerados são unicamente os restritivos —geralmente pós-nominais—, não havendo para os outros tipos de adjectivos mecanismos adiantados, pelo que estes modelos só parcialmente podem descrever a estrutura interna do DP.

No modelo aqui adoptado, é assumido, de acordo com Cinque (1993) e Brito (1993), que NumP é uma projecção funcional intermédia central, e que N° se move para Num°, de maneira a verificar o seu traço [$\pm$ plural], desencadeando, da sua posição em Num°, dois tipos de verificação de traços: Concordância Núcleo-Núcleo entre D° e N°+Num° e Concordância Especificador-Núcleo com os especificadores das várias projecções funcionais que possam existir.²⁴ Dentro deste quadro, assumo, com Cinque (1993), que os adjectivos atributivos são pré-nominais em Estrutura-P, tanto nas Línguas Românicas como nas Línguas Germânicas. A diferença em Estrutura-S explica-se pelo movimento de N em Sintaxe nas Línguas Românicas, isto é, pela sua incorporação no

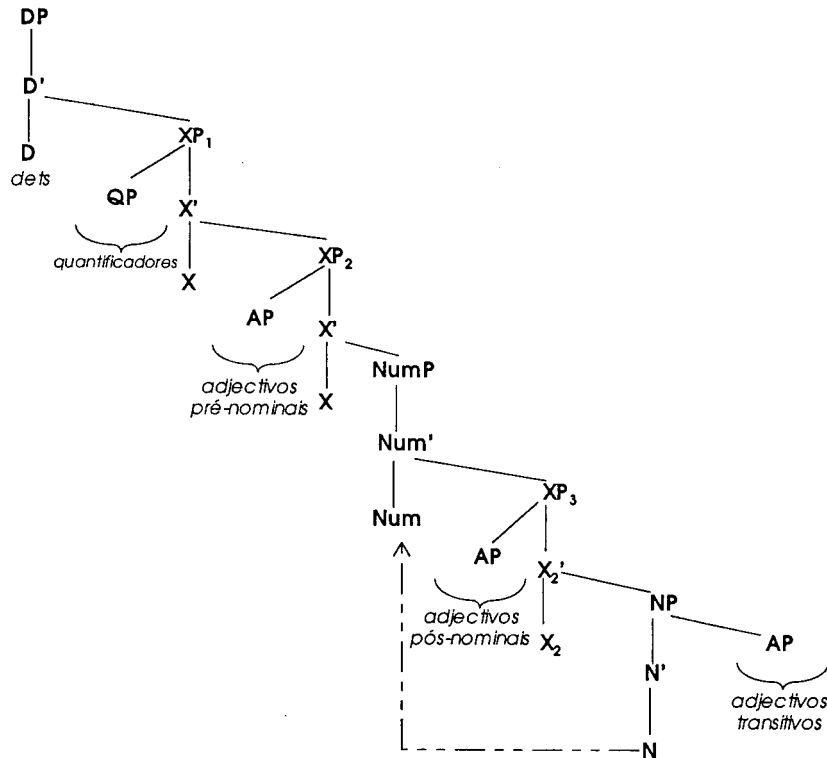
23 Sánchez sugere também que a concordância afixada pelo nome é realizada pela incorporação de Agr° e Pred°, que permite seguidamente ao NP verificar a sua flexão por Concordância Especificador-Núcleo.

24 Bernstein (1993) propõe uma variação desta ideia na qual a maioria dos adjectivos pré-nominais são adjuntos de categorias funcionais intermédias. Em ambos os casos, a posição relativa correcta de adjectivos e nomes nas Línguas Românicas e nas Línguas Germânicas é obtida assumindo que nas Línguas Românicas ocidentais, mas não nas Línguas Germânicas, o nome sobe em Estrutura-S para um dos núcleos funcionais intermédios, atravessando algum adjectivo.

núcleo Num°.²⁵ Além de poder dar conta da assimetria da ordem de palavras —a projecção NumP determina a posição do núcleo lexical em Estrutura-S—, as relações de concordância dentro do DP nas línguas Românicas constituem uma aplicação ao DP da hipótese *Concordância Especificador-Núcleo*, independentemente desenvolvida para justificar a relação de acordo entre a flexão verbal e o sujeito.

Dá-se a seguir uma representação simplificada do DP, em que XP representa uma projecção funcional cuja natureza não interessa para já especificar:

(37)



Na sequência deste capítulo, irei propor que o mecanismo da elipse do nome deve ser tido em conta dentro deste modelo de projecção alargada da categoria nominal. Na representação em (37), assumo que o nome pode sistematicamente ser analisado como complemento de uma categoria funcional XP. Mas de forma a explicar o diferente comportamento da elipse nominal em Português e em Francês, teremos que completar e estender a análise (37). Será este o objectivo do parágrafo 3.3.

²⁵ A incorporação do nome em Num° não deixa de levantar alguns problemas. Sánchez (1995) faz notar que a subida de N para Num° está em contradição com dados como estes:

(i) Maria es una ladrona de joyas torpe (ii) ?? Maria es una ladrona torpe de joyas

Estes dados mostram que o núcleo N° não sobe para Num°, já que não pode ser separado do seu complemento. Sánchez conclui que a posição pós-nominal de *torpe* não pode ser devida a um movimento de N. Cf. Também Lamarche (1991).

3.3 Legitimação e identificação de nomes nulos em Português e em Francês

Vou a seguir analisar os dados referidos no parágrafo (3.1), de acordo com as perspectivas teóricas sobre a estrutura do DP, apresentada no parágrafo anterior, e completar essa análise, se for caso disso, com algumas propostas alternativas. Este modelo servirá para reavaliar as várias propostas sobre legitimação da elipse do nome apresentadas no capítulo 2.

Refira-se que, nas páginas seguintes, por razões práticas, vou referir as várias formas de elipse do nome recenseadas por meio das seguintes fórmulas:

(38)

construções de elipse do nome em Português	construções de elipse do nome em Francês	Fórmulas correspondentes
Vários/alguns/todos <i>pro</i>	Plusieurs/certains/tous <i>pro</i>	[Q+ <i>pro</i>]
Estes <i>pro</i>	celui-ci <i>pro</i>	[Dem+ <i>pro</i>]
O meu <i>pro</i>	le mien <i>pro</i>	[Poss+ <i>pro</i>]
Os grandes <i>pro</i>	les grands <i>pro</i>	[D+AP+ <i>pro</i>]
Os <i>pro</i> da Maria	ceux <i>pro</i> de Marie	[Def+ <i>pro</i> +genitivo]

3.3.1 A construção [Q+*pro*]

Neste parágrafo, vou analisar a elipse do nome em contextos quantificacionais.

3.3.1.1 O traço [+partitivo] e a elipse nominal

Vejamos de que maneira a quantificação pode ser relacionada com a elipse do nome. Uma observação produzida anteriormente —ver parágrafo 3.1— é a da existência, nas construções de elipse nominal, de um conjunto de elementos quantificadores, como *vários*, *alguns*, etc., capazes de legitimar sistematicamente nomes nulos. Não é o caso com todos os quantificadores, pois *cada* não consegue sobreviver sem um nome lexical. Parece pois que existe algum tipo de restrição, presumivelmente a nível semântico, que condiciona este tipo de construção, e que explica por que razão *cada* —e o seu equivalente francês *chaque*— são deixados de fora na elipse nominal.

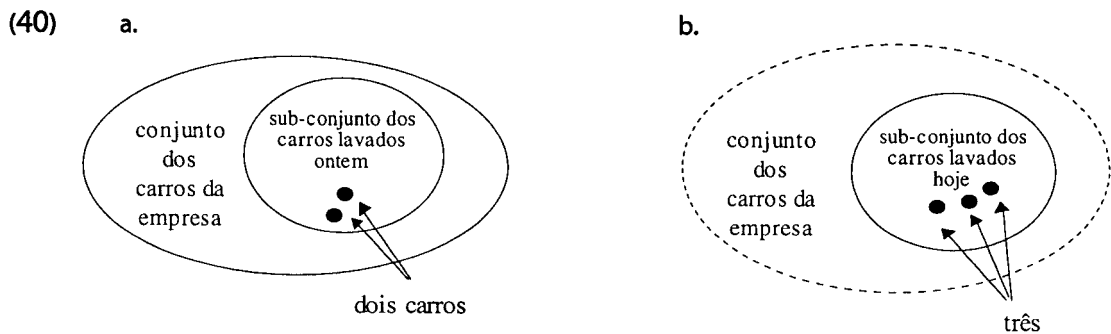
De acordo com os autores analisados no capítulo 2, assumo que o traço [+partitivo] realizado nos quantificadores é um traço capaz de identificar um nome vazio. Consideremos quantificadores marcados por [+partitivo]: é o caso de *vários*, *muitos*, *alguns*, mas não de *cada*, nem de *chaque* ou *quelques* em Francês, que serão [-partitivos]. Os quantificadores que admitem como complemento um nome lexicalmente nulo são também os que pressupõem uma relação de quantificação entre conjuntos, comprovada pelo traço [+partitivo]. *Cada* não implica nenhuma relação desse tipo, mas *vários* implica, pelo contrário, referência a (parte de) um conjunto de entidades. Podemos dizer que os

elementos com propriedades quantificacionais procedem a uma ordenação, uma contagem, uma quantificação de determinados elementos de um conjunto, ou denotam uma divisão ou uma partição da referência de um nome. Estes elementos evidenciam pois uma leitura partitiva.

A existência do traço [+partitivo] permite atribuir interpretação semântica à relação entre Q e N. Essa relação poderia ser interpretada como uma relação entre conjuntos. No exemplo (39a) o constituinte *os carros* denota o conjunto definido pela extensão do predicado. Todos os indivíduos que estão na extensão da propriedade de *ser carro* definem um conjunto cujos elementos têm essa propriedade. Havendo um quantificador, como em (39b), é denotado um conjunto discreto, cujos elementos são, neste caso, definidos por uma quantificação variável, e que induz, por inclusão com o anterior, um sub-conjunto de *dois carros*, ou *três*.

- (39) a. O João lavou os carros da empresa
b. O João lavou dois carros ontem, e hoje lavou três *pro*

Como se sugere em (40a), *dois carros* é um dos sub-conjuntos do universo em (39) cuja intersecção é não vazia. Do mesmo modo, a expressão elíptica “três *pro*” em (39b) deve ser interpretada como um sub-conjunto pertencendo ao mesmo tempo ao conjunto de referência. Nessa inclusão, em que o referente pode ser omitido contextualmente, reside a possibilidade da elipse do nome ser autorizada: o conteúdo do nome suprimido —que corresponde ao conjunto denotado por *os carros da empresa* em (40b)— pode ser recuperado por meio do traço [+partitivo], que funciona como identificador semântico:



Para a elipse do nome *carro* ser possível em (39b), é pois preciso duas condições: (i) tem que existir um conjunto com três indivíduos que pertençam ao conjunto dos carros do universo do discurso considerado²⁶; (ii) o conjunto denotado pelo nome tem que ser definido previamente no contexto, isto é, manifestar alguma familiaridade e não ter uma interpretação existencial, pelo que pode depois ser omitido. A relação entre conjuntos não

²⁶ Note-se que esse conjunto pode ser vazio —isto é, não ter nenhum indivíduo—, o que não invalida a elipse:
(i) Dos carros da empresa, não lavou nenhum [e].

precisa pois de ser mantida explicitamente, mas pode limitar-se ao sub-conjunto denotado pelo quantificador. A relação entre conjuntos manifestada por quantificadores com propriedades discretas é pois *partitiva*. Os ordinais, os cardinais e os superlativos também implicam uma relação de *partição* entre conjuntos: cada um dos conjuntos denotado por esses adjectivos deve ser entendido como um sub-conjunto do conjunto denotado pelo nome —havendo entre eles uma relação de inclusão ou intersecção.

3.3.1.2 A elipse do nome e os adjectivos *quantitativos*

Uma observação produzida em Brito (1993) é a da existência de um tipo de adjectivos caracterizados pelo facto de serem marcados pelo traço [+quant]. Exemplos desses adjectivos são, *único*, *diversos*, *diferentes*, etc. Devemos notar que estes adjectivos têm algumas características notáveis. Como Brito (1993) observa, fazem parte do grupo restrito de adjectivos que podem ocupar posições pré-nominais ou pós-nominais; além disso, o seu valor quantificacional aparece exclusivamente em posição pré-nominal, isto é, a sua posição relativamente ao nome condiciona o seu significado;²⁷ por fim, estes adjectivos, contrariamente aos adjectivos em geral, não admitem expressões de grau, crucialmente quando são pré-nominais —isto é, quando têm um significado quantitativo. Estas observações são ilustradas a seguir —note-se que o Português é paralelo ao Francês:²⁸

- (41) a. Une seule femme (pas deux) / une femme seule (célibataire)
 b. * Une très seule femme / une femme très seule
 c. Uma única moeda / a moeda única

Na sua análise da estrutura interna do DP, Brito opta por gerar esses adjectivos em [Spec,NumP]. Independentemente da projecção funcional que os recebe, a observação crucial sobre estes adjectivos é que não podem ser combinados com quantificadores discretos —*muitos*, *vários*, etc— quando têm um valor quantitativo —portanto quando são pré-nominais—, embora possam sê-lo quando são adjectivos de qualidade. Esta distribuição complementar explica-se, segundo Brito (1993), na medida em que os quantificadores discretos são também eles gerados em [Spec,NumP]:

- (42) a. * As várias diferentes mulheres que conheço
 b. As várias mulheres diferentes que conheço

A existência de uma classe de *adjectivos quantitativos* pode pois ser proposta, tendo os seus membros em comum o traço [+quant].

No espírito de Lobeck (1995), podemos admitir que a presença deste traço estará relacionada com a capacidade destes adjectivos em legitimar nomes vazios. Um traço como [+quant], possivelmente um tipo de *traço forte*, seria capaz de identificar um nome vazio, pelo que, além dos quantificadores, também adjectivos marcados com estes traços

²⁷ A posição pós-nominal corresponde a um adjectivo atributivo de qualidade.

²⁸ Os exemplos (a) e (b) são de Brito (1993)

teriam propriedades quantificacionais e seriam legitimadores de um nome vazio. No entanto, surpreendentemente, é extremamente difícil realizar frases elípticas em que um destes adjectivos quantitativos legitime por si só um nome vazio. Esta conclusão paradoxal é ilustrada a seguir:

- (43) a. Muitos convidados compareceram, mas o único [e] *(que reconheci) era o Paulo
 b. Pas mal d'invités étaient là, mais je n'*(en) ai pas reconnu un seul [e]
 c. * Je possède la seule photo connue de Pierre, et les diverses [e] de Michel
 d. * As raras opiniões do Paulo e as diferentes [e] da Maria não me interessam

Note-se que em (43a), a legitimação da elipse do nome está dependente da ocorrência da relativa *que reconheci*, e em (43b), o nome vazio é legitimado pelo pronome partitivo *en*, e seria agramatical sem ele.²⁹ Quanto aos exemplos (43c) e (43d), são agramaticais. Estes exemplos merecem uma breve reflexão, já que mostram que, contrariamente àquilo que seria de supor, elementos com propriedades quantificadoras nem sempre estão associados a contextos de elipse. Estes adjectivos ilustram de maneira significativa a inviabilidade das teses que se baseiam na presença de traços para legitimar nomes vazios. Não parece ser verdade que o traço [+quant] viabilize sistematicamente complementos vazios —o que está em contradição com algumas propostas de Lobeck (1995) e de Kester (1996).

A minha proposta é que estes adjectivos não são quantitativos —e também não são partitivos—, mas adjectivos classificadores. Que não são partitivos comprova-se pelo facto de nem todos serem compatíveis com um PP partitivo³⁰, ao contrário, por exemplo, dos ordinais. Também são diferentes dos ordinais porque não podem surgir em construções comparativas —ver (44c) e (44d):

- (44) a. Le premier/dernier/ de ses livres fut un succès
 b. * Le seul/différent/ de ses livres fut un succès
 c. Este autor não escreveu mais nenhum livro como o primeiro
 d. * Este autor não escreveu mais nenhum livro como o único/diferente/diverso

Crucialmente, (44) mostra que um adjectivo do tipo de *différent* não implica uma relação de inclusão ou de intersecção entre conjuntos, ao contrário de *premier*. Sendo adjectivos atributivos, os elementos em causa mais não fazem do que atribuir uma propriedade ao nome. Aquilo que estes adjectivos têm de diferente dos outros, é que não implicam qualquer tipo de contraste, ou efeito discriminativo ou discreto a nível cognitivo.³¹ Obviamente, *diversos* não se opõe em termos lógicos a outro adjectivo, assim como, por exemplo, *grande* se opõe a *pequeno*. Também outros adjectivos, como *diferentes* ou *único*, partilham esta característica de não terem antónimo. Nesse caso, o seu uso não corresponde em termos cognitivos a uma seriação ou uma partição do

²⁹ Note-se que Ronat (1977) adianta que o adjectivo *seul* exige a presença de uma relativa ou um adjectivo transitivo: "les seuls livres *(que je connaisse) sont là", e é incompatível com adjectivos intransitivos: * "les seuls livres rouges sont là".

³⁰ O adjectivo *único* é compatível com um PP partitivo, mas não *diversos*

(i) O único dos seus filmes que não conheço

(ii) * os diversos dos seus filmes

³¹ A maioria deles são referidos na tradição gramatical como *adjectivos indefinidos*.

conhecimento do mundo por parte do locutor, pelo que não identificam só por si a elipse do nome. Na realidade, este tipo de adjectivos só legitima um nome nulo numa estrutura do tipo [Def+AP+*pro*+CP], em que o constituinte à direita de *pro* participa obrigatoriamente da sua identificação. Essa estrutura é ilustrada a seguir:

- (45) a. Ele é o único [e] que eu amo
b. Destas notícias, eis as diversas [e] que consegui confirmar.

Tudo indica que estes adjectivos são projectados como especificadores de uma projecção funcional no NP em estreita conexão com orações relativas.³²

As condições de legitimação que associam quantificador e nome vazio devem ser agora devidamente formalizadas.

3.3.1.3 Legitimação de *pro* na construção [Q+*pro*]

A ideia central ilustrada nos parágrafos anteriores, segundo a qual os nomes vazios em expressões quantificadas —que designo genericamente por [Q+*pro*]— devem estar dependentes da presença de quantificadores, vai ser agora formulada formalmente, baseando-se na relação estrutural de Concordância Especificador-Núcleo. Esta noção foi primeiro introduzida por Chomsky (1986b) para descrever a concordância de traços pessoais entre o núcleo e a posição especificador de IP —posição ocupada pelo argumento externo em Estrutura-S. No Programa Minimalista, Chomsky generaliza esta noção e alarga o seu domínio a categorias funcionais diferentes de IP (Chomsky 1992,1993). Neste quadro, os traços verificados em Sintaxe devem sê-lo numa relação de Concordância Especificador-Núcleo.

O modelo formal aqui delineado para a construção [Q+*pro*] alarga a ideia de Concordância Especificador-Núcleo ao quadro de legitimação formal dos nomes vazios em construções elípticas. A minha proposta é que, nestas construções, *pro* é formalmente legitimado por Concordância Especificador-Núcleo entre o especificador de uma projecção funcional e *pro*. Isso pressupõe que todos os constituintes que legitimam a elipse do nome são projectados numa posição de especificador, o que deve ser verificado. No caso dos quantificadores, é o que vou tentar demonstrar a seguir. Veremos também nos parágrafos seguintes que esta proposta pode ser adoptada de maneira sistemática,

32 Relativamente às construções partitivas *stricto sensu*, pode-se adiantar que a quantificação partitiva está na base da recuperação do significado dos nomes nulos objectos de partição. Como se vê nos exemplos seguintes, a elipse do nome é possível em construções partitivas:

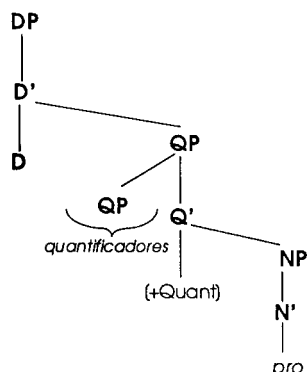
(i) A cantora recebeu dois ramos de rosas, e quatro [e] de orquídeas
(ii) A Joana comeu duas fatias de presunto e uma [e] de melão

Observe-se que, ao contrário dos conjuntos que envolvem na sua denotação entidades formadas por um processo de agrupamento de indivíduos, agrupamento esse que tem sempre o traço [+plural], como em (i), o termo massivo objecto de medição é sempre [-plural], isto é, é [+massivo]. Este traço tem sido associado à elipse do nome por Kester (1996), como estratégia de identificação de um nome massivo em construções partitivas —ver capítulo 2. Podemos considerar, no caso da quantificação massiva em Português e em Francês, que esse traço pode ser invocado como mecanismo de recuperação da identidade do nome massivo suprimido, como em (ii), e reservamos o uso do traço [+partitivo] para a quantificação de contagem, como em (i). Sobre a semântica da quantificação, Cf. Peres (1992). A especificidade das construções partitivas será analisada em trabalho futuro.

qualquer que seja o tipo de especificador considerado: adjetivo, determinante demonstrativo e possessivo.

Os dados apresentados em 3.1.1 sugerem que existe uma projecção funcional dedicada aos elementos quantificadores, como numerais e cardinais, que, de acordo com Abney (1987), podemos designar por QP. Essa projecção funcional é complemento de D°, precede os adjetivos —o que explica a ordem de constituintes habitual do DP—, e recebe no seu especificador o elemento quantificador que lhe é associado. A representação seguinte sintetiza essas observações:

(46)



Existem ainda várias outras projecções funcionais que podem conter especificadores que permitem a elipse do nome, como os ordinais, como *primeiro*, e os superlativos pré-nominais e os pós-nominais, cuja expressão de grau equivale a uma expressão quantificada. Quanto as expressões associadas à quantificação partitiva —cf. nota 32, p. 89—, podemos sugerir que devem ser consideradas como DPs gerados em [Spec,QP]. A capacidade de estes elementos legitimarem a elipse do nome não parece pois relacionada com a sua semântica mas com a sua posição na estrutura, já que são especificadores de categorias funcionais.

Neste modelo, o requisito de regência estrita, assumido geralmente pelas teorias sobre a elipse apresentadas no capítulo 2, deixa de ser relevante. A relação Concordância Especificador-Núcleo sugere que o elemento (partitivo) não precisa de ser adjacente ao nome vazio, mas deve dominá-lo de uma posição de especificador. Exemplos como o seguinte levam alguns modelos a acrescentar ao traço [+partitivo] a obrigatoriedade de regência estrita para legitimar a elipse do nome:³³

(47) * c'est la troisième intéressante *pro*.

Segundo Sleeman, a agramaticalidade de (47) seria o resultado da Minimalidade Relativizada: a regência estrita de *pro* pelo núcleo da projecção funcional que tem o ordinal *troisième* no seu especificador é bloqueada pela presença de uma projecção

³³ Exemplo de Sleeman (1996:39)

funcional intermediária que contem o adjetivo intransitivo *intéressante*: o núcleo funcional intermediário é um regente por núcleo potencial, pelo que a frase é agramatical. Sobre o exemplo (47), observo em primeiro lugar que a sua agramaticalidade é questionável: penso que seria possível construir um contexto no qual esta frase poderia ser formulada. Na minha opinião, (47) é marginal por ser contextualmente pobre, e não por razões de ordem estrutural. Esta frase é marginal porque o nome vazio que contem não pode ser devidamente identificado. Vejamos a mesma frase num contexto nitidamente enriquecido:

- (48) "Y a-t-il eu beaucoup de conférences depuis le début du congrès?
 — Quatre ce matin et deux l'après-midi
 — Ont-elles toutes été intéressantes?
 — Celle-ci est la troisième intéressante"

Como veremos, também o adjetivo *intéressante* tem capacidade para legitimar a elipse do nome, na medida em que é projectado na posição de especificador de uma projecção funcional que domina o nome vazio. Ambos os elementos *troisième* e *intéressante* estão pois em (47) em condições estruturais de legitimar o nome nulo resultante da construção elíptica, pelo que a ordem em que aparecem relativamente ao nome vazio não é relevante —mas é relevante a ordem entre si—, e a exigência de adjacência não deve ser invocada. Note-se aliás que as categorias funcionais nas quais quantificadores e adjetivos são projectados têm elas próprias núcleos foneticamente vazios. Segundo Chomsky (1993), os núcleos sem traços são **invisíveis** para a verificação, e não interferem na derivação. Esta reflexão também permite formular uma hipótese mais geral, segundo a qual, na estrutura do DP dada em (37), deve-se considerar que só são projectadas efectivamente em Sintaxe as categorias funcionais cujos especificadores sejam foneticamente preenchidos.

3.3.1.4 Identificação de *pro* em [Q+*pro*]: quantificação e especificidade

No parágrafo anterior, formulei a hipótese de que os quantificadores são projectados numa posição de especificador de uma categoria funcional, e que a legitimação formal do nome vazio está precisamente relacionada com o preenchimento da posição de especificador por quantificadores. Em relação à identificação do nome vazio, assumo que é derivada do significado partitivo da expressão de quantidade. Esta assunção aplica-se aos elementos que se podem combinar com uma construção partitiva, independentemente das características semânticas desta última. O termo *partitivo* deve ser entendido no sentido de Sleeman (1996), por sua vez baseada em Enç (1991, isto é, deve estar associado a uma interpretação de quantificação específica. Em (49a), o quantificador *deux* pode ser combinado com o PP partitivo *des concurrentes*. Contudo, em (49b) o quantificador *deux* expressa também um significado partitivo, apesar de não estar numa construção partitiva:

- (49) a. Dois dos concorrentes cortaram a meta
 b. De todos os concorrentes, só dois *pro* cortaram a meta

Partitivos como *dois dos concorrentes* referem conjuntos que são sub-conjuntos do referente do DP contido no PP partitivo (*os concorrentes*), pelo que os partitivos são necessariamente específicos.³⁴ O PP *dos concorrentes* fornece ao quantificador *dois* uma leitura específica, pelo que o conteúdo do nome vazio pode ser recuperado junto do conjunto referente. Assumo pois que um quantificador [+partitivo] induz uma interpretação específica pelo facto de implicar uma operação de partição.

Contrariamente a Sleeman, contudo, assumo que o traço [+partitivo] só é manifestado nos quantificadores, isto é, nas expressões quantificadas, mas não nos adjectivos. A distinção sugerida por esta autora entre D-partitivos e N-partitivos —ver capítulo 2— não deve ser, como veremos, mantida relativamente aos adjectivos. Os quantificadores são elementos inerentemente partitivos, que permitem a elipse do nome em todas as Línguas Românicas. Por outro lado, assumo que o traço [+partitivo] —ou o traço [+massivo], no caso da quantificação massiva— intervem no processo de identificação do nome vazio e não na sua legitimação. Para mim, a legitimação dos nomes vazios é apenas o resultado de determinada configuração, nomeadamente uma relação de tipo Concordância Especificador-Núcleo entre uma posição de especificador e o nome vazio —ver parágrafo anterior. Considero que a identificação de nomes vazios por quantificadores é possível porque ocorrem num DP com interpretação partitiva/específica, e que esse DP deve ser associado a outro DP no contexto, para o nome vazio ser interpretável.

Embora o traço [+partitivo] possa ser morfologicamente realizado em Português e em Francês —caso de *algum* ou *beaucoup*—, admito que este é um traço semântico e não morfológico, e que tem um papel exclusivamente na identificação dos nomes vazios, já que indica o antecedente contextual. O traço [+partitivo] não é portanto para mim nem um caso de *Concordância Forte*, hipótese defendida por Lobeck (1995), nem uma estratégia de legitimação dos nomes vazios, tese adiantada por Sleeman (1996). Se, para Lobeck, os nomes vazios são ao mesmo tempo formalmente legitimados e identificados por um núcleo regente marcado por *Concordância Forte*, e se, para Sleeman, elementos com um significado partitivo legitimam formalmente a elipse do nome, assumo que o significado partitivo presente nas expressões quantificadas tem uma mera função de identificação de conteúdo. Esses elementos de quantificação identificam necessariamente o conteúdo do nome vazio. Dissociando-me das análises de Lobeck e Sleeman, proponho, de acordo com o que foi já sugerido, que *pro* é formalmente legitimado por *Concordância*

³⁴ O termo específico é aqui usado no sentido de Enç (1991), que confunde especificidade e partitividade, e não no sentido estritamente semântico.

Especificador-Núcleo por um quantificador em [Spec,QP], e identificado por meio de um antecedente específico

Voltando à identificação de *pro* em expressões quantificadas, vejamos os casos seguintes:

- (50) a. Há dois *pro* no jardim
b. *Il y a deux *pro* dans le jardin

Estes exemplos parecem-me relacionados com o facto de alguns DPs não poderem aparecer em contextos existenciais, restrição ilustrada a seguir:

- (51) Há dois/alguns / *estes / *os gatos no jardim

O que é relevante no paralelo entre (50) e (51) é que os quantificadores pressupõem que o referente do nome existe, o que os torna compatíveis com uma interpretação existencial —ao contrário dos definidos e dos demonstrativos. A presença de um quantificador é aparentemente relevante para a identificação de um nome vazio em Português —ver (50a)—, mas (50b) mostra que em Francês o nome vazio quantificado não é compatível com uma interpretação existencial.

Outro tipo de construção quantificada envolvendo nomes vazios é ilustrada a seguir:

- (52) a. O João viu muitos filmes, mas só gostou de dois *pro*
b. O João viu muitos filmes, mas só dois *pro* lhe agradaram
c. Jean a vu beaucoup de films, mais trois *pro* seulement l'ont marqué
d. *Jean connaît beaucoup de films, mais il n' aime que trois *pro*
e. Jean connaît beaucoup de films, mais il n' en aime que trois *pro*

Estes casos ilustram em Francês a assimetria entre uma expressão elíptica quantificada em posição sujeito—ver (52c)—, e a mesma expressão em posição objecto, cujo nome não pode ser suprimido — ver (52d). Essa assimetria não se manifesta em Português —como mostra (52a.b). Existe no entanto em Francês um pronome *en*, cuja presença permite a legitimação do nome vazio num DP objecto, em (52e). Do mesmo modo, *en* permite a legitimação de um DP elíptico num contexto existencial:

- (53) Il y en a deux *pro* dans le jardin

Penso que, nestes exemplos, o **pronome quantitativo** *en* pode ser considerado como a contrapartida foneticamente realizada de *pro*. Como se viu, quando há um contexto existencial, ou quando *pro* é legitimado num DP objecto, o seu conteúdo não pode ser processado, o que indica presumivelmente que não existe nesses casos interpretação específica. Nesse caso, justifica-se a presença de uma expressão quantificada explícita: se o DP elíptico em (52d) não tem interpretação específica, e se não pode ser ligado a um antecedente, a inserção do pronome *en* —forma com valor específico— é um meio de tornar o DP elíptico específico. A função de *en* neste caso consiste em tornar visível um DP não específico ao associar o quantificador a um antecedente contextual. Se o DP for específico —por exemplo em posição sujeito em (52c)—, então *en* é inútil.

Em Português, ao contrário do Francês, os exemplos indicam que um DP quantificado é específico tanto em posição objecto como em contexto existencial, o que significa que *pro* é devidamente identificado pelo contexto.³⁵ Em Português, a leitura específica de um DP quantificado não parece pois condicionada nem pela *indefinitude* nem pela posição sintáctica. Em Português, mas não em Francês, o DP elíptico quantificado aparenta ser inerentemente específico, o que pode servir de explicação para a existência em Francês de uma forma alternativa de especificidade, que é o clítico *en*. Este tipo de pronome só é pois usado se um nome vazio num DP não específico não puder identificar o seu antecedente, pelo que *en* é excluído com DPs elípticos com leitura específica. Presumivelmente, os nomes vazios quantificados só serão identificados por especificidade nas línguas que têm um pronome quantitativo explícito. Nas línguas como o Português, os DPs elípticos são específicos por defeito. Esta diferença pode estar na origem das assimetrias apontadas, e também das seguintes:

- (54) a. Acabaram de chegar alguns *pro*
b. Conheço só um *pro*
c. Je viens d' *(en) acheter plusieurs *pro*
d. J(e) *(en) connais seulement un *pro*

Penso que os dados anteriores provam uma relação estreita entre o processo de identificação semântica do nome vazio objecto de quantificação e a existência de uma interpretação específica. Limito no entanto estritamente esta relação entre identidade e especificidade partitiva às construções elípticas quantificacionais, que me parecem ser os únicos casos de elipse do nome aqui estudados a implicar relações entre DPs baseadas na teoria dos conjuntos. Como veremos, a identificação dos nomes vazios em outro tipo de construções elípticas pode ser processada por meios alternativos.

³⁵ A mesma conclusão é válida para o Inglês, como comprova a existência de exemplos como o seguinte: (i) i want three *pro*

3.3.2 As construções [Dem+pro] e [Poss+pro]

Foi apresentada no parágrafo 3.1 evidência de que, em Português, os constituintes demonstrativos e possessivos admitem sistematicamente complementos vazios, em contraste com o Francês, que só os parece admitir com as formas pronominais ou formas fortes. Tradicionalmente, considerava-se que, quando isoladas, as formas DEM e POSS eram pronomes, e quando precedendo nomes, eram determinantes ou adjetivos. Os constituintes envolvidos nestas construções pertencem a vários grupos de elementos tradicionalmente distintos e classificados como *adjectivos* ou *pronomes*: além dos demonstrativos e possessivos, que aqui analisamos, citam-se tradicionalmente, entre outros, os interrogativos, os relativos e os quantificadores. Do ponto de vista da estrutura de constituintes projectada, levanta-se a questão do seu estatuto categorial —serão núcleos, especificadores ou adjuntos? Na literatura sobre a questão, têm sido adiantadas propostas diferentes. De acordo com Abney (1987), que reflecte sobre o paralelismo entre artigo e pronome em Inglês, estes últimos constituintes são ambos gerados em D°, mas o artigo distingue-se do pronome por tomar um NP complemento pleno, enquanto o pronome é intransitivo. Para Lobeck (1995), a maioria destes constituintes são núcleos, distribuídos complementarmente entre D° e Num°. Lobeck considera, por exemplo, que demonstrativos como *these* são gerados no núcleo funcional D° e podem legitimar um nome vazio por meio de traços morfológicos fortes —ver capítulo 2, p. 32. Para Sleeman, estes elementos são gerados em projecções funcionais acima de NumP, e legitimam sistematicamente um nome vazio porque o regem estritamente.

A minha proposta para este tipo de elipse consiste em considerar o papel legitimador dos determinantes demonstrativos e possessivos em função da sua posição estrutural. Mostrarei que as construções [Poss+pro] e [Dem+pro] são a consequência directa do estatuto de especificador dos elementos DEM e POSS, e não dos traços semânticos envolvidos. Esta análise relaciona-se com a proposta adiantada para a legitimação de nomes vazios complementos de quantificadores. Ver-se-á também que se deve distinguir entre o Francês e o Português relativamente à identificação dos nomes vazios envolvidos em [Dem+pro] e [Poss+pro].

3.3.2.1 [Dem+pro]

Relativamente aos demonstrativos, vou seguir Sleeman (1996), no sentido de considerar que alguns dos constituintes no domínio das projecções alargadas do nome podem ser considerados *pronomes* gerados em posição de especificador e seguidos de *pro*. Em Francês, considero que demonstrativos como *celui* são pronomes que legitimam nomes vazios. Estes pronomes são gerados em [Spec,XP], e tal como os quantificadores, legitimam formalmente por Concordância Especificador-Núcleo o nome vazio correspondente. Do ponto de vista semântico, estes pronomes poderão estar

associados a um significado partitivo: formas como *celui/ceux* denotam sub-conjuntos distintos do conjunto de referência, pelo que podem ser consideradas como incluídos nos elementos partitivos. No exemplo seguinte, o demonstrativo *ceux* denota o conjunto de elementos extraído do conjunto anteriormente referido:

- (55) a. Quels livres penses-tu prendre? — Je prends ceux *pro* de gauche

Pelo contrário, os exemplos em (56) sugerem que alguns demonstrativos franceses —*ces* em particular— não são especificadores partitivos, mas presumivelmente núcleos em D°, o que explica que não legitimem nenhum nome vazio:

- (56) a. Je préfère celui *pro* que j'ai
b. Je préfère ces livres / *ces *pro*

Em Português, contudo, a inexistência de contrastes como os anteriores sugere que não é preciso postular uma diferença entre adjetivos e pronomes demonstrativos. No modelo aqui adoptado para a categoria DP em Português, falar de adjetivo —quando o demonstrativo é seguido de N— ou de pronome —quando não há N— não parece justificar-se. Na realidade, não existe em Português distinção morfológica entre adjetivos e pronomes. Os demonstrativos não evidenciam nenhum paradigma adjetivo/pronome, exibindo as mesmas formas quando seguidos de nome ou quando isolados, o que implica que os dois casos em (56) podem em Português ser reduzidos a um só:

- (57) Prefiro estes livros / estes *pro*

De que maneira podem as diferenças anteriormente apontadas ser justificadas? Penso que o que está em causa é a próprio estrutura interna do DP, pelo menos nas suas projecções funcionais *mais altas*. A minha proposta é que os demonstrativos não ocupam em Português e em Francês a mesma posição estrutural —presumivelmente, só os *pronomes* teriam uma distribuição idêntica. Para o Francês, adopto temporariamente as propostas de Brito (1993) e Lobeck (1995) segundo as quais o determinante demonstrativo ocupa a posição D°, e a ideia de Sleeman de gerar o pronome demonstrativo francês em [Spec,DP]. Esta última posição, característica de formas como *celui*, é justificada pela autora por dados de extracção. Sleeman considera que o pronome partitivo *en*, que se move para fora do DP nas construções elípticas quantitativas, servindo-se da posição [Spec,DP] como lugar de poiso intermédio, é bloqueado pela presença de um demonstrativo, mas não, por exemplo, por um quantificador —que sabemos não estar em [Spec,DP]:³⁶

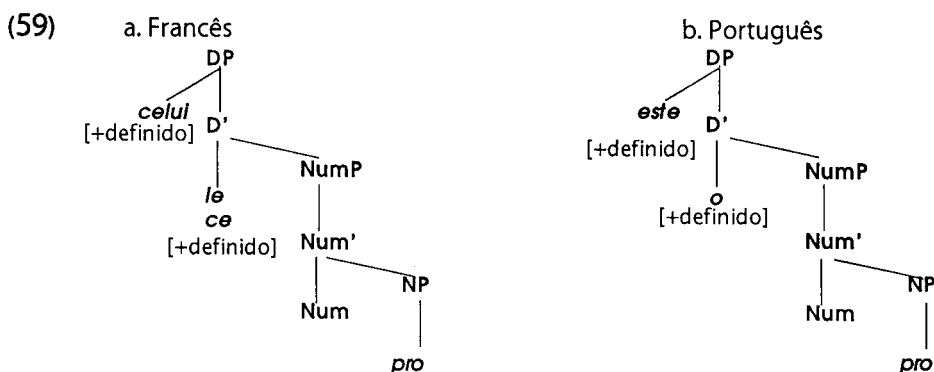
- (58) a. * Parmi ces verbes, il y en_i a ceux t_i qui sont toujours impersonnels
b. J'en_i ai lu tous/plusieurs/deux t_i chapitres

36 Exemplos de Sleeman (1996). Sleeman observa também que o pronome demonstrativo não pode sobreviver sem material lexical à sua direita, como uma relativa, um PP ou *ci* e *là*. Relativamente a este último material, a autora sugere que é provavelmente adjunto de NP, o que é comprovado, no caso de *ci* e *là*, pelo facto de aparecerem sempre à direita de um nome lexical ("ce livre-ci").

Em Português, o facto de os adjectivos não se distinguirem morfologicamente dos pronomes sugere que não existe uma diferença de posição como em Francês. A minha sugestão —provisória— é que todos os demonstrativos em Português são especificadores, talvez gerados em [Spec,DP], tal como os pronomes correspondentes em Francês. Ao passo que o adjectivo demonstrativo está em Francês em D°, estaria em Português em [Spec,DP]. Esta diferença, que equivale a dizer que o demonstrativo em Português é sempre um especificador, pode numa primeira análise explicar (57) versus (56). Note-se que, crucialmente, estes dados podem ser explicados por mecanismos puramente sintácticos, isto é, o significado partitivo que estes elementos podem eventualmente implicar é aqui irrelevante, sendo, em contrapartida, essencial a sua condição estrutural de especificadores. A gramaticalidade vs agramaticalidade dos casos referidos não me parece pois dever-se a imperativos de natureza semântica, mas à própria estrutura de constituintes.

Em resumo, se os demonstrativos são em Português unanimemente especificadores, podem legitimar sistematicamente a elipse do nome. Em Francês, pelo contrário, só os elementos demonstrativos em especificador, ou seja os chamados *pronomes demonstrativos*, podem legitimar nomes vazios. Os demonstrativos gerados em D° não são legitimadores de *pro*.

Dou a seguir uma representação da estrutura sugerida para a construção [Dem+*pro*], nas duas línguas, deixando de foras as projecções funcionais não relevantes:



Note-se que a estrutura apresentada deve, em Francês e em Português, ser associada a mecanismos de restrição semântica, de modo a explicar a proibição de ocorrência de formas como as seguintes, em que o demonstrativo não pode aparecer em co-ocorrência com o artigo definido:

- (60)
- a. *le celui / *ce celui livre
 - b. *ce le / *le ce livre
 - c. *o este livre

Para explicar por que razão *este* é incompatível com *o*, podemos sugerir que em Português *este*, e em Francês *ce* e *celui*, são [+definidos] (Brito 1993). Sendo assim, o artigo definido não pode ser projectado; se o for, a estrutura é rejeitada, talvez ao nível da

Forma Lógica. A mesma observação pode ser alargada à restrição de co-ocorrência entre núcleos e especificadores definidos: como ambos são [+definidos], a construção **ce celui*, ou *o este*, violaria a restrição acima proposta.

A análise sugerida para os demonstrativos em (59), segundo a qual os demonstrativos estão em Português em [Spec,DP], não é desprovida de dificuldades. Em primeiro lugar, note-se que em Português o demonstrativo tem um uso diversificado: pode entrar em construções predicativas (61a), aparecer numa posição pós-nominal (61b), surgir como um aposto (61c) ou como nominativo (61d):³⁷

- (61) a. O meu livro é este
 b. O *Nome da Rosa* foi o livro que mais vendeu em 1982, livro esse que tornou o seu autor mundialmente conhecido
 c. O João, esse, anda todo contente
 d. Essa é boa! Essa, não!

Além disso, parece-me que o equivalente sintáctico do demonstrativo Francês *celui* não é em Português, ao contrário do que seria de esperar, o demonstrativo *este*, mas um artigo definido, presumivelmente projectado em D°:

- (62) a. Marie a acheté ceux *pro* de Paul
 b. * Marie a acheté ces *pro* de Paul
 c. A Maria comprou os *pro* do Paulo

Outro contexto sugere que, se o demonstrativo não ocupa D°, pode também não ocupar [Spec,DP]: trata-se de frases com extracção como as seguintes, em que se observa uma assimetria entre o artigo definido e o demonstrativo:

- (63) a. [De quem]_i é que viste t_i o carro t_i ?
 b. *? [De quem]_i é que viste t_i este carro t_i

As frases em (63) sugerem por um lado que *o* e *este* não podem ocupar a mesma posição de núcleo D° —o que era esperado—, e, por outro, que a extracção do genitivo só é boa quando o demonstrativo não é projectado, isto é, aparentemente quando a subida do constituinte extraído não viola regras de Minimalidade. Observe-se que os dados de (63) podem levar a concluir que algumas das projecções alargadas do NP bloqueiam o movimento de constituintes para fora do DP, presumivelmente as projecções funcionais cujos especificadores tenham material lexical ou referencial, como é o caso do demonstrativo. (63) sugere pois que, se o demonstrativo não pode estar em D°, poderia contudo estar em [Spec,DP], na medida em que a presença de material nesta última posição pode ser considerada como um obstáculo à extracção de constituintes —[Spec,DP] é uma posição intermédia obrigatória para os constituintes WH movidos para fora do DP. Contudo, os dados seguintes mostram que, na hipótese de *todos* ocupar a

³⁷ Observe-se também que nenhuma destas construções está disponível em Francês: nesta língua, o demonstrativo é sistematicamente substituído por um clítico pessoal: "Jean, lui, est tout content", etc. A única excepção é a expressão idiomática "elle est bonne, celle-là!", que corresponde aproximadamente à primeira frase em (61d).

mesma posição, o demonstrativo também não pode ser considerado um especificador de DP. O exemplo (64a) indica que o quantificador *todos* ocupa uma posição mais alta que o demonstrativo, que deve corresponder a [Spec,DP], e em (64b), a operação de extracção pode ser bloqueada pela presença de *todos*:

- (64) a. A Maria comprou todos estes livros do Saramago ontem
 b. *? [De quem]_i é que a Maria comprou todos estes livros t_i?

Os exemplos anteriores indicam que o modelo apresentado em (59b) deve ser ligeiramente revisto. Vou pois propor que o demonstrativo é de facto em Português sempre um especificador, mas, contrariamente àquilo que é sugerido por Sleeman, Lobeck e Brito, não está nem em [Spec,DP], posição que reservo para elementos como o quantificador universal, com o qual o demonstrativo co-ocorre livremente (“*todos estes...*”), nem em D°. Proponho que, em Português, o demonstrativo —tal como o possessivo e os demais adjectivos atributivos— seja também gerado em especificador de uma projecção funcional específica. Denomino **DemP** esta projecção funcional, e considero que é projectada acima de QP e dos possessivos, mas abaixo de DP, de modo a explicar a ordem *Todos+Dem+Poss*, *Dem+Q* e *Dem+Poss+Q* nos seguintes exemplos:

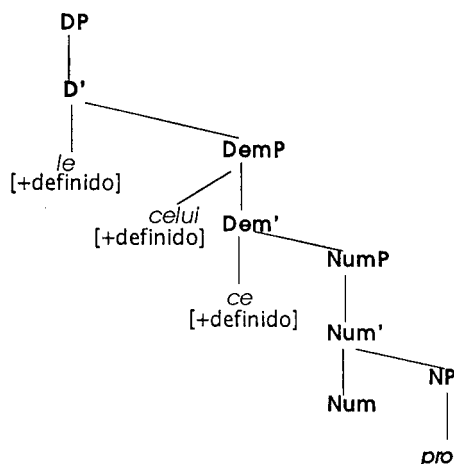
- (65) a. Estes teus livros são raríssimos
 b. Estes dois livros são caros
 c. Estes teus dois livros são caros
 d. Todos aqueles livros são caros
 e. Estes *pro* são caros

De acordo com Drijkoningen (1993), os núcleos determinantes serão formas não específicas, e os especificadores formas fortes, ou específicas, o que equivale a considerar que a especificidade de um constituinte pode ser (em parte) determinada pela sua posição estrutural. Assumo que em Francês, a categoria funcional DemP é também projectada, sendo o demonstrativo fraco *ce* gerado em Dem° e o demonstrativo forte *celui* gerado em [Spec,DemP] —ver a representação em (66). Deste modo, a projecção funcional DemP permite, por um lado, restabelecer o formato geral de legitimação de nomes vazios por um especificador com base na relação de Concordância Especificador-Núcleo, e permite, por outro, dar conta das diferenças apontadas entre o Português e o Francês por motivos de ordem estrutural. Os demonstrativos que não admitem nomes vazios são aqueles que estão em Francês em Dem°, isto é, aqueles que são núcleos. Quanto à diferença evidenciada em (62), pode explicar-se pelos mesmos motivos: seria a consequência do facto de o demonstrativo Francês *ces* ser sempre um núcleo em Dem°, que, como tal, não pode legitimar um complemento vazio.

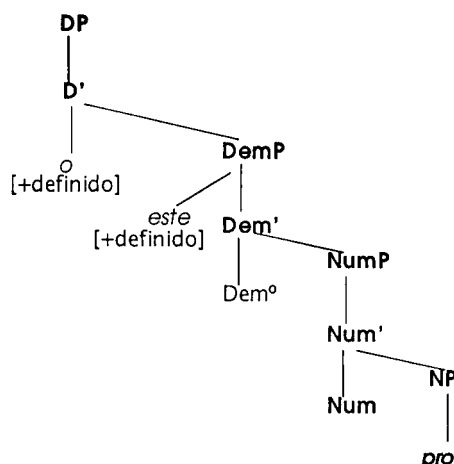
Estas observações são ilustradas em (66). Note-se que os mecanismos de restrição semântica que foram apontados para a estrutura em (59) devem aqui ser de novo considerados: dois elementos definidos não podem co-ocorrer numa expressão nominal. Precisamente, a distribuição do traço [+definido] mostra que são excluídas todas as

combinações em que haveria redundância, como *le ce*, *o este* ou *ce celui*:

(66) a. Francês



b. Português



3.3.2.2 [Poss+pro]

No caso dos possessivos, algumas das observações produzidas sobre os demonstrativos podem ser conservadas: os possessivos parecem variar, nestas línguas, entre o estatuto de especificador e o de núcleo. Esta proposta está de acordo com algumas teses —por exemplo, Giorgi & Longobardi (1991)— segundo as quais os possessivos podem variar de língua para língua, sendo numas núcleos determinantes e noutras especificadores funcionais, ou adjetivos. Em Francês, os possessivos como *le sien* podem ser considerados pronomes que legitimam nomes vazios. A minha hipótese é que também estes pronomes são gerados em [Spec,XP], e tal como os demonstrativos e quantificadores, legitimam por Concordância Especificador-Núcleo o nome vazio correspondente. Os dados do Francês indicam contudo que os possessivos devem ser gerados de modo complementar: como o pronome possessivo em Francês é um composto constituído de um artigo definido seguido de uma forma propriamente possessiva, conclui-se que cada elemento ocupa posições diferentes. Em Francês, na forma *le mien*, o artigo *le* estaria em D°, mas o possessivo *mien* seria gerado como especificador da projecção funcional do núcleo [+possessivo]. Quanto aos determinantes possessivos, como *son*, a impossibilidade de legitimar nomes nulos sugere que são gerados como núcleos.

Relativamente à construção [Poss+pro] em Português, baseando-me no facto de não existir nesta língua distinção morfológica entre as formas determinante e pronominal dos possessivos, sugiro que estes projectam igualmente uma estrutura complementar: em formas como *o meu*, o artigo definido *o* é gerado em D°, e a forma possessiva *meu* é gerada no especificador da projecção funcional correspondente. Assumo que essa projecção funcional é PossP, e está situada acima de QP e NumP, mas abaixo de DemP. Deste modo, o possessivo em Português pode ser visto exclusivamente como

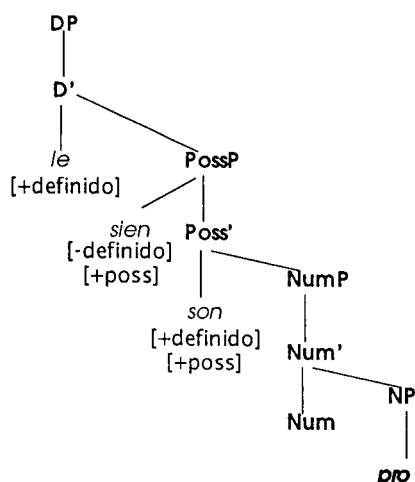
especificador. A assimetria em relação ao determinante possessivo em Francês —*mon*, *son*—, gerado como núcleo em Poss°, confirma que a posição sintáctica do possessivo como especificador de uma projecção funcional justifica as diferenças anteriormente detectadas. Em Português, os possessivos são sempre especificadores, e em Francês são núcleos ou especificadores. Esta diferença é ilustrada nos exemplos dados em (7), citados de novo em (67):

- (67) a.. * Jean aime ton style, mais Marie n'aime que [son [e]]
 b. O João gosta do teu estilo, mas a Maria só aprecia [o seu [e]]
 c. Jean aime ton style, mais Marie n'aime que [le sien [e]]

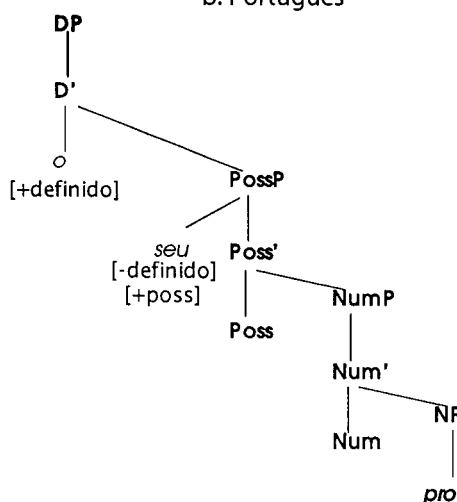
O significado partitivo que estes elementos podem eventualmente implicar, como sugere Sleeman (1996), deve ser considerado secundário relativamente ao seu estatuto de especificadores. A gramaticalidade de (67b), por exemplo, parece-me poder ser relacionada com a própria estrutura do constituinte DP elíptico. Os possessivos podem em Português legitimar a elipse do nome, na medida em que, como é ilustrado em (68b), são gerados na posição de especificador de um núcleo funcional e podem legitimar por Concordância Especificador-Núcleo um nome nulo. A mesma proposta pode ser feita para os possessivos que em Francês ocupam [Spec,PossP] em (68a), ou seja os chamados *pronomes possessivos*. Em ambas as línguas, o artigo definido está em D°, e não desempenha nenhum papel relevante na legitimação deste tipo de elipse do nome. Os determinantes possessivos franceses, por seu lado —*mon*, etc.—, estão em Poss°, e como tal, são núcleos e não legitimam formalmente os nomes vazios.

Dou a seguir uma representação das estruturas anteriormente sugeridas, deixando de fora as projecções funcionais não relevantes:

(68) a. Francês



b. Português



Assim como os demonstrativos, também a co-ocorrência entre possessivos e outros constituintes obedece a algumas restrições. Dadas as estruturas apresentadas em (68), existem restrições de natureza sintáctica e/ou semântica que impedem certas co-

ocorrências:

- (69) a. * *le son livre*
 b. * *seu / o seu livro*

Simplificando, as restrições podem resumir-se às duas seguintes: (i) não podem co-ocorrer dois constituintes com o traço [+possessivo]; (ii) não podem co-ocorrer dois constituintes com o traço [+definido]. Refira-se, por exemplo, que a expressão * *le son livre* é agramatical porque implica dois traços [+definido], e que, em Português, a expressão * *seu livro* é agramatical —embora seja gramatical no Português do Brasil— porque não manifesta o traço [+definido]. Este sistema de traços permite também concluir que em Português e em Francês o possessivo é a combinação de um artigo [+definido] e de um especificador [+possessivo], mas o Francês dispõe ainda da forma determinante *son* em Poss^o que verifica estes dois traços em simultâneo.³⁸

O modelo proposto em (68) permite explicar um largo leque de dados. Levanta-se no entanto a questão da inexistência em Português de um possessivo [+definido, +possessivo], como *son* em Francês. A observação dos modelos apresentados em (68) mostra que a diferença estrutural entre núcleo determinante e pronome especificador implica que um determinante como *son* é um núcleo [+definido], enquanto um especificador como *sien* é [-definido], não havendo em qualquer caso especificadores [+definido, +possessivo]. Observe-se no entanto que o modelo proposto não dá conta de co-ocorrências ilustradas no exemplo (70), pois em formas como estas, os dois constituintes *un* e *sien* devem ser considerados ambos [-definidos]:

- (70) Il est venu avec un sien ami

Embora estes casos sejam relacionados com a língua literária e possam por isso ser considerados marginais, a história da língua francesa mostra que o possessivo passou por um estatuto de adjetivo atributivo pré-nominal, de que alguns modelos literários conservam o vestígio —cf Grevisse & Goosse (1988:173)³⁹, o que implica que *un sien ami* é na realidade uma expressão indefinida na qual *sien* é um adjetivo possessivo pré-nominal.⁴⁰

Em Português, os especificadores possessivos são [-definidos]. Na realidade, a definitude é dada pelo artigo, que é sempre obrigatório em Português; não há diferença estrutural nem semântica entre formas fortes e fracas, o que justifica que os especificadores possessivos nunca sejam [+definidos]: só o artigo definido é —obviamente— [+definido]. Exceptuam-se, nesta análise, certos casos muito particulares como em *meu pai está contente*, em que, dada a natureza lexical de certos núcleos —como

38 Parece ser também o caso do determinante possessivo no Português do Brasil.

39 Estes autores dão outro exemplo, atribuído a Marguerite Yourcenar:

(i) *On l'avait fiancé sur le tard à un sien cousin.*

40 A exigência de indefinitude é comprovada pela impossibilidade de usar nestes casos o artigo definido: * *le sien ami*

pai—, o artigo definido parece poder ser omitido.

Também é de referir que, em determinados casos, o possessivo pode em Português aparecer à direita do nome sem artigo definido, o que equivale a um adjectivo pós-nominal (cf Brito 1984):

- (71) a. Alguém tocou, ou é impressão minha?
b. Já não recebo uma carta tua há dois anos.

Observe-se ainda que o Português Europeu admite, em alternativa a *o meu*, uma forma simples *meu* num certo número de casos, nomeadamente nas construções predicativas (72a) e (72c), e em vocativos (72b) —além de certos núcleos lexicais já referidos, como *pai*—, podendo, num caso como no outro, talvez considerar-se que não chega a ser projectada a categoria DP:

- (72) a. Este livro é meu!
b. Sente-se, meu amigo.
c. É meu desejo nunca mais te ver

Além destas e de outras construções em Português Europeu⁴¹, a ausência pronunciada de artigo definido numa expressão possessiva caracteriza também o Português do Brasil. Na realidade, na variante brasileira, a ausência de artigo definido em construções claramente definidas é mais generalizada do que em Português, podendo talvez dizer-se que, nesses contextos, a categoria DP é projectada mas que o determinante definido não chega a realizar-se lexicalmente:⁴²

- (73) Meu avô materno foi minha primeira amizade

Observe-se que, crucialmente, o uso da forma possessiva sem artigo definido leva à impossibilidade de legitimar um nome vazio:

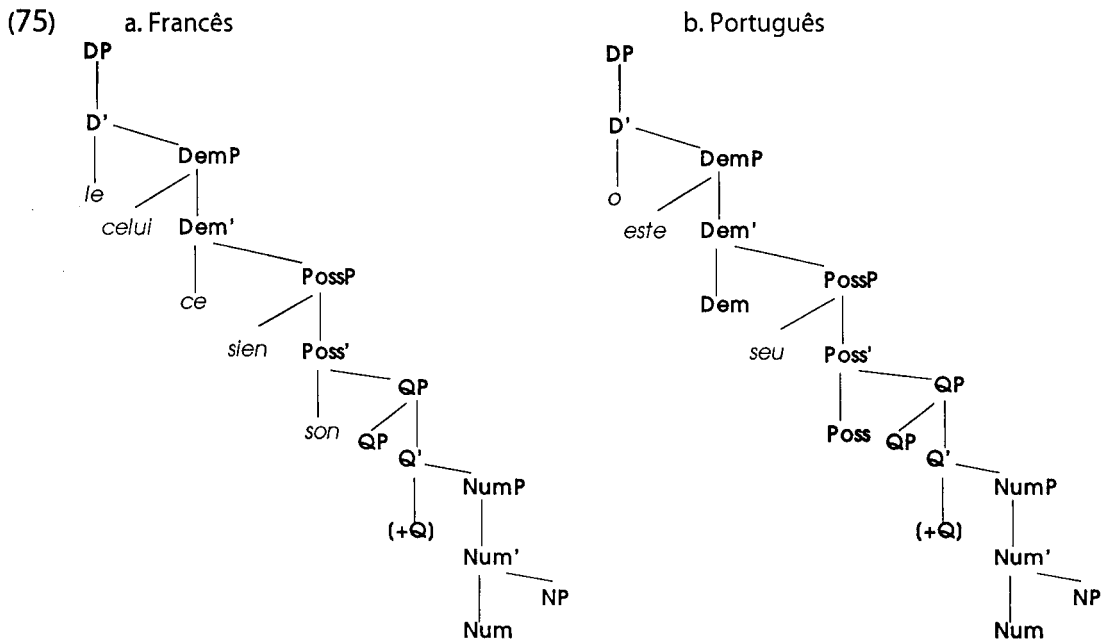
- (74) Queres o teu copo ou queres o *pro* da tua irmã? — *Quero meu *pro*

Considero que, nestes casos, uma restrição sintáctica impede o nome vazio de ser legitimado, na medida em que, presumivelmente por faltar o artigo, o elemento possessivo *meu* deve aqui ser considerado um núcleo [+definido], isto é, um determinante possessivo do mesmo tipo que o Francês *mon*. Isto equivale a dizer que, em (74), *meu* é um núcleo em Poss°, e que, como tal, não legitima formalmente o nome nulo numa relação de Concordância Especificador-Núcleo. Neste caso, estamos perante uma elipse nominal agramatical.

Em síntese, as observações anteriores sobre as construções [Dem+*pro*] e [Poss+*pro*] são ilustradas na seguinte representação simplificada de um DP nas duas línguas:

41 Cf Cunha & Cintra p.216-217

42 Exemplo de Cunha & Cintra (1984)



Este modelo implica mecanismos de restrição semântica, nomeadamente destinados a justificar a impossibilidade de misturar demonstrativos e possessivos. Note-se no entanto que o Português permite uma construção que combina ambos os especificadores numa ordem fixa (ver 76d):

- (76)
- | | |
|----|-----------------------------------|
| a. | * celui son / * celui sien livre |
| b. | * ce son / * ce sien livre |
| c. | * este o seu / * o este seu livro |
| d. | Este seu livro |

Relativamente ao Francês, penso que existe, como foi já sugerido, uma restrição sobre a redundância do traço [+definido], que permite rejeitar (76a.b). Quanto ao Português, penso que o mesmo tipo de restrição poderá ser invocada: nesta língua, o artigo [+definido] exclui a ocorrência de elementos com o mesmo traço. Além disso, o exemplo (76d) sugere que, em Português, o possessivo *meu* pode provavelmente ser usado com adjectivo atributivo pré-nominal, em eco ao Francês *un sien ami*.

A questão da legitimação formal dos nomes vazios nas construções [Poss+*pro*] e [Dem+*pro*] pode agora ser reavaliada. Em primeiro lugar, as diferenças estruturais apontadas nas representações em (75) explicam os casos referidos anteriormente. A ideia central é que, em todos os casos em que um nome vazio é legitimado nas construções [Dem+*pro*] e [Poss+*pro*], estamos perante um elemento em posição de especificador de uma projecção funcional de NP, pelo que a hipótese central da dissertação pode ser alargada a estas construções: em Português e em Francês, os nomes nulos são legitimados por Concordância Especificador-Núcleo, por elementos possessivos ou demonstrativos. O nome vazio é legitimado por um especificador, sendo o seu conteúdo semântico recuperado junto de um elemento fornecido contextualmente. Esta sugestão

permite generalizar a ideia de que um núcleo funcional não pode legitimar um nome vazio, e confirma que os nomes vazios só são possíveis quando o seu elemento legitimador é um especificador lexicalmente preenchido.

Como mostram os dados apresentados de (70) a (74), o morfema possessivo em [Spec,PossP] pode corresponder a um adjetivo, que, como vimos na estrutura apresentada em (37), p.84, também é projectado em [Spec,XP]. Do mesmo modo, os exemplos em (61), p.98, indicam que o demonstrativo pode ser considerado em certas construções um adjetivo em DP.⁴³ Neste aspecto, os casos de elipse do nome com demonstrativo ou possessivo assemelham-se aos casos de elipse com adjetivos atributivos analisados adiante neste trabalho —ver parágrafo 3.3.3., p.114. Como para adjetivos atributivos e quantificadores, as construções aqui analisadas ilustram a tese de que especificadores, mas não núcleos, legitimam nomes vazios. Vejamos agora a questão da identificação do nome elíptico nestas construções.

3.3.2.3 Legitimação e identificação de *pro* em [Dem+*pro*] e [Poss+*pro*]

Os constituintes em causa nestas construções são todos flexionados. Os demonstrativos e possessivos podem verificar por Concordância Especificador-Núcleo os traços associados ao núcleo Num°, o que explica que sejam, nas Línguas Românicas, flexionados. Uma vez que a estrutura interna do DP impõe também mecanismos de Concordância Núcleo-Núcleo entre Num° e os núcleos funcionais D°, Dem° e Poss°, a morfologia do possessivo e do demonstrativo em Português e em Francês é sempre verificada.

Estes mecanismos de concordância podem servir de base para avaliar a identificação do nome vazio legitimado nas construções [Dem+*pro*] e [Poss+*pro*]. Vimos que, para Sleeman (1996), a identificação dos nomes nulos está ligada a um elemento com interpretação específica. A ocorrência de especificidade é considerada por esta autora como um mecanismo geral de identificação dos nomes vazios —ver parágrafo 2.5.2.2., p.66. A especificidade pode ser desencadeada entre outros por um elemento partitivo —é o caso na construção [Q+*pro*], como vimos—, por um determinante definido, ou por um DP sujeito. Como se viu no capítulo anterior, Sleeman assume que *pro* é legitimado pelo traço [+partitivo], que possessivos e demonstrativos podem considerados elementos partitivos, e que a identificação de *pro* consiste em associar o traço [+partitivo] a uma interpretação específica.

⁴³ Em Francês arcaico, o possessivo tinha uma sintaxe idêntica aos adjetivos atributivos, sendo associado a um artigo definido e a um nome lexical.

Para Kester (1996), a legitimação e a identificação dos nomes vazios pode ser atribuída à flexão adjectival. Nas línguas analisadas por esta autora, os dados indicam que determinadas flexões são realizadas para fins de legitimação e identificação de *pro* —caso de [-n] em Neerlandês— e outras para identificar o conteúdo dos nomes vazios —caso de [-s] nas construções genitivas partitivas em Neerlandês —cf. quadro (50) p.50.

Assumo que, em [Dem+*pro*] e em [Poss+*pro*], a legitimação de *pro* é baseada numa relação de Concordância Especificador-Núcleo entre o especificador e *pro*, e deve ser distinguida da sua interpretação: se um elemento especificador legitima *pro* como um pronome vazio, um antecedente contextual, presumivelmente com determinados requisitos, deve fornecer-lhe conteúdo semântico. Penso que existe, nestas construções, uma relação entre flexão e identificação semântica de nomes nulos. Proponho, a seguir, que, nas línguas em análise, a interpretação específica no antecedente é um dos mecanismos de identificação dos nomes vazios, mas que outras estratégias existem. Mais precisamente, vou sugerir que, em Português e em Francês, a identificação de *pro* em [Dem+*pro*] e [Poss+*pro*] não está associada ao traço [+específico], mas a certos traços morfológicos.

Nas frases seguintes, os possessivos e demonstrativos que legitimam *pro* implicam um referente contextual; note-se que, embora *pro* seja sempre formalmente legitimado, a frase é ambígua quando o referente não é específico:

- (77) a. Que livros pretende levar? —Levo estes *pro* / ?? o outro *pro*
 b. Jean a une voiture neuve, mais la mienne / *? la bleue *pro* a déjà dix ans

Do mesmo modo que os pronomes explícitos, os pronomes vazios também referem um nome no contexto, isto é, são constituintes referenciais. Na linha do modelo traçado por Lobeck (1995), haverá contudo que distinguir entre os pronomes plenamente referenciais, como *pro* sujeito nulo, e os pronomes elípticos, cuja identidade é determinada pelo referente do seu antecedente — cf. parágrafo 2.3.1., p.29. Sendo um pronome vazio, *pro* deve ter um referente contextual, mas é de presumir que tal só é possível se o DP que contem *pro* tiver um significado específico, no sentido de que é ligado a um nome cuja existência foi anteriormente referida, ou é implícita pelo contexto situacional. O DP elíptico não pode em caso algum ter uma interpretação puramente existencial. Assumo que a interpretação específica, entendida como uma informação familiar no contexto, permite que o nome vazio seja associado a um nome semanticamente e sintacticamente equivalente no DP fornecido previamente pelo discurso ou pelo contexto. Faço no entanto a proposta que o constituinte que identifica a elipse do nome deve obedecer a uma regra de equivalência flexional. Essa equivalência, ilustrada a seguir, é verificada em (78a.b), mas não em (78c.d). Observe-se que, neste último caso, *pro* não é identificado presumivelmente porque a flexão de género do especificador *esta* não concorda com a do antecedente: *esta* é [-masc] , mas *livros* é [+masc]. A mesma

conclusão, contudo, não pode ser aplicada à flexão de número (78b):

- (78) a. O João comprou os dois livros, mas a Maria já tinha lido este *pro*
 b. Não gosto deste livro. Vou levar aqueles *pro*
 c. *Gosto muito de livros antigos. Vou levar esta *pro*
 d. *O João comprou os dois livros, mas a Maria já tinha lido esta *pro*
 e. *Não gosto destes livros. Vou levar a minha *pro*

A possibilidade de o nome ser suprimido em [Dem+*pro*] está pois aparentemente relacionada com imperativos de concordância em [+género]. Estas considerações podem ser relacionadas com algumas das propostas sobre a elipse do nome apresentadas no capítulo 2 por Kester (1996). Esta autora admite que, em determinadas línguas, a presença de flexão adjectival deve ser associada à elipse do nome. Como vimos, a flexão desempenha nas Línguas Germânicas um importante papel de legitimação e identificação de nomes vazios. No caso do Holandês, Kester sugere que o género gramatical do determinante permite identificar o nome vazio associado às chamadas *construções humanas* e às *construções abstractas*, estando por exemplo o género [+neutro] associado aos nomes vazios abstractos —observação que se pode alargar a Línguas Românicas com género neutro, como o Espanhol. Para Lobeck (1995), algumas flexões *fortes*, isto é, morfologicamente realizadas, como [±género] ou [±plural], podem ser associadas à legitimação de nomes vazios, nomeadamente em Alemão e Francês. Considero, por meu lado, que o papel legitimador das flexões referidas deve ser minimizado, mas que o seu papel identificador pode, pelo contrário, ser valorizado. Assim, as flexões adjectivais não me parecem ter qualquer incidência no mecanismo sintáctico de legitimação da elipse do nome nas Línguas Românicas, mas, em contrapartida, pode considerar-se que intervêm na identificação contextual dos nomes nulos, pelo menos nas construções [Dem+*pro*] e [Poss+*pro*], nomeadamente por meio da flexão de [±género]. Não é clara contudo a razão pela qual a flexão adjectival dos demonstrativos e possessivos identifica nomes vazios. Nas Línguas Românicas, a presença de flexão é constante no DP, pelo que não deveria servir de base para mecanismos particulares.⁴⁴

Estas reflexões levam-me a sugerir que é possível conciliar as teses de Kester e de Sleeman, ou seja, proponho que a flexão de [±género] identifica *pro* elíptico porque um elemento flexionado deve ser considerado como específico. Assumo que flexão e especificidade estão estreitamente ligados. Para discutir esta ideia, baseio-me em Williams (1997). Este autor nota uma relação estreita entre a flexão e traços semânticos como a especificidade. Williams refere Obenauer (1994) para quem a concordância implica a especificidade e a não-concordância a não-especificidade. No caso da concordância com extracção do objecto directo em Francês, analisada por este autor, constata-se que, em

⁴⁴ Isto pode também servir de ponto de partida para explicar a relativa escassez de elipse do nome em Inglês: nesta língua, a flexão de [±género] é rara nos nomes e inexistente nos adjectivos e quantificadores. Em Inglês, não haveria elipse do nome por falta de flexão identificadora.

alguns casos —raros—, a concordância é facultativa. No entanto, esta opção é significativa: Williams nota que a concordância implica especificidade, e a falta de concordância implica não especificidade:

- (79) a. Combien de fautes a-t-elle faites ? (específico)
 b. Combien de fautes a-t-elle fait ? (não específico)

Crucialmente, Williams observa que os clíticos são intrinsecamente definidos, e por consequência específicos, pelo que são também obrigatoriamente flexionados. Williams conclui que a concordância obrigatória do objecto e do clítico em (80) funciona como uma marca de especificidade:⁴⁵

- (80) Ces erreurs, je les ai fait *(es) par accident

Podemos considerar que, em Português e em Francês, o sistema de flexões manifestado pelos constituintes demonstrativos e possessivos está também relacionado com uma interpretação específica.⁴⁶ Como vimos, estas duas classes de constituintes flexionam por mecanismos de Concordância formais. Existe no entanto uma assimetria entre a flexão de $[\pm\text{número}]$ e a de $[\pm\text{género}]$. Por que razão desempenha o traço $[\pm\text{género}]$ em Português e em Francês um papel semântico na elipse do nome, mas não o traço $[\pm\text{número}]$ —cf. (78b)? Esta questão pode ser parcialmente resolvida se se considerar que o traço $[\pm\text{género}]$ é fornecido pelo próprio léxico, e não pela projecção de uma categoria funcional específica, como é o caso de $[\pm\text{número}]$. Embora existam tentativas de projectar o traço $[\pm\text{género}]$ como núcleo de uma categoria funcional —é o caso, por exemplo, de Picallo (1991) e Bernstein (1993) que associam uma projecção funcional GenP, ou WordMarkerP, ao traço $[\pm\text{género}]$ —, considera-se habitualmente o género como informação puramente lexical.⁴⁷ Crucialmente, para Kester, o traço $[\pm\text{número}]$ é um dos vários traços codificados em Sintaxe a nível dos núcleos funcionais que dominam N, mas a informação de género é lexical e não tem o estatuto de núcleo sintáctico. Concluimos que, sendo de natureza lexical, o género seria um meio de identificar o antecedente contextual lexicalmente realizado do nome vazio.

Penso pois que, na estratégia da interpretação dos nomes vazios, existem mecanismos de identificação alternativos ao traço $[+\text{específico}]$, sendo um deles a verificação da concordância em género entre o legitimador, o nome vazio e o antecedente. A interpretação específica nem sempre está presente no antecedente de uma elipse do nome, ao contrário da concordância em género, que aparece como uma condição de

⁴⁵ Segundo Williams, a relação entre a flexão e a especificidade é acidental: noutras línguas haverá outros meios de marcar a especificidade. Penso que a mesma ideia pode ser invocada para os especificadores aqui invocados: os demonstrativos e os possessivos são específicos porque são flexionados, mas os quantificadores, por exemplo, são específicos porque são $[+\text{partitivos}]$.

⁴⁶ Esta ideia pode obviamente ser alargada a todos os constituintes flexionados no DP, em especial ao adjectivos, mas não aos quantificadores (ver nota anterior).

⁴⁷ O Programa Minimalista considera por seu lado que tanto as informações de género como as de número são fornecidas pelo léxico, e devem ambas ser verificadas em Sintaxe. Cf Chomsky (1993)

identificação estável nas construções [Dem+*pro*] e [Poss+*pro*]. Nenhum dos DP antecedentes do DP elíptico em (81) pode ser considerado [+específico], contudo a elipse do nome em (81) é gramatical. Mas em todos os casos de elipse em (81), existe concordância entre o género manifestado pelo nome antecedente —por exemplo, *livro*, que é [+masc]— e a flexão de género realizada pelo especificador que legitima formalmente o nome nulo —*estes* é também [+masc]. A flexão de género torna o nome nulo interpretável, enquanto o especificador *estes* o legitima formalmente:

- (81) a. Procuro um livro realmente interessante. Estes *pro* não me interessam
 b. Já algum dia viste um ovni? —Nunca vi nenhum / * nenhuma *pro*

Penso que estes casos podem ser confrontados a outros, em que um especificador não legitima a elipse do nome, como os quantificadores *cada*, *chaque* e *quelques*:

- (82) a. * Os alunos sentaram-se, mas cada *pro* estava calado
 b. * Les étudiants sont entrés, mais chaque / quelques sont restés debout

Este tipo de exemplo pode ser interpretado com base na especificidade do traço [$\pm$ género]: estas frases não admitem elipse do nome porque não existe meio de identificar o antecedente contextual, na medida em que o elemento legitimador não é [+partitivo] —é o caso dos quantificadores *cada*, *chaque* e *quelques*— e também não manifesta qualquer flexão de [$\pm$ género].⁴⁸

Em conclusão, proponho que a elipse do nome nas construções [Dem+*pro*] e [Poss+*pro*] é formalmente legitimada por um especificador. Quanto à identificação de *pro*, fiz uma proposta segundo a qual o género do especificador identifica o seu antecedente. No caso dos possessivos, assumo que, em Francês e em Português, o elemento *pro* é identificado pelo traço [$\pm$ género] do artigo definido gerado em D°, e, no caso dos demonstrativos, assumo que, em Português, *pro* é identificado pelo traço [$\pm$ género] do especificador de DemP. Estas observações podem ser resumidas afirmando que a interpretação específica relacionada com a identificação da elipse do nome deve ser considerada como associada ao traço [$\pm$ género]. Resta contudo explicar como em Francês o demonstrativo identifica o seu antecedente.

Vejamos os exemplos seguintes:

- (83) a. As-tu déjà vu un perroquet chanter en français? —Le mien / * mon *pro* parle le français
 b. As-tu acheté le journal? —Celui *pro* de ce matin

No caso da construção [Poss+*pro*], um elemento como *mon* em (83a) deve ser considerado como flexionado, razão pela qual identifica *pro*. A elipse do nome não é boa, contudo, por razões de legitimação: *mon* é um núcleo funcional, e como tal, não pode

⁴⁸ Esta explicação não é válida obviamente para todos os quantificadores, nem para os numerais superiores a dois: se muitos manifesta flexão de [$\pm$ género], não é o caso de *plusieurs*, nem de *beaucoup* ou *cinco*. Para os quantificadores, a especificidade deve ser ligada preferencialmente a uma interpretação partitiva. Cf. Nota 45, p.108

legitimar nomes vazios. Quanto a *le mien*, *le* manifesta flexão de género e *mien* legitima *pro*, pelo que a elipse do nome é boa. Mas como o exemplo (83b) sugere, a identificação contextual de *pro* nas construções [Dem+*pro*] pode em Francês não estar associada ao traço [$\pm$ género], mas ser desencadeada, entre outros, pela presença de elementos específicos, como um PP. Neste caso, a concordância, manifestada em *celui* na flexão de género, não desempenha um papel identificador —é um mero caso de concordância interna—, sendo essa função reservada para o PP *de ce matin*.

Em Português, contudo, a identificação de *pro* é rigorosamente paralela às condições de legitimação apontadas anteriormente para o possessivo: é presumível que a interpretação específica coincida com o traço [$\pm$ género], e esteja disponível no DP independentemente do demonstrativo projectado, ou seja, as formas fortes em especificador são sempre constituintes flexionados e específicos. As frases seguintes ilustram este princípio: o especificador legitima o nome vazio, e o traço [$\pm$ género] identifica-o especificamente; a interpretação é sempre específica, mesmo sem um PP, que em (84b) é redundante. Em Francês, contudo, a presença de um legitimador não específico deve ser compensada pela projecção de um complemento específico —ver (85):

- (84) a. Que pessoas reconheces na fotografia? —Esta *pro* e esta *pro*
 b. Que livro quer levar? —Aquele *pro* (do Eco)
- (85) a. Quelles personnes reconnais-tu sur cette photo? —Celle *pro* *(qui est debout)
 b. Vous prenez quel livre? — *Ce *pro* / celui *pro* *(de Eco)

Outro tipo de construção pode pois ser associado a mecanismos de identificação de nomes vazios, nomeadamente os genitivos.

3.3.2.4 A construção [Def+*pro*+genitivo]

Vejamos os exemplos seguintes de construções genitivas:⁴⁹

- (86) a. L'intelligence de Pierre / son intelligence
 b. La maison de Paul / sa maison
 c. A inteligência do Paulo / a sua inteligência
 d. O livro de linguística / *o seu livro

Godard (1992) nota que os genitivos podem ser substituídos pela estrutura [*de*+pronome] —ver (88b)—, e não podem co-ocorrer com possessivos —(88c):⁵⁰

- (87) a. Le portrait de Corot
 b. Un portrait de lui
- (88) a. L'ami de Paul
 b. *L'ami de lui
 c. *Son ami de Paul

Em Português, o PP obedece às mesmas restrições mas, crucialmente, em (89b) um

⁴⁹ Os exemplos (a) e (b) são de Godard (1992)
⁵⁰ Exemplos de Godard (1992)

genitivo pode co-ocorrer com um pronome⁵¹ —de facto é uma construção considerada equivalente ao possessivo, o que explica que as duas construções não podem co-ocorrer (89c):

- (89) a. O amigo do Paulo
 b. O amigo dele
 c. *O seu amigo dele / *do Paulo

As observações de Godard permitem relacionar estes casos com os casos analisados no parágrafo anterior sobre a legitimação de nomes vazios por meio de possessivos, isto é, a construção [Poss+*pro*]. O Português e o Francês são marcados relativamente à ocorrência desta construção, que designo por [Def+*pro*+genitivo], do mesmo modo que o são relativamente a [Poss+*pro*]: em ambas as línguas, só o Português permite sistematicamente a legitimação de *pro*. Vejamos os seguintes exemplos:

- (90) a. Ta maison est en pierre, mais la maison de Paul est en bois
 b. *Ta maison est en pierre, mais la *pro* de Paul est en bois
 c. Ta maison est en pierre, mais celle *pro* de Paul est en bois
 d. *Ta maison est en pierre, mais sa *pro* est en bois
 e. Ta maison est en pierre, mais la sienne *pro* est en bois
- (91) a. A tua casa é de pedra, mas a casa do Paulo é de madeira
 b. A tua casa é de pedra, mas a *pro* do Paulo é de madeira
 c. A tua casa é de pedra, mas a sua *pro* é de madeira

Em Francês os adjectivos possessivos, que estão em Poss°, não legitimam nomes vazios: é preciso um especificador, como em *la sienne* em (90e), em condições de legitimar o seu complemento vazio. Em Português, como vimos também, todos os possessivos são considerados em [Spec,PossP], pelo que qualquer possessivo legitima um nome vazio. (90) e (91) mostram que existe uma relação entre a capacidade do possessivo e a do PP genitivo em legitimar o nome vazio. Em Francês, os PPs genitivos não legitimam a elipse do nome (90b), mas em Português, os PPs genitivos legitimam nomes vazios (91b).

Em Português e em Francês, assumo que os genitivos subcategorizados —Agente, Possuidor, etc— só podem legitimar nomes vazios se estiverem condições estruturais de o fazer, isto é, se forem especificadores. Os genitivos podem ser especificadores quando correspondem a um adjectivo temático em [Spec,NP] (cf. Cinque 1993), ou quando são possessivizados em [Spec,PossP]. Em ambos os casos, a identificação do nome vazio pode ser atribuída ao traço [$\pm$ género] realizado em D°. Na frase seguinte, o adjectivo *Soviética*, presumivelmente especificador de NP, que corresponde ao papel temático de Agente, legitima o nome vazio por Concordância Especificador-Núcleo:

- (92) A invasão Alemã da Polónia em 1939, foi seguida pela Soviética *pro* em 1945.

51 Compare-se com (88b)

As diferenças listadas em (90) e (91) indicam que, em Português, um PP genitivo sobrevive com um nome vazio, mas não em Francês, e que, em contrapartida, a forma possessiva forte sobrevive em ambos os casos. Por outro lado, a construção em (91b) corresponde em Francês à construção (90c), isto é, o artigo definido em Português equivale a um especificador demonstrativo em Francês.

Foi também ilustrado inicialmente —ver parágrafo 3.1.4— que o Francês não admite nenhuma das construções genitivas em que o complemento subcategorizado seja um PP ou o seu equivalente possessivo, embora admita construções elípticas com um adjectivo temático:

- (93) a. *L'invasion allemande et la *pro* de l'Union Soviétique
 b. L'invasion allemande et la soviétique *pro*
 c. A invasão Alemã e a *pro* da União Soviética

A minha proposta para estes factos é a seguinte: em primeiro lugar, considero que o PP genitivo é um complemento subcategorizado de N, e que *pro* corresponde aqui ao núcleo N°. Como o nome vazio deve ser legitimado, o constituinte à esquerda de *pro* corresponde em princípio a um especificador. O exemplo (93c) leva-me no entanto a sugerir que a legitimação de nomes vazios associados a genitivos está sujeita a alguma variação. Assim, assumo que, em Francês, como já foi referido, um nome vazio só pode ser legitimado por um elemento especificador. Por essa razão, o especificador demonstrativo é projectado em Sintaxe quando o nome é suprimido —cf (90c). A frase (93a) é agramatical porque o elemento que legitima *pro* é um artigo definido em D°. A frase (93b) é boa, porque *pro* é legitimado pelo adjectivo especificador *Soviétique*.

Em Português, contudo, devemos assumir que o núcleo D° pode legitimar um nome vazio, quando *associado a um genitivo*. Podemos presumir que estes complementos desencadeiam uma leitura específica, e que o núcleo D° recebe em consequência o traço [+específico] que lhe permite identificar e legitimar o nome vazio, neste caso por uma relação de Concordância Núcleo-Núcleo. Nestas construções, o artigo definido é interpretado como um elemento com valor discriminativo, que domina um nome vazio.

Outros PPs preposicionais não genitivos não legitimam nomes vazios, isto é, não transformam o núcleo D° num legitimador, presumivelmente porque não são complementos mas adjuntos, e, nesse caso, o artigo não corresponde a um elemento [+específico]. Como foi visto inicialmente em 3.1.3, os adjuntos de NP, do tipo *por SN* ou *sobre SN*, não autorizam a elipse do nome. Vejamos de novo estes exemplos, repetidos a seguir:

- (94) a. *O livro em cima da mesa e [o *pro* em cima da cadeira]
 b. *? A conferência sobre a camada do ozono e [a *pro* sobre os oceanos]

Estas frases são agramaticais porque o elemento que identifica o nome vazio é um adjunto sem estatuto de complemento, cuja capacidade de desencadear uma interpretação específica é fraca, e como tal, também não atribui à posição D° nenhum traço de

identificação de *pro*. Em Francês, contudo, esta construção é sempre possível na medida em que o elemento legitimador é um especificador:

- (95) Le livre sur la table et celui *pro* sur la chaise

Note-se que, se a combinação entre PP genitivo e pronome especificador é possível em Francês, não o é aquela entre genitivo e artigo definido: o Francês, exige uma forma forte tendo como complemento o genitivo. O pronome *en* pode, nesse caso, servir para extrair o genitivo:

- (96) a. J'ai suivi l'incendie des halles à la télévision
b. J'ai suivi celui *pro* des halles à la télévision
b. J'en ai suivi t_i l'incendie t_i à la télévision

Em conclusão, os casos de elipse do nome com demonstrativo, possessivo e genitivo autorizam duas generalizações, e obrigam a distinguir entre o Português e o Francês. Em primeiro lugar, em Francês, só os demonstrativos e os possessivos considerados especificadores podem legitimar nomes vazios: núcleos como *ces*, *ma* ou *le* nunca legitimam complementos nulos. Esta observação explica sistematicamente todos os dados apurados, e implica que o mecanismo legitimador aqui evidenciado está na linha do que já foi sugerido: só um elemento especificador pode legitimar nomes vazios. Em Português, a estratégia de legitimação dos nomes vazios é dividida entre a posição de especificador, e, em construções com PP genitivo, o núcleo D° ocupado por um artigo definido. Em segundo lugar, a estratégia de identificação dos nomes vazios pode, nestas construções, ser baseada em mecanismos flexionais ligados ao traço [$\pm$ género] realizado no legitimador ou no artigo definido, ou ao traço [+específico] associado a um genitivo. Esta última proposta enquadra-se na ideia geral segundo a qual a flexão tem um papel relevante na recuperação do conteúdo das categorias vazias.

3.3.3 A construção [D+AP+*pro*]

Como vimos anteriormente, é assumido que os adjectivos atributivos podem geralmente legitimar a elipse do nome, embora pareça haver variações nas combinações autorizadas de língua para língua. Assim, Sleeman (1996) refere que qualquer tipo de adjectivo aparece associado a um nome vazio em Espanhol, enquanto, em Francês, só os N-partitivos podem sobreviver sem nome lexical. Esta diferença afigura-se no entanto como enigmática, na medida em que postula para estas duas línguas próximas mecanismos diferentes.

Por outro lado, é assumido neste trabalho que os únicos constituintes que podem legitimar a elipse do nome são aqueles que são gerados numa posição de especificador em posição básica pré-nominal. Os adjectivos relacionais são, no sistema de Sleeman, os únicos que são projectados como núcleos. Sendo assim, se os dados relativos aos adjectivos relacionais provarem que são capazes de admitir nomes vazios, a proposta de os gerar numa posição X⁰ está em contradição com o que é aqui assumido: um núcleo não pode legitimar um nome vazio.⁵² Como vou mostrar, os adjectivos relacionais podem de facto também legitimar nomes vazios. As observações anteriores motivam a apresentação de um modelo pormenorizado de DP para o Português e o Francês, em que as características sintácticas dos adjectivos são reanalisadas. Faço em seguida uma aplicação destas propostas à construção [D+AP+*pro*] em Português e em Francês.

3.3.3.1 A elipse do nome e a sintaxe do AP

A estrutura interna do DP levanta muitas incógnitas, das quais a mais importante talvez seja a da relação que existe entre o nome e os adjectivos, ou, do ponto de vista da estrutura, entre o NP e as projecções funcionais APs. Essa relação envolve tanto problemas de ordem de palavras —com alguns APs pré-nominais e outros pós-nominais— como questões de sucessão e adjacência a N, no caso de co-ocorrência de vários adjectivos, problemas esses que ilustro a seguir com alguns casos:

- (97)
- | | |
|----|--|
| a. | O primeiro filme fantástico francês conhecido é o <i>Voyage dans la Lune</i> de Méliès |
| b. | *O primeiro filme francês fantástico conhecido |
| c. | *O primeiro filme francês conhecido fantástico |
| d. | Le premier film fantastique français connu |
| e. | *Le premier film connu fantastique français |

O que foi sugerido no parágrafo 3.2.2, p.81, sobre o estatuto sintáctico dos adjectivos e que está baseado nas propostas de Cinque (1993) e Sleeman (1996), indica que os adjectivos são especificadores de projecções funcionais adjectivais. O adjectivo é

⁵² Não é incluído nesta generalização o caso dos genitivos, visto no parágrafo anterior.

gerado em posição de especificador de AP. Como vamos ver, este estatuto de especificador é válido para todos os adjectivos intransitivos, podendo assumir-se que estão sempre em posição pré-nominal em Estrutura-D. Para os adjectivos predicativos e para os transitivos —isto é, os que têm complemento—, foi sugerido que são gerados como adjuntos à direita de NP, o que lhes permitiria legitimar livremente o seu complemento.

Assumo para as línguas portuguesa e francesa o mesmo tipo de proposta, isto é, em Português e Francês os adjectivos intransitivos devem também ser considerados especificadores de projecções funcionais do nome, sendo todos basicamente pré-nominais. Por outro lado, como é notado por Brito (1993), em Português e Francês deve adoptar-se a ideia de um movimento de N para Num°. Nessa hipótese, a existência nestas línguas de adjectivos pré-nominais e adjectivos pós-nominais intransitivos pode ser justificada por razões de movimento do constituinte N, e não ser atribuída a uma posição básica pós-nominal. Embora alguns autores levanten dificuldades ao anterior quadro teórico na sua aplicação ao Francês —por exemplo, Lamarche 1991⁵³—, a sua adopção em ambas as línguas aqui analisadas permite criar um quadro unitário para os casos anteriormente recensados de elipses do nome com adjectivo.

Como explicar a existência, nas Línguas Românicas, de adjectivos exclusivamente pré-nominais, de outros exclusivamente pós-nominais, e ainda de uma série de adjectivos que podem ocupar ambas as posições? Habitualmente, associa-se a posição do adjectivo relativamente ao nome a determinada interpretação semântica. A posição dos adjectivos é analisada em pormenor por Crisma (1995), em DPs formados por nomes eventivos. Para esta autora, os adjectivos envolvidos neste tipo de DP têm um duplo estatuto, pré-nominal e pós-nominal, que, embora corresponda geralmente a uma leitura apositiva ou restritiva, não implica contudo ambiguidade no seu significado lexical. É o caso de *escandaloso* nos casos seguintes:⁵⁴

- (98) a. A escandalosa proposta do João
b. A proposta escandalosa do João.

Crisma faz notar o paralelismo entre o comportamento destes adjectivos e o tratamento da sintaxe do advérbios em Jackendoff (1972). Para Jackendoff, os advérbios *altos* na estrutura recebem interpretação *speaker-oriented* ou *subject-oriented*, enquanto os advérbios mais *baixos* recebem interpretação de maneira (*manner interpretation*). Tentando explicar a distribuição destes adjectivos com base na proposta de Jackendoff, Crisma nota que, do mesmo modo que os advérbios relativamente ao verbo, a interpretação dos adjectivos pode ser atribuída à sua posição relativamente ao nome

⁵³ Os argumentos de Lamarche contra o movimento de N para Num° baseiam-se na afirmação que certos adjectivos em Francês não são pós-nominais em consequência de movimento de N. Para Lamarche, os adjectivos pós-nominais são basicamente engendrados à direita do nome, enquanto os pré-nominais são adjuntos do núcleo N.

⁵⁴ Os exemplos de Crisma (1995) são aqui adaptados ao Português. Idem para (99).

eventivo. Crisma observa crucialmente que, em Italiano, os adjectivos pós-nominais recebem uma interpretação de maneira, enquanto os adjectivos pré-nominais são ambíguos entre esta e a interpretação *subject-oriented* (cf. Cinque 1993). A assimetria em (99) é justificada pelo facto de o conteúdo lexical do adjectivo ser controlado pela sua posição na hierarquia. De facto, se o significado de *hostil* fosse (exclusivamente) uma propriedade intrínseca do próprio adjectivo, não haveria assimetria. Pelo contrário, a posição pré-nominal deste adjectivo leva a ambiguidade:

- (99) a. Aprovável reacção hostil do João
b. *A hostil provável reacção do João

As observações de Crisma sobre a relação entre posição e interpretação levam-na a propor uma generalização sobre a sintaxe dos adjectivos: os adjectivos *de maneira* são modificadores *baixos* a nível do NP —sendo por isso pós-nominais— e os adjectivos *subject-oriented* são modificadores *altos* a nível do sistema funcional —sendo por isso em princípio pré-nominais. Do mesmo modo, Crisma propõe para os nomes não eventivos o mesmo tipo de mecanismo de interpretação adjectival: neste caso, os adjectivos pós-nominais, que são restritivos, seriam modificadores a nível de NP, e os adjectivos pré-nominais, que são apositivos, seriam modificadores a nível de NomIP.⁵⁵ A flexão está pois na origem da divisão entre adjectivos pré-nominais e pós-nominais.

Para explicar a existência em Português e Francês de adjectivos pré-nominais e adjectivos pós-nominais, retomando também algumas das conclusões de Crisma (1995), opto por Brito (1993) e Bernstein (1993) segundo as quais a projecção funcional intermédia NumP, apta a receber o N no seu movimento, é que divide em dois grupos os APs intransitivos: alguns APs são de facto basicamente pre-NumP, posição que conservam em Estrutura-S, e outros são basicamente pós-NumP, o que equivale em Estrutura-S a uma posição pós-nominal. Esta divisão dos APs pode corresponder a um mecanismo de atribuição de significado lexical, como é sugerido por Crisma (1995), mas em todo o caso reflecte uma ordem de palavras rigorosa entre nomes e adjectivos, já que, não só devem ser distinguidos os adjectivos intransitivos e os transitivos, mas também os adjectivos intransitivos pre-NumP e os intransitivos pós-NumP. Esta diversidade de tipos é que justifica as várias combinações de adjectivos; na configuração aqui adoptada, a linearidade no interior do DP, ilustrada em (97), é tributária da própria ordem das projecções funcionais que os abrigam.⁵⁶

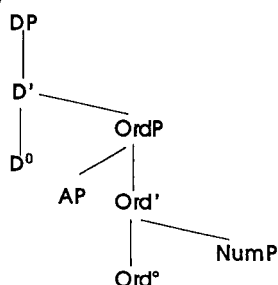
Proponho —no espírito de Sleeman (1996)— que os adjectivos atributivos sejam engendrados como especificadores de categorias funcionais cujo rótulo é designado de

⁵⁵ Por analogia com a projecção funcional IP, Crisma sugere a categoria NomIP, destinada a receber a morfologia dos nomes. Podemos considerar que NomIP é uma designação genérica para as projecções funcionais destinadas a receber os traços nominais, e abrange propostas como NumP.

⁵⁶ Autores como Bosque & Picallo (1996) assumem que a ordem de sucessão dos adjectivos nas Línguas Românicas se pode explicar em termos de movimento dos próprios adjectivos, tese de que discordamos, com base no quadro aqui apresentado.

acordo com o seu especificador. Assim, para os adjetivos intransitivos engendrados antes de NumP distingo temporariamente duas projecções funcionais **OrdP** e **PreNumP**, e, para os adjetivos intransitivos engendrados à direita de NumP, duas outras projecções funcionais: **RelP** e **PostNumP**. Cada uma destas projecções alberga no seu especificador determinado tipo de adjectivo atributivo, como é o caso a seguir de OrdP —ver a representação destas projecções funcionais em (106):

(100)



De acordo com o rótulo atribuído, adjetivos como *único*, *diversos*, são gerados em [Spec, OrdP]. Nisto distingo-me de Brito (1993:51), para quem os adjetivos que têm um *sentido quantitativo* e que são quantificadores discretos, ocupam a posição [Spec, NumP] — sobre estes adjetivos, ver o parágrafo 3.3.1.2, p 87. Por seu lado, os adjetivos como *pequeno* ou *grande* e as formas superlativas são gerados em [Spec, PreNumP], e os adjetivos pós-nominais, como os adjetivos de cor, estão em [Spec, PostNumP]. O modelo traçado para estes adjetivos na bibliografia é assim alargado ao Português —ver ilustração em (106). Não é o caso contudo para os adjetivos relacionais, como *vegetal* ou *terrestre*, que Sleeman engendra no núcleo da sua projecção funcional, análise que me proponho rejeitar nas línguas que analiso.

De acordo com Bosque & Picallo (1996), sugiro que os adjetivos intransitivos pós-nominais são sempre especificadores, incluindo os relacionais e os de qualidade — que, como veremos, correspondem aos adjetivos *predicativos* de Sleeman. Bosque & Picallo analisam os adjetivos pós-nominais em Espanhol genericamente designados como **relacionais**, e observam que estes adjetivos são característicos: não denotam propriedades mas sim entidades, e estabelecem uma relação argumental com o nome que modificam. Os adjetivos relacionais dividem-se em **temáticos** —quando saturam um papel temático na grelha temática de um nome—, e em **classificadores** — estes não saturam um papel temático, mas introduzem um domínio de referência em relação ao qual o objecto denotado pelo nome é classificado. Quanto aos outros adjetivos pós-nominais, são rotulados de *qualificativos*, ou **adjectivos de qualidade**, e equivalem aos adjetivos atributivos em geral, isto é, denotam propriedades ou *qualidades*. Ilustram-se a seguir estes tipos básicos, em que o adjectivo temático em (101a) corresponde ao Tema,

o adjetivo classificador em (101b) delimita a denotação do nome, e o adjetivo *divertido* qualifica a propriedade de um nome.⁵⁷

- (101) a. A pesca baleeira
b. O parque jurássico
c. Um filme divertido

Ao contrário dos de qualidade, os autores admitem que os adjektivos relacionais são também caracterizados pelo facto de serem exclusivamente pós-nominais,⁵⁸ e de não poderem ser modificados por uma expressão de grau —porque denotam entidades e não propriedades—, enquanto os adjektivos de qualidade —que denotam propriedades— podem ser objecto de gradação:

- (102) a. *Um parque muito jurássico
b. Um parque muito bonito

Interessantemente, os autores rejeitam a ideia segundo a qual os adjektivos relacionais, ao contrário dos atributivos em geral, seriam núcleos da sua própria projecção. Segundo esta última possibilidade, os adjektivos classificadores em expressões como *incursão aérea* formariam um composto, talvez por adjunção de núcleos. No entanto, Bosque & Picallo fazem notar que os verdadeiros compostos tipicamente não flexionam —mas os adjektivos relacionais classificadores flexionam—, e sublinham crucialmente que, em Espanhol, os adjektivos classificadores —como também os adjektivos relacionais temáticos e os de qualidade— autorizam um nome vazio, ao contrário dos verdadeiros compostos.⁵⁹ Vejamos os exemplos seguintes:⁶⁰

- (103) a. Las incursiones aéreas e las [e] terrestres
b. * Los hombres-rana y los [e]-anuncio

Este paralelo evidencia que os adjektivos relacionais têm o mesmo estatuto sintáctico que os atributivos. Os autores propõem que os adjektivos relacionais são na realidade especificadores.

Embora o modelo no qual o seu artigo se desenvolve seja baseado essencialmente em mecanismos propostos por Kayne (1994), parece-me que os factos apontados pelos autores podem ser alargados à análise do adjetivo em Português e em Francês. É possível desde já contestar, com base em Bosque & Picallo, a análise de Sleeman dos adjektivos relacionais. Lembremos que, na sua análise do DP em Francês, esta autora considera que, na sua subida para NumP, o nome se incorpora ao adjetivo relacional, que está no núcleo da projecção que domina o NP, sendo a seguir o composto formado

57 Exemplos de Bosque & Picallo (1996). Os autores limitam o seu estudo aos DPs indefinidos em que os adjektivos de qualidade são pós-nominais, mas notam que estes adjektivos podem nos DPs definidos ser pré-nominais:

(i) la divertida comedia musical americana

58 A língua clássica parece admitir a posição pré-nominal para os relacionais: "A ocidental praia lusitana". Observe-se que *Os Lusíadas* contém inúmeros exemplos de adjektivos relacionais pré-nominais.

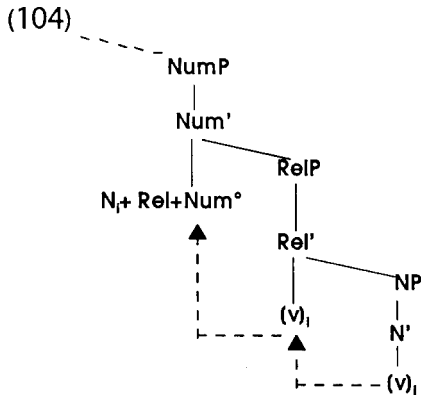
59 Além disso, os adjektivos classificadores admitem pronominalização com *ne* em Catalão, e, acrescento também, em Francês:

(i) (D'incursions) n'he vist d'aèries i de terrestres

(ii) Des festivals, j'en ai vu des aériens et des terrestres

60 Exemplos de Bosque & Picallo (1996)

pelo nome e o adjectivo movido para Num°. Esta análise é motivada pelo facto de o adjectivo relacional ser sempre adjacente ao nome, e o movimento directo de N para Num° comprometer essa adjacência. Na sequência desta análise, Sleeman observa que, talvez por precisarem de incorporar com um nome lexicalmente realizado, os adjectivos relacionais não legitimariam a elipse do nome, e não ocupam nenhum papel no seu modelo. A proposta de Sleeman é ilustrada a seguir:



Observe-se que a explicação dada para o Francês contrasta com os pressupostos e —sobretudo— as intuições de Bosque & Picallo para o Espanhol, como se pode ver em (103a). Se de facto os adjectivos relacionais são núcleos que incorporam com o nome, como podem admitir complementos vazios, como em (103a.)? Para não ter que admitir para estas línguas configurações diferentes, prefiro sugerir, no espírito de Bosque & Picallo, que os adjectivos relacionais são uniformemente especificadores da projecção funcional RelP, que está situada acima de NP, toma como complemento PostNumP e é complemento de NumP.⁶¹ Esta explicação é vantajosa na medida em que permite explicar sem mecanismos adicionais os factos apontados em (103a) e (105), e alargar a todos os adjectivos intransitivos sem excepção a capacidade de legitimar nomes vazios por Concordância Especificador-Núcleo. A própria Sleeman reconhece que os adjectivos relacionais por vezes também autorizam a elipse do nome, e cita um caso extraído de Grevisse (Sleeman 1996:28):

(105) Elle allait désert^{er} le règne végétal e sauter par-dessus le [e] minéral

Embora este caso seja considerado *marginal* pela autora, devemos observar que, no seu modelo, o adjectivo *minéral* não tem quaisquer condições estruturais para legitimar a elipse do nome *règne*, e o exemplo deveria ser completamente agramatical.

⁶¹ Esta hierarquia é motivada pela ordem final, em que os relacionais são adjacentes de N°+Num°: *uma guerra religiosa violenta*. Note-se que, De acordo com Bosque & Picallo, contudo, existem duas projecções funcionais destinadas a receber adjectivos relacionais, uma para os temáticos, outra para os classificadores. Esta conclusão é imposta por factos ligados à ordem rígida destes adjectivos dentro do DP, como é ilustrado a seguir:

(i) Una guerra religiosa fratricida

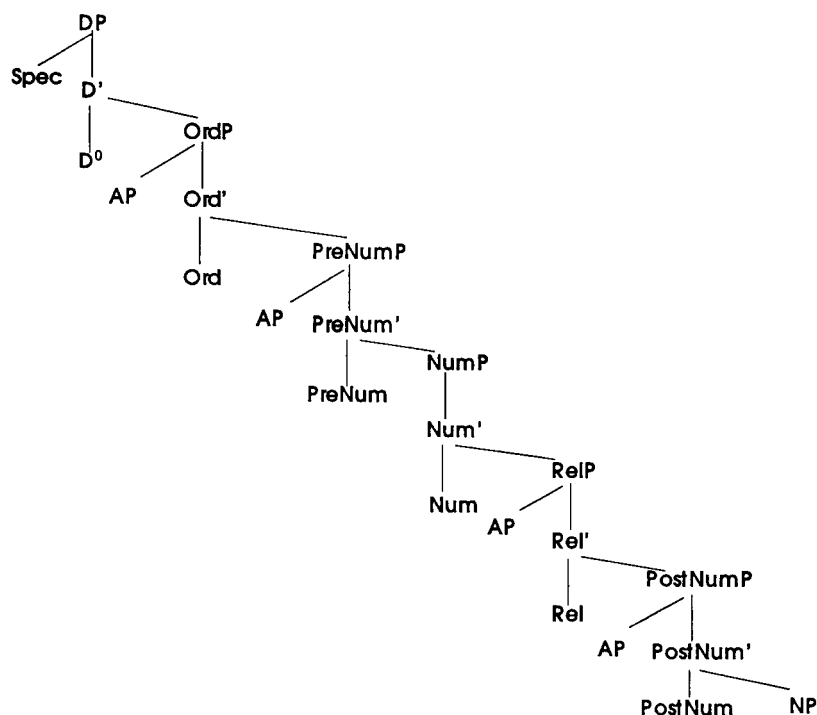
(ii) * Una guerra fratricida religiosa

Observando que os relacionais classificadores devem ser estritamente adjacentes ao núcleo N° e podem ser seguidos de um relacional temático, estes autores postulam que cada tipo projecta uma categoria distinta, na ordem correspondente. Os exemplos em (i) e (ii) parecem-me aceitáveis também em Português, o que implicaria que em Português existe uma projecção funcional adjacente a NP, destinada a receber os relacionais classificadores, e outra destinada a receber os relacionais temáticos, situada acima da anterior.

Todas as considerações anteriores relativas ao Português podem ser alargadas ao Francês, língua em que os adjetivos relacionais parecem poder analisar-se do mesmo modo. Em ambos os casos, os adjetivos relacionais são considerados elementos legitimadores da elipse nominal, e legitimam o nome vazio por Concordância Especificador-Núcleo, da posição a que estão associados. Note-se que, neste quadro, a legitimação dos nomes vazios é um mecanismo de natureza exclusivamente sintáctica.

As observações anteriores são representadas no indicador seguinte, em que só as categorias referidas na discussão são mencionadas —esta representação abrange o Português e o Francês:

(106)



A análise da construção [D+AP+*pro*] em Português e em Francês, apresentada a seguir, baseia-se no estatuto do adjetivos apresentado em (106).

3.3.3.2 A legitimação de *pro* em [D+AP+*pro*]

Um dos tipos de elipse do nome com adjetivo referidos na bibliografia é aquele que envolve um *adjectivo predicativo*. Esta construção, que refiro temporariamente por [D+*pro*+AP], implica que o adjectivo em questão é adjunto de NP *pro*. Cinque (1993) não se pronuncia sobre a posição dos adjectivos predicativos, mas sugere a hipótese da adjunção a NP. Foi proposto também por Sleeman que o adjectivo predicativo é um adjunto basicamente engendrado à direita de NP. Sendo assim, este adjectivo não interfere estruturalmente com o nome vazio, o que explica que qualquer tipo de adjectivo predicativo é possível com nomes vazios.

Esta proposta levanta, a meu ver, alguns problemas. Em primeiro lugar a possibilidade de estes adjectivos co-ocorrerem com adjectivos transitivos, também eles presumivelmente adjuntos de NP, mostra que não ocupam a mesma posição:

- (107) Na história da NASA, recordo as missões rotineiras incapazes de despertar interesse, e as [e] fascinantes apresentadas em todos os noticiários.

Em segundo lugar, é assumido por Kayne (1994) que a adjunção à direita é invalidada por princípios gerais da Sintaxe e deve ser um mecanismo a abandonar.

Ainda relativamente à construção [D+*pro*+AP], parece-me arbitrário o tipo de adjectivo implicado. Como distinguir o que impede *intelligent*, por exemplo, de legitimar de igual modo um nome vazio em Francês e em Espanhol ?⁶²

- (108) a. *Il se maria avec l'intelligente
b. Se casó com la inteligente

Sleeman assume que o adjectivo *intelligent* —que considera predicativo— não tem propriedades *classificadoras* suficientes para identificar o nome vazio em nenhum dos casos, mas que em Espanhol o artigo definido pode legitimar o nome vazio “do mesmo modo que elementos com significado partitivo”, o que não acontece em Francês. Esta análise justifica duas observações. Em primeiro lugar, a autora não explica por que razão o artigo definido francês não pode legitimar nomes vazios quando seguido de um adjectivo predicativo. Em segundo lugar, a diferença de gramaticalidade apontada em (108) não me parece existir: para mim, estes exemplos são ambos bons, ou então têm que ser ambos rejeitados.⁶³ Acrescento que também a versão portuguesa me parece viável, embora a existência de um contexto contrastivo melhore estes exemplos nas duas línguas:

- (109) Casou com a inteligente

Sendo assim, considero que não existe qualquer oposição entre o Francês e o Português relativamente à referida construção [D+*pro*+AP], ou seja, nas duas línguas o artigo definido teria a capacidade de legitimar nomes vazios quando auxiliado por um predicado. Seria possível sugerir uma *divisão de trabalho* entre o artigo definido, que legitima formalmente *pro*, e o adjectivo, que delimita o domínio de referência do DP juntamente com o antecedente. Vou, no entanto, a seguir tentar sugerir que a elipse do nome com a estrutura [D+*pro*+AP], em que AP é do tipo de *inteligente* ou *interessante*, não existe.

Vejamos o estatuto dos adjectivos predicativos. Para Casteleiro (1978), os adjectivos predicativos distinguem-se, em Português, dos outros adjectivos por meio de

⁶² Exemplos de Sleeman (1996)

⁶³ O mesmo comentário pode ser tecido para outros exemplos dados por Sleeman: “Je préfère l'intelligente *pro*” (p.11); “Malheureusement, je n'ai pas entendu l'intéressante *pro*” (p.14)

Apesar de admitir que estes exemplos podem originar alguma dúvida, não compreendo por que razão não seriam de igual modo duvidosos em Espanhol (e claro em Português). Aliás, a dúvida apontada parece-me ter a ver com a falta de um contexto específico, e não com a estrutura da construção. Num contexto rico, como veremos, a construção parece transparente.

uma série de testes: assim, enquanto os adjectivos atributivos são comutáveis com uma paráfrase nominal, não é o caso com os predicativos.⁶⁴

- (110) a. Ciências naturais / da natureza
b. Reacções naturais / * da natureza

Do mesmo modo, Casteleiro observa que os adjectivos predicativos admitem serem ligados ao sujeito pelos verbos *ser* e *estar*, enquanto os não predicativos —atributivos— rejeitam *estar*:

- (111) a. Estas paisagens são / estão calmas
b. Estas viaturas são / * estão municipais

Ainda sobre os adjectivos predicativos, Casteleiro nota que só estes entram em orações pequenas —que o autor qualifica de *propriedade posta em evidência* (p.118):

- (112) a. *Acho esse engenheiro civil
b. *Considero essas ciências naturais
c. Acho este comportamento condenável

Quanto aos adjectivos apostos, Casteleiro refere que são exclusivamente predicativos:

- (113) a. As crianças, alegres, partiram
b. *Os engenheiros, civis, partiram

Cinque (1993) nota que alguns adjectivos podem aparecer depois do nome e do seu complemento, como *adjectivos predicativos* internos ao DP —a não confundir com a posição do adjectivo nas frases predicativas, depois do verbo (cf. Casteleiro 1978). Esta posição é uma escolha marcada em Inglês, reservada por exemplo para adjectivos transitivos —*a man proud of his son*—, mas é comum nas Línguas Românicas, onde eleva efectivamente para dois o número de adjectivos consecutivos a N —ver (114a). Para Cinque, a prova de que esta posição é de natureza predicativa vem do facto de adjectivos como *principal*, que não podem aparecer em posição copular predicativa (114b), poderem estar à direita de N —como resultado da subida de N como em (114c)— mas não à direita de N e dos seus complementos (114d).⁶⁵

- (114) a. A conquista americana da Lua, fascinante
b. *Esta conquista é principal
c. A Lua é a conquista principal da NASA
d. *Esta conquista da NASA, principal

Os adjectivos que podem estar à direita do complemento de N quando estão marcados por um acento forte confundem-se com os adjectivos em construções predicativas com verbo. Cinque conclui que existe uma distinção entre adjectivos pós-nominais atributivos —que são pós-nominais depois de movimento de N, como *principal* em (114c) ou *interessante*— e adjectivos apositivos que são predicativos quando

⁶⁴ Os exemplos (110) a (113) são de Casteleiro (1978)

⁶⁵ Exemplos adaptados de Cinque (1993)

marcados foneticamente, isto é, acidentalmente predicativos.

Outra proposta sobre os adjectivos predicativos é a de Bernstein (1993). De acordo com Bernstein, que analisa em Inglês o caso dos adjectivos pós-nominais, pode sugerir-se que certos adjectivos pós-nominais devem ser analisados do mesmo modo que os adjectivos predicados inseridos numa oração pequena:

- (115) a. Esta missão à lua é fascinante
b. Acho esta viagem à lua rotineira

De acordo com Chomsky (1992), Bernstein admite que adjectivos do tipo de *rotineira* projectam um AP, sendo o DP *esta viagem à Lua* gerado em [Spec,AP], e toda esta estrutura complemento de D.⁶⁶ No caso dos adjectivos pós-nominais, Bernstein sugere que o D toma como complemento o AP, tornando-o num argumento, o que equivale a um processo de *nominalização* —ver capítulo 2, p.27.

Relativamente ao Português, podemos averiguar se os adjectivos predicativos pós-nominais identificados por Cinque permitem a elipse do nome. Lembremos que adjectivos como *rotineira* e *fascinante* —inequivocamente predicativos em (115)— podem aparecer numa construção prediativa, mas também permitem crucialmente a elipse do nome, em (116):⁶⁷

- (116) Na história da NASA, existem as missões rotineiras, como o envio de sondas, e as [e] fascinantes, como a conquista da Lua

A distinção entre adjectivos predicativos e atributivos parece-me em contradição com estes factos: *fascinantes* não pode ao mesmo tempo ser predicativo —isto é, situado à direita de N, presumivelmente como adjunto— e legitimar, como especificador, a elipse do nome. Note-se que a maioria dos testes anteriormente adiantados por Casteleiro —ver exemplos p.122— não se aplicam a adjectivos do tipo *interessante* ou *rotineiro*: por exemplo, *interessante* é comutável com uma paráfrase nominal, rejeita *estar*, e não pode ser aposto, o que indica que adjectivos como estes só serão predicativos se tiverem a capacidade de atribuir determinadas propriedades ao nome que modificam —ver adiante a discussão sobre Larson (1997) à volta dos exemplos em (119).

Gostaria pois de sugerir que, por coerência com o que foi assumido, os adjectivos rotulados de predicativos por Sleeman, como *inteligente* ou *intéressante* podem ser reanalisados. Começo por notar que o adjectivo predicativo *visível* não *sobrevive* em situações como a seguinte, em contraste com o adjectivo *interessante*:

- (117) a. Não há livros como os interessantes (=livros interessantes)
b. * Não há progressos como os visíveis (=progressos visíveis)

⁶⁶ Não é claro o modo como Bernstein resolve uma questão óbvia: a da co-ocorrência de dois D, um dentro do DP em [Spec,AP], outro na posição dominante. A autora limita-se a sugerir que o D interior é apagado na PF, talvez por haplologia.

⁶⁷ Ver também (107)

Como foi já sugerido, adjetivos como *interessante* serão talvez melhor encarados como equivalentes aos constituintes que Bosque & Picallo designam por *adjectivos de qualidade*, que, como se viu, denotam propriedades, podem ser considerados modificadores restritivos de N, e ser graduados por uma expressão adverbial. Estes testes podem ser aplicados aos adjetivos a que Sleeman chama predicativos. Note-se também que estes adjetivos se distinguem dos *verdadeiros predicativos* pela sua capacidade de aparecerem também em posição pré-nominal.⁶⁸ Tanto os adjetivos de qualidade como os adjetivos do tipo *interessante* parecem pois formar uma classe sintáctica coerente, provida de propriedades exclusivas. Em Francês e em Português —e também em Espanhol—, estes constituintes pertencem pois à mesma classe, e a sua posição sintáctica é abaixo de NumP e acima de NP, mas a projecção funcional que o abriga, que designo por **QualP**, é a mais baixa na hierarquia, e provavelmente é basicamente adjacente a NP. Proponho assim que existe na estrutura interna do DP dada atrás em (106) outra projecção funcional entre NumP e NP, que recebe no seu especificador todos os adjetivos de qualidade —incluindo os predicativos *à la* Sleeman. Estes pressupostos são suportados por um largo leque de dados em Português em Francês, nomeadamente o facto de os adjetivos de qualidade aparecerem depois dos de cor, e também depois dos relacionais:⁶⁹

- (118) a. Um romance histórico interessante
 b. *Um romance interessante histórico
 c. Une vache laitière blanche magnifique
 d. *Une vache laitière magnifique blanche

A proposta de Larson (1997) pode contribuir para uma melhor distinção entre adjetivos de qualidade —atributivos pós-nominais— e *verdadeiros* adjetivos predicativos. Este autor nota que em Inglês, ao contrário do que é geralmente assumido, alguns adjetivos ocorrem em posição pré-nominal ou pós-nominal, formando no entanto pares distinguidos por um contraste semântico, como é o caso de *visible* a seguir:⁷⁰

- (119) a. The visible stars include Capella, Betelgeuse and Sirius
 b. The stars visible include Capella, Betelgeuse and Sirius

Larson sugere que o contraste em questão tem a ver com as condições de verdade da proposição: numa noite muito nebulosa, a frase (119a) continua verdadeira, mas a frase (119b) é necessariamente falsa. Em outros termos, em posição pré-nominal, estes adjetivos podem referir uma propriedade estável ou permanente, mas quando são pós-nominais, referem exclusivamente uma propriedade temporária.⁷¹ Crucialmente, Larson

⁶⁸ Esta observação, também feita por Cinque (1993) e Brito (1993) não é exclusiva destes adjetivos: os adjetivos que mudam de significado em função da sua posição, também podem ser pré-nominais ou pós-nominais: *grande, pauvre, seul*, etc

⁶⁹ A possibilidade de este tipo de adjectivo —de qualidade— poder ocorrer em posição pré-nominal não pode ser explicada com base neste modelo. Deve-se talvez a motivações de ordem semântica, ou pode estar associada a verificação de traços, como [+específico], dentro do DP.

⁷⁰ Os exemplos (119) a (121) são de Larson (1997)

⁷¹ Mais precisamente, Larson admite que os adjetivos pré-nominais podem ter as duas leituras, mas os pós-nominais só implicam uma propriedade temporária.

relaciona este contraste com a distinção entre adjectivos atributivos e predicativos. Os exemplos seguintes servem de ilustração:

- (120) a. Capella is visible
 b. The stars which are visible include Capella
 c. Capella is a visible star

Larson observa que a construção predicativa (120a.b) coincide com uma propriedade temporária. No entanto, o adjectivo pré-nominal em (120c) implica obrigatoriamente uma leitura que atribui uma propriedade permanente ao nome modificado. A distinção em questão está pois relacionada com a posição relativamente ao nome: nos casos seguintes, adjectivos como *sick* estão de preferência em posição pós-nominal quando atribuem propriedade temporárias, enquanto adjectivos como *tall*, que atribuem propriedades permanentes, só podem ser pré-nominais:⁷²

- (121) a. The sick children / children sick include Mary and Bill
 b. The tall children / * children tall include Mary and Bill

A anterior discussão permite-nos definir o que é um adjectivo predicativo, não só em Inglês, como também nas línguas que não dispõem da escolha de posição manifestada pelo Inglês: nas Línguas Românicas, um adjectivo predicativo deve obrigatoriamente ser um adjectivo pós-nominal, e ter à sua disposição as duas leituras predicativas permanente/temporária sugeridas por Larson.⁷³ Vejamos os mesmos exemplos em Português:

- (122) a. As estrelas visíveis incluem Capela e Sirius
 b. Capela é/está visível
 c. * Capela é uma visível estrela
 d. Capela é uma estrela visível

Concluo do anterior que em Português —e também em Francês— os adjectivos predicativos satisfazem determinadas condições: (i) correspondem aos únicos adjectivos intransitivos que em Inglês podem ser pós-nominais;⁷⁴ (ii) em Português e em Francês, os adjectivos predicativos nunca podem ser pré-nominais; (iii) os adjectivos predicativos podem atribuir ao nome que modificam propriedades permanentes ou temporárias —esta distinção não se manifesta em Português e em Espanhol sintacticamente no adjectivo, mas vê-se por exemplo pela oposição *ser/estar*.⁷⁵ A morfologia desses adjectivos convida a admitir que têm uma grelha argumental: a sua flexão é geralmente a dos participípios, do

72 Sobre a sintaxe dos adjectivos pós-nominais em Inglês, cf Sadler & Douglas (1994). Estes autores notam um contraste em casos como os seguintes:

(i) We need to find a responsible person
 (ii) We need to find the person responsible

Os autores observam que "em posição pré-nominal, a interpretação é uma propriedade característica ou não temporária do nome, enquanto na posição pós-nominal a interpretação é uma qualidade ou uma propriedade temporária."

73 Obviamente, os adjectivos atributivos podem ser pré-nominais ou pós-nominais, embora não haja consenso sobre as razões dessa escolha. Para Casteleiro (1978), a posição pré-nominal deve ser associada a um valor *restritivo* e a posição pós-nominal deve ser associada a um valor *explicativo* ou *restritivo*. Cf. Casteleiro p.109

74 Sadler & Douglas (1994) fazem notar que "os adjectivos que não podem aparecer predicativamente não podem ser pós-nominais":

(i) Former policeman (ii) * Policeman former (iii) * The policeman is former

75 Lembremos também o teste sugerido por Casteleiro, exemplificado em (111), que aponta para a mesma conclusão.

tipo [-ido], [-ado], ou a dos adjectivos *deverbais*, do tipo [-ível], [ável], o que comprova a sua proximidade com o verbo. Estes adjectivos são do ponto de vista semântico predicados de um lugar e implicam uma leitura intersectiva e extensional. É o caso de *portátil*, *idoso*, *carnívoro*, etc. Lembremos agora os adjectivos que Sleeman considera predicativos, como *inteligente*, *interessante*, *fascinante*, etc., cuja origem verbal nem sempre se verifica. Estes adjectivos não satisfazem as condições anteriores: podem ser pré-nominais —ao contrário dos verdadeiros adjectivos predicativos (123c):

- (123) a. Uma interessante descoberta
b. Uma descoberta interessante
c. *Uma visível estrela

Também não podem atribuir propriedades temporárias, e não correspondem em Inglês a adjectivos pós-nominais:⁷⁶

- (124) a. Uma estrela visível esta noite
b. *Uma descoberta interessante esta noite

A morfologia destes adjectivos não apresenta as flexões características anteriormente apontadas, e, de acordo com (117), *interessante* não aparece nos mesmos contextos de extracção que *visível*. Além disso, estes adjectivos atribuem à referência do nome que modificam uma leitura intensional (cf. Larson 1997). Concluo que *inteligente* e *interessante* não são adjectivos predicativos, no sentido de Larson (1997). Em alternativa, admito que são atributivos, ou melhor, adjectivos de qualidade.⁷⁷ Outros exemplos serão *antigo*, *legítimo*, *principal*, *perfeito*, *absoluto*, etc, e os seus equivalentes franceses. Quanto aos adjectivos predicativos, de tipo *visível*, *humide*, *responsable* ou *tranquille*, a sua co-ocorrência com os adjectivos de qualidade ou adjectivos relacionais obriga-nos a projectá-los numa projecção funcional. Observe-se os exemplos seguintes:

- (125) a. Um as estrelas brilhantes próximas
b. Os curiosos povoados pré-históricos desertos
c. La forêt tropicale humide
d. Une course cycliste tranquille

As combinações observadas indicam presumivelmente que os predicativos constituem uma classe de adjectivos distinta, situada no conjunto de projecções basicamente à direita de NumP. Outra observação crucial sobre os adjectivos predicativos, é que podem estar associados à elipse do nome, embora alguns me pareçam marginais em Francês.⁷⁸

⁷⁶ Quanto aos adjectivos correspondentes em Inglês, penso que *interesting* só pode ser pré-nominal:

(iii) an interesting person (iv) *a person interesting

⁷⁷ Relativamente a *inteligente*, Larson (1995) classifica este adjectivo ao mesmo tempo como atributivo e predicativo. Se se admitir que *interessante* só pode ser atributivo, isso explicaria o contraste seguinte:

(i) Não há livros como os interessantes (ii) * Não há pessoas como as inteligentes

⁷⁸ Estes casos de marginalidade são para mim difusos, e podem ser considerados irrelevantes. Observo que esta ligeira marginalidade, a meu ver inexistente em Português, poderá estar relacionada com o carácter fraco das flexões adjectivais do Francês, nomeadamente do traço [+número] na língua falada. Noto que a presença de [+género] melhora a frase:

(i) La forêt tropicale humide et la sèche.

Faço também observar que, no caso em (126f), a expressão *les portables*, em que há elipse do nome *téléphone*, estamos perante um caso de lexicalização (ver adiante).

- (126)
- a. As estrelas próximas e as longínquas
 - b. As pessoas impressionáveis e as insensíveis
 - c. Os telefones fixos e os portáteis
 - d. ?Les forêts humides et les sèches
 - e. ?Les matchs agités et les tranquilles
 - f. Les téléphones fixes et les portables

Como tem vindo a ser afirmado nesta dissertação, a possibilidade de um nome ser suprimido deve ser associado à presença de um especificador localmente projectado no sistema funcional do nome. Os exemplos em (126) convidam a concluir que os adjektivos predikativos podem também ser considerados especificadores de uma projecção funcional, que passo a designar por **PredP**, isto é, que estão incluídos no grupo dos legitimadores potenciais de nomes vazios. Assumo pois, contra Sleeman, que estes adjektivos são basicamente pré-nominais, e não adjuntos de NP. Em contrapartida, sugiro também, com base em observações de Casteleiro (1978), que PredP não só recebe no seu especificador adjektivos *inerentemente predikativos*, como *visível*, mas também adjektivos de qualidade, *acidentalmente predikativos*, como *natural*. Na frases seguintes, *natural* pode ser predikativo —é compatível com uma oração pequena—, ou atributivo:⁷⁹

- (127)
- a. Uma reacção natural da Maria
 - b. Acho a reacção da Maria natural
 - c. Uma catástrofe natural
 - d. *Considero esta catástrofe natural

Esta aparente divisão da própria projecção funcional PredP poderá indicar que este tipo de adjektivos é projectado de acordo com a capacidade referencial que manifesta. O adjektivo de **qualidade** *natural* irá para [Spec,QualP], enquanto o **predicado** *natural* irá para [Spec,PredP]. Na verdade, estes adjektivos obrigam a considerar a própria estrutura interna do DP como altamente hierarquizada, dependente do conteúdo semântico dos adjektivos realizados. Admitindo que PredP é uma projecção funcional *baixa* na hierarquia, no sentido de Crisma (1995) —os adjektivos predikativos são pós-nominais—, não deixa de ser relevante o facto de um adjektivo acidentalmente predikativo, como *natural*, e um adjektivo *inerentemente predikativo*, como *compreensível*, poderem, em Português e em Francês, ser pré-nominais. Esta possibilidade, que ilustro a seguir, deixa antever que a predicação adjektival merece uma investigação aprofundada:

- (128)
- a. A natural reacção da Maria
 - b. Acho esta reacção da Maria perfeitamente natural
 - c. A compreensível reacção da Maria
 - d. A reacção da Maria é compreensível

Muitos adjektivos têm a propriedade de serem acidentalmente predikativos, como *natural*. É o caso de *lindo*, *inteligente*, *rápido*, *bom*, *velho*, *verdadeiro*, etc. Mas nem

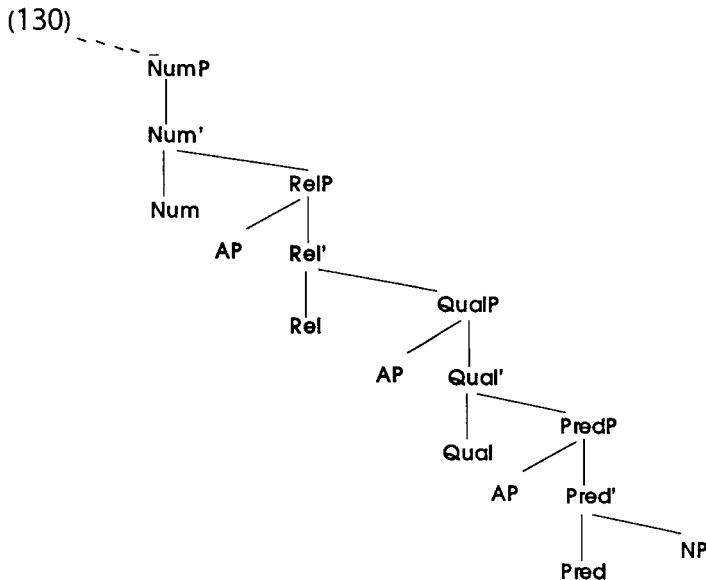
⁷⁹ *Natural* também é possível com valor apositivo à direita do complemento de N, com o efeito de pausa assinalado por Cinque (1993):

(i) A reacção da Maria, natural.

todos os adjektivos atributivos podem ser predikativos, mesmo akidentalmente: é o caso de *anterior*, *principal*, *mero*, etc:

- (129) a. Este caso é verdadeiro
b. *Este caso é principal

Em síntese, os vários tipos de adjektivos pós-nominais aqui diskutidos são os relacionais, em [Spec,RelP], os de qualidade, em [Spec,QualP] e os predikativos, em [Spec,PredP], estando os demais adjektivos pós-nominais presumivelmente em [Spec,PostNumP].⁸⁰ Estes últimos são os únicos que não correspondem a um tipo semântico definido, pelo que devem talvez ser considerados como incluindo os adjektivos pós-nominais em geral. Podemos pois encarar a possibilidade de afastar a projecção genérica PostNumP e distribuir os adjektivos pós-nominais pela três projecções funcionais restantes. A parte *inferior* de um DP seria pois a seguinte, de modo a incluir os três tipos de adjektivação nas Línguas Românicas:



Sendo assim, podemos manter a tese geral segundo a qual os adjektivos legitimam um nome vazio porque ocupam uma posição de especificador.

Passemos agora ao caso dos adjektivos transitivos. Baseando-se na bibliografia, tem-se aqui considerado que estes adjektivos são engendrados como adjuntos de NP. A posição de adjunto deste tipo de adjektivo justifica-se pela presença do seu argumento à sua direita, configuração em princípio não propícia à legitimação da elipse nominal. No entanto, como foi exemplificado no parágrafo 3.1, é possível produzir em Português frases em que um nome vazio é aparentemente associado a um adjektivo transitivo. O exemplo referido é retomado a seguir:

⁸⁰ O caso dos adjektivos transitivos não está ainda contemplado neste modelo.

(131) Na vida, há os homens habituados ao luxo e há os [e] conformados com a privação

Esta frase coordenada respeita algumas condições de simetria, mas repare-se que, se se considera o adjectivo à direita de *pro*, este não pode legitimar a elipse do nome. Por outro lado, se *pro* está à direita do adjectivo, este último não pode reger o seu próprio complemento:

- (132) a. *Os *pro* conformados com a privação
 b. *Os conformados *pro* com a privação

Como resolver este caso? Obviamente, se o adjectivo e toda a sua estrutura complementar fossem projectados em posição básica pré-nominal, o problema teria uma solução imediata. Pode um adjectivo transitivo ser basicamente pré-nominal? Esta possibilidade é afastada por Sleeman (1996), mas não o é por Kester (1996). A incompatibilidade entre a posição básica pré-nominal e os adjectivos transitivos não é, segundo Kester, universalmente correcta, já que esta autora nota que, em algumas Línguas Germânicas —Neerlandês, Sueco, etc. (ver capítulo 2)—, os adjectivos transitivos sobrevivem antes dos nomes, mesmo acompanhado do seu complemento. É o caso também em Alemão:⁸¹

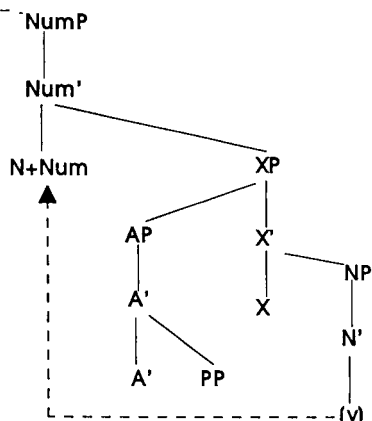
- (133) a. Die auf sich sehr stolze Frau
 a de si muito orgulhosa mulher
 a mulher muito orgulhosa de si-própria
 b. Die mit grünen Punkten verzierte Tür
 a com verdes pontos pintada porta
 a porta pintada com manchas verdes

Embora a estrutura interna dos APs seja discutível, a ideia de que o núcleo adjectival deve estar nas Línguas Germânicas numa posição final parece certa, como mostram estes exemplos: PPs e adjuntos devem preceder o núcleo adjectival quando há um nome lexical. Estes casos mostram que um adjectivo pré-nominal é uma projecção máxima em posição de especificador, e pode projectar os seus próprios complementos — se os tiver— sem originar agramaticalidade. Podemos, com base nestes exemplos, propor para os adjectivos transitivos nas Línguas Românicas um modelo sintáctico no qual a projecção dos seus complementos seja salvaguardada, mas que, ao mesmo tempo, permita a legitimação de nomes vazios. O adjectivo seria gerado em especificador de uma projecção funcional basicamente pré-nominal, como é o caso para a generalidade dos adjectivos, mas a própria posição de especificador seria ocupada, no caso dos transitivos, pela projecção completa do adjectivo e dos seus complementos. A posição final pós-nominal desses adjectivos justifica-se pela subida de N para Num. A ideia é ilustrada a

⁸¹ Comunicação pessoal de C. Weisgerber (naddy@mips.rhein-neckar.de).

seguir:⁸²

(134)



A minha proposta é portanto que, nestes casos, a elipse se assemelha às construções elípticas de tipo [D+AP+*pro*], ou seja, assumo que em (131), o nome vazio é formalmente legitimado pelo adjetivo numa relação de Concordância Especificador-Núcleo.

Devemos também notar o paralelismo flexional entre os adjetivos transitivos e os predicativos. Como se vê em (131), os adjetivos transitivos partilham com os predicativos determinados sufixos: [-*ado*], [-*ido*], [-*ível*], etc. Estes são sufixos deverbais, que os aproximam de constituintes com estrutura argumental. É por isso presumível que os adjetivos transitivos e os predicativos sejam indistintos, pelo que pode-se considerá-los com o mesmo estatuto sintáctico. O facto de estes adjetivos não poderem co-ocorrer constitui uma prova de que pertencem à mesma classe, e ocupam a mesma posição no DP, isto é [Spec,PredP]:

- (135) a. * A única galáxia visível no hemisfério Sul observada é Andrómeda
 b. * A única galáxia observada visível no hemisfério Sul é Andrómeda
 b. * O rapaz operado esta manhã amável chama-se Paulo

Para as construções elípticas envolvendo [D+AP+*pro*] em Português e em Francês, proponho pois que sejam uniformemente consideradas como possíveis com todos os tipos de adjetivos. Isto permite também sugerir que, contrariamente ao que foi assumido em construções como *a interessante*, é o adjetivo e não o artigo definido que legitima o nome vazio —o adjetivo está pois à esquerda de *pro*—, sendo o conteúdo de NP *pro* identificado de acordo com os mecanismos anteriormente sugeridos. Esses adjetivos devem ser inerentemente discriminativos —é o caso dos partitivos—, ou então contextualmente discriminativos, isto é, denotam uma propriedade ou uma entidade

⁸² Note-se que nos exemplos dados nas Línguas Germânicas, o complemento do adjetivo antecede o próprio adjetivo, ao contrário do que acontece nas Línguas Românicas. Embora não seja aqui possível desenvolver esta ideia, poderia propor-se que nas Línguas Germânicas o próprio complemento se move para verificar o seu caso, para uma posição de especificador, talvez de uma projecção funcional de tipo AgrAP, DegAP. Este movimento não teria lugar nas Línguas Românicas, em que o complemento fica na sua posição básica. Esta ideia por sua vez pressupõe que o próprio AP tem uma estrutura interna complexa, em que deveria haver lugar para projecções funcionais como grau e concordância.

discretas, hierarquizadas e verificáveis a nível cognitivo.

Se a hipótese apresentada —segundo a qual adjetivos de qualidade estão em [Spec,QualP] e predicativos ou transitivos em [Spec,PredP]— for viável, duas observações podem ser feitas. Em primeiro lugar, esta hipótese implica uma distinção clara entre a construção [D+AP+*pro*] e a construção [Def+*pro*+XP], e implica que não existe qualquer estrutura [D+*pro*+AP]. Considero que a expressão *a inteligente* não implica a mesma estrutura que *a da Maria*, em que, como se viu, o nome vazio é seguido de um PP genitivo desencadeador de identificação. Em segundo lugar, em Português e em Francês, todos os adjetivos são basicamente pré-nominais, e estão todos em [Spec,XP]. Esta observação tem por sua vez como consequência que qualquer especificador nas projecções alargadas no nome pode legitimar nomes vazios, sendo o mecanismo sintáctico relevante a Concordância Especificador-Núcleo.⁸³

3.3.3.3 A identificação de *pro* em [D+AP+*pro*]

Vejamos agora as condições de identificação de *pro* neste tipo de estrutura.

3.3.3.3.1 Elipse e simetria

Retomando as observações anteriores, em que se conclui que os adjetivos intransitivos são sistematicamente especificadores de projecções funcionais, podemos adiantar que a presença na construção [D+AP+*pro*] de um elemento com significado partitivo —como é sugerido na bibliografia— não é necessária. Em alternativa afigura-se que, nas construções [D+AP+*pro*], a característica comum a todos os adjetivos legitimadores de nomes vazios é aquela que caracteriza em geral os adjetivos de qualidade, atribuidores de propriedades: estes adjetivos partilham o facto de poderem referir entidades discretas ou propriedades discriminativas relevantes a nível cognitivo ou pragmático. Os adjetivos que podem ser seguidos de nomes vazios são presumivelmente ordenados segundo um critério epistemológico: a propriedade que denotam corresponde a entidades ou propriedades características do nosso conhecimento do mundo. Para as línguas naturais, as propriedades mais relevantes em termos culturais e cognitivos incluem a cor, o tamanho, a idade, a distância, o valor, etc. Os adjetivos que atribuem essas propriedades são por isso geralmente antinómicos. Os adjetivos atributivos com propriedades discriminativas que se combinam com a elipse do nome devem expressar

⁸³ A sintaxe dos adjetivos, nomeadamente nas Línguas Românicas, é um assunto vasto e em construção. Nesta dissertação, assume-se, de acordo fundamentalmente com Cinque (1993), que todos os adjetivos são basicamente pré-nominais. Para Larson (1997), no entanto, os adjetivos obedecem a princípios Minimalistas, isto é, Larson (1997) propõe que os adjetivos são geralmente basicamente pós-nominais, e que a ocorrência de adjetivos pré-nominais —como em Inglês— deve pois ser vista como o resultado de um movimento em sintaxe do próprio adjectivo dentro do sistema nominal, para a esquerda do nome. Alguma investigação poderá ser desenvolvida nessa área, assim como na área da estrutura interna do AP (ver nota anterior).

estas noções relevantes em termos cognitivos. Retomando o conceito de *quantificador discreto*, devido a Lopes, e estabelecendo um paralelo entre aqueles quantificadores e as propriedades destes adjectivos, proponho-me designá-los como **adjectivos discretos**. Por exemplo, o conjunto genérico de *livros*, no qual são incluídas todas as entidades que correspondem à intensão de *livro*, pode ser dividido em conjuntos ordenados de *livros interessantes e aborrecidos, caros e baratos*, etc. Sendo assim, não só os adjectivos estritamente partitivos, mas também adjectivos como *inteligente, interessante, vegetal, magnífico, americano*, podem ser considerados como legitimadores de nomes vazios, desde que o contexto da elipse seja suficientemente discriminativo, o que acontece particularmente em frases marcadamente simétricas.⁸⁴

- (136) a. As eleições legislativas e as [e] autárquicas este ano coincidem
 b. Os veículos solares e os [e] eléctricos anunciam os carros de amanhã
 c. Les maladies congénitales et les [e] virales sont en augmentation constante
 d. La religion chrétienne n'a jamais fait bon ménage avec la [e] musulmane

O mesmo efeito pode ser evidenciado com adjectivos que pertencem ao vocabulário técnico ou científico da taxionomia. Nos seguintes contextos, típico das definições de dicionário, verifica-se que a elipse do nome é sistemática com qualquer dos tipos de adjectivo referido, inclusive com os adjectivos formados com nomes próprios:

- (137) a. Ces bactéries qui vivent à 95°, on les appelle les [e] thermophiles
 b. L'ère géologique qui précède la nôtre est la [e] tertiaire
 c. As teses em conflito no sistema educativo norte-americano são a [e] criacionista e a [e] evolucionista
 d. A história da filosofia mostra que as ideias platónicas estão em contradição com as [e] aristotélicas
 e. De tous les styles préhistoriques, le [e] neanderthalien est celui qui est le moins illustré dans les peintures pariétales

Como estes exemplos sugerem, os adjectivos especializados, relativos a termos técnicos, históricos, metodológicos, etc., como *thermophile, criacionista* ou *neanderthalien* acabam por se confundir, quando são associados à elipse do nome que modificam, com o que tradicionalmente é designado de nominalização do adjectivo: uma expressão como *os deficientes* ou *os reformados* adquire a capacidade de referir directamente, porque o antecedente do nome vazio está associado a conteúdos relacionados com o nosso conhecimento do mundo, e pode ser logicamente identificado com determinado grupo, tipo, saber, corrente, autor, etc. A taxionomia técnico-científica é bastante propícia a este tipo de construção. Notável é o facto de todo o processo assentar num mecanismo de legitimação formal e identificação de um nome suprimido contextualmente.

Nenhum dos exemplos em (136) e (137) me parece ambíguo ou marginal. Num contexto menos favorável, sem coordenação ou simetria pronunciadas, em circunstâncias

⁸⁴ É evidente que podemos sempre confrontar *inteligente* com *estúpido*, do mesmo modo que o fazemos com *grande* e *pequeno*. Do mesmo modo, *vegetal* contrasta com *animal*, *Americano* com *Iraquiano*, etc

que não permitam o efeito de catalogação referido, o poder discriminativo do adjectivo discreto poderá ficar comprometido. É o que acontece em situações de relação anafórica entre um nome deslocado para o início da frase e o nome vazio em posição básica: como se vê a seguir, o mesmo adjectivo deixa de ser bom quando não é ligado a um contexto suficientemente simétrico, mas é gramatical quando o contexto é enriquecido, por exemplo em frases coordenadas:

- (138) a. *Destes carros, vou comprar o [e] eléctrico
 b. *Dos livros escritos pelo Saramago, só gosto dos [e] interessantes
 c. Destes novos veículos com energias alternativas, penso que o [e] eléctrico é o mais promissor
 d. Os livros aborrecidos, nunca os lemos na íntegra, mas os [e] interessantes, chegamos ao fim sem dar por isso.

Não deixa de ser notável o facto de a própria estrutura sintáctica da frase em que a elipse do nome está inserida obedecer a algumas características formais, como a coordenação frásica. No mecanismo da elipse aqui adoptado, considero que qualquer adjectivo, independentemente do seu valor semântico, pode legitimar um nome vazio, desde que o DP em que está inserido implique alguma forma de coordenação.⁸⁵ Com efeito, a possibilidade de haver elipse, neste tipo de exemplos, depende de uma coordenação de constituintes, que parece ser condição de recuperação da informação contextual. A recuperabilidade é uma condição para a identificação do conteúdo da categoria elíptica. A elipse é um mecanismo que mantém com o contexto local uma relação estreita: genericamente, só é possível em condições favoráveis, quando a informação é coerentemente estruturada, isto é, simétrica. A identificação da elipse equivale a delimitar um contexto no qual as informações contextuais são suficientes para poderem ser verificadas e para não se estar a produzir ambiguidade.⁸⁶ Essa verificação só é possível em configurações sintácticas em que existe coordenação entre a estrutura que contém a categoria elíptica e a que contém o antecedente que a identifica. A identificação da elipse por um antecedente específico implica por isso simetria estrutural entre duas expressões.

A relação entre a possibilidade de suprimir um nome e a coordenação pode ser evidenciada mais rigorosamente. De acordo com Bosque & Picallo, em exemplos como (103a), aqui citado de novo em (139a), haverá que distinguir entre coordenação de DPs e

⁸⁵ A noção de coordenação aplicada à teoria da elipse é desenvolvida no âmbito do *Blocking Principle* de Williams (1997). A ideia de coordenação desempenha um papel de relevo na teoria da elipse deste autor. Aquilo a que chama *elipse coordenada*, um dos tipos de elipse por ele referidos, pode ser considerada legitimada pela própria estrutura coordenada — 'licensed by the coordinate structure itself' —, sendo identificada pelo antecedente contextual. As estruturas coordenadas são as que têm, segundo Williams, núcleos duplos — 'are double headed'. Quando o segundo núcleo é N nulo, temos uma elipse coordenada com nomes, como a fórmula seguinte sugere — 0 (zero) é o núcleo da categoria elíptica:

(i) [X, 0]P → XP and 0P

(ii) [N, 0]P → NP and 0P

Para ilustrar esta regra, vejamos o exemplo seguinte:

(iii) [Eleições, 0]_{DP} → [eleições legislativas]_{DP} e [0_N autárquicas]_{DP}

(iv) [As eleições legislativas]_{DP} e [as 0_N autárquicas]_{DP} este ano coincidem

(v) As eleições legislativas e as [e] autárquicas este ano coincidem

Em (iv), o núcleo 0_N deve ser entendido como idêntico ao nome com o qual forma a projecção complexa, isto é *eleições*; segundo Williams, na dupla [X, 0], 0=X.

⁸⁶ Note-se que estes comentários vão no sentido da concepção *clássica* da elipse. Como vimos no capítulo primeiro, a gramática clássica associa a elipse a uma ausência tolerada por razões de redundância.

coordenação de adjectivos. Os dois termos da coordenação podem ou não ser antecidos de um determinante. No primeiro caso, há elipse do nome do segundo DP. Esta distinção é também ilustrada nos dois exemplos em Português. Note-se que, apesar de não haver elipse em (139c), uma restrição de tipo lexical existe: os dois adjectivos devem manifestar um paralelismo semântico, caso contrário não podem ser coordenados (139d).⁸⁷

- (139) a. Las incursiones aéreas e las [e] terrestres
 b. As manobras marítimas e as [e] aéreas
 c. As manobras marítimas e aéreas
 d. * As manobras marítimas e diárias

A coordenação, nestes casos, implica não só condições de identidade estrutural — devem ser dois adjectivos —, mas também condições de identidade lexical — devem ser lexicalmente simétricos.⁸⁸

- (140) a. As escolas primárias e as secundárias
 b. * As escolas primárias e as antigas
 c. As escolas primárias e secundárias
 d. * As escolas primárias e antigas

Casteleiro (1978) nota o mesmo tipo de contraste entre os adjectivos predicativos e os não predicativos: estes dois tipos não podem ser coordenados entre si, como mostra (141a). Faço notar que a referida coordenação também é impossível em caso de elipse do nome:

- (141) a. * Engenheiros competentes e electrotécnicos
 b. * Os engenheiros competentes e os [e] electrotécnicos

Crucialmente, (139b) e (139c) — e também (140a) e (140c) — não são de significado equivalente. A coordenação de DPs implica dois referentes distintos, enquanto a coordenação de adjectivos implica uma única referência com duas propriedades, o que origina algumas frases marginais:

- (142) a. As manobras marítimas e as [e] aéreas tiveram lugar em dois dias diferentes
 a. ?? As manobras marítimas e aéreas tiveram lugar em dois dias diferentes
 c. Na conferência sobre o ambiente, os países pobres e os [e] ricos sentaram-se frente a frente
 d. ?? Os países pobres e ricos sentaram-se frente a frente

Haverá que notar que os adjectivos que, nas Línguas Românicas, podem ocupar a posição pré-nominal ou pós-nominal, conforme sejam apositivos ou restritivos (Casteleiro 1978, Crisma 1995), legitimam a elipse do nome desde que inseridos numa construção simétrica, independentemente da sua posição relativamente ao nome. Faço notar no entanto que os *adjectivos discretos*, em princípio pós-nominais em Português e em Francês, podem também ocupar uma posição pré-nominal, mas que essa posição não retira crucialmente a estes adjectivos a capacidade de legitimarem nomes vazios, como os

⁸⁷ Cf. Também os exemplos (19), p. 75

⁸⁸ Quando são adjectivos antónimos, a sua coordenação é agramatical, mas não a de DPs: podemos concluir que a coordenação de adjectivos é semanticamente arbitrária, embora seja sintacticamente regular:

(i) os programas novos e os velhos

(ii) * os programas novos e velhos

exemplos seguintes mostram:

- (143) a. A etapa anterior e a seguinte são as mais difíceis
 b. A anterior etapa é mais difícil que a seguinte
 c. Comprei a casa antiga e também a nova
 d. A antiga casa do João era mais bonita que a nova

A generalidade dos casos citados anteriormente implicam, entre outras coisas, que a elipse do nome pode ocorrer quando o nome suprimido é coordenado a outro constituinte com a mesma categoria e o mesmo nível sintáctico. Nessa hipótese, a elipse de um núcleo N° só será tolerada se o seu antecedente for um núcleo N°, e um NP vazio, em que o núcleo e os seus complementos são nulos, não poderá ser legitimado se o antecedente categorial não tiver a mesma estrutura sintáctica. Contudo, o contexto seguinte mostra que, se o constituinte elíptico não corresponde a um constituinte simétrico no DP antecedente, a elipse do nome não deixa de ser boa, embora seja marginal em alguns casos:

- (144) a. O livro de Francês e o de Português
 b. O livro de Francês e o que comprei ontem
 c. ? O livro antigo e o de matemática
 d. ? O livro de Francês e o novo

Como estes exemplos indicam, a identidade categorial entre elipse e antecedente não parece uma restrição forte, o que implica que não é preciso uma absoluta simetria sintáctica entre o antecedente e o DP elíptico. Noto, no entanto, que a coordenação é uma condição esperada, ou seja, haverá motivação para que haja algum paralelismo, na medida em que sabemos, pelas teorias elaboradas anteriormente sobre a elipse —ver as propostas no capítulo 2—, que o antecedente deve fornecer ao nome vazio o seu significado. Acrescento simplesmente aqui que, para a elipse ser processada a nível interpretativo, o antecedente também deve-lhe fornecer o seu estatuto sintáctico: o nível categorial de *pro* é provavelmente determinado pelo do seu antecedente.

Outra característica dos *adjectivos discretos* é que autorizam, em determinada configuração, a elipse do nome e de alguns dos seus modificadores:

- (145) a. As [estrelas azuis] próximas e as [e] longínquas
 b. A [floresta equatorial] nigeriana e a [e] liberiana
 c. *As estrelas azuis próximas e as vermelhas

Nestas construções, podemos considerar que a elipse incide, não só sobre o núcleo N ou o NP, mas também sobre algumas projecções funcionais. Assim, em (145a), haveria elipse da categoria funcional QualP, portadora do adjectivo *azul*. No entanto, como mostra (145c), não é possível haver elipse se o adjectivo e o nome não forem adjacentes. Tudo indica pois que, nestes casos, o nome forma com determinado adjectivo um complexo predicativo que pode globalmente ser suprimido quando associado a um par de adjectivos discretos, mas que não pode ser separado. Nesse caso, *estrelas azuis* forma um constituinte referencial, que pode servir de antecedente à elipse do nome. O mesmo

efeito pode ser observado a seguir:

- (146) a. A floresta equatorial explorada e a [e] inexplorada
 b. *A floresta equatorial explorada e a [e] tropical

Além de sugerir a existência de regras de adjacência nas projecções funcionais com adjectivos, estes exemplos provam crucialmente que a elipse do nome não tem lugar depois do movimento de N para Num, mas antes, isto é, provam que a elipse do nome é basicamente engendrada.

Outra característica, que considero essencial, pode ser agora analisada. Por aquilo que acabo de sugerir, sobre a identidade entre o nível categorial do constituinte elíptico e o do seu antecedente, afigura-se outra restrição importante sobre os nomes vazios: não só o nível categorial da elipse e o do seu antecedente devem coincidir, como também o constituinte legitimador de *pro* deve ser semântica e sintacticamente equivalente a um constituinte projectado no DP antecedente. Considero que este requisito é um princípio determinante na identificação da elipse do nome, isto é, haverá elipse do nome se, ao constituinte legitimador da elipse —adjectivo, quantificador, etc—, portador de traços específicos ou de propriedades discriminativas a nível cognitivo, corresponder outro constituinte —no presente caso um *adjectivo discreto*— provido da mesma capacidade discriminativa e atribuidora de propriedades, situado em [Spec,XP] no DP antecedente. Os dois adjectivos em questão —o do DP elíptico e o do DP antecedente— devem evidenciar uma relação de significado exclusiva, que pode coincidir com condições de natureza lexical. Dito de outra forma, acho que deve haver paralelismo, ou simetria, não só entre o termo elíptico e o que lhe corresponde no contexto, mas também entre o termo que autoriza a elipse do nome e outro que acompanha o antecedente do nome vazio. Podemos ver que os exemplos dados anteriormente de (139) a (142) obedecem todos a estes imperativos. A marginalidade sugerida em alguns exemplos de (144) também parece ter a mesma explicação.

Os exemplos seguintes ilustram mais precisamente estas restrições: o adjectivo legitimador de *pro* realiza determinados requisitos, que devem ser também realizados no adjectivo de mesmo nível no DP antecedente. Se essa equivalência não se realizar, a elipse do nome não é boa, embora *pro* seja formalmente legitimado. Em (147a.b), vemos que esta restrição se aplica aos adjectivos em [Spec,OrdP], que se distinguem obviamente dos que estão em [Spec,PreNumP]; em (147c.d), o mesmo efeito pode ser obtido com outros adjectivos, como os de qualidade e os de cor; por fim, em (147e.f), os adjectivos relacionais e os predicativos produzem o mesmo resultado:⁸⁹

⁸⁹ Estes exemplos são um teste objectivo às propostas da existência de projecções funcionais como OrdP, RelP, etc.

- (147) a. O primeiro concorrente e o segundo são Portugueses
 b. *O primeiro concorrente e o bonito são Portugueses
 c. O livro verde e o vermelho têm sensivelmente o mesmo preço
 d. *O livro verde e o interessante têm sensivelmente o mesmo preço
 e. É na literatura clássica e na [e] romântica que os autores portugueses mais brilham
 f. *É na literatura clássica e na [e] legível que os autores portugueses mais brilham

Além de confirmar a relação entre elipse e redundância, estes exemplos mostram que os adjectivos implicados em (147b.d.f) são de facto sintacticamente distintos, e gerados em projecções funcionais diferentes: é fácil demonstrar que um adjectivo temático como *Americana*, em [Spec,NP] —ver Cinque (1993), Brito (1993)—, se distingue nitidamente de um relacional classificador, como *presidencial*, confirmando as intuições de Bosque & Picallo, já referidas:

- (148) a. * A posição Americana e a [e] presidencial apanharam a Europa de surpresa
 b. A posição Americana e a [e] Japonesa apanharam a Europa de surpresa

Voltemos agora aos exemplos do tipo “Casou com a inteligente”: estas frases podem ser consideradas razoavelmente marginais, ou pelo menos ambíguas, não pela razão apontada inicialmente —a qualidade semântica do adjectivo é que estaria em causa—, mas pelo facto de serem frases que não têm, em si mesmo, um contexto simétrico. O problema, nestas frases, é que não existe um antecedente capaz de fornecer, não só identificação semântica a *pro*, como talvez também identidade categorial. Já tive a ocasião de mostrar que, se o adjectivo *interessante* for associado a um adjectivo antónimo, simetricamente significativo, como *aborrecido*, então a elipse do nome é perfeitamente concebível. As qualidades contrastivas destes *adjectivos discretos* são determinantes para o efeito de simetria detectado, e equivalem a um princípio de ordenação ou de hierarquia. Revejam-se os exemplos (136) a (138), e também os casos seguintes:⁹⁰

- (149) a. No meio de tantos [e] medíocres, ainda há jornalistas valiosos
 b. *No meio de tantos [e] medíocres, ainda há jornalistas novos
 c. A actividade profissional da mulher é muitas vezes incompatível com a [e] doméstica
 d. *A actividade profissional da mulher é muitas vezes incompatível com a [e] estimulante

Em (149a.c), existe atribuição simétrica de propriedades, pelo que o nome vazio é facilmente associado ao seu antecedente. Pares de adjectivos como *profissional/doméstico* e *medíocre/valioso* sugerem que determinadas relações de natureza lexical podem ser indiciadas no processo de recuperação do significado de um nome vazio.

Por fim, proponho também distinguir entre elipses envolvidas em frases

⁹⁰ Podemos também evocar de novo os exemplos discutidos por Zribi-Hertz (1985), apresentados no capítulo 2, que aqui são de novo referidos, e que considero paralelos a (144). Como foi dito, o uso do adjectivo *antigo* pode ser considerado marginal porque implica informação não esperada —não redundante.

(i) O João comprou o livro verde e o [-] vermelho (ii) ? O João comprou o livro verde e o [-] antigo

coordenadas, e ocorrências de *pro* em frases não coordenadas, às quais na literatura se dá também o rótulo de elipse. Vejamos alguns exemplos já apresentados, aqui citados de novo:

- (150) a. * Livros escritos pelo Saramago, só gosto dos [e] interessantes
 b. Nunca lemos os livros aborrecidos na íntegra, mas chegamos ao fim dos [e] interessantes sem dar por isso.

O exemplo (150a) não apresenta nenhuma simetria; pelo contrário, esta frase é caracterizada por uma sintaxe marcadamente assimétrica, já que ilustra um mecanismo de deslocação de um constituinte para o início da frase —uma topicalização (cf. Duarte 1987). Ou seja, esta frase não apresenta, no meu entender, nenhuma elipse, mas sim uma relação anafórica entre o constituinte movido e uma categoria vazia que podemos considerar como o vestígio do movimento, daí a dificuldade em aceitar (150a) em comparação com (150b). As considerações anteriores levam à seguinte conclusão: em (150a), a estrutura da frase mostra que não existe qualquer antecedente, pelo que as condições de identificação de *pro* não podem ser satisfeitas. Pelo contrário, em (150b), o mesmo adjectivo legitima *pro*, e o contexto identifica o seu conteúdo. Na verdade, penso que se deve reservar o termo de *elipse* para frases caracterizadas por um paralelismo estrutural entre o constituinte vazio e o constituinte de referência, e rejeito a ideia de considerar elípticas frases como (150a).⁹¹

3.3.3.3.2 Elipse e léxico

Como os exemplos anteriores sugerem, os efeitos de contraste desencadeados por certos adjectivos legitimadores de nomes vazios —que designo genericamente por *adjectivos discretos*— podem ser relacionados com factores lexicais. De facto, condições lexicais podem ter um papel de relevo na elipse do nome associada a adjectivos. Além do fenómeno de simetria formal, a ideia de simetria pode ser alargada às observações produzidas sobre a semântica dos adjectivos legitimadores de nomes vazios.

Como vimos, esses adjectivos são caracterizados pelo seu poder discriminativo, pelo facto de implicarem a existência de um adjectivo simetricamente oposto, como *grande* que implica *pequeno*, ou *interessante* que implica *aborrecido*. Esses adjectivos permitem atribuir propriedades discretas a nível cognitivo. Assumo que estas propriedades discriminativas assentam numa relação de natureza lexical: a simetria semântica desses adjectivos é originada no facto de serem alguns adjectivos lexicalmente hipónimos e outros antónimos. Note-se que o valor cognitivo destes adjectivos constitui

⁹¹ Cf. também p.21 a noção de *elipse zeugmática*, desenvolvida por Zribi-Hertz (1984).

frequentemente um complexo lexical binário⁹² e que a presença de um dos elementos implica o outro —*bom* implica *mau*. Esse complexo binário⁹³ parece existir em estruturas sintáticas simétricas, nomeadamente nas construções elípticas.

Se a antonímia resulta de um efeito de contraste relativamente estável, a hiponímia pode ser comparada a uma relação entre sub-conjuntos —todos os termos hipónimos— e um conjunto de referência —neste caso o termo hiperónimo. É possível tomar adjectivos atribuidores de propriedades como termos hipónimos. Podemos dizer que uma expressão nominal como *atmosfera joviana* implica *atmosfera planetária*. Como o hipónimo tem uma extensão mais reduzida que o seu hiperónimo, o adjectivo *joviana* está em concorrência com outros adjectivos, como por exemplo *terrestre* ou *marciana*, estando todos abrangidos pelo hiperónimo *planetária*. Neste caso, *joviana* e *terrestre* podem ser considerados co-hipónimos, pelo que a sua utilização numa construção elíptica pode ser prevista:

- (151) A química da atmosfera joviana é totalmente diferente da [e] terrestre.

Interpreto portanto o efeito de *familiaridade*, referido, na literatura, para a identificação de nomes vazios, como uma manifestação de uma relação lexical —os dois adjectivos são hipónimos. Como vimos, o pronome elíptico *pro* é um constituinte de natureza incompleta, que, ao contrário dos pronomes referenciais, exige uma informação complementar, que está geralmente situada num antecedente linguístico de ordem contextual. A elipse é referencialmente incompleta —nisto distingue-se da anáfora, que é referencialmente completa— mas é lexicalmente exclusiva, isto é, as condições de identificação do conteúdo da elipse devem, além de verificar a presença de um antecedente, implicar uma relação lexicalmente relevante entre o legitimador do nome suprimido e o legitimador do antecedente.

Vejamos a frase seguinte:

- (152) O carro verde é do João, mas o [e] branco, não sei de quem é

Por que razão é processada a nível lógico a equivalência [e] = carro? A reconstrução do significado do nome suprimido pode ser (parcialmente) relacionada com as características lexicais do próprio especificador. Do ponto de vista lexical, existe entre as qualidades *verde* e *branco* uma relação de contiguidade: são dois adjectivos de cor, e “são aplicáveis a qualquer experiência na qual a cor pode ter lugar” (Lyons 1963:103). Tanto *verde* como *branco* podem ser considerados hipónimos da qualidade de ser *colorido*, isto é, são abrangidos pelo termo hiperónimo *cor*. O processo lógico de reconstrução (ou reconstituição) do nome nulo passa por uma fase de associação do elemento legitimador

⁹² Pode não ser binário, mas superior: é o caso com adjectivos ternários: *inferior*, *médio*, *superior*, ou *frio*, *morno*, *quente*, etc.
⁹³ Cf Lyons (1977), que fala em *contrastes binários* (p.231)

com elementos lexicalmente simétricos, reunidos no léxico por relações de hiponímia ou antonímia. Em (153a), a familiaridade de *ligeiro*, que autoriza a supressão de *carro*, explica-se naturalmente por uma relação lexical de hiponímia com *pesado*. Quando essa relação não existe, o segundo termo não é familiar e não existe possibilidade segura de identificar o nome contextualmente suprimido. É o caso em (153b), em que *ligeiro* e *bonito* não são hipónimos (nem antónimos):

- (153) a. Os carros ligeiros gastam menos que os [e] pesados
 b. * Os carros ligeiros gastam menos que os [e] bonitos

Quanto as adjectivos antónimos absolutos (Lyons 1963), como *solteiro/casado*, e aos adjectivos antónimos relativos, como *pequeno/grande*, constituem um complexo lexical, um par semântico no qual os seus membros evidenciam relações de exclusividade. O uso de um dos membros cria condições ao surgimento do outro. Em (154), é uma relação de antonímia que está na base da elipse do nome:

- (154) a. As mães solteiras têm em média mais bebés prematuros do que as [e] casadas
 b. O fogo chegou aos andares inferiores e ameaça os [e] superiores

Penso pois que uma parte significativa da identificação do nome vazio é um processo de interpretação lexical. Assim, deve existir, não só simetria formal, na medida em que, na maioria dos casos, a elipse está inserida em frases coordenadas, mas também simetria lexical: os dois termos legitimadores devem ser lexicalmente próximos, e evidenciarem relações de hiponímia ou antonímia.

Esta última observação deve ser completada com a seguinte: para a maioria das construções elípticas que acabo de referir, em que o adjectivo aparece em simetria lexical, o DP elíptico poderia ser considerado como composto de um determinante seguido de um nome pleno, isto é, o adjectivo em questão poderia ser considerado nominalizado. De facto, *os casados*, *os primeiros*, *um profissional*, *os criacionistas*, *os medíocres*, *os velhos*, *os clássicos*, *os verdes* ou *o pequeno* parecem ser expressões referenciais completas, e denotam indivíduos —ou conjuntos de indivíduos— do mesmo modo que um nome pleno. Repare-se que estes casos podem ser relacionados com os exemplos apontados por Kester (1996) para o Neerlandês, que esta autora reúne genericamente sob a designação de *construção humana* —ver capítulo 2, p.48. Para Kester, expressões como *os cegos* envolvem um caso de legitimação de um nome vazio por um adjectivo [+humano], e identificação por um determinante [-neutro]. Embora, à primeira vista, seja difícil escolher entre a proposta de Kester e a ideia de uma simples nominalização⁹⁴, devemos observar que os casos referidos para o Português têm aparentemente em comum o traço [+humano], como têm também na sua maioria em comum os traços [+plural] e

⁹⁴ Em Português, é duvidoso que em *os verdes*, tenhamos um adjectivo: repare-se que a expressão de grau não é compatível com *os verdes*, assim como com qualquer nome pleno:

(i) * os muito verdes manifestaram

[+género], o que indicia a sua natureza nominal. Penso pois que estes casos podem ser considerados DPs elípticos que, por razões de ordem semântica, adquiriram independência lexical, e correspondem a termos plenamente referenciais.⁹⁵ Estas expressões são particularmente relevantes a nível cognitivo para referir grupos ou tipos humanos, classes ou conjuntos de entidades animadas, que correspondem a um esforço de classificação normativa. Uma expressão como *os velhos* parece-me pois ser o resultado da lexicalização de um DP elíptico.

Este processo de lexicalização é bastante produtivo, tanto em Português como em Francês, línguas em que os nomes plenos podem facilmente ser deixados de fora se o locutor dispuser de meios de referência alternativos. O uso dessas formas elípticas é vulgar: *as [eleições] autárquicas, a [universidade] privada, os [jogadores] portistas*, etc. Em Francês, o mesmo tipo de redução elíptica afecta os DPs plenos: *la [élection] présidentielle, le [enseignement] privé, les [auteurs] classiques*, etc.⁹⁶ Estes últimos casos mais não fazem do que retomar observações típicas da gramática tradicional: o *estilo elíptico* corresponde a uma vontade de reduzir, por razões variadas, o discurso produzido.

Em suma, a simetria semântica / lexical que se estabelece entre o legitimador e o antecedente no contexto linguístico, assim como a simetria sintáctica das frases com elipse do nome, criam as condições para a recuperação da identidade categorial e lexical do nome suprimido.

95 Não é o caso, no entanto, para todos os adjectivos: *os interessantes* não corresponde, penso eu, a nenhuma nominalização. Provavelmente, só os DPs elípticos em que o nome vazio é identificado por um adjectivo que denota um tipo ou um grupo humano estável podem ser nominalizados como DPs plenos.

96 Um prolongamento desse tipo de lexicalização é a elipse do nome próprio, nomeadamente na imprensa. Veja-se no jornal Público o seguinte título:

(i) "A Marguerite — não, não se trata nem da Duras, nem da Yourcenar"

Podemos considerar que esta frase obedece a critérios de simetria, mas o que aqui motiva a construção elíptica deve ser seguramente a notoriedade dos indivíduos referidos, cuja identificação é recuperada por meios pragmáticos.

4. Conclusão

Levantou-se nesta dissertação a questão das condições em que pode haver supressão de um nome em Português e em Francês, e mostrou-se que a elipse tem uma exigência fundamental, que a aproxima dos pronomes e das anáforas: a identidade com um antecedente. A natureza dos mecanismos gramaticais relativos à elipse nominal, nomeadamente a sua definição como categoria vazia gerada em Sintaxe, implica a formulação de condições de legitimação formal inspiradas nas dos pronomes. Nesta perspectiva, a elipse pode ser vista como um pronome nulo basicamente engendrado. O módulo legitimador aqui desenvolvido indica que o nome elíptico é uma categoria vazia de tipo *pro*, e implica também que os legitimadores de *pro* nominal elíptico estão em posição de especificador. Todos os elementos que estão em especificador nas projecções alargadas do nome têm condições estruturais para legitimar nomes vazios, sendo o mecanismo sintáctico relevante a *Concordância Especificador-Núcleo*. Esta proposta é resumida no princípio seguinte:

- (1) Legitimação dos nomes vazios
 O nome vazio *pro* é formalmente legitimado por Concordância Especificador-Núcleo com um especificador funcional

Note-se que esta proposta parece estar no espírito do Programa Minimalista: ao contrário de Lobeck, Kester e Sleeman, que optam por uma análise clássica, derivada do ECP, segundo a qual *pro* deve ser estritamente regido, admito que a legitimação formal do constituinte elíptico assenta numa relação de Concordância Especificador-Núcleo, no sentido lato desta noção que lhe dá Chomsky (1993), entre outros.

Existem várias estratégias de identificação do nome vazio, isto é, diversas maneiras de reconstituir o seu referente. No caso dos quantificadores, é desencadeada uma leitura específica / partitiva a nível do DP elíptico, que permite recuperar o conteúdo do nome vazio junto do seu antecedente. No caso dos determinantes possessivos e demonstrativos, a reconstituição do significado do nome vazio, além do requisito de especificidade, pode estar associada à verificação da flexão de [$\pm$ género] junto do antecedente. Por fim, no caso dos adjectivos, estes têm que expressar uma propriedade discreta, relevante em termos cognitivos, que os torne suficientemente específicos para identificarem o nome vazio. Neste último caso, factores de ordem lexical contribuem para reforçar a capacidade discriminativa dos adjectivos. Os *adjectivos discretos* estão normalmente associados a um complexo lexical, baseado em relações de exclusividade semântica. Como a presença de um elemento desse complexo implica o outro, é provável que a identidade do nome vazio nas construções elípticas seja determinada em parte por relações semânticas / lexicais.

Adjectivos antónimos, como *pequeno* e *grande*, são *discretos*, mas adjectivos como *único* e *diversos* não são.

Foi assumido, ao longo deste trabalho, de acordo com as assunções básicas de Rizzi (1986), que uma categoria vazia —a elipse do nome é uma categoria vazia *pro*— deve ser devidamente legitimada e identificada. No entanto, a análise que aqui apresentei, nomeadamente a relação estreita entre elipse do nome e *adjectivos discretos*, convida a estabelecer uma distinção sensível entre legitimação e identificação, que, em suma, haveria dois tipos de elipse do nome. O primeiro tipo exigiria crucialmente, numa relação de simetria acentuada, a presença declarada de algum tipo de antecedente que lhe fornecesse, ao mesmo tempo, identidade sintáctica e reconstrução contextual. O segundo seria baseado na ausência de qualquer antecedente explícito, e corresponderia a um processo de lexicalização motivado pelos valores e o conhecimento do mundo comuns aos locutores de uma língua. Estes dois tipos estão obviamente próximos em termos de estrutura de constituintes —as condições de legitimação são as mesmas—, mas supõem bases semânticas distintas: o primeiro tipo de elipse assenta genericamente num processo de identificação que reconstitui o conteúdo do nome vazio por co-referência, enquanto o segundo implica que o nome vazio recupera a sua identificação no processo de lexicalização de uma dada construção, com base no conhecimento do mundo dos falantes. A interpretação do primeiro tipo de vazio nominal depende de mecanismos sintácticos no quadro dos *parâmetros* da língua do locutor, mas o segundo tipo é um fenómeno *pragmático*, a remeter para o domínio do uso da língua.

A sintaxe dos especificadores nominais e, entre eles, os adjectivos, mereceu também neste trabalho uma análise extensa. Ficou comprovada a existência de um leque diversificado de tipos adjectivais, assim como de assimetrias a nível geral da ordem interna de constituintes do DP. Essas diferenças detectadas não serão provavelmente todas formalizáveis, mas talvez a capacidade de alguns adjectivos pós-nominais poderem aparecer numa posição pré-nominal esteja ligada a imperativos gerais da gramática, segundo os quais as línguas naturais tendem a organizar o seu conteúdo informacional no sentido de hierarquizar os constituintes em função da sua capacidade referencial. Essa tendência na organização da informação poderá condicionar a própria estrutura interna do DP, nomeadamente na ordem de sucessão dos adjectivos, como se vê em *o anterior candidato / o candidato anterior*. A ideia que aqui deixo é que quanto mais os adjectivos estão altos na estrutura, mais referenciais são, sendo, pelo contrário, os modificadores adjacentes ao NP pouco referenciais. Quando um adjectivo de qualidade é gerado numa posição pré-nominal —como em *uma interessante descoberta*—, isso poderá corresponder à atribuição de um maior grau de referencialidade ao modificador em causa.

A diferença de significado correspondente a casos como *homem pobre/pobre homem* estará também relacionada com a alteração das propriedades referenciais dos modificadores. A referencialidade parece-me ter um papel central, não só na estrutura interna do DP, como crucialmente na ordem dos adjectivos atributivos relativamente ao nome e entre si. Os modificadores mais referenciais antecedem sempre os menos referenciais, e os modificadores altos são sempre mais referenciais que os modificadores em posição inferior.

Além de D°, elemento puramente referencial, devemos considerar que os outros constituintes altos na hierarquia também são ligados a marcas de referencialidade —por exemplo manifestam traços como [+definido], [+possessivo] e [+específico]: estão nesse caso os demonstrativos, os possessivos e os quantificadores —incluindo cardinais e ordinais. Será por isso possível formular um princípio geral para a ordem de constituintes do DP, especialmente para as projecções mais altas na hierarquia: como estas têm todas um alto grau de referencialidade, a sua ordem relativa deve ser considerada básica —o que significa que não precisam de mover-se por razões de referencialidade. Isso explicaria que, em Português e em Francês, a ordem D+Dem+Poss+Q seja fixa. Mas o que dizer dos adjectivos? Se é possível prever, por exemplo, que um possessivo nunca pode anteceder um demonstrativo, é no entanto arbitrário fixar uma posição para a maioria dos adjectivos.

Como observam as gramáticas clássicas, o estudo sistemático da elipse em particular acaba por levar a considerações sobre o funcionamento da língua em geral. Nesta dissertação, a análise do processo de supressão do nome —*elipse nominal*— levou-nos assim a evocar a questão árdua da ordem nome/adjectivo e a reavaliar a própria estrutura interna do DP. Talvez o uso regular da elipse nas línguas humanas seja motivado pela necessidade de *aliviar os ouvidos*, cara a Horácio; contudo, como se tentou aqui provar, a elipse do nome é um mecanismo gramatical complexo, que depende, em última instância, da própria estrutura de constituintes e de regras gerais da Sintaxe.

5. Bibliografia

- ABNEY, S. (1987), *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*, PhD Dissertation, MIT.
- BAKER, M. (1988), *Incorporation: a Theory of Grammatical Function Changing*, Chicago: University of Chicago Press.
- BARTLETT BARRIE E. (1983), Un paradigme de problèmes pour une étude historique de l'ellipse, *Histoire Epistémologie Langage*, 5, n° 1, 159-165.
- BERNSTEIN, J. (1993), *Topics in the Syntax of Nominal Structure Across Romance*, PhD Dissertation, CUNY.
- BOSQUE I., PICALLO C. (1996), Postnominal adjectives in Spanish DPs, *Journal of Linguistics*, 32, 349-385.
- BRITO, A.M. (1984), Sobre as noções de sujeito e de argumento externo: semelhanças entre a estrutura de F e a estrutura de SN em Português, *Boletim de Filologia*, 29, 1-4, 421-478
- BRITO, A.M. (1988), *Construções quantitativas e partitivas: um esboço de análise sintáctica*, Prova Complementar de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- BRITO, A.-M. (1993), Aspects de la syntaxe du SN en portugais et en français, in *Séries Linguística e Literatura*, II Série, vol. 10. Revista da Faculdade de Letras, Universidade do Porto, pp. 25-53
- BRITO, A.M. & OLIVEIRA F. (1995), Nominalization, aspect and argument structure, in *Interfaces in Linguistic Theory*, Matos G., Miguel I., Duarte I., Faria I., (orgs), A.P.L. / Colibri, Lisboa, pp.57-80
- BRUNOT, F (1936), *La pensée et la langue*, Paris
- CHEVALIER, J.-C., BLANCHE-BENVÉNISTE, C., ARRIVÉ, M., PEYTARD, J. (1964), *Grammaire Larousse du français contemporain*, Paris, Librairie Larousse
- CHOMSKY, N. (1973), Conditions on Transformations, in *A Festschrift for Morris Halle*, eds Anderson, S.R., e P. Kiparsky, New York, Holt, Rinehart and Wilson, Inc.
- CHOMSKY, N. (1981), *Lectures on Government and Binding*, Foris, Dordrecht.
- CHOMSKY, N. (1982), *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*, Cambridge, Mass: MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1986a), *Barriers*, MIT-Press, Cambridge, Mass.
- CHOMSKY, N. (1986b), *Knowledge of language: Its nature, origin, and use*, New York: Praeger. Trad. Port: série LINGÜÍSTICA, Editora Caminho.
- CHOMSKY, N. (1992), A minimalist program for linguistic theory, *Occasional Papers in Linguistics*, MIT 1.
- CHOMSKY, N. (1993), A minimalist program for linguistic theory, in *The view from Building 20: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*, ed. K. Hale e S.J. Keyser, Cambridge, Mass: MIT Press.
- CINQUE, G. (1993), On the evidence for partial N-movement in the Romance DP, *University of Venice Working Papers in Linguistics*, 3.2, 21-40. Venezia: Centro Linguistico Interfaculta.
- CLÉRICO, G. (1983), Ellipse et syntaxe de concordance chez quelques grammairiens classiques, *Histoire Epistémologie Langage*, 5, n° 1, 43-56.
- CORBLIN, F. (1990), Les groupes nominaux sans nom du français, in *L'anaphore et ses domaines*, ed. G. Kleiber e J.-E. Tyvaert, 63-80, Paris, Klincksieck.
- CRISMA P. (1993), On adjective placement in Romance and Germanic event nominals, *University of Venice Working Papers in Linguistics*, vol. 3.2, eds. Giusti e Brugge.

- CRISMA, P. (1995), On the configurational nature of adjectival modification, in *Grammatical Theory and Romance Languages*, 59-70, edited by K. Zagana, John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia.
- CUNHA, C., LINDLEY CINTRA, F. (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, 8ª ed. (1991), Edições João Sá da Costa.
- DRIJKONINGEN, F. (1993), Movement theory and the DP-Hypothesis, *Linguistics*, 31, 813-853.
- DUARTE, I. (1987), *A Construção de Topicalização na Gramática do Português*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- ENÇ, M. (1991), The semantics of specificity, *Linguistic Inquiry*, 22, 1-27.
- GIORGI, A., LONGOBARDI, G. (1991), *The Syntax of Noun Phrases: Configuration, Parameters and Empty Categories*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GODARD D. (1992) Extraction out of NP in French, *Natural Language and Linguistic Theory*, 10, 233-277.
- GREVISSE, M. (1986), *Le Bon Usage*, 12ª ed., Paris, Duculot.
- GREVISSE, M., GOOSSE, A. (1988), *Nouvelle Grammaire française*, Paris, Duculot.
- HAROCHE C., MAINGUENEAU D. (1983), L'ellipse ou la maîtrise du manque, *Histoire Epistémologie Langage*, 5, nº 1, 143-150.
- HIGGINBOTHAM, J. (1985), On semantics, *Linguistic Inquiry*, 16, 547-594.
- HUANG, Y. (1995), On null subjects and null objects in generative grammar, *Linguistics*, 33, 1081-1123.
- JACKENDOFF, R. (1972), *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, Cambridge, Mass: MIT Press
- KAYNE, R. (1994), *The Antisymmetry of Syntax*, Cambridge, Mass: MIT Press.
- KESTER, E.-P. (1996), *The Nature of Adjectival Inflection*, PhD Dissertation, University of Utrecht.
- LAMARCHE, J. (1991), Problems for N^o-movement to NUM-P, *Probus*, vol. 3.2, 215-236.
- LARSON R. (1995), Olga is a beautiful dancer, *Winter Meetings of The Linguistic Society of America*, New Orleans, 5-8 de Janeiro.
- LARSON, R. (1997.) Special Topics in Linguistics: Adjectives, URL: <http://semlab2.sbs.sunysb.edu/Users/rlarson/Courses/LIN550.html>. Lecture notes LIN 550, SUNY Stony Brook.
- LOBECK, A. (1995), *Ellipsis. Funcional Heads, Licensing and Identification*, Oxford, Oxford University Press
- LONGOBARDI, G. (1994), Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and Logical Form, *Linguistic Inquiry*, 25.4, 609-665
- LOPES, O. (1980), Relações semânticas entre massivos, partitivos, colectivos e abstractos, em Português, *Comunicação apresentada ao XVI Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas*, Palma de Maiorca.
- LYONS, J. (1963), *Structural Semantics*, Oxford, Basil Blackwell.
- LYONS, J. (1977), *Semantics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MAGALHÃES M. L. de (1805), *Compendio Grammatical da Ellipse e Outras Figuras*, Impressão Regia, Lisboa.
- CASTELEIRO J. M. (1978), *Sintaxe Transformacional do Adjectivo. Regência das Construções Completivas*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- MATOS, G. A. (1992), *Construções de Elipse do Predicado em Português*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- MILNER, J.C. (1978), *De la Syntaxe à l'Interprétation*, Paris, Le Seuil.
- MILNER, J.-C., (1985), Réflexions sur le concept de catégorie vide, *Modèles linguistiques*, Tome VII, Fascicule 1, Presses Universitaires de Lille, 33-51.

- NØLKE, H. (1996), Où placer l'adjectif épithète? Focalisation et modularité. *Langue française*, 111, 38-58
- OBENAUER, H.G. (1994), L'interprétation des structures *wh* et l'accord du participe passé, Ms., CNRS, Paris
- PEREIRA DE FIGUEIREDO, A., (1816), *Figuras da Syntaxe Latina*, Impressão Regia, Lisboa.
- PICA, P. (1985), Présentation, *Modèleslinguistiques*, Tome VII, Fascicule 1, Presses Universitaires de Lille, 7-11.
- PICALLO, C. (1991), Nominals and nominalizations in Catalan, *Probus*, 3.3., 279-316.
- PERES, J. (1992), Questões de referência nominal, *Cadernos de Semântica* 1, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- RAPOSO, E. P. (1992), *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*, Lisboa, Série LINGÜÍSTICA, Editorial Caminho SA.
- RITTER, E. (1991), Two functional categories in noun phrases: evidence from modern Hebrew, in *Syntax and Semantics*, 26, ed. S. Rothstein, Academic Press, San Diego, 37-62.
- RIZZI L. (1986), Null objects in Italian and the theory of *pro*, *Linguistic Inquiry*, Volume 17, Number, 3, 501-557.
- RIZZI, L. (1990), *Relativized Minimality*, Cambridge, Mass: MIT Press.
- RODRIGUES MAYA, M. (1790), *Dicionario das Ellypses*, Oficina de A. Gomes, Lisboa.
- RONAT, M. (1977), Une contrainte sur l'effacement du nom, in *Langue, théorie générative étendue*, ed. Mitsou Ronat, Paris, Herman, 153-169.
- SADLER, L., DOUGLAS, A. (1994), Prenominal adjectives and the phrasal/lexical distinction, *Journal of Linguistics*, 30, 187-226.
- SÁNCHEZ L. (1995), Word order, predication and agreement en DPs in Spanish, Southern Quechua and Southern Andean Bilingual Spanish, in *Grammatical Theory and Romance Languages*, 209-217, edited by K. Zagana, John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia.
- SLEEMAN, P. (1996), *Licensing Empty Nouns in French*, PhD Dissertation, University of Amsterdam.
- SOARES BARBOSA, J., (1822), *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, Typographia da Academia das Sciencias, Lisboa.
- TRAVIS, L. (1988), The Syntax of Adverbs, in *McGill Working Papers in Linguistics: Proceedings of the IVth Workshop on Comparative Germanic Syntax*, Montréal: McGill University.
- VALOIS, D. (1991), *The Internal Syntax of DP*, Doctoral Dissertation, University of California, Los Angeles.
- WILLIAMS E. (1997), Blocking and anaphora, *Linguistic Inquiry*, 28.4, 577-628.
- ZRIBI-HERTZ A. (1985), Trou structural, catégorie vide, ellipse structurale, pronom nul: quatre concept à préciser, *Modèleslinguistiques*, Tome VII, Fascicule 1, 57-72, Presses Universitaires de Lille.

Resumo

No âmbito da definição de condições de supressão do nome em Português e em Francês, este trabalho considera que a elipse tem uma exigência fundamental de identidade com um antecedente, que a aproxima dos pronomes e das anáforas. A natureza dos mecanismos gramaticais relativos ao conceito de *elipse do nome*, nomeadamente a sua definição como categoria vazia, implica a formulação de condições de legitimação formal directamente inspiradas dos pronomes. Nesse sentido, a elipse nominal pode ser encarada como um pronome nulo gerado em Sintaxe. O módulo legitimador aqui desenvolvido indica que o nome elíptico é de facto uma categoria vazia de tipo *pro*, e implica, além disso, que todos os legitimadores de *pro* nominal elíptico ocupem posições de especificadores funcionais. Os elementos especificadores presentes nas projecções alargadas do nome dispõem, nas duas línguas, de condições estruturais para legitimarem nomes vazios, sendo o mecanismo relevante a relação de *Concordância Especificador-Núcleo*, derivada de Chomsky (1993).

Existem paralelamente diversas estratégias de identificação do nome nulo, isto é, várias maneiras de reconstituir o seu referente. No caso dos quantificadores, é desencadeada no DP elíptico uma interpretação específica / partitiva que possibilita a recuperação do conteúdo do nome nulo junto de um antecedente linguístico. No caso de determinantes demonstrativos e possessivos, a reconstituição do significado do nome vazio, além da exigência de especificidade, pode ser associada à verificação de traços morfológicos junto do antecedente. Por fim, no caso dos adjectivos, estes devem expressar uma propriedade discreta, significativa do ponto de vista cognitivo, que os torne suficientemente específicos para identificarem o nome vazio. Nessa hipótese, factores de ordem lexical, baseados em relações de exclusividade semântica, contribuem para reforçar a capacidade discriminativa desses adjectivos *discretos*.

Résumé

Dans le cadre de la recherche de conditions de suppression du nom en Portugais et en Français, ce travail considère que l'ellipse est proche des pronoms et des anaphores, en ce qu'elle exige l'identité avec un antécédent. La nature des mécanismes grammaticaux relatifs au concept d' *ellipse du nom*, en particulier sa définition comme catégorie vide, implique la formulation de conditions de légitimation formelle directement inspirées de celles des pronoms. En ce sens, l'ellipse nominale peut être envisagée comme un pronom nul généré en Syntaxe. Le module légitimateur développé ici indique que le nom elliptique est en fait une catégorie vide de type *pro*, et implique, par ailleurs, que tous les légitimateurs de *pro* nominal elliptique occupent des positions de spécifieurs fonctionnels. Les éléments spécifieurs, présents dans les projections élargies du nom, disposent, dans les deux langues, de conditions structurales pour légitimer les noms vides, le mécanisme de référence étant la relation d' *Accord-Spécifieur-Tête*, inspirée de Chomsky (1993).

Il existe parallèlement diverses stratégies d'identification du nom nul, c'est-à-dire plusieurs façons d'en reconstituer le référent. Dans le cas des quantifieurs, une interprétation spécifique / partitive est déclenchée au niveau du DP elliptique, interprétation qui permet la récupération du contenu du nom nul auprès de son antécédent. Dans le cas des déterminants possessifs et démonstratifs, en plus de l'exigence de spécificité, la reconstitution du signifié du nom vide peut être associée à la vérification de la flexion de $[\pm\text{genre}]$ auprès de l'antécédent. Enfin, dans le cas des adjectifs, ceux-ci doivent exprimer une propriété discrète, significative du point de vue cognitif, qui les rende suffisamment spécifiques pour qu'ils puissent identifier un nom nul. Dans cette hypothèse, des facteurs d'ordre lexical contribuent au renforcement de la capacité discriminative de ces adjectifs *discrets*. Ceux-ci sont normalement associés à un complexe lexical, fondé sur l'existence de relations d'exclusivité sémantique.

